



III Encontro de Pesquisa em História

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

Simpósios Temáticos 11 a 16

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2014

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor da FAFICH

Fernando de Barros Filgueiras

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Tarcísio Rodrigues Botelho

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Aparecida Vidal Costa

Realização

Departamento de História - UFMG

Comissão Organizadora

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

Sumário

ST 11: Política editorial, impressos e leitura

- Álbuns de propaganda do interior do Brasil no início do século XX 755
Ana Paula de Oliveira Lopes
- A imprensa diamantinense e a formação do Norte Mineiro na Primeira República ... 764
Carolina Paulino Alcântara
- A criação do copyright na regulamentação do mercado de livros inglês no século 18
..... 774
Cintia Medina de Souza
- Circulação de textos teatrais no Rio de Janeiro Oitocentista: um estudo de caso sobre a
publicação da scena comica “Ahi! Cara Dura!” de Francisco Correa Vasques (1883-
1884) 785
Henrique Bueno Bresciani
- Edição e publicação da tradução anônima de “A filosofia na alcova”: o mercado
editorial clandestino da obra sadeana no Brasil 795
Hilton Tonussi de Oliveira
- A imprensa como agente regulador de costumes nos oitocentos: as crônicas do Padre
Lopes Gama (o Carapuçeiro, 1832-1846) 805
Igor Maciel da Silva e Sarah Teixeira Soutto Mayor
- A formação dos áulicos e a imprensa áulica doutrinária no primeiro reinado (1824-
1826) 815
Nelson Ferreira Marques Júnior

ST 12: História, gênero, política e sexualidade

- Mulheres, Família e Sexualidade: uma Análise Social da Vida Privada através do
Romance Madame Bovary 826
Anna Karolina Vilela Siqueira
- Carta de guia de casados: construções de gênero em um manual seiscentista para noivos
..... 836
Cássio Bruno Araújo Rocha
- Estupro e rapto, vergonha e desonra: Montes Claros 1890-1920 845
Dalene Maciel Gonçalves e Regina Célia Lima Caleiro
- Ser Africana e Ser Livre: a luta por emancipação de Benedita, Maceió (1850-1861)
..... 854
Danilo Luiz Marques

- Súplica aos confessores: Francisco de Melo Franco e a “medicalização” da moral sexual cristã no Iluminismo Português 863
Igor Tadeu Camilo Rocha
- O homem e a mulher na obra de Alfred Adler: apontamentos e discussões 873
Jéssica Bley da Silva Pina
- Sexualidade, heteronormatividade e enquadramento social: uma articulação a partir do filme *Ma Vie en Rose* 883
Joanna Ribeiro Nogueira e Ildenilson Meireles
- As masculinidades tecidas pelo jornal “O Rio Nu” (1898-1916): uma análise das representações dos homossexuais, impotentes sexuais e alcoólatras 891
Natália Batista Peçanha
- Rosalina Coelho Lisboa e feminismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930 898
Luzia Gabriele Maia Silva

ST 13: Políticas e culturas na América independente

- A guerra de guerrilhas contra a Revolução Cubana 909
Ana Paula Cecon Calegari
- Sinais de novos tempos: tradição e modernidade nas Minas Gerais na crise do Antigo Regime 920
Ana Tereza Landolfi Toledo
- As narrativas de Che Guevara: um imaginário sobre a consciência Latino-Americana 929
Bruno Eduardo Almeida Costa
- Domingo Faustino Sarmiento e os dilemas da construção da Nação Argentina 939
Cristiane Maria Marcelo
- A imprensa chilena e o golpe de Pinochet: o caso do jornal “El Mercurio” 950
Emmanuel dos Santos
- A Brigada Simón Bolívar e sua participação na Revolução Nicaraguense (1979) 960
Igor Santos Garcia
- Em busca de uma “cor cubana”: olhares da vanguarda sobre o negro nas décadas de 1920 e 1930 970
Imara Bemfica Mineiro

ST 14: Poder e Fé na Idade Média

- Alain Guerreau e Begriffsgeschichte: um horizonte teórico? 978
Carla Rocha Baute

Cuvelier, a voz que conta uma história: “A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin” (~1320-1380) 985
Carmem Lúcia Druciak

Remédios Santos ou Santos Remédios? Uma prática dos Mosteiros Medievais 994
Mirtes Emília Pinheiro

ST 15: Patrimônios culturais

O I Encontro pela revitalização da Praça da Estação (1981): o que preservar? 1002
Elena Lúcia Riveiro

O patrimônio cultural brasileiro na situação pós-moderna 1012
Igor Alexander Nascimento de Souza

Entre saberes e fazeres: Memória e Patrimônio Cultural dos Maniçobeiros do Sudeste do Piauí 1123
Joseane Pereira Paes Landim e Ana Stela de Negreiros Oliveira

A pesquisa e o historiador nos processos de patrimonialização 1034
Mariana Rabêlo de Farias

Patrimônio natural e desenvolvimento sustentável no processo de proteção da serra de São José-MG’ 1043
Matheus Cássio Blach, Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro e Euclides de Freitas Couto

ST 16: Administração, comércio e justiças: fontes e métodos para a compreensão das múltiplas formas de sociabilidade e exercício de poder no Império Português (1500-1800)

Testamentos e legislação eclesiástica no Brasil setecentista 1055
Denise Aparecida Sousa Duarte, Valquiria Ferreira da Silva e Wesley Fernandes Rodrigues

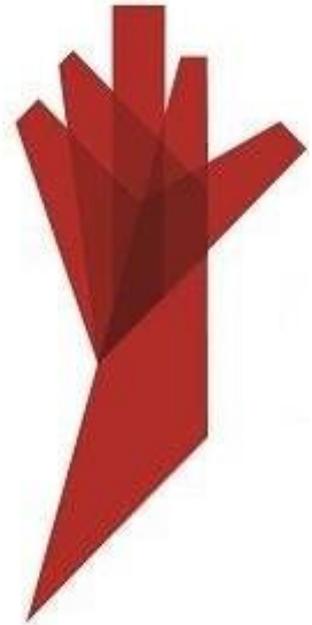
Inácio Correia Pamplona: um “herói” para o sertão mineiro setecentista 1065
Maria Emília Aparecida de Assis

Guerra dos Discursos e Guerra Guaranítica: disputas políticas no contexto das demarcações de limites do Tratado de Madrid (1750-1756) 1075
Millena Souza Farias

Familiares do Santo Ofício: uma análise sobre os padrões de recrutamento 1086
Roberta Cristina da Silva Cruz

Simpósio Temático 11

Política editorial, impressos e leitura



Coordenadores:

Helaine Nolasco Queiroz

Doutoranda - UFMG

helaineq@hotmail.com

Natally Vieira Dias

Professora Assistente do Departamento de História

Universidade Estadual de Maringá

natyvdiass@gmail.com

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Professor Assistente

Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH

ralanari@gmail.com

Álbuns de propaganda do interior do Brasil no início do século XX

Ana Paula de Oliveira Lopes Câmara*

Doutoranda da PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

anaaluap.lopes@gmail.com

RESUMO: Pretende-se, neste artigo, apresentar algumas questões referentes ao processo de criação e produção dos álbuns de propaganda do início do século XX, com enfoque nas regiões opostas ao litoral sudeste do Brasil, os sertões, privilegiando a região de influência da floresta amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Álbuns, propaganda, modernidade, interior.

RESÚMEN: En este artículo se plante presentar cuestiones referentes al proceso de creación y producción de los álbumes de propaganda del comienzo del siglo XX, mirando las regiones opuestas al litoral sudeste de Brasil, los “sertões”, privilegiando la región de influencia de la foresta amazónica.

PALAVRAS-CHAVE: Álbumes, propaganda, modernidade, interior.

O objeto da pesquisa, os Álbuns, é uma tipologia editorial que surge com o crescimento e consumo de imagens como os retratos, cartões de visita e postais, e em sintonia com os avanços na técnica de reprodução.

A produção de álbuns de circulação pública destinados a propagandear lugares, teve as Exposições Internacionais, como um grande palco dessas apresentações.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, essas exposições funcionavam como um arauto da ordem burguesa e eram os meios pelos quais circulavam não só mercadorias, mas as ideias, os caminhos, os sonhos e os desejos em escalas internacionais, na crença no progresso da humanidade (PESAVENTO,1997). Era comum o poder público, ou mesmo a iniciativa privada, mandar confeccionar álbuns com o objetivo de enaltecer as melhorias urbanas e apresentar as riquezas dos lugares (PEREIRA,2006, p.95).

O objeto desta pesquisa - os álbuns publicitários do início do século XX - situa-se nos espaços influenciados pelo bioma da floresta amazônica e pantanal, nos atuais estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em um levantamento preliminar, usando o recurso da *web*, constatou-se que foram produzidos 17 álbuns nessa região, no período de 1896 a 1926, o que demonstra uma popularidade dessas produções,

* Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Professora de História da Rede Pública- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

mesmo tendo um elevado custo de produção e impressão. Diante desses números algumas questões foram levantadas no sentido de compreender as suas intencionalidades, as sutilezas das narrativas publicitárias, os processos de construção desses monumentos/documentos desses espaços periféricos do Brasil, os seus sertões.

Neste artigo serão analisados dois Álbuns: o primeiro do Amazonas de 1901-1902, e o segundo, o Álbum de Mato Grosso, de 1914.

O Álbum do Amazonas (1902-1903)

O Álbum do Amazonas foi produzido por encomenda do governo de Silvério Nery, sendo o responsável pela edição e produção das imagens fotográficas o experiente fotógrafo português Felipe Augusto Fidanza, que iniciou a sua atividade na cidade de Belém, 1867. Fundou o estabelecimento comercial Fidanza & Photographia, no Largo das Mercês, centro de Belém.

Mas, a intenção do fotógrafo Fidanza de produzir um álbum do Amazonas já vinha de outras datas, como pode ser observado pela seção Congresso, do Jornal Comercio do Amazonas, no ano de 1899, que noticia um requerimento de Felipe Fidanza “propondo-se a confeccionar um álbum de vistas da cidade de Manaus e seus arredores”. Ou seja, a intenção já existia em um período anterior ao do governo de Silvério Nery, que governou o Estado nos anos de 1900-1904.

Ele documentou de forma inovadora e antecipatória o espírito jornalístico quando acompanhou, através das suas lentes, os preparativos da chegada de D. Pedro II a Belém no ano de 1867. Foi um retratista e fotógrafo de paisagem urbana. Viveu a febre das “Carte de visite” e das “Cartes cabinet”, ainda na fase da técnica do colóquio úmido. As imagens de lugares e pessoas no formato cartão de visita foram produtos comercializados pelo fotógrafo. Teve a sua trajetória marcada por várias viagens de estudos para a Europa: Paris, Lisboa e Londres. (PEREIRA, 2006, p. 65-81)

Nessa trajetória de um fotógrafo bem sucedido e profissionalmente reconhecido, não poderiam ficar de fora os trabalhos de publicidade de circulação internacional, os álbuns. Felipe Fidanza teve suas imagens impressas no *Album Vistas do Pará*, de 1899, editado pelo governo Paes de Carvalho. Participou também, como fotógrafo, da peça publicitária *Album descrittivo Annuario dello Stado del Pará*, organizado por Artur Caccavoni, impresso em Gênova e escrito na língua italiana.

Inclui-se na sua produção profissional a editoração e fotografias no *Album do Amazonas*, a convite do governador Silvério Nery, o objeto da pesquisa.

Essa obra publicitária foi estruturada em 189 páginas, em formato horizontal. Possui a capa revestida de tecido vermelho, com o título escrito em letras douradas, e traz na parte superior e à direita o escudo do Estado do Amazonas¹, com a impressão colorida, e na parte inferior e à esquerda um adorno ilustrativo impresso em dourado.

O Álbum é dividido em duas partes: na primeira, o conjunto de imagens fotográficas, e na segunda, traz uma síntese do livro *Le Pays dès Amazones*, de autoria do Barão de Sant'Anna Nery, irmão do governador.

A primeira parte corresponde a 119 páginas impressas somente na frente da folha, com 124 fotografias, dois desenhos, dois mapas e uma planta baixa. As imagens formam legendadas, conduzindo o olhar do leitor para as intencionalidades das imagens no conjunto do álbum, que apresenta as grandes construções, que marcam as mudanças na estrutura urbana da cidade com o Teatro de Manaus, o Palácio da Justiça, além da abertura de grandes avenidas com destaque para a Av. Eduardo Ribeiro, Henrique Martins e Epaminondas, além das praças.

O livro, que foi a referencia para a construção do texto escrito no Álbum, foi uma produção financiada pela Assembleia Provincial do Amazonas, e foi redigido para o público europeu. Segundo a historiadora Anna Coelho, representa “uma longa parceria política do autor com a região amazônica”. O autor da obra foi o representante da então Província, e depois Estado, na Europa. Seu serviço consistia em fazer uma propaganda do Estado com o objetivo de trazer imigrantes para a região. (COELHO, 2007)

No trecho do livro *O Paiz das Amazonas* citado abaixo, pode-se perceber como compreende o seu trabalho e o sentido da propaganda.

O amazonas ainda não foi vulgarizado. A imprensa cotidiana, a única que produz efeitos sobre as massas, ainda não lhe fez uma publicidade à altura. (...) Uma única voz é bem fraca, e não estamos mais nos tempos onde uma única voz basta para arrastar povos para as santas aventuras. (...). A maioria dos homens só é sensível às solicitações de seus interesses imediatos e é nesse sentido que nossos esforços se dirigem. As lições objetivas estão na moda. Elas induzem a convicção pelos olhos, sempre prontos a se deixar seduzir. (NERI, 1979, p.247)

O livro teve várias versões, sendo a primeira datada no ano de 1883, como parte integrante da *Revue Sud Américain*, e em 1885 teve a sua publicação em Paris, edições na Itália em 1900 e em Londres em 1901. Teve ainda a versão, de forma parcial, em português, no

¹ O escudo do Estado foi Aprovado pelo Decreto n. 204 de 24 de novembro de 1897 no governo de Fileto Pires Ferreira (23/06/1896 a 04/04/1898) A descrição dos elementos icônicos do escudo ver site: http://www.manausonline.com/t_hist_escudoamazonas.asp

álbum em estudo, e sua versão completa traduzida para o português somente em 1979. Na sua versão em francês de 1885 era composto por 450 páginas com ilustrações e mapas.

A impressão do Álbum foi realizada pela tipografia belga – *Établissements Jean Malvaux S/A* que tinha uma filial em Lisboa. Era especializada em fotogravura e estava na vanguarda no processo de impressão de livros de arte e fotografia colorida. A sua fundação ocorreu em 1899².

O álbum tem um perfil de edição comemorativa, pois apresenta uma síntese da Manaus moderna, sugerindo que as construções compõem as marcas do governo. O texto foi redigido em português, francês e inglês, o que pressupõe que era uma propaganda do governo com o objetivo de apresentar o Estado do Amazonas nacionalmente e internacionalmente.

Album Graphico de Matto-Grosso(1914)

O *Album* foi editado em 1914, impresso em Hamburgo, Alemanha, no formato 30x40 cm. O seu corpo possui 433 páginas, às quais se somam mais 69 destinadas à propaganda das empresas patrocinadoras, totalizando 502 páginas. Possui um conjunto iconográfico formado por mapas, desenhos, plantas arquitetônicas, fotografias, tabelas e gráficos. As 1121 fotos representam um conjunto documental da maior expressividade.

A produção do *Album* foi concebida no governo do Presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) que tinha como meta usar instrumentos publicitários para atrair imigrantes para Mato Grosso, como se lê na primeira mensagem que dirigiu à Assembleia Legislativa do Estado, em maio de 1912:

[...] [que a] propaganda sistemática e verdadeira das nossas riquezas naturais, da uberdade das nossas terras, da ótima qualidade dos nossos campos para a indústria pecuária, dos diversos minerais e pedras preciosas, que enriquecem o subsolo do nosso território e o leito dos nossos rios, constituindo tesouro de incalculável valor, e que outrora tanta fama conquistaram, e demonstrando-se a variedade e salubridade do nosso clima e as vantagens que a nossa legislação oferece aos imigrantes, além de outras que podem ser aduzidas, – a corrente migratória voluntariamente se encaminhará para o Estado e virá impulsionar o seu progresso e aproveitar todas as riquezas que por ali jazem em abandono em vantagens para o particular e para o Estado.

A produção do *Album* harmoniza-se com as intenções do governador, as quais podem ser verificadas ainda no prefácio do *Album Graphico*, quando os organizadores desta obra afirmam que se trata de:

² Informações sobre a tipografia que realizou a impressão do referido álbum ver site <http://khronosbazaar.pt/detalhe.php?id=56433&titulo=%C3%89TABLISSEMENTS-JEAN-MALVAUX.-SOC.-ANONYME> - Acesso em: 6 set. 2013.

Apresentar o Mato Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo [...] e que ele contribua para a evolução da vida econômica do Estado, servindo de guia seguro de informações gerais para todos quantos tenham por Mato Grosso algum interesse. (AYALA; SIMON, 1914)

Os organizadores do *álbum* forma Cardoso Ayala e Feliciano Simon. O primeiro, nascido no Paraguai, trabalhou na parte administrativa, pois possuía experiência por ter feito parte da equipe que produziu o *Album Graphico de La República Del Paraguay*, publicado em 1911, na condição de “contador de la empresa” (DECOULD, 1983, p.538). Pelo seu conhecimento prévio com questões burocráticas desta natureza, Cardoso Ayala recebeu destaque na imprensa mato-grossense. O jornal O Matto-Grosso, 1915, por exemplo, em fevereiro de 1915, referiu-se a ele como o “[...] iniciador da importante obra”.

Coube a Feliciano Simon, por sua vez, sua direção comercial e literária. Simon era um comerciante estabelecido em Corumbá, proprietário da casa comercial “Feliciano Simon”, um empreendimento fundado em 1907 que oferecia serviços de navegação e exportação, além de transações bancárias. Dentre os seus clientes, estavam a Alemán Transatlântico, Handels bank (Amsterdã), F. M. Fernandes Guimarães & Cia. (Porto, Portugal), Banque Impérial e Ottomane, Banque Nationale de Bulgarie, The National City Bank of New York, Banco Mexicano de Comercio y Industria e o Banco de la Republica (Paraguai). O seu pertencimento, ao grupo de comerciantes são indícios do grupo econômico que modela as intencionalidades da construção do *Album de Matto- Grosso*.

Essa obra de publicidade possui uma capa revestida de tecido vermelho com o título escrito em letras douradas e traz na parte inferior e à direita o brasão da República brasileira.

O *Album* contou também com textos de cientistas que escreveram especialmente para a publicação, como Carl Axel Mognus Lindman, professor de botânica na Suécia e autor de um escrito sobre a vegetação de Mato Grosso³. Há ainda a apropriação de trabalhos de outros autores de vulto como de cientistas e viajantes, tais como Elisée Reclus, Toledo de Piza, Karl Von den Steinen, Max Schimidt e Bourgade La Dardye, que tiveram trechos de suas obras republicadas no livro publicitário de Mato Grosso, tornando-os, certamente de forma involuntária, em colaboradores indiretos. Um bom exemplo disso foi o reaproveitamento dos estudos da navegabilidade do rio Paraguai, de autoria de La Dardye, que havia apresentado em outros álbuns contemporâneos ao de Mato Grosso (AYALA; SIMON, 1914, p.128).

³Carl Lindman foi um naturalista e chefiou a I Expedição Científica Regnelliana da Real Academia de Ciência da Suécia. Foi diretor do Museu Botânico de Stockolmo.

Quando os editores anunciam, no prefácio, que o *Album* teria como objetivo ser um “(...) guia seguro de informações gerais para todos quantos tenham por Mato Grosso algum interesse” (AYALA; SIMON, 1914), indicavam a intenção de fazer um trabalho interconectado com os espaços produtores de saberes, para a divulgação de dados que trouxessem as informações que poderiam dar credibilidade aos interessados em conhecer Mato Grosso. Dessa forma, os escritos do *Album* ganharam a legitimidade da ciência. A participação direta ou indireta dos estudos de cientistas para a composição dos arranjos dos textos escritos do *Album* tinha a função de produzir um efeito de “verdade”, e ter como parceira a produção intelectual dos membros de espaços produtores de saberes científicos, o que possibilitava esse efeito.

Verifica-se também a participação de intelectuais da sociedade mato-grossense, os futuros membros do Instituto Histórico de Mato Grosso (fundado em 1919) e do Centro Mato-Grossense de Letras (instituído em 1921), como Estevão de Mendonça, Nicolau Fragelli e Francisco Sizernando Peixoto, deixando claro o compromisso dos intelectuais locais neste empreendimento.

Estevão de Mendonça teve uma produção intensa, pois alimentou várias seções do *Album* com textos sobre a história de Mato Grosso, desde os administradores da colônia até o presidente Joaquim Augusto da Costa Marques, além da apresentação de vários municípios do Estado. Isso faz com que esta produção aparente ser uma transcrição de sua obra *Quadro Chorographico de Mato Grosso*.

Representantes das empresas Fazenda Urucum e Mate Laranjeira também produziram textos específicos para o *Album* de Mato Grosso. A Fazenda Urucum foi apresentada aos leitores em artigo de autoria de Carlos Carcano, que era sobrinho de um dos proprietários deste empreendimento, Maximiliano Carcano. Nele, a Fazenda era descrita como “(...) um sítio digno de nota pela beleza de sua perspectiva, por sua topografia caprichosa, pela amenidade de seu clima e pela uberidade extraordinária de suas terras” (AYALA; SIMON, 1914, p.384), cujas águas eram “Sempre limpas e frescas, são elas comparáveis às águas da Tijuca do Rio de Janeiro, cuja cascatinha acha ali reproduzida pitorescamente (...)” (AYALA; SIMON, 1914, p.347).

O público que os organizadores e colaboradores desejavam atingir pode ser verificado pelos dados apresentados nos jornais que circulavam à época em Mato Grosso. Seja exemplo o jornal *O Gladiador* de 1915 que circulou em Cuiabá e anunciou em pequena nota que o *Album* destinava-se a apresentar para as “(...) autoridades superiores do Brasil e do

estrangeiro, propagando as riquezas de Matto-Grosso, que nelle vem descriptas com segurança e minuciosidade”.

Sobre o recebimento do *Album* tem-se o depoimento do capitão-chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, Amílcar Amado Botelho de Magalhães, que envia um documento ao Presidente do Estado agradecendo o recebimento de um exemplar do álbum e assim expressa o seu posicionamento diante da produção publicitária do Estado:

Vantajosa propaganda que tornará mais conhecidas, do resto do País e do estrangeiro, as inúmeras riquezas das suas terras despertando iniciativas que proveitosamente serão orientadas para esse eldorado brasileiro, em cujo progresso tanto confia o referente Coronel Rondon.

Já os jornais da época anunciaram outra face da intenção do *Album*, a de ser um produto para o consumo da população em geral, como pode ser verificado pela citação do Jornal *O Mato Grosso*, 1915, quando afirmam:

O Sr. Cardozo Ayala deixou 200 exemplares desta obra na casa dos Srs. *Henrique Hesslein & Sergel*, agentes nesta capital da empresa álbum Graphico, onde se acha à disposição de fregueses pelo preço de 50\$000 cada exemplar. Demonstrar a utilidade desse Álbum é desnecessário, pois basta dizer que ele comporta a história da vida de Matto Grosso desde os tempos coloniais instruídas com centenas de fotografias com os seus dados biográficos, a par de uma impressão luxuosa e de um trabalho typographic inexcédível.

Portanto, o *Album de Matto-Grosso* foi criado num trabalho de parceria entre as casas comerciais e o governo, sendo, portanto, um instrumento de publicidade do Estado, distribuído para representantes políticos do Estado, a exemplo de Rondon, e representa também um produto de consumo para a população abastada de Mato Grosso.

Conclusão

Com as informações aqui apresentadas sobre o processo que desencadeou a criação dos álbuns, e de forma mais específica, a produção dos álbuns de Manaus e Mato Grosso, é possível afirmar que esses Álbuns são instrumento de propaganda que tinham a intenção de apresentar as potencialidades econômicas do lugar e o seu pertencimento ao ideário da modernidade.

Apesar de serem instrumentos de publicidade que divulgam o que há de melhor para apresentar como moderno, eles também escondem elementos que não se enquadram nesses ideários.

Vale lembrar que a floresta amazônica e o pantanal, locais de projeção dos referidos álbuns de publicidades, são também muitas vezes descritos (sobretudo pela imprensa jornalística do litoral), como espaços marginais, ou espaços da barbárie. Afinal, habitar o ambiente da floresta e do pantanal pode significar habitar um espaço marcado pela exuberância e riquezas naturais, sem os meios de transformá-los em bens de capital diante da falta de mão de obra apta à sua transformação. Neste campo de representação, os povos indígenas ganham destaque, transformando-se em um obstáculo ao progresso.

No processo de reformular novas imagens dos espaços pelos Álbuns, os povos indígenas e o ambiente natural são transmutados como estratégias publicitárias para responder a um olhar externo. Desta forma, os povos indígenas são vinculados à ação dos missionários salesianos e da Comissão Rondon. A floresta e o pantanal foram rasgados pelos trilhos das estradas de ferro Noroeste do Brasil e Madeira Mamoré, e os igarapés foram aterrados para dar lugar às grandes avenidas que cortam a capital da floresta – Manaus.

Desta forma, a pesquisa que se iniciou pelo caminho da criação e produção dos álbuns tem instigado novas questões que levam a pensar os processos de luta para a afirmação de memórias, e o controle do imaginário social desses espaços periféricos

Bibliografia

LOPES, Ana Paula de Oliveira. *Album Graphico de Matto-Grosso: As imagens de um Estado que se pretende moderno*. 159f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2009.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. 104f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n. 15, p. 255-272, 2007.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. *Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)*. 190f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculo da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

NERY, Frederico José de Santana. *O País das Amazonas*. Trad. Ana Mazur Spira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

Fonte Manuscrita

DOC. COMISSÃO RONDON. Ano 1915-1920. Estante 2, n. 154. of. 260. APMT.

Jornais

O MATTO GROSSO, Cuiabá, n. 1265, 21 fev. 1915.

O GLADIADOR, Cuiabá, 2 fev. 1915.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 20 de jul. de 1899. nº 512.

Fontes virtuais

MENSAGEM DIRIGIDA PELO Exmo. Sr. Dr. JOAQUIM A. DA COSTA MARQUES, Presidente do Estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 3ª. sessão ordinária da 9ª. Legislatura em 13 de maio de 1912. Cuiabá: Typografia Oficial. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 6 set. 2008.

MENSAGEM DIRIGIDA PELO Exmo. Sr. Dr. JOAQUIM A. DA COSTA MARQUES, Presidente do Estado de Mato Grosso, à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 3ª. sessão ordinária da 9ª. Legislatura em 13 de maio de 1912. Cuiabá: Typografia Oficial. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 6 set. 2008, p. 46.

Álbuns

NERY, Silverio. *Album do Amazonas 1901-1902*. No governo de Sua Exª Snr. Dr. Silverio Nery. Manáos, Photographias de F.A. Fidanza, 1901-1902.

AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico de Matto-Grosso*. (EUA do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas& Simon Editores, 1914.

DECOUD, Arsenio Lopez. *Album Grafico de la República Del Paraguay*. Ed. fac-símile. Assunção: Cromos S. R. L.; Buenos Aires: Talleres Graficos, 1983.

A imprensa diamantinense e as transformações do Norte Mineiro na Primeira República

Carolina Paulino Alcântara

Mestranda na linha Ciência e Cultura na História

Universidade Federal de Minas Gerais

carolinapalcantara@hotmail.com

RESUMO: Entre os anos de 1889 e 1930, Diamantina e região passaram por melhoramentos que foram impulsionados pela intensificação do discurso de modernização da região divulgado, principalmente, pela imprensa da cidade. Diante disso, este texto objetiva analisar a atuação dos jornais diamantinenses, destacando sua defesa pelo progresso do município e região do Norte de Minas e seu discurso respaldado na ideia de modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa diamantinense; Modernização; Sertão Norte Mineiro.

ABSTRACT: Between the years 1889 and 1930, Diamantina and its region have undergone improvements driven by the intensification of the discourse of modernization in the region reported mostly by the press of the city. Thus, this paper aims to analyze the performance of Diamantina newspapers, highlighting its defense of the progress in the city and the North of Minas Gerais and its speech backed by the idea of modernity.

KEYWORDS: Diamantinense Press; Modernization; Sertão of North of Minas Gerais.

Introdução

O período da história do Brasil conhecido como Primeira República é muito estudado pela historiografia brasileira, apresentando diversos focos de análises. Este texto dialoga com os diferentes estudos que, de alguma maneira, analisam os impactos que o discurso da modernidade causou em distintas regiões do Brasil. Essas pesquisas analisam tanto o contexto dos grandes centros urbanos, no qual suas elites procuraram modernizar suas cidades objetivando rebater a imagem de país atrasado e colonial e desejando integrar-se a conjuntura internacional, quanto o das pequenas cidades do interior, que também tiveram certos setores da sociedade que compartilharam do ideal da modernidade, buscando se inserir ao contexto nacional e estrangeiro. Não podemos nos esquecer das pesquisas que analisam os discursos, principalmente, dos intelectuais brasileiros, que, a partir de meados década de 1910, objetivavam interligar campo e cidade por meio do desenvolvimento das áreas sertanejas

consideradas, ao mesmo tempo, tanto atrasadas e distantes como símbolos da nossa nacionalidade⁴.

Sendo assim, objetivamos, por meio das análises realizadas para a pesquisa de mestrado⁵, do qual este texto é fruto, contribuir para os estudos citados abordando como o ideal da modernidade pode ser percebido na região do Sertão Norte de Minas Gerais, onde as contradições entre atrasado e moderno estão presentes tanto nas representações sobre a região quanto no discurso das elites das cidades do local. Para isso, precisamos destacar, primeiramente, a caracterização feita por Margarida de Souza Neves (2008) sobre o Brasil da Primeira República. Segundo a autora, o país se apresentava dividido por dois “cenários”: o da capital federal⁶, que era o cenário do progresso, e o do interior do país, marcado pela “*modorra*”, onde tudo parecia demorar a acontecer (NEVES, 2008, p. 16). Nesse sentido, distante do primeiro cenário do progresso, mas “atenada” com tudo que acontecia nele, a elite diamantinense procurou romper com essa “*modorra*” que marcava a vida no interior, realizando diferentes melhoramentos na cidade. A imprensa, extremamente atuante naquele período, foi o setor da sociedade que mais divulgou os ideais da modernidade, cobrando obras de intervenção e melhorias urbanas e difundindo ideias, que tinham como objetivo modificar valores e comportamentos da população. Além disso, destacamos que a busca pelo progresso da Cidade também se refletia no discurso da imprensa no que diz respeito a toda região do Norte mineiro. Diamantina, tida como cidade importante do local, deveria ser uma referência para as outras cidades do Norte, que também deveriam se modernizar. Essa preocupação perpassa todo o período da Primeira República, assumindo também outras perspectivas quando os jornais da cidade, em consonância com o discurso nacionalista do período, passam a defender os melhoramentos sanitários nas áreas rurais da região.

De maneira semelhante aos paradoxos descritos por Margarida de Souza Neves para a realidade brasileira, em Diamantina as contradições são aparentes. Trata-se do espaço do urbano no sertão, onde o discurso da modernidade, partilhado pela imprensa, tenta romper

⁴ Na tarefa da construção da identidade nacional, uma corrente de intelectuais do início do século XX preocupava-se em recuperar no interior do país as raízes da nacionalidade, buscando integrar o sertão e o sertanejo ao projeto de construção nacional. Para mais, ver: SANTOS, 1985.

⁵ Para a elaboração da dissertação, ainda em andamento, pesquisamos o discurso da higiene nos jornais de Diamantina na Primeira República procurando compreender como a resolução das questões sanitárias na cidade e região são tidas como importantes para garantir o progresso do sertão norte mineiro.

⁶ Além do Rio de Janeiro, é interessante elencarmos aqui São Paulo e Belo Horizonte que, certamente, eram (e possivelmente ainda são) referências de grandes centros urbanos do país para a elite de Diamantina.

constantemente com a sina do atrasado, do incivilizado, do inculto e do doente que, por sua vez, caracterizam as representações sobre o sertão⁷.

Sobre as questões da modernidade em Diamantina, este texto dialoga com os estudos de James William Goodwin Jr. (2007), que analisa o discurso da modernidade presente na imprensa de Diamantina e Juiz de Fora entre os anos de 1889 e 1915, e de José Moreira de Souza (1993), que analisa o papel que as transformações ocorridas em Diamantina e Serro tiveram na formação do Norte mineiro. Certamente, nossa contribuição está na extensão do marco temporal, que abrangerá todo o período da Primeira República, possibilitando analisar como o ideal da modernidade, presente nesse período, apareceu nos discursos que defendiam o progresso e a civilização da região; e também pretendemos aprofundar nossa análise no que diz respeito ao aspecto regional da imprensa ao destacarmos a presença do discurso de modernização do campo, que, principalmente, na década de 1920, defendia as melhoras sanitárias do sertão mineiro.

A aérea rural já preocupou os impressos de Diamantina em momento anterior aos anos 1920. Essas publicações eram direcionadas ao governo estadual e federal a fim de cobrar investimentos na agricultura visando o crescimento econômico do estado. No entanto, enfocaremos nas preocupações com os problemas sanitários, pois acreditamos que, dentro das transformações defendidas pela imprensa, vão dar um tom diferente ao discurso dos jornais. Eles irão defender o projeto de expansão dos serviços de saúde, procurando melhorar a condição de vida do sertanejo sem deixar de defender o papel de Diamantina nessas mudanças.

Sendo assim, o nosso objetivo com este artigo será analisar a atuação da imprensa em Diamantina que tentou garantir as transformações tanto da cidade como em todo o Norte de Minas objetivando integrar cidade e região ao mundo moderno e civilizado.

A imprensa em Diamantina e sua defesa pelo Norte de Minas

Existiu em Diamantina, entre os anos 1889 a 1930, uma considerável imprensa. Tendo, em média, quatorze jornais por década, foi entre os anos de 1900 a 1909 que a cidade teve o maior número de impressos, com dezoito jornais circulando (SOUZA, 1993). Infelizmente parte desse acervo perdeu-se no tempo.

⁷ O imaginário sobre o sertão, como destaca Amado (1995), variou de tempos em tempos perpassando tanto, como nos finais do século XIX, pela ideia do distante do civilizado quanto, já no início do XX junto ao movimento sanitarista da década de 1920, por uma região flagelada pelas moléstias, mas símbolo do que representava a nação brasileira.

Preservados na Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, na Hemeroteca da Biblioteca Luis de Bessa e no Arquivo Público de Minas Gerais, ambos em Belo Horizonte, dos anos da República Velha, hoje temos acesso a, em torno de, vinte e cinco jornais no arquivo de Diamantina e a sete nos arquivos de Belo Horizonte. Para este texto, utilizaremos os jornais *Sete de Setembro*, *O Município*, *O Tambor*, *Cidade Diamantina*, *A Idea Nova* e *Diamantina*, que, fontes da pesquisa de mestrado já citado, foram mais bem analisados por nós até o presente momento e que, certamente, nos dão base para tratarmos do tema aqui apresentado. Além disso, como é sabido pela historiografia, não há jornal naquele período que conseguisse se manter por muitos anos consecutivos. Por isso, dos jornais preservados, selecionamos àqueles que têm um número razoável de exemplares disponíveis para consulta e que seriam importantes para avaliarmos o nosso marco temporal.

Como sabemos todo discurso é produzido socialmente, sendo indissociável do seu contexto e fruto de um coletivo. Com efeito, o desenvolvimento da imprensa diamantinense, a partir de 1889, está associado ao esforço das elites locais em inserir o Norte Mineiro nas discussões da República. Naquele período, Diamantina apresentava-se como um centro de grande importância para a região, o que fez absorver para si as atividades de coordenar as aspirações das elites do Norte de Minas (SOUZA, 1993). Analisando as propostas dos jornais, percebemos que, em comum, todos procuravam de alguma maneira evidenciar sua perspectiva regional, declarando sempre defensores dos interesses da zona Norte mineira.

No final do século XIX, *Sete de setembro*, *O município*, *O tambor* e *Cidade Diamantina* inauguraram essas discussões sobre o novo momento político implantado em 1889. Para esses jornais, a República no Brasil trouxe a possibilidade de finalmente o Norte de Minas ter representantes no governo que lutassem pelas causas da região. No ano de 1896, por exemplo, o jornal *O Município*, apoiando dois candidatos diamantinenses nas eleições para o senado federal, destaca que os mineiros do Norte precisam e carecem de “bons talentos servidos por bons caracteres, afim de que os nossos direitos eguais aos de quaesquer outras zonas do paiz ou do estado sejam garantidos plenamente [...]” (24/10/1896).

As preocupações em inserir o Norte nos projetos do Estado e do Governo Federal perpassam todo o momento aqui analisado. O município e região vivem em constante expectativa por medidas que os alie aos grandes centros do país. A imprensa se coloca como o setor que pretende lutar exaustivamente por isso. Ao destacarem seus papéis frente à sociedade, todos os jornais supracitados abordam que a imprensa deve lutar pelos interesses da sociedade nortista, uma vez que tem sido negado ao Norte todos os melhoramentos

necessários para garantir o progresso na região. Foi negado a estrada de ferro, as navegações, as estradas de rodagem, os externatos, a luz elétrica, etc. (Cidade Diamantina, 24/12/1893). O estado de permanente expectativa, como dito acima, caracteriza a condição de ansiedade em que vivem as elites da região. A esperança pela estrada de ferro, símbolo do progresso no período, esteve presente nas discussões da imprensa em Diamantina até 1915, quando finalmente o ramal da Central do Brasil é inaugurado na cidade.

O jornal *A Idea Nova*, inaugurado em 1905, deu continuidade a preocupação pelo desenvolvimento da zona nortista. No seu aniversário de quatro anos, ele reafirma seu compromisso em fazer com que o Norte seja mais lembrado pelos governantes. Para eles, “os governantes se lembram das cidades do sul; Diamantina e suas irmãs do Norte jazem no mais ingrato abandono”. Por isso, afirma que “para propugnar pelos interesses vitais desta zona é que mantemos este modesto jornal” (04/04/1909, p.1). Esse discurso permanecerá no jornal por todos os anos de sua publicação.

Não de forma diferente, o jornal a *Diamantina* também coloca em pauta a defesa pelo município e pelo Norte de Minas. Reinaugurado em 1913 com o nome de *Diamantina*, o jornal justifica a mudança do nome, antes *Correio do Norte*, afirmando que condiz mais com o seu atual programa⁸, mas salienta que mesmo com a mudança “Não deixará, entretanto, em tempo algum, de, sob este título, defender os altos interesses do Norte, de que será sempre a sentinella alerta e fiel, no posto que lhe cabe no jornalismo mineiro” (29/11/1913).

A imprensa diamantinense ao assumir a responsabilidade de lutar pelos interesses de todo o Norte de Minas elege Diamantina como cidade referência, no qual, promovendo a sua modernização, estariam cooperando para o engrandecimento de toda a Zona. Nesse sentido, defendiam que a cidade era uma espécie de ponte que ligaria todo o Norte e, ao mesmo tempo, ligaria a região ao progresso.

Claro que cada um busca para si o que lhe interessa. A imprensa defendia, por exemplo, que o ramal da Central do Brasil fosse a Diamantina porque a considerava a cidade mais importante, mas, mais que isso, porque desejavam que ela se transformasse de fato em uma grande metrópole da região. É sobre o imaginário de cidade moderna e as aspirações da imprensa para Diamantina que analisaremos agora.

Diamantina: A Metrópole do Norte

⁸ Possivelmente pelo apoio que o jornal dá a administração da Câmara Municipal naquele ano.

O texto mais emblemático sobre os ideais de modernidade que circulavam na cidade foi o publicado pelo *Idea Nova* em 1909 com o título *A Metrópole do Norte*. No texto o autor imagina Diamantina em 1940, trinta anos após a construção do ramal da estrada de Ferro Central do Brasil⁹. A narrativa descreve a chegada de um diamantinense, acompanhado por um amigo do Rio de Janeiro, a Diamantina, que se tornou uma metrópole, com setenta mil habitantes, movimentada e parecendo com o Rio de Janeiro, como destacou o amigo carioca, Corrêa Netto.

Ao longo do texto percebemos elementos que, para aquele período, eram símbolos de uma cidade moderna. Passeando pela cidade, os dois amigos utilizaram o bonde elétrico e viram uma cidade muito bem iluminada, cercada por edifícios “sumptuosos”, belos jardins, um teatro, vários cafés, etc. Ao se mostrar deslumbrado com a cidade que acabara de conhecer, Netto fala ao amigo diamantinense que um dia Diamantina será como São Paulo, que tem um milhão de habitantes, e que provavelmente se mude, pois está gostando imensamente de Diamantina. Nessa fala o diamantinense responde dizendo as outras melhorias que a Câmara Municipal tem feito na cidade:

E faz bem. Isto aqui tende a melhorar sempre. Cada dia nota-se um novo progresso. A Camara Municipal, com a renda annual de oitocentos contos, já saneou a cidade, canalizando a água, executando a rede de exgotos, calçando todas as ruas, desde o Lava-pés até o Paula Vieira e o antigo Arranca-rabo que é hoje um bairro populoso.

Percebemos, na fala do diamantinense, que problemas que Diamantina enfrenta em 1909 foram solucionados trinta anos depois. A canalização de água potável e a construção da rede de esgotos são abordadas frequentemente pelo *Idea Nova* entre os anos de 1905 a 1912, quando o jornal deixa de circular. Inclusive o jornal, no dia 21/04/1907, apresenta um novo programa que passa a defender mais de perto a campanha de saneamento. A partir daquele exemplar intensificam-se as discussões pelos problemas sanitários da cidade no jornal, que, como destacam também quase todos os jornais da cidade, sendo da época do antigo arraial são, por isso, totalmente obsoletos, não seguindo nenhuma norma de higiene da época.

Além de ter resolvido os problemas sanitários, o narrador destaca que a cidade tem várias colônias estrangeiras, fato importante para o período, que defendia a imigração, além de:

cerca de trinta hotéis importantes, entre brasileiros e estrangeiros; casas de pasto; pensões; muitos clubs; importantes casas comerciais; numerosas

⁹ Era previsto que o trem chegasse a Diamantina ainda em 1910. No entanto, como destacado, o ramal foi inaugurado somente em 1915.

industrias; um hyppodromo; quatro velódromos; associações atléticas; seis theatros; dez cafés de primeira ordem nas ruas centraes; viação urbana perfeitamente regularizada; bons colégios; gymnasio; seminário episcopal...

O amigo pergunta quantos mercados, e o diamantinense responde: “um mercado central; dois de fructas; dois de flores; três de hortaliças; um só de peixe fresco...”.

Ao sentarem em um Café, eles encontram outros dois conterrâneos já idosos, João Edmundo e João Felício, que destacam outros melhoramentos como o progresso da imprensa na região, citando que o *Idea Nova* cresceu muito. Em seguida, abordam que outras coisas modificaram entre elas o jogo de truque que, em compensação, foi substituído pelo Cassino – também presente nos grandes centros urbanos. Além de destacar o progresso de Diamantina, os dois conterrâneos do narrador falam dos melhoramentos de todo o município. João Edmundo aborda que vai para Dattas para um casamento, e, respondendo a Correa Netto, fala que o município cresceu, que já é quase uma cidade com dois semanários, importantes casas comerciais, várias indústrias, etc.

Dando sequência à narrativa, os dois amigos, depois de se despedirem de João Edmundo e João Felício, vão para o hotel. Chegando lá, o autor dá importância para os sons que eles escutam do quarto: sons de automóveis, vendedores de jornais, etc. Ou seja, sons típicos de uma cidade grande e moderna.

No final do texto, já deitados cada um em sua cama, o carioca diz ao diamantinense: “pois meu velho, disse afinal o Netto, a Diamantina é na verdade a Metropole do Norte” e o diamantinense responde: “Perfeitamente. Mas moralmente a cidade nada progrediu, talvez até tenha decahido. Foram-se os antigos costumes simples...”. Respondendo o amigo, Correa Netto diz que “infelizmente é a lei natural: uma sociedade, quanto mais cosmopolita, mais refinada em vícios”. Nessa fala percebemos como o progresso é tido como algo inevitável e que, ao mesmo tempo em que é visto como necessário e bom, ele traz inúmeros outros problemas. Nesse sentido, Diamantina já não é mais a mesma, perdeu seus antigos costumes simples em prol do progresso, que é um bem considerado necessário. Essas contradições estão presentes no pensamento da imprensa local que quer o progresso, mas lamenta que a cidade perca seus antigos costumes.

A chegada do ramal da estrada de Ferro, por exemplo, marca a imprensa com discussões sobre as melhoras e os problemas que viriam com o trem. Entre os problemas, os jornais citam o aumento populacional, a mudança da paisagem, as epidemias, etc. Para diminuir esses impactos, serão discutidas outras modernizações necessárias para que a cidade

possa acompanhar tremenda mudança: é preciso melhorar o estado sanitário da cidade, torná-la mais bela, iluminá-la com luz elétrica. Os exemplos para empreender tais melhoramentos são as modernizações ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades símbolos do progresso nacional. No entanto, mais do que o Rio, a presença de São Paulo no imaginário de cidade moderna é muito mais forte para os diamantinenses, uma vez que destacam o exemplo de São Paulo, que promove a higiene, a educação e a imigração. Na coluna Cartas Paulistas do jornal a *Idea Nova* do ano de 1906, o correspondente que mora em São Paulo reafirma essas impressões ao afirmar várias vezes que a capital paulista é um exemplo de cidade moderna para o Brasil.

Com efeito, ao analisarmos o texto *Metrópole do Norte* podemos identificar esses ideais de cidade moderna que a imprensa partilhava e difundiu na sociedade diamantinense. O exemplo do Rio e, mais ainda, de São Paulo estão presentes. Do mesmo jeito percebemos as pretensões dos jornais em garantir que a cidade de Diamantina se desenvolvesse e que se firmasse cada vez mais como um centro importante da região.

As preocupações com o saneamento das áreas rurais

No final da década de 1920, a imprensa de Diamantina passa também a dar importância para os problemas enfrentados nas áreas rurais da região do Norte de Minas. O jornal *Diamantina*, em 1927, dá destaque para a defesa sanitária do sertão com o texto intitulado *Um importante problema: A defesa sanitária dos nossos sertões* (11/02/1927) e com as colunas de Educação Sanitária, que publicadas no *Minas Gerais*, impresso oficial do Estado de Minas Gerais, passam a compor as páginas do *Diamantina* a partir do dia 28/02/1927 com a justificativa de que se torne mais conhecido o “nosso povo”.

No primeiro texto, o autor (não identificado) coloca que “O saneamento rural é um dos mais importantes problemas, cuja solução se impõe como condição essencial ao perfeito desenvolvimento da ubérrima e futura região sertaneja”. O sertão mineiro, de acordo com o jornal, é cheia de potencialidades e, por isso, deve receber a atenção de especialistas a fim de melhorarem as ações do Serviço de Profilaxia Rural, criado no ano de 1918. Para isso, é preciso que a engenharia sanitária realize o levantamento topográfico da região para que se faça a drenagem das águas que ali se acumulam e que favorecem o aparecimento de mosquitos que transmitem moléstias. Sabendo das doenças enfrentadas pelos sertanejos, as colunas de Educação Sanitária tratam de assuntos que objetivavam informar as populações sobre os perigos dos pernilongos e mosquitos, das técnicas de proteção contra as picadas, dos sintomas da febre amarela, etc. Essas eram as tentativas, partilhadas pela imprensa, de

modificar a inserção dos sertanejos nos projetos de modernização. A imprensa cobraria do estado a responsabilidade pelos problemas sanitários enfrentados por esses sujeitos e, ao mesmo tempo, divulgaria práticas que seriam importante por retirá-los da ignorância em relação a higiene, ao saneamento e as doenças.

No final de 1927, como destaca Bráulio da Silva Chaves (2011), foi assinado um novo Regulamento de Saúde Pública, que aponta as responsabilidades da Diretoria Saúde Pública e “dava uma organização mais sistemática ao que se passava a ser uma saúde pública, de obrigação e gestão estaduais”. Com isso, “a parceria com os municípios tornou-se mais explícita” (CHAVES, 2011, p. 52). No artigo 61, postulava-se a divisão do Estado em distritos sanitários, que, a partir dos Centros de Saúdes nos Municípios, fariam a ligação direta com a população “pelos atendimentos, na inspeção, na epidemiologia e na educação e propaganda sanitária”. Sobre essa questão, o jornal *Diamantina* (18/09/1927) aborda a importância da criação dos distritos sanitários e, mais uma vez, defende que Diamantina é uma referência para a região do Norte de Minas. No caso, o jornal destaca a esperança de que os habitantes do interior, que só ouviam falar da Diretoria de Higiene, possam agora ser devidamente atendidos. Para o *Diamantina*, um dos distritos sanitários deve ser criado em Diamantina porque está muito próxima de outros municípios, como Serro e Minas Novas, e porque é atendida pela Estrada de Ferro, facilitando a comunicação com outras regiões do estado e do país.

Dessa forma, percebemos como a imprensa, acompanhando os discursos de modernidade do período, defende a modernização do sertão, cobrando das autoridades as melhoras sanitárias da região e, ao mesmo tempo, defendendo a importância de Diamantina perante esses problemas.

Fontes

Cidade Diamantina (1897)

Diamantina (1913-1930)

Idea Nova (1905-1912)

O Município (1893-1903)

O Tambor (1890)

Sete de Setembro (1889)

Bibliografia

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995, p.145-151. Captado em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:QnXyBCsPdYEJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1990/1129+região,+sertão,+nação&hl=pt-BR&gl=br&>. Acesso em: 12 set. 2011.

BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

CHAVES, Bráulio Silva. As instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (org.) *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808 – 1958)*. Baurueri, SP: Minha Editora, 2011. p. 28-70.

GOODWIN JR., James William. *As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914)*. 2007. Tese (Doutorado). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 352p.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira Republica: Uma ideologia de construção da nacionalidade. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.193-210, 1985.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997

SOUZA, Jose Moreira de. *Cidade: momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo Marco Zero, 1993.

A criação do *copyright* na regulamentação do mercado de livros inglês no século 18¹⁰

Cíntia Medina de Souza
Mestre em História Social
FLCH/USP
soucime@gmail.com

RESUMO: O artigo examina a permanência do caráter monopolista da primeira lei moderna de *copyright* de 1710 com base nas relações entre o sistema de privilégios de impressão, as patentes e o *copyright* corporativo, e o discurso que torna o autor proprietário do direito de publicação, durante os séculos 16 e 18 na Inglaterra.

PALAVRAS-CHAVE: Monopólio; Propriedade literária; Direito de publicação; Estatuto da Rainha Ana.

ABSTRACT: The article examines the monopolistic character of the *copyright* created in 1710 to regulate the English book market considering the relationship between the privilege printing system, the patents and stationer's copyright, and the rhetoric that became the author a copyright owner, during 16th century and 18th century in England.

KEY-WORDS: Monopoly; Literary property; Copyright; Statute of Anne.

A lógica protecionista na criação do *copyright* inglês de 1710

A problemática em torno do acesso à produção do conhecimento é uma discussão que data do contexto do desenvolvimento da impressão no Ocidente e perdura até hoje, sobretudo com a possibilidade de expansão do saber por meio do formato digital. Essa discussão se acirra na dificuldade de se encontrar uma base equilibrada de uma regulamentação que beneficie não só todos os interessados, produtores e leitores, como também a manutenção da criação e expansão do próprio conhecimento.

A discussão dessa natureza pode ser vista na virada do século XVII ao longo do século XVIII, quando o cenário político inglês foi tomado por um debate em torno da regulamentação do mercado de livros impressos na Inglaterra. Nesse período, a circulação de livros era regida pelo *Ato de Licença de 1662*, que estruturava o setor de impressos no monopólio da *Companhia dos livreiros de Londres*, a *Stationers' Company*, e na censura por parte do Estado (FEATHER, 2006, p. 46-47). Em 1695, o Parlamento decidiu não renovar essa lei de 1662 e abriu espaço para a discussão de uma nova regulação que culminou na lei

¹⁰ Título obtido com a pesquisa sobre a origem do *copyright* inglês entre os séculos 15 e 18, financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

de *copyright* de 1710, conhecida como *Estatuto da Rainha Ana*. Trata-se da primeira experiência regulatória do mercado livreiro na história moderna europeia, desde o surgimento da impressão no Ocidente.

O *Estatuto da Rainha Ana*, de 1710, estabeleceu um dispositivo jurídico, o *copyright*, que concedia ao autor a propriedade sobre sua obra e lhe conferia o direito exclusivo de publicá-la por um período limitado (cf. *Statute of Anne*, 1710). Esse *copyright* poderia ser atribuído ao impressor ou editor, os quais passariam a desfrutar da propriedade sobre o direito exclusivo de publicá-la também por um tempo abreviado. A criação de um direito exclusivo de publicação limitado sobre a obra literária chama a atenção de estudiosos sobre o tema: por que, após séculos de monopólio perpétuo regulando o setor, optou-se por instituir um monopólio de caráter temporário? Ou melhor: por que se manteve a noção de monopólio como princípio regulador do mercado livreiro? A questão é pertinente, pois, no final do século XVII, o volume de impressos ampliou devido à própria pirataria. Esta desafiava o monopólio corporativo, que articulava meios de conter a concorrência, e o público demandava por maior acesso, questionando o preço abusivo dos livros devido aos exclusivismos no setor.

Uma das explicações a essa questão aponta para o contexto econômico da época, caracterizado pela cultura do crédito como impulsionador das atividades comerciais. Havia uma dependência da produção livreira pelo crédito, o que caracterizava um setor de alto risco e de demanda por retorno lucrativo (JOHNS, 2009, p. 112). Daí a necessidade de um dispositivo que assegurasse um lucro e o retorno do investimento na impressão. No entanto, podemos aprofundar essa explicação, que recorre ao modo como a empresa livreira foi concebida no século XVI, e a sua configuração adquirida ao longo dos séculos XVII e XVIII.

O objetivo desse trabalho é entender por que o *Estatuto da Rainha Ana* não rompeu com o princípio monopolista ao instituir o *copyright* para regular a produção livreira. Para tanto, concentraremos nas relações entre o sistema de privilégios de impressão, as patentes e o registro como as primeiras formas de *copyright*, e a construção em torno da figura do autor como proprietário de sua obra.

A ideia é de que a estrutura de privilégios, na qual nasceu a produção livreira, enraizou práticas costumeiras de direitos exclusivos de publicação, inventadas pela corporação e ratificadas em leis, as quais serviram de modelo para a criação do *copyright*, em 1710. A fundamentação desse direito na figura do autor como proprietário da obra foi essencial para os monopolistas continuarem estendendo o seu limite uma vez que esse direito do autor era transferido para eles. Isso fez com que o setor livreiro continuasse regulado na condição de

monopólio criada pela possibilidade de ampliação do limite de publicação exclusiva, o que de fato ocorreu ao longo do século XVIII e séculos posteriores. Se até 1695 o mercado livreiro era regulado explicitamente no regime de monopólio, em 1710, a adição do autor conduziu a nova regulação sob a noção de um regime de propriedade, porém inspirado no modo de propriedade gerado pelo antigo modelo de direito de publicação criado pelo monopólio corporativo.

Desde a introdução da impressão na Inglaterra no final do século XV, a produção livreira passou a apoiar-se no sistema de privilégios de impressão, com a concessão de patentes reais. Na metade do século XVI, a tendência da expansão do setor em regime de concorrência foi controlada pela corporação livreira londrina, a *Stationers' Company*, criada por iniciativa do Estado absolutista em parceria com os principais impressores portadores das patentes de publicação, em 1557 (ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 114). A partir de então, a regulamentação do mercado livreiro passou a escorar-se na articulação entre privilégios de impressão e direito exclusivo de publicação, o *copyright* criado pela corporação, auxiliando na contenção de publicação contrária ao Estado, no controle da concorrência e na acumulação de capital. O resultado dessa equação 'privilégios e *copyright*' não foi alterado com a introdução de um direito exclusivo ao autor em 1710, pois este *copyright* criado, embora limitado, não colocou em risco o princípio monopolista da regulamentação da produção livreira.

É importante salientar que o tema sobre a regulamentação de livros tem sido estudado desde a revisão da *Convenção de Berna*, em 1909. No entanto, esses estudos acabaram concentrando-se no caráter jurídico do *copyright* ou na abordagem romântica do século XIX, que construiu a ideia do autor como um gênio e a autoria como um fato natural e não como uma contingência histórica (SAUNDERS, 1992, p. 13). Ambas as leituras não contemplam uma análise histórica das relações entre as instituições sociais envolvidas na criação desse direito exclusivo.

A questão proposta será analisada com base numa documentação histórica formada pelas petições e projetos de lei, panfletos e periódicos, processos judiciais e jornais do parlamento inglês. Os resultados serão analisados à luz das proposições teóricas de Lyman R. Patterson, Mark Rose, David Saunders e Joseph Loewenstein, os quais não isolam o *copyright* como um fenômeno jurídico ou cultural; veem a regulamentação do mercado livreiro, e o direito de publicação, como resultado de um processo histórico movido pela tecnologia da impressão e por interesses comerciais e culturais articulados na esfera político-jurídica.

A proposta é fornecer uma percepção histórica da instituição de um direito de publicação, no caso o *copyright* inglês, e mostrar que se tratou de um dispositivo regulador construído com base em antigas práticas de monopólio; a sua atribuição ao autor não rompeu com o caráter protecionista, pois esse direito permaneceu sob a noção de privilégio concedido pelo Estado, favorecendo muito mais os interesses do capitalista livreiro.

Sistema de privilégios e patentes, *copyright* corporativo e a figura do autor

A discussão sobre uma nova regulamentação no setor livreiro inglês visava romper com a ordem monopolista criada para regular a atividade da impressão desde a sua introdução na Inglaterra, em 1476. A incorporação dessa manufatura foi concebida e regulamentada na mesma lógica protecionista das outras atividades comerciais, que estavam estruturadas pelo antigo sistema de privilégios. Portanto, o estímulo da produção livreira foi feito por meio de patentes de impressão, as quais concediam o direito exclusivo para, no primeiro momento, operar a máquina impressora e, por conseguinte, publicar exclusivamente determinados títulos de livros (CLEGG, 1997, p. 6-7).

Entretanto, os titulares dessas patentes uniram-se numa corporação livreira visando conter a concorrência no setor em virtude da expansão do mercado de impressos, sobretudo estimulada por questões religiosas e políticas. A ruptura do monarca inglês com o catolicismo, em 1534, e a guerra civil inglesa, entre 1640 e 1688, favoreceram a difusão de impressos e aumentaram a preocupação do Estado com publicações sediciosas. Portanto, a monarquia Tudor concedeu uma Carta Régia aos principais titulares de patentes, permitindo-os criar a *Stationers' Company*, a Companhia dos livreiros de Londres, em 1557 (ROSE, 1993, p.12). Essa carta estabelecia a parceria entre o Estado e a Companhia no combate a livros sediciosos e à concorrência, e estruturava a regulamentação do setor livreiro no sistema de monopólio e censura.

Essa parceria foi crucial porque inseriu práticas corporativas de organização do comércio livreiro entre as quais estava a do registro de obras, do qual surgiu um instrumento significativo para a regulamentação do setor: o *copyright* corporativo. Este dispositivo concedia a posse do direito exclusivo de publicar a obra ao livreiro e não ao autor. A sua função era inibir a competição e concentrar a publicação de obras no grupo dos titulares de patentes, que visavam à garantia dos investimentos e de seus lucros gerados pela publicação (PATTERSON, 1968, p. 31). O ato do registro tornou-se mandatório após 1577, quando alguns membros da corporação revoltaram-se imprimindo títulos de livros monopolizados

pelos titulares de patentes, ou seja, pelos mestres de impressão agraciados por privilégios reais e pertencentes aos altos cargos administrativos da corporação.

A acumulação, propiciada por esses privilégios, fazia desses titulares de patentes os principais financiadores da cadeia produtiva do livro. Eles investiam seu capital na compra do manuscrito do autor e nos custos da impressão com papel, mão de obra do impressor, compositor, encadernador e seus aprendizes; por fim eram os responsáveis pela circulação e venda dos livros. Ademais, a impressão explorada nos moldes corporativos acentuou a lógica monopolista no setor, pois limitou o número de atuantes e de maquinários e estabeleceu uma divisão social do trabalho gerida por uma rigorosa hierarquia. E essa dinâmica era confirmada por ordenanças internas corporativas e leis e estatutos do Estado.

Nesse momento, estamos diante de duas formas de direito de publicação na história da gênese do *copyright* de 1710: as patentes e o *copyright* corporativo obtido pelo registro do manuscrito que o autor vendia ao livreiro, quem adquiria a posse sobre o direito de publicá-lo. Não havia direito do autor, pois o registro era restrito ao membro da corporação. Enquanto as patentes eram um direito de publicação limitado, o *copyright* corporativo era um direito perpétuo. Isso fez com que vários livreiros buscassem obter o *copyright* corporativo para seus livros já patenteados (ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 96-97).

A introdução do registro de obras é central na nossa discussão, porque nos coloca diante de um modelo de um dispositivo regulador do mercado livreiro, sobretudo, com sua validade legal conquistada no *Decreto de 1637* e nas leis posteriores, que passaram a regular o setor. Inclusive, o lucro proporcionado pelo *copyright* corporativo registrado permitiu aos seus titulares investir em mais títulos de classe de livros populares – composta por almanaques, prognósticos, abecedários, catecismos, saltérios e hinários – cujo privilégio de impressão foi concedido por Jaime I à corporação, dando-lhe o direito perpétuo de publicá-la, em 1603.

Nessa concessão, houve a oportunidade de partilha entre os membros da corporação e um equilíbrio na exploração da atividade impressora. Porém, o modo como essa divisão foi feita priorizou novamente a lógica monopolista: os títulos foram distribuídos em formas de ações – os mais rentáveis ficaram com o grupo monopolista. Esse esquema foi chamado de *English Stock*, um sistema especulativo para acumular capital, visto que os títulos tornaram-se mais rentáveis sendo negociados como ações do que sendo publicados (BLAGDEN, 1960, p. 94).

Podemos ver claramente a lógica monopolista sustentada na relação entre o sistema de privilégio, que permitia ao monarca conceder patentes à corporação, e a criação de outro modelo de direito exclusivo de publicação, o *copyright* corporativo, e suas derivadas formas monopolistas como a *English Stock*. Porém, a prática de monopólio, intensificada pelos Stuarts, foi contestada a partir dos anos de 1620¹¹, o que resultou no *Estatuto do Monopólio de 1624*, que retirava o monopólio de várias atividades, porém, mantinha na impressão. (ROSE, 1993, p.45).

A não ruptura com o monopólio da impressão gerou contestações à corporação livreira, intensificando-se durante a guerra civil com a abolição da Câmara Estrelada, em 1641, que era principal órgão da censura e das leis monopolistas. Sem uma regulação estatal no setor livreiro, houve a proliferação de impressos, criando um ambiente propício ao debate sobre os rumos da impressão. O argumento dos monopolistas jazia numa matriz tradicional de propriedade apresentada na petição de 1643: afirmavam ser o *copyright* corporativo uma propriedade como a terra e contratos matrimoniais, portanto, perpétuo. Para eles, conceber tal direito como propriedade perpétua era condição *sine qua non* para garantir a proteção dos seus investimentos e o próprio estímulo do conhecimento (ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 586-587). O reforço deste argumento foi feito em uma disputa judicial, em 1666, quando usaram a figura do autor como proprietário absoluto do direito sobre sua obra, cuja venda ao livreiro fazia deste o próprio proprietário de tal direito (LOEWENSTEIN, 2002, p. 200). Tratou-se de um direito reificado comparado a quaisquer outros bens e, portanto, equivalente a qualquer outro direito perpétuo de propriedade (ROSE, 1993, p. 24).

Basicamente a ideia do direito de publicação como uma propriedade transferida pelo autor ao livreiro marcou o debate sobre a regulação nas décadas de 1700. Na analogia de tal direito a qualquer outra forma de propriedade material, os livreiros tentaram incorporá-lo na mesma classe legal da terra, que era o ponto central da lei comum inglesa: a *common law*, ou seja, o direito consuetudinário que julgava com base em práticas e costumes imemoriais (LOEWENSTEIN, 2002, p. 199-200). Uma vez que o costume era o da transferência da obra pelo autor e do seu registro na corporação, que assegurava o direito perpétuo de publicação ao livreiro, a nova lei deveria respeitar essa ordem costumeira reconhecida pela *common law*.

¹¹ Sobre a questão do monopólio, o parlamentar Sir Robert Wroth argumentou: “Desde o último Parlamento, houve a concessão de diversas patentes [...] para passas de corinto, ferro, pó, ossos bovinos, [...] couro, roupas, cinzas [...]. Após a leitura dessa lista, Mr. Hackwell levantou-se e perguntou: ‘Não tem pão nessa lista?’ [...]. ‘Não’, disse o próprio Mr. Hackwell, ‘se não está nesta, o pão estará na outra lista da próxima reunião parlamentar’” (Cf. *House of Commons’ Journal*, nov 1601, p. 622-660).

Desde 1695 até 1710, foram escritos vários projetos de lei e debatidos pelos parlamentares sob a pressão dos monopolistas e da sociedade. Alguns deles acataram a ideia de haver uma “propriedade incontestável” do autor a ser “assegurada”. No entanto, imperou a ideia de uma propriedade, não incontestável, mas “conferida” ao autor pelo Estado a fim de estabelecer um direito limitado como dispositivo regulador do setor livreiro (cf. *Statute of Anne*, 1710). O limite desse direito teve como modelo o antigo *Estatuto do Monopólio de 1624*. Como vimos, esse estatuto rompeu com o monopólio em várias atividades, porém no setor da invenção de máquinas, essa lei estabeleceu um monopólio limitado, cujo período foi adotado igualmente no setor livreiro 86 anos depois: 14 anos para publicação de obras novas, sendo renovável por mais 14 anos se o autor estivesse vivo, e de 21 anos para obras já publicadas, não renováveis (ROSE, 1993, p. 25).

Notamos que a regulamentação de 1710 manteve como base a prática de concessão de direito, embora, desta vez, feita por decisão parlamentar e não mais pela vontade soberana do monarca. O Parlamento se baseou nas leis e práticas regulatórias antigas, que ratificavam o *copyright* corporativo e o costume de transferência da obra do autor ao livreiro, servindo de modelo para o *copyright* estatutário instituído no *Estatuto da Rainha Ana*, em 1710. Pois, em suas provisões, ainda se manteve a prática de registrar a obra na corporação livreira como condição para adquirir o direito de publicação, ou seja, incorporou-se o costume do registro que assegurava o *copyright* corporativo. Além disso, o estatuto apontava, como proprietário do direito, o autor ou o seu ‘designado’, ou seja, o comprador do manuscrito sem enfatizar a figura do autor com distinção. Assim, ratificava a lógica da antiga prática de transferência, na qual o livreiro comprador era o que mais usufruía dos ganhos advindos da publicação e da comercialização do próprio direito atribuído pelo autor. No estatuto, nada constava sobre a natureza moral do direito do autor, e de um eventual direito de rescisão contratual e de revisão da sua obra.

É inegável que o *copyright* estatutário rompeu com o direito perpétuo dos monopolistas. De certo modo, significou uma mudança expressiva no setor, pois o autor adquiriu o direito de publicar sua obra, que passaria a domínio público após 28 anos, ou seja, um ganho para ambos o autor e o público leitor. Mas isso não eliminou o caráter monopolista da regulação do mercado livreiro e mostrou o quanto seus negociantes ainda clamaram pela permanência dessa lógica: os anos posteriores ao *Estatuto da Rainha Ana* mostraram isso.

Após o fim do limite de proteção das obras novas, somando-se dois ciclos de 14 anos, e dos 21 anos das obras antigas, qualquer um poderia publicá-las. Porém, já nos anos de 1730,

os monopolistas da corporação tentaram pleitear uma nova lei que ampliasse o limite. Como não conseguiram, eles apelaram para os tribunais da *common law* e conseguiram liminares que mantiveram seus direitos exclusivos de publicação por tempo indeterminado (SAUNDERS, 1992, p. 58). Esse artifício legal sobrepôs à autoridade da legislação de 1710. Ademais, essas discussões judiciais provocaram um debate amplo na sociedade inglesa com forte participação do público, de autores e editores.

É nesse período que identificamos os esforços, principalmente por parte dos editores, em elaborar um discurso conceitual sobre a existência da propriedade literária (Cf. *A Letter from an author*, 1747, p.408). Desse modo, buscava-se por um direito exclusivo desvinculado da noção de monopólio, típico do comércio regulado por privilégios, e fundamentado na defesa da propriedade (JOHNS, 2009, p. 113): o argumento era de que tal direito fundava-se no trabalho intelectual do autor, cuja *originalidade*, traduzida por “estilo e sentimento” próprios, justificava a propriedade sobre a sua obra (PORTELA, 2003, p. 152-157; *Tonson v. Collins*, 1762). Afirmava-se que antes da publicação do manuscrito, o autor era proprietário dessas ideias vistas como inerentes a ele e, após a publicação, a sua posse recaía nos lucros gerados por essas ideias materializadas nas palavras impressas.

Esse discurso criava a noção de um direito natural do autor reconhecido pela *common law* para obter um direito perpétuo sobre a propriedade literária (SAUNDERS, 1992, p. 64). No entanto, essa formulação encontrava barreiras na própria *common law*, pois esta lidava apenas com a propriedade material e não com a imaterial, caráter das ideias expressadas com “estilo e sentimento” próprios. Essa tentativa de construir uma propriedade literária perpétua foi contestada pelo argumento de que seria um paradoxo haver uma propriedade sobre o discurso e a linguagem, que são inerentes a todo ser humano. Para reforçar tal posição, foi lembrado que nunca havia existido esse direito entre os poetas antigos; e este só surgiu por meio do Estado que o criou de modo limitado para torná-lo acessível a outros (Cf. *An inquire*, 1762, p. 1-10; *Tonson v. Collins*, 1762).

Por um lado, notamos o papel do âmbito jurídico na discussão em torno da transformação do autor como base principal para consolidar a ideia de uma propriedade literária e, assim, justificar um direito de publicação, pautado no autor, como dispositivo essencial para a regulação do mercado livreiro. Por outro, é visível que o direito de publicação foi algo construído pelo Estado ao longo do desenvolvimento da impressão por meio de privilégios e patentes e, depois, com o *Estatuto da Rainha Ana*, em 1710. A tentativa de alguns juristas em conceber um direito natural do autor – e, portanto, perpétuo que saía de tal

ordem de concessão – foi abortada pelo emblemático caso *Donaldson v. Beckett*¹², em 1774. Nesse caso, o *Estatuto da Rainha Ana*, e seu direito limitado, prevaleceu.

Daí, retornamos à questão inicial: por que a regulação do setor se manteve baseada em um direito que, embora limitado, conservou o teor protecionista? Porque a base regulatória conhecida era a prática de concessão de privilégios e patentes de impressão, da qual se originou um modelo histórico de *copyright* do século XVI. Este era o modelo que os legisladores incorporaram para instituir o *copyright* de 1710, porém de acordo com as pressões comerciais e sociais. Para atender aos interesses do público e dos novos editores, desejosos em participar do negócio livreiro, foi atribuído um limite a tal direito. Este período abreviado de proteção da publicação da obra rompia com o monopólio perpétuo corporativo, mas não com a lógica protecionista. Tal limite atendia aos interesses dos monopolistas na medida em que lhes permitia continuar exigindo por sua ampliação nas arenas jurídica e política¹³. A figura do autor, explorada por argumentos jurídicos e filosóficos, foi central para as exigências de ampliações dos limites, que passaram a concentrar cada vez mais o direito exclusivo nos editores, visto que ao autor permaneceu o papel de transferir sua obra mediante pagamento acordado, conforme a antiga prática livreira.

Considerações Finais

O acesso histórico à primeira legislação moderna do *copyright* de 1710 nos revelou que tal dispositivo jurídico manteve o teor monopolista como base reguladora do mercado livreiro, apesar de instituir um direito exclusivo de publicação limitado. Este formato resultou do conflito entre interesses comerciais e culturais, argumentos filosóficos e jurídicos, e da própria tecnologia da impressão, que ao tender à expansão implicava criar um regime de competição. Esses interesses divergiram entre uma ampliação do acesso ao mercado livreiro e a sua restrição pela permanência em regime de monopólio, porém fundamentado na ideia de propriedade e, não mais, em privilégios de impressão.

Para resolver essa divergência, a lei de *copyright* de 1710 instituiu no autor um direito limitado de publicação, porém modelado pelas antigas práticas de regulação regidas pelo princípio monopolista. Desse modo, a introdução de um limite ao direito exclusivo de publicação sinalizou uma possível participação de outros agentes no setor; porém tal limite

¹² Esse caso foi um marco na história do *copyright* inglês por ter criado um precedente da superioridade da legislação de *copyright* de 1710 sobre os veredictos judiciais, os que favoreceram o direito perpétuo de publicação dos monopolistas da corporação ao longo do século 18.

¹³ Na petição contrária à limitação, enviada ao Parlamento, os monopolistas disseram: “[...] se nós temos um direito por dez anos, temos esse direito para sempre” (Cf. *More reasons*, 1709).¹³

também implicou numa brecha para sua constante ampliação por parte dos monopolistas. Esse limite rompeu com o monopólio perpétuo corporativo, mas instituiu outro monopólio abreviado, que deu margem para ser ampliado nos séculos posteriores. Portanto, o *copyright* estatutário de 1710 manteve um caráter protecionista. O discurso da existência de uma propriedade literária do autor contribuiu para essa permanente extensão do limite de publicação, o que impossibilitou uma dinâmica comercial mais favorável ao acesso do público às obras literárias.

Desde o século XVIII até o atual, as leis inglesas e as de outros países têm demonstrado essa ampliação do período de proteção que chega a abarcar mais de 100 anos, contando com o período após a morte do autor. Isso inviabiliza cada vez mais uma dinâmica de preços acessíveis e uma ampliação do acesso pelo público à produção cultural literária. Uma vez que historicamente o direito exclusivo de publicação é uma concessão do Estado para regular a produção livreira, podemos repensar a questão de uma nova regulação em termos de políticas públicas. Nesse sentido, podemos avaliar se as bases teóricas e históricas, que fundamentam a noção de direito autoral atual, são compatíveis com as demandas da sociedade em geral, principalmente levando em consideração a possibilidade de replicação do conhecimento no formato digital.

Bibliografia

ARBER, Edward (Ed.). *A transcript of the registers of the Company of Stationer of London 1554-1640*. AD 5 v. London and Birmingham: Privately printed, 1875-1894.

BLAGDEN, Cyprian. *Stationers' Company: a history 1403-1959*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

CLEGG, Cyndia Susan. *Press censorship in Elizabethan England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FEATHER, John. *A history of British publishing*. London and New York: Routledge, 2006.

JOHNS, Adrian. *Piracy: the intellectual property wars from Gutenberg to gates*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009.

LOEWENSTEIN, Joseph. *The author's due: printing and the prehistory of copyright*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

PATTERSON, L. R. *Copyright in historical perspective*. Nashville: Vanderbilt University, 1968.

PORTELA, M. *O comércio da literatura: mercado & representação*. Lisboa: Antígona, 2003.

ROSE, Mark. *Authors and owners: the invention of copyright*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993.

SAUNDERS, David. *Authorship e copyright*. London: Routledge, 1992.

British History Online Site: www.britishhistory.ac.uk. House of Commons' Journal

Projeto Primary Sources on Copyright (1450-1900) Site: www.copyrighthistory.org

A letter from an author, to a member of parliament concerning literary property (1747).

An enquire into the nature and origin of the literary property (1762)

More reasons humbly offer'd to the Honourable house of Commons, for the bill for the encouragement learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof, London (1709).

Statute of Anne (1710); *Tonson v. Collins* (1761-1762).

Circulação de textos teatrais no Rio de Janeiro oitocentista: um estudo de caso sobre a publicação da cena cômica *Ahi! Cara dura!* De Francisco Correa Vasques (1883-1884)

Henrique Bueno Bresciani
Mestrando em História Social
Universidade Estadual de Londrina
he.buenob@gmail.com

RESUMO: A peça *Ahi! Cara Dura!*, de autoria do comediógrafo fluminense Francisco Correa Vasques, foi representada pela primeira vez em abril de 1883. Posteriormente, seu texto foi publicado em uma série de folhetins da *Gazeta da Tarde*. O objetivo deste artigo é investigar sua circulação, refletindo sobre as possíveis conexões estabelecidas entre “palco e página” que recorrentemente caracterizavam a edição de peças de gênero musicado.

PALAVRAS-CHAVE: História da Leitura; Imprensa; Francisco Correa Vasques; Brasil Império.

ABSTRACT: The play *Ahi! Cara dura!*, whose author is the dramaturge Francisco Correa Vasques, was first staged in April, 1883. Thereafter its text was published as part of a *feuilletons*'s series in *Gazeta da Tarde* newspaper. This article aims at investigating its circulation considering the connections that might have been established between “stage and page” which would often characterize the editing of musical theater plays.

KEYWORDS: History of Reading; Press; Francisco Correa Vasques; Brazilian Empire.

No dia 24 de janeiro de 1884, o comediógrafo fluminense Francisco Correa Vasques deliciava seus leitores com mais uma de suas incisivas *Scenas Comicas*, título escolhido por ele para uma série de folhetins publicados na *Gazeta da Tarde* entre 25 de outubro de 1883 e 17 de julho de 1884. Localizada na parte inferior da primeira página deste jornal, encontrava-se a peça intitulada *Ahi! Cara Dura!*, um dos textos integrantes da série. Sua publicação constitui-se em uma evidência relevante para a investigação da dinâmica de disseminação de textos teatrais de gênero leve na segunda metade do século XIX.

Estudar a circulação de um texto, entretanto, implica sempre estender o escopo temporal da análise nas duas direções possíveis. Seguindo este argumento, torna-se fundamental recuar no tempo em relação à data de sua publicação a fim de compreendermos seus antecedentes. Basta lembrar que, antes de ser editada, a peça foi representada nos palcos do Rio de Janeiro e existiu sob outra linguagem, obedecendo tanto a uma lógica como a regras distintas se comparadas àquelas de sua veiculação impressa. Por outro lado, também somos

impelidos a lançar um olhar adiante do dia 24 de janeiro e explorar as repercussões e desdobramentos da publicação do texto, indagando sobre a maneira como este foi “recebido” pelos leitores e as próprias interlocuções que estabelecia com a sociedade fluminense.

Dito isto, portanto, ao invés de começarmos esta história pelo ano de 1884, regressemos alguns meses até o dia 10 de abril de 1883, no qual se publicou o primeiro anúncio da representação de *Ahi! Cara dura!*¹⁴ Localizada na primeira página da *Gazeta da Tarde*, uma extensa coluna, intitulada *O Vasques*, rompia com os modelos recorrentes adotados pelos jornais para divulgar os espetáculos teatrais (GAZETA DA TARDE, 10 abr., 1883: nº 80). Ao invés de se situar no canto inferior da última página – como é de costume neste periódico – e de reproduzir os elementos comuns aos anúncios de teatro, sua posição singular ocupada no jornal e o longo texto que a compõe sugerem que desta vez optara-se por uma estratégia diferente da usual.

Tal opção correspondia diretamente à própria natureza especial do espetáculo em benefício, pois todo lucro obtido com a venda dos ingressos seria revertido ao próprio Vasques. Diante da particularidade da ocasião do benefício¹⁵, tornam-se compreensíveis as razões que justificariam o anúncio ser precedido por um texto biográfico. Seu principal objetivo era lembrar aos leitores – e espectadores em potencial – sua “louvável” trajetória artística com a finalidade de criar uma grande afluência de público ao teatro Sant’Anna.

Mas esta posição de destaque da coluna no jornal também deve ser atribuída à figura do seu autor. Podemos considerar que neste ponto de sua carreira, Vasques havia atuado em diferentes teatros e trabalhado com diversos empresários, sendo que durante os anos de 1868 e 1870 ele próprio tinha se aventurado nesta atividade com a criação da companhia *Fênix Dramática*. Em 1883 já havia escrito grande parte de seus textos teatrais e, portanto, já gozava de um prestígio significativo entre as plateias, ao passo que também era bastante popular nos jornais fluminenses, nos quais ele era reconhecido simplesmente como “o Vasques”. Dada a sua notoriedade, podemos entender a perspicácia do escritor da notícia quando deixou entrever que a lotação do teatro era uma certeza, uma vez que os espectadores, segundo sua opinião, teriam de “acotovelar-se” se quisessem assistir às representações (GAZETA DA TARDE, 10 ABR., 1883, n. 80).

¹⁴Todos os trechos de periódicos citados neste artigo estão digitalizados e disponibilizados *online* na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 09, mai. 2014.

¹⁵Os benefícios eram espetáculos cuja renda era revertida em prol de algum ator ou instituição. Pode-se dizer ainda que eram comuns no mundo teatral deste contexto e muito importantes para os atores, na medida em que estes não gozavam de uma estabilidade e regularidade de ganhos bem definidas.

Apesar de sua popularidade é necessário ressaltar que o ator e dramaturgo não obteve uma educação formal completa e não constituía um tipo propriamente erudito naquele contexto. Nascido em 29 de abril de 1839, era mulato, pertencente a uma família pouco abastada e concluiu apenas o curso elementar no Colégio Marinho. A primeira peça escrita pelo dramaturgo, *Sr. José Maria Assombrado pelo Mágico*, estreou em 1858 em Niterói e foi o primeiro espetáculo em que Vasques foi beneficiado (cf. SOUZA, 2010).

Vinte e cinco anos mais tarde, ele escolhia outra cena cômica de seu próprio punho para a realização de seu benefício. Ao fazer isso, apostava mais uma vez no sucesso desempenhado pelo teatro de gênero leve e musical frente às plateias e no prestígio de seu próprio nome e obra construídos dentro desta estética. O teatro leve, presente no Rio de Janeiro desde 1830 (cf. MENCARELLI, 2003), ganhou muito destaque frente a outras concepções da arte dramática, a saber a estética romântica e nacionalista – praticada pela companhia do famoso ator João Caetano no teatro São Pedro de Alcântara – e a voga do teatro realista e seus “dramas de casaca”, representados principalmente no Ginásio Dramático – cujos autores e defensores eram, por exemplo, Machado de Assis e José de Alencar . A partir da década de 1870, como argumenta Fernando Antonio Mencarelli, o gênero leve e musical, com suas diversas modalidades, constituiu-se como um verdadeiro negócio. Tal fenômeno, na sua percepção, poderia ser observado no incremento do número de casas de espetáculo, de companhias, de empresários, atores, peças e também das próprias plateias (cf. 2003).

Em 1883, por exemplo, Vasques fazia parte da companhia *Fênix Dramática*, que neste momento era dirigida por Jacinto Heller, e de forma similar às empresas de Sousa Bastos e Braga Junior, seus concorrentes naquele momento, apostava no repertório leve. O sucesso de tais gêneros estava relacionado também às interlocuções estabelecidas pelos temas e formas dos espetáculos que se adequavam aos gostos de uma plateia cada vez mais numerosa e heterogênea de uma cidade em processo de modernização. As novas demandas do contexto confluíram, desta forma, para a criação de um circuito de diversão urbana na cidade do Rio de Janeiro (cf. MENCARELLI, 2003).

Uma das características principais dos gêneros leves era incorporar linguagens e tipos de performances diferentes. Distanciando-se de um teatro que tomava o texto como principal referencial, investia-se na espetacularidade cênica, no diálogo direto com os espectadores, no improviso e na música. (cf. MENCARELLI, 2003) As cenas cômicas, pelas quais Vasques se fez bastante conhecido, compartilhavam destes elementos. Compostas por

um único ato e representadas por um ou dois atores, como nos lembra Silvia Cristina Martins de Souza, elas apostavam na abordagem humorística de temas extraídos dos próprios burburinhos da cidade. Eram escritas em prosa, verso, ou ainda articulando ambas as possibilidades e, de maneira recorrente, utilizavam-se de determinados recursos tais quais a imitação, a música, a dança e números de magia (cf. SOUZA, 2006).

A peça *Ahi! Cara dura!* revelava sua comicidade a partir do próprio título. O termo provavelmente possuía um sentido similar à expressão contemporânea *cara de pau*¹⁶, ou seja, ela identificava um indivíduo pouco escrupuloso, alguém que desempenhava ações consideradas imorais ou desonestas sem, entretanto, demonstrar qualquer constrangimento em relação a elas. Além disso, tratando-se de uma expressão provavelmente muito difundida por intermédio da oralidade, também podemos supor que Vasques, estrategicamente, procurava despertar a atenção dos possíveis espectadores ao aludir a referências culturais compartilhadas por eles.

A peça divide-se em oito falas nos quais o interlocutor, ele próprio um *cara dura*, apresenta diversas situações em que personagens, cheios de cinismo e sem vergonha alguma, desempenham ações dignas do título do espetáculo. A música era bastante marcante em sua encenação uma vez que a prosa intercalava-se com pequenos versos que eram cantados com o acompanhamento da orquestra como forma de encerrar cada situação. A dança era outro elemento característico da peça. Dançar o maxixe com todas as moças em uma ocasião social de origem humilde é a conquista de seu Manduca por realizar um conveniente brinde ao dono da casa, que apesar de não ser propriamente elogioso, foi recebido com muito humor pelos convidados e acabou atraindo a atenção das mulheres para si.

Vasques, lançando mão de recursos diversos, certamente agradava suas plateias e as colocava a rir. Se acompanharmos a repercussão da peça nos jornais podemos elaborar algumas suposições sobre sua recepção entre os espectadores. No dia 12 de abril, em uma notícia da *Gazeta da Tarde*¹⁷, afirmava-se o seguinte:

O teatro Sant'Anna estava repleto. Todos queriam render homenagem ao querido das platéas, ao actor que mais profundamente conhece o coração do povo, ás vezes fraco, porém sempre generoso e prompto a render homenagem aos que como Vasques, tem por distinctivo o trabalho, o talento

¹⁶A expressão *cara de pau* também era comum em 1883. Cf. *Brazil*, 23 mar., 1884. É necessário registrar, entretanto, a fim de evitar o anacronismo, que determinados atos, ideias e práticas que podem ter sido consideradas imorais na sociedade oitocentista não são necessariamente similares aos atuais.

¹⁷É interessante notar que novamente intitulou-se a notícia de “O Vasques”, inserindo-a na primeira página, como da outra vez, provavelmente com o intuito de chamar a atenção daqueles que haviam lido a primeira notícia e gostariam de acompanhar seus desdobramentos.

e a honra. O autor de *Lágrimas de Maria* foi coberto de ovações. De um lado, o povo, de outro, os companheiros e todos, trabalhando para um fim único – laurear aquelle cujo coração bate em prol de tudo quanto é bom, justo, generoso e nobre. A causa dos escravos, os desherdados da fortuna e da sorte, encontrou sempre nelle um grande auxiliar (...) (GAZETA DA TARDE, 12 abr., 1883, n. 82).

É evidente, neste fragmento, que a intenção do escritor em elaborar uma crítica teatral à peça, como era usual em alguns periódicos do contexto, foi praticamente suprimida em favor da veiculação do sucesso de *Ahi! Cara dura!* diante das plateias. É igualmente clara a insistência e a intensidade com que Vasques foi elogiado e engrandecido pelo escritor. Com certeza, não podemos nos esquivar da consideração de que a *Gazeta da Tarde* procurava reafirmar uma imagem bastante positiva do autor. Entretanto, talvez não tenha cometido exageros ao noticiar a repercussão da peça, uma vez ela ocorria num contexto de realizações de espetáculos voltados para a causa da abolição da escravidão, da qual Vasques era um defensor. Isto se torna mais plausível principalmente quando levamos em conta os próprios laços de amizade entre Vasques e José do Patrocínio (cf. SOUZA, 2005), o proprietário e diretor do jornal naquele momento (cf. SODRÉ, 1983)

Enxergando o problema por outro ângulo, é ainda possível supor que a reafirmação desta imagem positiva do autor não surtiria qualquer efeito, e sequer faria algum sentido, caso não encontrasse no público leitor e nos espectadores um terreno fértil no qual florescer. Desta forma, devemos reconhecer que se a publicação desta notícia provavelmente indica uma intencionalidade estratégica em promover Vasques e sua peça, sua segunda e terceira representações, respectivamente realizadas no dia 17 e 18 de abril (cf. GAZETA DA TARDE, 17-18 abr., 1883: nº 86/87) constituem-se em evidências que nos permitem sugerir sua boa aceitação pelo público¹⁸.

O periódico *O espectador* também noticiou sobre o espetáculo em benefício ao Vasques. Em 1883 este periódico era publicado aos domingos, semanalmente ou a cada quinze dias. O mundo teatral constituía sua principal fonte de interesse, tanto que o jornal era vendido nas portas dos teatros¹⁹. No dia 15 de abril ele exibiu o texto que se segue:

O Vasques é um artista popular, inteligente e trabalhador, não desconhecemos tudo isso, e se algumas vezes o temos censurado é sem dúvida por causa de ser inconstante para com os princípios da arte; o nosso

¹⁸O fato de o maestro Cavalier Darbilly ter composto uma polca em homenagem a Vasques cujo título era o mesmo de sua cena cômica, é outra evidência que nos permite desenvolver este argumento. A polca foi impressa pelo Imperial Estabelecimento de Pianos e Músicas Buschmann e Guimarães. Cf. SOUZA, 2009, p. 1-23.

¹⁹Estas informações podem ser encontradas no cabeçalho dos exemplares de *O espectador* no ano de 1883. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/o-espectador/369454>> Acesso em: 09 mai. 2014

artista deve saber que um artista notavel tem diante de si o elogio e a critica, e que se a primeira não descarta por um instante dos seus deveres, muito menos a segunda; no mais gostamos do Vasques. Admiramol-o. [...] Tanto o beneficiado como os artistas que tomaram parte no espetáculo foram muito aplaudidos. O Vasques, como de costume, foi mimoseado com diversos brindes por parte de admiradores e colegas. O teatro achava-se repleto de espectadores.(O ESPECTADOR, 15 abr., 1883, n. 8)

Mesmo escrito em um tom mais moderado em relação à notícia veiculada na *Gazeta da Tarde*, este trecho persiste na utilização de uma fórmula bastante semelhante para comunicar que o espetáculo tinha sido bem aceito: “O teatro achava-se repleto de espectadores”, o que nos permite, desta forma, reforçar o argumento anterior a respeito da repercussão da peça.

A abordagem comedida, entretanto, não nos impede de reconhecer uma alfinetada dirigida ao Vasques pelo escritor, quando este afirmou não se arrepender das críticas feitas ao ator em outras ocasiões. De fato, algumas notícias deste mesmo periódico, localizadas temporalmente próximas às apresentadas anteriormente, atestam que sua apreciação do teatro aproximava-se da estética realista e toda a sua concepção moralizante de espetáculo.²⁰ Segundo os argumentos tecidos neste jornal, a boa peça teatral seria aquela que observasse a lógica literária, ou seja, a que tomasse como referência a escrita dos autores ilustrados. Vasques, na contramão desta perspectiva, apostava justamente na articulação de diferentes linguagens, nas referências a músicas, danças, expressões, piadas, entre outros elementos extraídos da rua e familiarmente reconhecidos pelo seu público como pressupostos para compor suas peças.

Após acompanharmos a trajetória da peça no ano de 1883, inserindo-a em um conjunto de relações, podemos agora avançar no tempo e nos concentrar em refletir acerca da publicação de seu texto no dia 24 de Janeiro de 1884.

Como já exposto anteriormente, Vasques, a convite de José do Patrocínio, foi folhetinista na *Gazeta da Tarde*.²¹ Ele escreveu um total de 27 artigos nos quais abordava diversificados assuntos da ordem do cotidiano e do universo teatral do Rio de Janeiro. Deu à série o título de *Scenas Comicas*, como já mencionado anteriormente, fazendo referência direta ao gênero no qual mais investiu para a criação de suas peças e que maior prestígio alcançou entre o seu público.

²⁰Em um texto do dia 22 de abril de 1883, queixava-se de que apesar dos ilustrados escritores brasileiros, o teatro carecia de bons textos literários. Condenava-se a falta de originalidade, sobretudo a importação de temáticas estrangeiras e a própria tradução de peças francesas e espanholas. Cf. *O espectador*, 22 abr., 1883.

²¹ Os folhetins foram publicados sem uma regularidade bem definida de outubro de 1883 até abril de 1884. No entanto, o último deles foi somente publicado no dia 17 de julho. Cf. SOUZA, 2005, p. 52-64.

Para além desta razão, o título também nos é relevante para compreender o sentido que Vasques atribuía ao conjunto de folhetins que escreveu, e de maneira mais específica, servem-nos para investigarmos as motivações que o levaram a publicar o texto *Ahi! Cara dura!* como parte deste conjunto. Os títulos das séries, assim como os pseudônimos, eram formas manipuladas pelos autores com o intuito de definir um perfil específico para os seus folhetins, algo que se constituía a partir da seleção de um campo temático, um ponto de vista narrativo e um estilo de escrita (cf. CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005).

A partir destas considerações, podemos supor que o teatro consistisse em pelo menos um dos assuntos de interesse de Vasques (cf. MARZANO, 2005; SOUZA, 2005). O campo temático, entretanto, não se limitava ao mundo dos palcos, estendendo-se também aos assuntos do cotidiano. É possível citar, por exemplo, as críticas feitas por Vasques ao comportamento de grupos sociais mais abastados no dia de finados (GAZETA DA TARDE, 08 nov., 1883: n° 261), seu cômico comentário a respeito dos acidentes ocasionados pelo bonde (GAZETA DA TARDE, 25 out., 1883: n° 250), ou ainda suas observações sobre o verão no Rio de Janeiro e o problema da falta de água (GAZETA DA TARDE, 22 nov., 1883: n° 273).

Portanto, mesmo na publicação de acontecimentos do dia-a-dia, Vasques mantinha a coerência do título que escolheu para sua série de folhetins. Esta coerência, desta vez, expressava-se pelo estilo de escrita e também pelo ponto de vista narrativo. O autor lançava mão da mesma fórmula narrativa utilizada em suas peças, recheando os textos de sátira e de crítica social. Entretanto, é necessário ressaltar que mesmo possuindo o objetivo de intervir na realidade com suas produções, Vasques não deixava de divertir seus interlocutores, fossem eles espectadores ou leitores.

Desta forma, pode-se identificar um prolongamento do projeto empreendido por ele nos palcos aos textos que publicou na sua coluna *Scenas Comicas*. Aliás, é curioso notar as múltiplas conexões que se pode estabelecer entre alguns elementos presentes nos folhetins e as características do teatro ligeiro praticado por Vasques: a linguagem leve e humorada, a abordagem de temas cotidianos, o diálogo com um público heterogêneo e numeroso e a intenção em transformar a realidade. A cena cômica que escolheu publicar no dia 24 de janeiro de 1884, desta forma, é consonante com o perfil traçado por Vasques para sua série de textos publicados na *Gazeta da Tarde*, mesmo que ele tenha atribuído a sua publicação à “falta de assumpto” (GAZETA DA TARDE, 24 jan., 1884: n° 20).

O anúncio publicado no dia anterior, também na *Gazeta*, desenvolvia uma motivação semelhante à apresentada pelo autor: “O Vasques desta vez teve preguiça e nos enviou, para que amanhã seja publicado em folhetim a sua scena-comica inédita – Ahi, cara dura! Preparem-se os leitores, que a gargalhada é certa.” (GAZETA DA TARDE, 23 jan., 1884: nº 19). Podemos reconhecer que talvez a publicação do texto decorresse do fato de Vasques realmente não ter tido escrito nada de novo para enviar ao jornal. Entretanto, nem de longe esta pode ser a única razão explicativa para isto. De maneira complementar podemos pensar na própria intencionalidade do periódico em veicular tal anúncio. Muito possivelmente seu objetivo era o de certificar que aqueles que o lessem, comprassem o próximo número a fim de acompanharem o texto da peça aplaudida em abril de 1883.

Porém, além disso, podemos conjecturar que as compatibilidades entre os folhetins e o teatro de Vasques arroladas anteriormente, ao invés de meras coincidências, sejam também relevantes para se interpretar a publicação de *Ahi! Cara dura!* A hipótese de que o texto de sua peça adequava-se ao perfil de seus folhetins parece ser bastante plausível. É relevante, por exemplo, que Vasques tenha procurado relacionar sua atividade de folhetinista à de dramaturgo:

Quem vai ler, calcula a maneira porque poderei inflexionar o meu folhetim, e a phrase fria, sem nexo, que deixo cahir da penna, por cima d’este papel, toma vida, côm e apresenta-se tal qual deve ser no theatro phantastico do cérebro do leitor. Tenho muita razão pensando desta forma e o leitor vai se convencer d’esta verdade. A simples leitura do meu folhetim passado produziu nos meus companheiros, aquillo que realmente esperava; elles sentiram o meu acanhamento, viram que só talvez não pudesse concluir minha obra; compreendendo que, assim como até hoje me têm acompanhado na scena, podiam também fazer-me companhia no folhetim. Vão, pois, os leitores, transformados em espectadores, assistir a muitas representações, nas quaes, por obsequio, tomarão parte todos os meus collegas. (GAZETA DA TARDE, 25 out., 1883, n. 250).

Vasques, neste trecho, demonstrou uma aguda sensibilidade sobre a importância da interpretação do leitor para o processo de construção de sentido. Partindo desta percepção, julgou que o êxito de seus folhetins dependia da própria maneira como eles seriam lidos e, na sua perspectiva, seus interlocutores haviam compreendido bem as suas intenções. Ao compará-los aos seus espectadores, Vasques provavelmente pretendia que eles incorporassem a sua leitura os conceitos, temas, formas, e de maneira geral, a própria experiência construída na esfera do teatro.

Sendo assim, é possível supor que a publicação de *Ahi! Cara Dura!* em 1884 objetivava manter fortes laços com a lógica singular das representações teatrais ao invés de

assumir uma forma exclusivamente literária, fundada na cultura escrita por excelência. Ao recusar tal aproximação Vasques foi duramente criticado, principalmente pelos partidários do teatro realista, mas ofereceu ao seu público uma forma de leitura alternativa, talvez muito mais adequada às suas próprias competências e gostos.

Concluindo, podemos considerar que investigar a circulação dos textos, como proposto por historiadores do livro e da leitura, é uma alternativa eficiente para interpretarmos os significados atribuídos a determinadas obras. Isto se torna mais relevante quando levamos em conta que os sentidos são construídos na confluência de múltiplas instâncias (cf. CHARTIER, 2002).

O estudo destes outros âmbitos, que pretendo desenvolver em outras oportunidades, pode complementar as hipóteses traçadas aqui. A materialidade do texto, por exemplo, é passível de ser analisada por uma metodologia da bibliográfica crítica (cf. MCKENZIE, 1999), e desta forma os recursos formais que compõe o texto da peça – tais quais o uso de itálicos, sublinhados, letras maiúsculas, parênteses, etc – talvez sejam úteis para se pintar um quadro mais rico da maneira como o texto era dado a ler. Também é necessário citar a possibilidade de pensarmos a respeito das práticas apropriativas de leitura, experiência difícil de recuperar devido à escassez de fontes, mas importante uma vez que os leitores sempre constroem significados novos a partir daquilo que lhe são impostos.

Referências bibliográficas

BRAZIL. Rio de Janeiro. Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/brazil-org%C3%A3o-do-partido-conservador/236055>> Acesso em: 10 abr. 2014.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar e ler romances na Idade Moderna*. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

FERREIRA, Procópio. *O ator Vasques*. São Paulo: Oficinas de José Magalhães, 1939.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro. Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/gazeta-da-tarde/226688>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MARZANO, Andrea. Francisco Correa Vasques e a identidade do ator teatral (1883-1884) In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University, 1999

MENCARELLI, Fernando Antonio. *A voz e a partitura: teatro musical, indústria e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1869-1908)*. 2003. Tese (doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, S. C. M. *Carpinteiros teatrais, cenas cômicas e diversidade cultural no Rio de Janeiro Oitocentista: ensaios de história social da cultura*. Londrina: EDUEL, 2010

_____. Cá estou outra vez em cena: diálogos políticos nas Scenas Cômicas de Francisco Correa Vasques. *Saeculum*, João Pessoa, v. 12, p. 52-64, 2005.

_____. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 42, p. 1-23, 2009.

_____. Um monarquista da gema no governo Floriano Peixoto. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. *Anais do XXII Simposio Nacional de Historia*, 2005.

_____. Um Offenbach tropical: Francisco Correa Vasques e o teatro musicado no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, p 225-259, 2006.

O ESPECTADOR. Rio de Janeiro. Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/o-espectador/369454>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Edição e publicação da tradução anônima de *A Filosofia na Alcova*: o mercado editorial clandestino da obra sadeana no Brasil

Hilton Tonussi de Oliveira

Mestrando em História

Universidade Estadual de Londrina

hilton.tonussi@hotmail.com

RESUMO: O início das atividades editoriais brasileiras da obra literária do Marquês de Sade (1740-1814) tem seus primeiros registros na década de 1950. No entanto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a edição clandestina da tradução anônima de *A filosofia na alcova* – obra de Sade que possui o maior número de edições entre as editoras brasileiras. A análise que propomos dialoga com a *bibliografia* e o campo historiográfico a *história dos livros*.

PALAVRAS-CHAVES: Marquês de Sade; História dos livros; Mercado editorial; Bibliografia.

ABSTRACT: The beginning of Brazilian publishing actives of Marquis de Sade's works has its first signs in 1950's. However, this search has as object of study the clandestine edition of anonymous translation of *La philosophie dans le boudoir* – Sade's work that has the largest number of editions between the Brazilian publishers. The analysis which we propose dialogue with the *bibliography* and the historiography field the *history of books*.

KEY-WORDS: Marquis de Sade; History of books; Publishing market; Bibliography.

No Brasil, o primeiro registro de atividade editorial que envolve as publicações das obras do Marquês de Sade, cuja datação é identificada, é a antologia *Contos Galantes* compilada por Pierre Dufond e publicada pela *Edições Spiker* em 1956 (cf. OLIVEIRA, 2012). O livro é composto por textos e trechos de obras de autores brasileiros e estrangeiros. Entretanto, destacamos a tradução de seis páginas de um fragmento da obra *La philosophie dans le boudoir*, do Marquês de Sade, intitulado *Teoria da libertinagem*.

Dentre as obras de Sade publicadas por editoras brasileiras, *A filosofia na alcova* é a tradução que possui o maior número de edições. De acordo com blog *Sade no Brasil*, coordenado por Gabriel Giannattasio, há aproximadamente dez edições de *A filosofia na alcova* publicadas por editoras brasileiras. No entanto este número não é preciso, pois, além da escassez de dados disponíveis sobre as publicações das obras sadeanas no Brasil, não foram contadas mais do que uma edição publicada pela mesma editora. Por exemplo, a *Coordenada Editôra de Brasília* publicou três edições de *A filosofia na alcova ou escola de*

libertinagem, porém no blog *Sade no Brasil* apenas a terceira edição é computada. (cf. GIANNATTASIO; OLIVEIRA, 2013).

Em 1995, publicou-se *A filosofia na alcova* pela editora *Ágalma* que rememorava os 200 anos do lançamento no mercado editorial clandestino francês de *La philosophie dans le boudoir*. O livro publicado em 1795, supostamente impresso em Londres, *Aux dépens de la Compagnie*, não trazia o nome do autor, sendo que a sua autoria era creditada como “obra póstuma do autor de Justine”. Sade, aos 55 anos, dos quais quinze haviam se passado em cárcere, com a experiência de ter sido alvo tanto da crítica quanto da censura oficial, optou pela disseminação de sua obra por meios clandestinos (cf. MORAES, 1995).

A edição de *A filosofia na alcova* da editora *Ágalma* é composta pelo texto da tradução anônima brasileira, possivelmente clandestina, de *La philosophie dans le boudoir*. De acordo com Eliane R. Moraes, responsável pela revisão da tradução, apresentação e organização da obra em questão, o livro traz na capa verde escura somente o título da obra e o nome de seu autor. Na folha de rosto não são identificados: editora, tradutor, prefaciador, local e data de publicação; apresenta-se somente a seguinte informação: “edição privado e fora do comercio”. Pela ortografia e uso de determinadas expressões, Eliane Moraes supõe que o livro tenha sido traduzido entre as décadas de 1940 e 1950. Destacando-a como a primeira tradução da obra de Sade publicada por editoras brasileiras (cf. MORAES, 1995). Entretanto, se *A filosofia na alcova* é a obra de Sade mais editada no mercado editorial brasileiro, como já citamos anteriormente, quais são as especificidades da produção deste empreendimento editorial “privado e fora do comercio” que motivaram a sua disseminação por vias não-oficiais?

Para investigar tal pergunta, a pesquisa que desenvolveremos dialoga principalmente com os debates do campo historiográfico da história dos livros. A análise do texto e/ou discurso presente no livro não possui uma realidade autônoma em relação às condições não-textuais de fabricação. O processo de produção do livro é envolto em conjunturas econômicas e sociais específicas, sob influências intelectuais, publicitárias, políticas e legais.

A história dos livros surgiu da convergência de diversas disciplinas acadêmicas num conjunto comum de problemas, todos relacionados com o processo de comunicação. De acordo com o modelo de investigação proposto por Robert Darnton, o livro impresso deveria ser analisado em seu circuito de transmissão que passa do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor. O circuito se encerra no leitor-consumidor do livro como produto comercial; entretanto se inicia, também, no leitor, pois o autor durante o

processo de composição do texto está sob a influência do leitor a quem ele destina o consumo de sua obra. O texto, desta forma, pode responder a crítica ao seu trabalho anterior, bem como antecipar reações que serão provocadas no leitor (cf. DARNTON, 1990).

Elucidar questões sobre o processo de produção do livro contribui para entendê-lo como agente histórico produtor de sentidos, cujos significados expressam elementos da condição do contexto-histórico que envolveu sua produção.

Na nossa perspectiva, a tradução é uma obra nova fundamentada em uma interpretação e apropriação de uma ideia metamorfoseada em texto. Trata-se de um produto cultural e econômico diferente do original, pois as circunstâncias de produção desde o momento ao local – quando e onde o livro é elaborado –, bem como os profissionais envolvidos com a edição são outros. Portanto, o objetivo desta pesquisa é compreender as motivações e condições de produção, que envolveram a edição (“privado”) e a publicação (“fora do comércio”) de *A filosofia na alcova*.

Produto da indústria editorial, indagamos o livro – *A filosofia na alcova* – em dois âmbitos que se complementam: o da tradução (fonte textual) e o da composição do livro (fonte material).

O processo de edição é o fator determinante para que a conexão entre estes dois aspectos seja eficiente em esclarecer o significado da mensagem emitida pelo autor. No caso da tradução, desde a elaboração do texto há a preocupação em manter a “integridade” da obra na língua original sem alterações expressivas na *ordem* do texto. Segundo Chartier (1999, p. 8), o “[...] livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação.”

Contudo, ao invés de almejar a decifração desta *ordem*, lançamos o olhar sob a tradução como um produto novo e diferente de sua versão original. Portanto, ao invés de analisarmos a tradução como uma transposição de um texto de uma língua para outra, a compreendemos como atividade de interpretação o que, portanto, culmina na produção de um novo texto. Neste sentido, propomos a análise da tradução no esforço de compreender a leitura de *La philosophie dans le boudoir* realizada pelo tradutor anônimo.

Durante o processo de impressão, editores, revisores, compositores ou, até mesmo, censores alteram – intencionalmente, ou não – palavras e trechos do texto inicialmente

produzido pelo autor. Censuras, correções ortográficas, modificações que facilitem – quando realizadas com êxito – a compreensão de determinadas ideias do autor, bem como erros ortográficos dos compositores no livro são exemplos de variações que a obra pode sofrer durante a trajetória de sua produção. As transformações das mensagens durante este percurso, conforme passam do pensamento (autor) para a forma de livro impresso (autor, editor, revisor e compositor) e novamente para o pensamento (leitor), modificam os sentidos e significados da mensagem proposta pelo autor. No entanto, o formato do livro também é agente produtor de sentidos. No caso de *A filosofia na alcova*, a configuração é semelhante à de uma peça de teatro. Os capítulos são divididos em: introdução, sete diálogos e a leitura do livro *Franceses, mais um esforço se quereis ser republicanos* realizada pelo Cavaleiro de Mirvel para o grupo de libertinos. Contudo, há diferenças entre a “edição privado e fora do comércio” e a versão francesa do século XVIII como, por exemplo, a falta das ilustrações que estão presentes na versão original.

Com o propósito de enfatizar a análise dos elementos estéticos do livro como formadores de sentidos/significado, dialogaremos com produções da área da Bibliografia.

Durante as décadas de 1920 e 1930, a Bibliografia reivindicava o status de disciplina acadêmica “científica” por desenvolver um método de investigação objetivo. A análise bibliográfica se restringia à descrição do livro, por exemplo: material utilizado (papel, encadernação, formato) e sinais que auxiliariam o pesquisador a julgar a credibilidade da autoria atribuída ao texto (linguagem, assinaturas e ortografia). Imerso nesta concepção de bibliografia, Walter Greg (1966 apud MCKENZIE, 1999, p. 9, [tradução nossa]) definiu o ofício do pesquisador bibliógrafo desta forma: “A preocupação do bibliógrafo é com pedaços de papéis ou pergaminhos encoberto por certos escritos ou sinais de impressão. Ele está interessado nestes símbolos como marcas arbitrárias; seus significados não são do interesse dele.”

Em contraposição a definição de Walter Greg, D. F. McKenzie propõe aos bibliógrafos a relevância em analisar os aspectos formais do texto como agentes de sentidos e descrever não somente os elementos técnicos, mas o processo social de sua transmissão. O debate sugere a reformulação da disciplina. McKenzie propõe a utilização do termo *Sociology of texts* para designar esta nova perspectiva.

O papel da sociologia é resgatar o “sinal perdido” da ação humana nas pesquisas bibliográficas ao frisar sobre as estruturas e funções mediadoras do processo de impressão, por exemplo, que podem transformar um conjunto de folhas em branco em uma bíblia; ao

passo que, também, direciona os estudos a considerar as motivações humanas e as interações que os textos envolvem desde a produção ao consumo (cf. MCKENZIE, 1999, p. 15).

A definição de *texts* proposta por McKenzie inclui dados verbais, visuais, orais e numéricos; na forma de mapas, impressões, arquivos de gravações de música, filmes, vídeos e informações armazenadas em computadores. A origem da palavra *texto* deriva do latim *texere*, “tecer”, e, portanto, refere-se, não a um material específico, mas ao estado de *tecido*²² a rede ou textura do material. A ideia de que textos são produções escritas impressas em manuscritos e papéis, deriva do sentido metafórico que escrever palavras é como tecer o fio (cf. MCKENZIE, 1999, p. 13-14). Ou seja, “[...] o que constitui um texto não é a presença de elementos linguísticos, mas o ato de construção” (cf. MCKENZIE, 1999, p. 43). Neste sentido, o conteúdo semântico da obra está para além dos caracteres que representam a mensagem escrita. O livro também transmite o discurso material. Na qualidade de mercadoria, uma única obra pode adquirir diferentes status comerciais desde objeto de luxo ao produto popular, dependendo de sua edição. Desta forma, é significativo levar em conta que os significados atribuídos ao desenvolvimento de um empreendimento editorial são diversos.

Em 1966, quando Portugal estava em um regime de forte censura literária, a pequena editora portuguesa *Afrodite*²³ lançou-se ao desafio “suicida” de publicar Sade. Fernando Ribeiro de Mello, fundador e editor da *Afrodite*, dispunha de poucos recursos financeiros para a publicação de uma obra volumosa do marquês como *Juliette* ou *Les cent vingt journées de Sodome*, e por este motivo optou por publicar a célebre *Filosofia na alcova*, cujas dimensões correspondiam às possibilidades da editora (cf. MELLO, 2006).

Segundo o editor, o livro tinha as seguintes características:

[...] austera na sua capa de cartolina escura lavrada e com letras de um amarelo dourado a envolver com solenidade quase fúnebre aqueles 2000 exemplares a 80\$00 (preço elevado para a época), com muitas gralhas a complicar para pior uma tradução pouco elegante de Helder Henrique de onde em onde interrompida por más ilustrações de João Rodrigues. Mas não fazia mal; mas não fazia, ao cabo e ao resto, muito mal: estava-se perante uma provocação de dimensões inéditas às regras de Salazar, girava subitamente no ar um sintoma de sarilho próximo que convocava a incondicional afirmação de muitas solidariedades (cf. MELLO, 2006).

²² Neste caso, a palavra *tecido* trata-se do verbo *tecer* conjugado no particípio passado.

²³ Apesar da editora fundada por Fernando Ribeiro de Mello ser “batizada” como *Afrodite*, as autoridades portuguesas não autorizaram a utilização do nome da deusa grega, pois *Afrodite* era considerado um nome erótico. Entretanto, ao adotar a estratégia de publicar apenas três ou quatro títulos por ano, a fim de evitar chamar a atenção das autoridades, a editora conseguiu publicar algumas de suas obras.

No contexto de repressão e censura editorial durante o regime autoritário de Salazar, cujo governo era associado aos princípios religiosos e morais, editar as obras de Sade era considerado um ultraje ao governo. Neste caso, a relevância da obra se destacara pelo discurso político-ideológico em detrimento da qualidade material. A publicação de *A filosofia na alcova* pela editora *Afrodite* representava e constituía um ato de confronto entre intelectuais que reivindicavam por liberdade de expressão e o Governo de Portugal.

Os responsáveis pela edição portuguesa de *A filosofia na alcova* foram processados por ultraje aos bons costumes. Exceto pelo ilustrador João Rodrigues que morreu antes do julgamento, o editor, tradutor e prefaciador tiveram suas sentenças pronunciadas pelo Tribunal Plenário português em 1967. Dentre as multas impostas, a de maior valor foi a de Fernando Ribeiro Mello (editor), pois ao produzir, ou seja, “materializar” a tradução em livro possibilitara a leitura da obra sadeana pelo consumidor português. A baixa qualidade material de *A filosofia na alcova*, publicada pela editora *Afrodite*, possui relação com as intenções do editor e o contexto de sua produção. A censura à obra era evidente, e por este motivo realizar grandes investimentos na edição seria incoerente diante do prejuízo financeiro iminente.

Diferentemente de Portugal, na França a Comissão Nacional do Livro limitava-se a fixar entraves para a publicação de algumas obras sadeanas. Por exemplo, “[...] a edição Pauvert, de Juliette só foi permitida na versão de luxo, encadernada, para restringir a sua circulação” (cf. MELLO, 2006).

O conteúdo semântico da forma material do livro está para além da finalidade de proteger o corpo do texto e facilitar o seu manuseio. O conceito *luxo*, utilizado para designar a edição de *Juliette* autorizada pelo governo francês, abrange o sentido do termo que indica o consumo por um grupo seletivo. Ao limitar a comercialização da edição Pauvert de *Juliette* à versão de luxo definia-se o público consumidor do livro.

Entretanto, retornemos *A filosofia na alcova* de “edição privado e fora do comércio”. No prefácio, cuja autoria é desconhecida, espaço destinado à introdução da obra, apresenta-se a argumentação do autor anônimo sobre os interesses em editar *A filosofia na alcova* e a que público se destina a sua leitura. Caso fosse necessário resumir em uma única frase a arguição do prefaciador sobre a validade de publicar Sade seria: “É preciso conhecer o mal para saber evitá-lo” (PREFACIO, 19--., p. 8). O interesse pela leitura da obra sadeana, ao menos no discurso formal, está em investigar o autor de *A filosofia na alcova* com o olhar clínico e distante do objeto de análise.

Aqueles que tiveram oportunidade de se informar sobre a patologia do espírito humano, os que se interessaram pelo estudo das anormalidades sexuais não estranharão evidentemente este pesado monstruoso. Para estes a presente obra valerá como um texto para estudo. Nenhum sexuólogo [sic], nenhum psiquiatra poderá ignorar este documento. Aí está nossa justificação, ao publicá-lo (PREFACIO, 19-- , p. 7).

O romance, do qual o prefácio justifica sua publicação por considerá-lo “um texto para estudo” de sexólogos e psiquiatras, narra a iniciação de Eugénie à libertinagem, cujos cuidados de sua educação estão sob o comando da Senhora de Saint-Ange e Dolmancé, ambos libertinos. A instrução da jovem devassa ocorre na alcova, “[...] espaço privilegiado da experiência libertina – é um aposento localizado estrategicamente entre o salão, onde reina a conversação, e o quarto, destinado ao amor” (MORAES, 2011, p. 15). Durante as lições sobre religião, moral, política e costumes mesclam-se teoria e prática.

Tal estratégia evidencia-se na própria estrutura dos textos de Sade, que alternam as cenas lúbricas e as discussões filosóficas num movimento vertiginoso, até o ponto de reuni-las num só ato. Quando a reflexão e a paixão se fundem, estabelece-se uma unidade entre pensamento e corpo, à qual o libertino dá o nome de “filosofia lúbrica” (MORAES, 2011, p. 15).

Sade desejava explorar e conhecer o ser humano em sua totalidade. Para isto, ele avançara sem medo sobre regiões renegadas por seus contemporâneos iluministas. A racionalidade em Sade é levada às últimas consequências. O marquês ao renunciar os princípios morais buscava ampliar as possibilidades de entendimento do homem. Para ele, o ofício do escritor e/ou filósofo tratava-se de retirar o véu do obscurantismo que pairava sob as grandes verdades (cf. MORAES, 2011, p. 151).

Poderão achar nossas idéias [sic] um tanto fortes, mas que nos importa? Não temos o direito de tudo dizer? Expliquemos aos homens as grandes verdades, eles as esperam de nós. Já é tempo de fazermos desaparecer o erro; que o obscurantismo seja varrido como os reis (SADE, 19-- , p. 178).

No entanto, a literatura sadeana fundamentada na proposta deste “tudo dizer” constituiria num perigo capaz de corromper o seu leitor? Os atos de censura das obras de Sade normalmente são justificados por as classificarem como uma ameaça aos princípios morais e cívicos, bem como ultraje aos “bons costumes”.

Em 1956, o editor francês Jean-Jacques Pauvert respondeu a um processo na justiça francesa, acusado por publicar livros que atentavam contra a moral. Dez anos antes – ou seja, em 1947 – ele havia dado início à edição das obras completas do marquês de Sade, numa iniciativa pioneira. O ponto de partida da acusação foi um parecer da Comissão Nacional do Livro, emitido um ano antes do processo, que qualificava tais livros de “perigosos”. O parecer sustentava que a obra sadiana representava uma ameaça à sociedade por descrever “cenas de orgias, crueldade as mais repugnantes e perversões as

mais diversas, contendo intrinsecamente um fermento detestável e condenável aos bons costumes” (MORAES, 2011, p. 149).

As argumentações da promotoria e da defesa²⁴ transitavam de forma geral em torno de duas alegações, respectivamente: o perigo iminente da leitura de Sade e a importância da obra sadiana para o conhecimento mais profundo da condição humana. Entretanto, ambos os discursos coincidiam em uma questão:

Me parece certo que a leitura de Sade deva ser reservada. Eu sou bibliotecário; é claro que não colocaria os livros de Sade à disposição de meus leitores sem determinadas formalidades. Mas uma vez cumpridas tais formalidades – a autorização do encarregado e as demais precauções – acredito que, para qualquer um que queira ir ao fundo do que significa o homem, a leitura de Sade não é apenas recomendável, mas também indispensável (PAUVERT, 1957 apud MORAES, 2011, p. 150).

De acordo com Pauvert, a regulamentação do acesso à literatura sadiana era indispensável. A precaução com a disseminação das obras de Sade nos dá indícios que, ao menos diante de um júri, a defesa de Pauvert admitia a existência do perigo da literatura sadiana. Entretanto, sustentava a possibilidade de que o conhecimento dessas obras fosse útil a um público restrito de “espíritos prevenido”, para o qual o interesse pela leitura do marquês é puramente intelectual. Pessoas autorizadas e capazes de ler as obras de Sade sem o perigo de serem corrompidas por seus argumentos.

Sade, em *A filosofia na alcova*, nos dá indícios de quem seria o seu “leitor ideal”, não suscetível à corrupção. Ao analisar os atos considerados criminosos pelo Governo Monárquico francês e se os mesmo deveriam ser considerados igualmente criminosos num Estado Republicano, o marquês propõe:

[...] nós vamos analisar sob o facho da filosofia porque só à luz pode ser empreendido um tal exame. Que não me acusem de ser um perigoso inovador; que não me digam que é perigoso extirpar o remorso da alma dos malfeitores, como farão certamente estes escritos, e que ha [sic] o maior perigo em aumentar pela doçura de minha moral a inclinação que estes mesmos malfeitores têm pelos crimes. Eu afirmo aqui, formalmente, não ter em vista nenhum desses objetivos perversos. Exponho as idéias [sic] com as quais me identifiquei desde a idade da razão e a cuja difusão o infame despotismo dos tiranos opôs-se durante tantos séculos [sic]. Pior para aqueles que estas grandes idéias [sic] pudessem corromper; pior para aqueles que não sabem senão extrair o mal das opiniões filosóficas [sic]; suscetíveis de se deixar corromper por qualquer coisa. Certamente eles se infeccionariam lendo Seneca e Charron! Não é a estes, entretanto que eu falo; eu me dirijo aos que são capazes de me entender, aos que, sem perigo, me lerão (SADE, 19-- , 154-155).

²⁴ André Breton, Jean Cocteau, Jean Paulhan e Georges Bataille depuseram no julgamento a favor de Pauvert.

Percebe-se que o próprio marquês destaca que sua obra não será compreendida por todos, mas apenas por um grupo seletivo. No entanto, o perigo, para Sade, está no “despotismo dos tiranos” e na “doçura da moral”. O marquês se dirige aos que são capazes de lhe entender, como a introdução recomenda:

AOS LIBERTINOS

Voluptuosos de todas as idades e de todos os sexos é a vós sómente [sic] que ofereço esta obra; alimentai-vos de seus princípios [sic] que favorecem vossas paixões. Essas paixões que horrorizam os frios e vulgares moralistas, são apenas os meios que a natureza emprega para submeter os homens aos fins que se propõe (SADE, 19--., p. 11).

A investigação dos diferentes públicos e leitores não pode se restringir à análise dos discursos presentes no livro. No caso do autor anônimo, sem ignorar a possibilidade do discurso do prefácio representar sua opinião, investigaremos também o contexto de produção do livro. Visto que no julgamento de Jean-Jacques Pauvert, o depoimento de Georges Bataille – autor de *Madame Edwarda*, de *Histoire de l'oeil* e de outros livros eróticos – reitera que haveria algum risco na leitura de Sade. Neste sentido, exigiria “precauções” semelhantes com sua própria obra literária. No entanto, tal cautela poderia ser justificada pelo fato de Bataille estar diante de um júri. No caso do prefaciador anônimo, trata-se de um texto presente numa edição cujos responsáveis atentaram-se em não divulgar nomes das empresas e pessoas envolvidas, e sua distribuição, provavelmente, ocorreu por vias não-oficiais.

Apesar dos conteúdos das diferentes versões de *A filosofia na alcova* corresponderem a textos semelhantes:

[...] é necessário ter presente que um texto ou mensagem não possui sentido qualquer “fora da especificidade do sistema de operações semânticas que define sua recepção pelos destinatários”. Em síntese, é imperioso passar-se da “concepção representacional à operacional da significação”, ou seja, da noção de *ideia* à de *signo*, uma vez que se trata de “processos” e não de “entidades” (FALCON, 2011, p. 87-88).

Neste sentido, as diferentes edições das obras sadeanas nos proporcionam evidências de conjuntos de significantes singulares em cada contexto. Analisar as especificidades da “edição privado e fora do comércio” comparando-a com outras versões nos auxilia a compreender a produção das diversas edições como produtos distintos entre si. Por se tratar de uma pesquisa com fonte inédita, investigar as conexões possíveis com as outras edições de *A filosofia na alcova* nos oferece possibilidades que a investigação isolada da edição clandestina não poderia fornecer.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: UnB, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIANNATTASIO, G.; OLIVEIRA, Hilton T. *Sade no Brasil*. 2013. Disponível em: <www.sadenobrasil.blogspot.com.br>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

MELLO, Fernando Ribeiro. *Acerca da edição de 1966 da Filosofia na alcova*. 2006. Entrevista concedida a António Carmo Luís. Disponível em: <editora-afrodite.blogspot.com.br>. Acesso em: 11 set. 2013.

MORAES, Eliane Robert. *Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

_____. Notas de tradução. In: SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Tradução anônima. Revisão da tradução de Eliane Robert Moraes. Salvador: Ágalma, 1995.

OLIVEIRA, Hilton T. *A recepção de Sade no Brasil durante a década de 1960: o mercado editorial*. 2012. p. 55. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PREFACIO. In: SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Tradução anônima. [S.l.: s.n., 19--].

SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Tradução anônima. [S.l.: s.n., 19--].

A imprensa como agente regulador de costumes nos oitocentos: as crônicas do padre Lopes Gama (O Carapuiceiro, 1832-1842)

Igor Maciel da Silva

Graduando em Educação Física
Universidade do Estado de Minas Gerais
deigorparalaboratorios@gmail.com.br

Sarah Teixeira Soutto Mayor

Doutoranda em Estudos do Lazer
Universidade Federal de Minas Gerais
sarahtsouttomayor@hotmail.com

RESUMO: Por meio do estudo das crônicas do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, reunidas no livro *O Carapuiceiro*, tencionamos compreender os periódicos enquanto agentes que se debruçavam na urgência de se (re) formar costumes no Brasil Oitocentista, presentes nas experiências que aconteciam para além do mundo do trabalho e de processos educativos considerados institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos; religião; práticas e costumes.

RESUMEN: A través de estudio de las crónicas de Padre Miguel de Sacramento Lopes Gama, reunidas en el libro *O Carapuiceiro*, tenemos la intención de comprenderlos periódicos como agentes que se inclinaban sobre la urgente necesidad de reformular costumbres en Brasil “oitocentista”, presente en las experiencias que le pasaron a más allá del mundo de los procesos de trabajo y de educación considerada institucionalizada.

PALABRAS CLAVE: Periódicos; religión; prácticas y costumbres.

Introdução

Interessados em um passado não tão remoto, daqui mesmo, de nossas terras brasileiras, lidamos com a noção de que não se pode pensar história sem entender os corpos que estão inseridos nela. Concordamos com Certeau (1995, p.22) em sua compreensão de que “o discurso “científico” que não fala de sua relação com o “corpo” social não seria capaz de articular uma prática. Deixa de ser científico”. Desse modo, a “operação histórica” também pode e deve ser antropológica para que o “fazer” história seja intertextualizado com o “viver” história (CERTEAU, 1995, p.18).

Trabalhos sobre imprensa muito nos interessa. Em outras oportunidades já havíamos tratado da regulação de experiências do “tempo livre” nos oitocentos, em terras mineiras

(MAYOR.; SILVA, 2013), o que certamente deixou lacunas e a necessidade de continuarmos nossas buscas em um contexto mais amplo. No contínuo trato com os periódicos, no intento de que se abram não só em páginas, mas em possibilidades de pesquisas e interpretações várias para o desvelamento de outras nuances presentes na vida social do Brasil imperial, tencionamos compreender os periódicos enquanto agentes que se debruçavam na urgência de se (re) formar costumes presentes nas experiências que aconteciam para além do mundo do trabalho e de processos educativos considerados institucionalizados.

Assim, propomos aprofundar nossas pesquisas sobre a função social assumida pelos periódicos em um Brasil recém-independente, lugar profícuo para os discursos de intelectuais, jornalistas e religiosos em prol de uma nova moral, mais afeita aos preceitos tidos como modernos e cunhados pelos países mais desenvolvidos do velho continente. Em torno desses códigos, não apenas as formas de ocupação eram alvo dos empreendimentos educativos, mas também e, fortemente, os momentos de “desocupação”, situação que objetivamos desvelar.

No intuito de compreender melhor estes processos formativos, lidaremos com fontes já conhecidas, mas que possibilitam novos olhares e muitos outros trabalhos, como é o caso da coletânea de crônicas do padre pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama, escritas entre os anos de 1832 e 1846 e reunidas no livro *O carapuço* (1996). Neste estudo, abordaremos publicações referentes aos anos de 1832 a 1842.

As histórias da imprensa brasileira

Torna-se importante não perder de vista o contexto de proliferação dos diversos impressos no país. O Brasil entrara no século XIX com um grande contingente de analfabetos, entre escravos, mestiços, índios e homens pobres livres, característica que comprometia as “iniciativas em prol de um desenvolvimento social maior e melhorado” (MIZUTA; FARIA FILHO; PERIOTTO, 2010, p.10). Além disso, eram pouco aptos para o trabalho regular disciplinado, como relata Kowarick (1994). De acordo com Silveira (1997, p.53), embora já houvesse um apelo ao refinamento dos costumes em períodos anteriores, “a estrutura do Império assistia à proliferação de práticas e ideias aparentemente pouco civilizadas”. As elites procuravam transformar a selvageria colonial, tornando generalizado “o apreço pela civilização e pelo controle dos impulsos mais espontâneos, distintivos do homem polido” (SILVEIRA, 1997, p.17).

Neste contexto, percebe-se por meio da produção acadêmica que se ocupa da primeira metade dos oitocentos, certo consenso acerca da necessidade por parte das classes dirigentes de se criar um Estado que fosse capaz de romper com os laços coloniais e se inserir nos

padrões de civilidade do velho continente. Para isso, era preciso educar a população para novos costumes e novas orientações morais. Mesmo compreendendo que épocas anteriores também comportaram ações ordenadoras da vida social de acordo com suas demandas específicas, a urgência em torno da transformação de velhos hábitos da antiga colônia de exploração em formas mais aceitáveis e apuradas que fizessem jus a certa ideia de nação, demarca um momento singular e importante na história brasileira.

Em meio ao reconhecimento das “deficiências” do Império, a instrução pública e a imprensa surgiram como importantes instâncias educativas. Como observam Faria Filho e Sales (2009, p.22), “foi no período pós-independência que o processo de escolarização foi grandemente impulsionado”. Os autores apontam a emergência de discursos proferidos pelos bacharéis, a fim de fundar “uma nova tradição, no momento mesmo em que pretendiam fundar o Brasil e propor o caminho único para ordem, o progresso e a civilização: a educação do povo” (Faria Filho e Sales, 2009, p.26). Porém, como aponta Mizuta (2010), os estabelecimentos de ensino não foram criados em profusão na primeira metade dos oitocentos e o próprio reconhecimento da defasagem da proposta de escolarização, ainda pouco fundamentada e de insuficiente abrangência, depositou na imprensa uma grande possibilidade de educação do povo.

Tratava-se, assim, de um momento histórico em que tanto escola quanto imprensa buscavam legitimidade como instâncias educativas (INÁCIO; SANTOS; JINZENGI, 2010). Segundo Lustosa (2000, p.29), os jornais não apenas noticiavam, mas “produziam acontecimentos”. Para Pallares-Burke (1998, p.147) o jornalismo desta época foi constantemente referido “como meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas”.

A autora fala da imprensa cultural periódica como uma modalidade de educação de grande importância “na transmissão cultural de uma geração à outra (...) com muito a contribuir em relação aos dizeres do modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas” (PALLARES-BURKE, 1998, p.144-145).

Foi em 1808, com a transferência da corte portuguesa para a então colônia, que a imprensa foi introduzida nos planos brasileiros. Entretanto, mesmo com a inauguração de “A Gazeta do Rio de Janeiro”, órgão oficial do governo, as notícias que circulavam por aqui baseavam-se em notícias do estrangeiro ou defesas parciais do regime monárquico absolutista(...) Só mais tarde com a volta da corte para a metrópole e com a independência do Brasil de Portugal, é que a imprensa adquirirá as características que a assemelhavam à imprensa iluminista européia(...) uma vertente do periodismo brasileiro tornará mais e mais explícito seu propósito

educacional e sua fé no poder reformador da educação (PALLARES-BURKE, 1998, p.144-147; 15)

A vida cidadina: a imprensa e as carapuças de Padre Lopes Gama

Além disso, quem disse a essa gente que me censura (porque têm dodói) que eu tendo tanta abundância de carapuças, que até as vendo a quem queira, não me fique com as que melhor assentarem na minha cabeça? Até posso escolher as que mais bem me amarrarem; (...) O que eu não posso é levantar a proibição das novenas de noite, nem deixar de ir talhando as minhas carapuças. Se alguns e algumas não gostam delas, toda a gente sensata e que sabe prezar a moral pública as aplaude; isto me basta (LOPES GAMA, 1996, p.72 [1832]²⁵).

Em Recife, nascia o periódico *O Carapuceiro*, no ano de 1832. De circulação intermitente durante quatorze anos, de destaque no campo político e social, foi produto de um Brasil onde acabava de ser instaurado o período Regencial. Foi dirigido e editado pelo religioso, político, jornalista e professor, Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Com heranças “da veia satírica da literatura clássica francesa, que trazia em seus escritos o velho objetivo *corrigit ridendo mores* (moralizar os costumes pelo humorismo), seus textos perpassam por críticas à “nossa velha mania de macaquear o estrangeiro” até as assíduas “contribuições” à vida cidadina no geral; das práticas cotidianas às ocupações que deveriam ser reformadas por “revoluções morais” (O CARAPUCEIRO, 1996, p.9; 11-16).

O Carapuceiro é um advogado do meio-termo, batendo-se por uma aplicação liberal da constituição de 1824 que evitasse os escolhos do populismo e do republicanismo (...). Lopes Gama pensava que a melhor e mais natural solução para o país seria se tornar republicano sim, porém, não nos enquadrávamos nos requisitos para tal. Para isto, seria necessário fazer “revoluções, não físicas, mas morais” (O CARAPUCEIRO, 1996, p.16-18).

O cunho político do Padre Lopes Gama, não obstante, esteve presente até mesmo na crítica que fez à religião. Mesmo declarando que ela (a religião) é “a prisão mais proveitosa e o mais sólido arrimo da sociedade”, pontuou ações que a desajustavam dos reais preceitos divinos e, cada dia mais, equiparava-se com as vontades humanas (1996, p.31, [1832]). Além disso, afirmou que “o nosso povo não tem a verdadeira religião, e sim, tem pela maior parte superstição” (LOPES GAMA, p.335, [1840]).

Também sobre o plano religioso, dissertou sobre um vício que permeava os eclesiásticos: a gamenhice²⁶. Segundo Lopes Gama, esta prática andava por abalar os arrimos

²⁵ Em parênteses, colocamos como se encontra a referência do livro publicado no ano de 1996. Em colchete, optamos em destacar o ano de publicação de cada crônica. Assim o faremos em todas as ocasiões seguintes.

²⁶ Gamenho seria quem não tem outro ofício que não embonecar-se para namorar, o que corresponderia a ser tolo e vadio.

dos costumes dos homens sãos, pois clérigos e frades estavam a parecerem mais bonecos do que ministros do altar. Este fato, para o autor, fazia da santa igreja menos respeitada e menos temente a Deus (LOPES GAMA, 1996, p.55; 63; 71, [1832]).

Vale ressaltar que na vida cidadina também se encontravam gamenhos, o que nos dizeres do padre era “coisa repreensível em um moço do mundo” (LOPES GAMA, 1996, p. 65, [1832]). Ao falar sobre mulheres que se diziam religiosas ao desfiar contas enquanto “murmuram do próximo, desenterram mortos, sepultam vivos, mentem, juram, praguejam e fazem mil outras coisas piores”, que não servir a fé (LOPES GAMA, p. 32, [1832]), discorria:

Por via de regra, a paixão dominante das senhoras é sair de casa. Em se tratando de sair, seja para o que for, tudo lhes parece bom. Muitas vezes está em casa uma menina toda adoentadazinha, padece sua gastrite, porque as gastrites também andam em moda (...). Mas em se armando coisa de sair de casa, dá-se por pronta, está sã, como um pêro: mete-se nas talas do espartilho assassino, e assim comprimida leva horas esquecidas no baile, na ópera, na igreja, no passeio etc. etc (...). Já disse o socarrão do Ovídio que as mulheres gozam infinito dos espetáculos por causa de verem, e serem vistas (LOPES GAMA, 1996, p. 291-292, [1838]).

Em seus escritos, o Padre também ilustrou o “quadro social herdado dos tempos coloniais obstado ao desenvolvimento, pelo fato de conferir-se aos europeus maiores benefícios” (PERIOTTO, s.d., p.2), seja pelo fator econômico, ou pelo nosso gosto em copiá-los, em seus usos e modas (LOPES GAMA, 1996, p.342, [1840]), o que rendeu a crônica “O nosso gosto por macaquear”.

Qual será o gênio ou caráter distintivo dos brasileiros? Parece que a nossa divisa é o arremedo: nada temos próprio, tudo queremos macaquear do estrangeiro, não já o que este tem de bom e de proveitoso (que tal imitação será sempre louvável), senão as piores coisas, as mais disparadas e que menos convêm às nossas circunstâncias (LOPES GAMA, 1996, p. 339, [1840]).

Percebe-se, assim, situação interessante. Em meio ao incentivo de novas condutas e orientações morais que se assemelhassem a uma idéia de civilidade européia, havia certo sentimento de repulsa à cópia de determinadas características estrangeiras, o que pode demonstrar um reconhecimento de que nem tudo que vinha de fora era visto como melhor para o país e de que, talvez, havia certa necessidade de se gestar uma nação com características próprias.

Dos modos e das práticas: moralizar os costumes em prol da “santa religião de nosso país”²⁷

²⁷ O Carapuceiro, 1996, p.333, [1840].

Prossegue o *Carapuço* a sua tarefa, que vem a ser: combater por meio do estilo faceto os vícios ridículos (LOPES GAMA, 1996, p. 246, [1838]).

Sobre os modos, Lopes Gama discorria sobre atos viciosos que descaracterizavam o cidadão laborioso e nacionalista. Em uma de suas “carapuças”, condenou a mentira como o vício mais vergonhoso e desnecessário que se podia ter, sendo “menos desculpável do que a bebedice, o furto e outros muitos vícios”. Para o padre, os jogadores compunham a classe que mais praticava a mentira (LOPES GAMA, 1996, p.125-127, [1833]).

Ainda sobre o jogo, considerado como o último dos passatempos a ser escolhido, condenava o homem que se envolvia com tais práticas de azar, dizendo-o ser “inútil para o Estado, para os seus semelhantes e para si próprio”, além de tomado por ambição indomável (LOPES GAMA, 1996, p.134-136, [1833]).

Na tentativa de instruir “os jovens para as novas atividades produtivas, fazendo-lhes afastar de influências nefastas que poderiam repercutir na vida pessoal” (Periotto, s.d., p.6), ainda na crônica sobre o jogo, Lopes Gama diz da perniciosidade do mesmo em meio aos jovens:

com poucas exceções, não tem hoje outro divertimento senão o jogo...Largam os seus estudos e correm aos muitos garinteiros, que infelizmente existem quase em todas as ruas, e ali desbaratam o precioso tempo e dinheiro, que não sei donde vem (LOPES GAMA, 1996, p.138, [1833]).

O referido padre (1996, p.191-198, [1837]) também condenava o vadiismo como o vício dominante do Brasil oitocentista. Tal palavra, adjetivo de vadio, substantivada, é o vício, a qualidade de ser vadio. Este era um mal que estava presente nas ruas das cidades e botequins, em jovens sem ofício, sem emprego, que se caracterizavam pelas suas maneiras quase selvagens e modo arrogante ao falar. Também se estendia à classe dos padres e frades que faziam de suas missas recolhimento de esmolas, desmerecendo os ensinamentos do Breviário, e até mesma em meninas/mulheres que viviam por se embonecar:

Dona Perendeguilina ergue-se da cama pelas onze horas do dia, leva boas duas horas em preparar a cabeça, em soprar e ajustar as mangas do vestido, em pregar o espartilho etc. etc. serviço que ocupa duas e três escravas da casa; e neste mister se entretém até a hora do almoço. Concluindo este, dá consigo na varanda, e ali está posta em espetáculo até que seja chamada três e quatro vezes para jantar. Acabando o jantar, outro vestido (...) e toca para o teatro da varanda, revista toda a vizinhança. Até meia-noite, hora da ceia, entretém-se a menina com idéias eróticas advindas da leitura de tantas novelas, e daí pra cama. Em que se ocupa esta senhora toda a sua vida? Em

nada. Pois não sabe coser, nem bordar nem remendar. Ora eis uma arrematada e completa vadia (LOPES GAMA, pp.196-198, [1837]).

Segundo o padre (1996, pp.199-200; 216, [1837]), o vadiismo era o maior flagelo do nosso país, porque era na ociosidade que a natureza oculta do homem exteriorizava os seus dons fazendo-se entregar a todos os vícios. Para Lopes Gama, se o governo cuidasse da boa educação pública da mocidade, inculcando neste o amor ao trabalho, o país tornar-se-ia “morigerado e próspero”. Para isso, defendia que boas leis policiais espancassem o vadiismo.

Além das condenações ao jogo, Lopes Gama também dissertou sobre outros costumes vivenciados nos momentos de não trabalho. Considerava a prática do bumba-meu-boi um brinco popular tolo, estúpido e destituído de graça, condenando os que participavam ativamente ou como mero espectador, ao falar do folguedo como imoral (1996, pp.330, 331; 338; [1840]). Ideia semelhante também se refletiu na crônica que discorreu sobre as quadrilhas como práticas que incentivariam os sujeitos ao vício de ser vadio, além de consideradas profanas (1996, p.369, [1842]), e de onde se podia muito bem identificar o perfil da gamenhice e do nosso gosto em macaquear o estrangeiro. Em diálogo presente na crônica que diz respeito ao folguedo quadrilha, entre *MR. PIRUETA*, *DONA MARIPOSA* e *TITIRE*, lemos o seguinte:

(...)

MR. PIRUETA

Exatamente vos exprimistes, *mademoiselle*. Certo nestes princípios é que eu dediquei-me aos importantes estudos da deusa Tália, e cheguei a formar-me na Escola Politécnica da Dança de Paris, tenho os mais honrosos atestados da Escola Normal de Grotescos e saltos mortais, e sou sócio correspondente das escolas de pinotes de Berlim, de Madri, de Londres, de São Petersburgo, de Amsterdã, da Filadélfia etc. etc.

TITIRE

Quanto invejo as vossas prendas e títulos, Mr. Pirueta!

(...)

TITIRE

E tem razão; porque tudo que vem da França é excelente, é o melhor possível.

MR. PIRUETA

Certamente que a França está à testa da civilização do mundo

(...)

DONA MARIPOSA

Então estou eu bem, que já tenho lido para mais de 6 mil novelas. Sim, sim, novelas e quadrilhas hão de felicitar a espécie humana (LOPES GAMA, 1996, pp. 372-376, [1842]).

Em outra crônica destinada aos festejos de São João afirmou que, após liquidarmos com a enfermidade de caráter mais endêmica em nossas terras, o vadiismo, é que faríamos com que tais festejos e brincos públicos tomassem caráter “assisado, prudente e agradável”.

Para o padre, tais práticas ainda faziam barreira à instrução “destas e de outras usanças bárbaras, que recebemos de nossos avós”, que tinham resultados funestos como consequências (LOPES GAMA, p. 209-210;216-217, [1837]).

Vale ressaltar que no ideário do Padre Lopes Gama não era proibida a prática de tais costumes. Mesmo que considerados infelizes, tinham algo de positivo, sobretudo ao pobre, como meio de esquecimento de sua realidade, em uma nítida perspectiva utilitarista atribuída “aos recreios”.

Bom é que o povo se divirta, pois é sinal de que os seus padecimentos não têm chegado ao extremo. Devem-se-lhe permitir, e até promover, todos os recreios, uma vez que estes não ofendam as leis, a religião, os bons costumes e a saúde. Ao rico não faltam meios de regozijar-se: deixe-se também ao pobre o esquecer-se, por algumas horas da sua pobreza (LOPES GAMA, 1996, p.216, [1837]).

A exemplo do trecho supracitado, a moralização dos costumes vivenciados no tempo de não trabalho e a sua vinculação a um rol de atividades consideradas úteis e compensatórias são pontos chave nas formulações de Lopes Gama e de outros impressos brasileiros que circularam no mesmo período²⁸.

Acreditamos, assim, que outros processos formativos, para além das propostas consideradas institucionalizadas, como o trabalho e a escolarização, merecem destaque na tentativa de compreensão das formas de gestação da sociedade brasileira oitocentista. Diz, também, do trato para com as manifestações da vida cidadina e das ações voltadas para o balizamento das intervenções propostas nos discursos políticos e religiosos, que visavam demarcar o útil e o degenerativo para o homem. Isto posto, suas ações se dispunham a preocupações que diziam respeito ao tracejar do perfil de uma sociedade.

Considerações finais

Nenhuma história é suficientemente bem contada e explorada a ponto de não admitir novas abordagens, acolher outros olhares, novas perguntas. Há sempre lacunas e silêncios a serem explorados pelas novas pesquisas, pelos novos interesses; novas perguntas de hoje à memória e ao passado, de tal modo que outras percepções da história vão se desenvolvendo, se desenrolando e se acumulando, consolidando novos saberes e compreensões, como também reconfigurando esses saberes, revolvendo-os por tantas vezes, alargando-os, quando não os reconstruindo, transformando (GOMES, 2013, p.2).

A instrução através de periódicos certamente é mais remota do que referenciamos, mas é notório perceber que a imprensa oitocentista teceu um forte controle

²⁸ Citamos como exemplo o periódico mineiro O Universal (1825-1842), também objeto de nossas pesquisas. Com alguns propósitos semelhantes ao Carapuiceiro, chegou a publicar ideias do Padre Lopes Gama.

sobre costumes e práticas, condenando vícios e fomentando virtudes, em um processo de “evocação e exortação de ideias e ideais e que surgia menos como empreendimento comercial, mas sim, muito mais, como empreendimento político...que traziam folhas e jornais de combate e embate político” (GOMES, 2013, p.10).

Este trabalho, ainda em andamento, tem como intenção primordial identificar outras propostas que não a do “controle pelo controle”, mas de perceber a clareza das intenções do controle, sobretudo, as que ultrapassam a dinâmica das formulações entendidas como institucionalizadas.

Apresentamos assim, alguns questionamentos que reverberaram medidas em prol da ilustração do pensamento e das ações do homem brasileiro, em que as práticas e costumes, ao mesmo tempo em que foram criticados, foram julgados necessários à manutenção de certa estabilidade social, a exemplo da preocupação com o “recrear” dos pobres. Nesta perspectiva, os “desde que” tornaram tais costumes motivos de questionamentos para reajustes afeitos ao que o Padre Lopes Gama entendia como a verdadeira moral católica em suas ‘carapuças’.

Referências e fontes

CERTEAU, Michel. A operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância brasileira: A contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcellos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: O debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GAMA, Lopes. *O carapuceiro: crônicas de costume*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GOMES, Nilo Sergio S. O Correio do Rio de Janeiro e a mensagem democrática. In: II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte, MG. ANAIS DO II CONINTER, 2013. v. 01. p. 01-14.

INÁCIO, Marcilaine Soares; SANTOS, Marileide Lopes dos; JINZENDI, Mônica Yumi. Educação moral, política e instrução: múltiplos olhares em periódicos de Minas Gerais (1829-1835). In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FILHO, Luciano Mendes de Faria; PERIOTO, Marcília Rosa. *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MAYOR, s. T. S.; SILVA, i. M. Uma educação para salvar o povo do 'contágio dos vícios e dos perigos da ociosidade': as preocupações com o tempo livre no jornal o universal(província mineira, 1825-1842). In: ii coninter, 2013, belo horizonte. [Http://www.2coninter.com.br/](http://www.2coninter.com.br/), 2013.silva, i. M.; mayor, s. T. S.a ociosidade e o vadiismo na província mineira no século XIX: implicações judiciais e religiosas na constituição histórica do tempo livre. In: 25º enarel, 2013, ouro preto

MIZUTA, Celina Midori Murasse; FILHO, Luciano Mendes de Faria; PERIOTO; Marcília Rosa. Apresentação. In: _____ (orgs.) *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

PALARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesquisa*, n. 104, p.144-161, 1998.

PERIOTTO, Marcília Rosa. *O jornal "O Carapuceiro" (1832-1845): uma leitura na perspectiva da história da educação*. Captado em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16_07.pdf. Acesso em: 29 de março de 2014

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

A formação dos áulicos e a imprensa áulica doutrinária no Primeiro Reinado (1824-1826)

Nelson Ferreira Marques Júnior*

Doutorando em História pela UFRRJ

nelsonfmarquesjr@hotmail.com

RESUMO: Os objetos centrais do presente artigo foram os *áulicos* do Primeiro Reinado (1824-1826), seu projeto político e as principais ideias veiculadas pela imprensa *áulica* a favor da Monarquia Constitucional com o poder centralizado nas mãos do imperador. Os *áulicos* constituíram-se nos representantes que gravitavam em torno do imperador Pedro I, procurando dar sustentação e visibilidade a seu governo diante da opinião pública.

PALAVRAS-CHAVE: áulicos; imprensa e ideias.

ABSTRACT: The central objects of this article were the *áulicos* of the First Reign (1824-1826), his political project and the main ideas in the press *áulica* in favor of constitutional monarchy with power centralized in the hands of the emperor. The courtiers were constituted in representatives who gravitated around the Emperor Pedro I, trying to give visibility and support to his government in the face of public opinion.

KEYWORDS: áulicos; media and ideas.

Introdução

O objeto central do artigo são os *áulicos*, especificamente, parte deste grupo representado pelos Conselheiros de Estado e Ministros (1824-1826) e o seu *projeto político*²⁹ difundido pela imprensa áulica fluminense no Primeiro Reinado. Os *áulicos* de uma maneira geral são constituídos por aqueles que apoiavam o imperador Pedro I, procurando dar sustentação e visibilidade a seu governo no período pós-independência diante da *opinião pública*³⁰ (MOREL, 2005, p.200-201). As principais metas dos *áulicos* eram defender os ataques perpetrados dos *partidos*³¹ rivais e reafirmar seu postulado político, que tinham como ideias basilares a manutenção da ordem pública e da integralidade do território, e a defesa de uma Monarquia Constitucional com forte poder centralizador. O recorte temporal

* Bolsista de doutorado CAPES-CNPQ.

²⁹Entendo como projeto político o conjunto de ideias e propostas específicas compartilhadas por cada grupo, ainda que não tivessem uma sistematização partidária.

³⁰ Considera-se em geral que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII.

³¹O significado de partido segundo o Dicionário de Moraes e Silva: "parcialidades, partes, bandos, facções". Para Morel, essa carga pejorativa da palavra partido não é apenas no campo epistemológico, mas é historicamente construída. Sobretudo nessa época de afirmação da modernidade e independência, os partidos eram vistos como inimigos da pátria e da integridade da ordem nacional.

circunscreve-se ao período de 1823 a 1826, momento do auge político dos *áulicos*, tendo como pilares a conjuntura que se segue à dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823, à outorga da Constituição (25 de março de 1824) e que deságua na reabertura dos trabalhos da Assembleia Geral (26 de julho de 1826), concomitantemente com o início do enfraquecimento do grupo dos *áulicos* e o fortalecimento dos *liberais moderados* no Brasil. Fez-se necessário a retomada das discussões na Assembleia Constituinte de 1823, para entender a formação dos *áulicos* e o desenrolar da conjuntura política dos anos de 1824 a 1826.

O Primeiro Reinado, como um todo, é conhecido, sobretudo, pela política tida como centralizadora e intervencionista encabeçada por Pedro I. Essa perspectiva constata-se por fatos como a dissolução da Constituinte; a expulsão da Bahia das tropas portuguesas; a outorga da Constituição; a prerrogativa do Poder Moderador; a nomeação de presidentes de província; a formação e nomeação de Conselheiros de Estado e ministérios aristocráticos sem apoio parlamentar; o senado vitalício; a violenta repressão à Confederação do Equador e a quaisquer outros movimentos no mesmo período contrários à soberania do imperador; a prisão e extradição arbitrária de opositores políticos; o cerceamento à liberdade de imprensa e expressão; a postergação da instauração da Assembleia Geral; os embates constantes com a Câmara dos Deputados em 1826; a concessão de honrarias e títulos de nobreza; o envolvimento na questão da sucessão do trono lusitano; as concessões feitas a Portugal e à Inglaterra nos tratados de reconhecimento da independência; a Guerra Cisplatina; a contratação de tropas *mercenárias* estrangeiras e os elevados gastos públicos em meio à crise econômica. Com isso, percebe-se que o Primeiro Reinado foi o período em que a prática centralizadora do poder imperial extrapolou a esfera política e permeou a esfera administrativa. Ambos os poderes – político e administrativo - foram cerceados e reduzidos nas províncias (CARVALHO, 2002, p. 448-449).

A imprensa *áulica* e as principais ideias

O Rio de Janeiro constituiu-se no palco principal das atividades ligadas à imprensa ao longo do Império. Os inúmeros jornais, panfletos, folhetins circularam livremente desde 1821, algumas vezes, sem qualquer censura, em outros momentos, com alguns cerceamentos. Eles foram responsáveis por aquecer os embates políticos ocorridos nos diferentes espaços públicos que estavam em formação. Os impressos tornaram-se o principal veículo de informação e opinião na capital fluminense, além de ser um importante instrumento para cristalização de uma cultura política moderna. (BERSTEIN, 1998, p. 351).

A partir de 1823, o número de jornais entrou em declínio ao se comparar com o momento anterior (1821-1822) (MOREL, 2005, p.204). Essa diminuição deveu-se principalmente ao aumento da censura à imprensa, tema que ganhou destaque nos periódicos de diferentes matizes. Do total de 13 periódicos existentes no período, quatro jornais *áulicos* ganharam relevo: *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro* e o *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*, ambos da lavra de José da Silva Lisboa; a *Estrela Brasileira* redigida por Jean Baptiste Aimé Desloye (De Loy) e o *Spectador Brasileiro*, publicado pelo editor Pierre Plancher.

Esses jornais circularam no período mais duro da censura à imprensa. Enquanto que, para maioria dos redatores, a censura foi um momento pouco frutífero para o surgimento dos impressos, para a imprensa *áulica*, este foi um ponto positivo porque cerceou a concorrência que publicava ideias não favoráveis ao governo. Além disso, evitava abusos ou difamações contra o Império. A censura fez com que imprensa *áulica* levasse vantagem sobre as demais folhas de oposição, pois os periódicos *áulicos* contavam com um aliado demasiadamente forte, o governo central. A imprensa *áulica* nesses anos foi a principal fonte de propagação e defesa das ideias da nova Monarquia Constitucional.

Uma das peculiaridades da imprensa *áulica* foi que os publicistas escreveram para três públicos, talvez por isso a dificuldade de interpretá-los. Redigiram para seus pares, debatendo entre si temas polêmicos; para o público, que assinava esses jornais: comerciantes, militares, magistrados, políticos e outros; e para d. Pedro, como estratégia dos redatores para conquistar sua confiança e continuar tendo permissão para circular livremente.

Esses quatro jornais *áulicos* (1824-1826) representaram a imprensa política de combate, que sabia claramente suas funções, pelo o que e por quem estava lutando e quais foram seus alvos de ataque. Sem dúvida, um dos motivos do Primeiro Reinado ter perdurado por nove anos, apesar das crises política e econômica, além dos representantes políticos *áulicos*, foi a presença e apoio dos jornais *áulicos*, que, em vários momentos de tensão política, saíram em defesa do governo, redigindo sempre aspectos positivos sobre a Coroa e o sistema político adotado.

Nesses jornais, a maioria dos temas encontrados foi comum a todos, dentre eles: a defesa da Monarquia Constitucional centralizada; do imperador d. Pedro I; da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; do reconhecimento da independência; da unidade territorial entre as províncias e o poder central; do pensamento antirrevolucionário e do Constitucionalismo. Todos eles foram contra as ideias separatistas e a formação de repúblicas

autônomas dentro do Império. A linha político-pedagógica presente no corpo dos jornais *áulicos* foi outro aspecto comum, que serviu para persuadir o público-leitor a seguir a proposta mais coerente de sistema político de governo que era a Monarquia Constitucional centralizada, sob as bases do Poder Moderador. Esse caráter político-pedagógico da imprensa *áulica*, também cumpriu o papel de deslegitimar as ideias dos grupos rivais, por meio da utilização da retórica e suas diversas técnicas de argumentação: argumento de autoridade, ataques pessoais, figura de linguagens, entre outros (BASILE, 2001, p.25). Essas foram as principais armas utilizadas pelos periódicos *áulicos* para aquecer as discussões e convencer o público-leitor a seu favor.

Mais do que semelhanças casuais, a afinidade de ideias entre a imprensa *áulica* representou a visão que esta comungava a um ideário que defendia as causas do governo central. Os periódicos *áulicos*, principalmente no período analisado, exerceram a função de espelhos das ideias debatidas pelo imperador, Ministros e Conselheiros de Estado, tudo isto agregado à análise crítica dos próprios redatores. Apesar de nem todos os jornais *áulicos* debaterem somente questões políticas, a maior notoriedade caiu sobre essa área.

Por fim, cabe ressaltar que a imprensa *áulica* utilizou o recurso da opinião pública, como uma ferramenta de legitimidade, para dar maior respaldo às exigências e ações políticas da Monarquia Constitucional de d. Pedro e do próprio grupo. A cultura política formada na década de 1820, especialmente ao longo do Primeiro Reinado, foi permeada pelas ideias de duas épocas: o Antigo Regime – em que se destacavam a concessão de honrarias, títulos de nobreza, prática do beija-mão, aclamação do imperador em cortejo real, festas cívicas, concentração de poder nas mãos do soberano e ausência de liberdade de expressão - e a modernidade – fundamentada nas ideias liberais, no Constitucionalismo, na divisão de poderes e na ampliação dos direitos civis e políticos. O caráter multifacetado dessa “cultura política” (BERSTEIN, 1998, p. 350-352) permitiu que as ideias Constitucionalistas ganhassem diferentes tonalidades, prevalecendo no período analisado, o Constitucionalismo *áulico*, ou seja, uma Monarquia Constitucional centralizada.

Os três redatores da imprensa áulica (1824-1826).

José da Silva Lisboa nasceu em Salvador, no dia 16 de julho de 1756, estudou na adolescência no convento dos frades carmelitas na própria Bahia. Depois de ter concluído seu estudo secundário, seu pai, Henrique da Silva Lisboa, financiou sua viagem para aprofundar seus estudos em Portugal. Em 1774, ingressou para Universidade de Coimbra, onde cursou direito. Ao terminar seus estudos em 1779, voltou para sua cidade natal, e iniciou a carreira na

parte administrativa da monarquia portuguesa, exercendo os cargos de ouvidor e professor régio. Em 1787, Silva Lisboa retornou novamente para Portugal e trabalhou com grupo de ilustrados que apoiavam as empreitadas políticas de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Essa nova viagem a Portugal permitiu estabelecer o convívio mais próximo com os postulados liberais. Em 1797, ainda em Portugal foi nomeado para o cargo de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e do Comércio da Bahia. Com toda essa experiência administrativa, José da Silva Lisboa enquadrou-se no perfil de funcionários régios almejados por d. Rodrigo de Souza Coutinho, para fazer parte da sua proposta de transferir a sede do governo lusitano para a América portuguesa. (KIRSCHNER, 2009, p. 74-75).

Logo após o retorno ao Brasil, em 1798, José da Silva Lisboa assumiu efetivamente o cargo que foi nomeado por d. Rodrigo de Souza no ano anterior. Com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, foi necessária a instalação da tipografia imperial para publicação de documentos oficiais e eventuais obras de outros interesses. Coube ao Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, d. Rodrigo, providenciar a organização da Imprensa Régia. Assim, foi natural que uma das escolhas de d. Rodrigo recaísse em Silva Lisboa, sendo nomeado diretor da Imprensa Régia e censor da Mesa do Desembargo do Paço. Tais cargos renderam-lhe rica experiência para futuras publicações de panfletos e jornais durante o Primeiro Reinado. Interessante que o outro diretor da Imprensa Régia, nomeado juntamente com Silva Lisboa, foi Mariano José Pereira da Fonseca, também indicado como censor. Ainda, Luís José de Carvalho e Mello foi escolhido como censor. Ambos foram Conselheiros de Estado no Governo de d. Pedro e responsáveis pela elaboração da Constituição de 1824. Isso evidencia que mesmo não havendo contato direto, aparentemente, entre eles no Primeiro Reinado, as relações poderiam ter sido construídas antes mesmo desse período. Essa ligação mais próxima pela profissão ou determinados cargos políticos, que exerceram anteriormente, abriram caminhos para entender como essas informações circulavam entre as instâncias institucionais, a imprensa e a rua.

Em 1823 foi deputado da Constituinte Brasileira pela província da Bahia (JAVARI, 1979, p. 273), tomando partido das causas de d. Pedro e da Monarquia Constitucional centralizada. Mesmo com todas essas atribuições políticas e administrativas, sempre manteve ativa as suas atividades como cronista do reino e do Império. Com a dissolução da Assembleia Constituinte, Silva Lisboa, dedicou-se quase que integralmente à sua vocação de publicista, não assumindo nenhum cargo político de expressão entre período de 1824 e 1826,

antes da reabertura das atividades parlamentares³². Quando começaram os trabalhos na Assembleia em 1826, Silva Lisboa assumiu o cargo de senador até o momento de sua morte em 1835.

Todos esses serviços prestados à Coroa renderam-lhe, em outubro de 1825, o título de barão de Cairu, elevado em 1826 a visconde de Cairu. (ROCHA, 2001, p. 19). Ser favorável às ideias de d. Pedro I fez com que Silva Lisboa colecionasse inimigos políticos no parlamento e na própria imprensa. Seus jornais seguiram à risca a mesma lógica, sem flutuações ou mudanças políticas drásticas, acompanhando o projeto político *áulico* de Monarquia Constitucional centralizada traçado no início do Primeiro Reinado. A partir de 1829, Silva Lisboa, não publicou mais periódicos e panfletos, entretanto, sua atividade como publicista não cessou. Continuou a colaborar com seus escritos políticos em outros jornais, inclusive, no *Diário do Rio de Janeiro*, sob o pseudônimo *Jurista*. (VIANNA, 1945, p. 442).

Com a abdicação de d. Pedro, alguns fatores contribuíram para Cairu não fazer mais parte do centro político do governo: a ascensão da facção dos *liberais moderados* e o fim dos poderes monárquicos exercido pelo imperador enfraqueceu a influência de Cairu. Apesar disso, Silva Lisboa manteve seu cargo vitalício de senador e passou a fazer parte do grupo dos *restauradores* que clamavam pelo retorno de d. Pedro I. Sua posição política favorável a d. Pedro e a Monarquia Constitucional perdurou até a morte do imperador em 1834.

Sem dúvida, José da Silva Lisboa foi o redator mais importante da imprensa *áulica* no Primeiro Reinado, tanto pela quantidade de material que produziu, quanto pela qualidade e conhecimento que tinha sobre política. O fato de ter vivido como funcionário régio, político e redator em três momentos distintos de rupturas políticas do Império: Império Português; Império Luso-brasileiro e Império do Brasil, juntamente com a sua formação intelectual diferenciada, forneceu-lhe um maior conhecimento da política e da burocracia do governo, do que os outros redatores *áulicos*.

³² Foram 14 folhetos e 2 periódicos no período de 1824 a 1826. Folhetos: *Protesto do diretor dos Estudos contra o acordo da junta eleitoral da paróquia de São José; Ágoa vai. Calmante às malaguetas; Rebate brasileiro contra o Tífis pernambucano; Apelo a honra contra a facção dos federalistas de Pernambuco; História curiosa do mau fim de Carvalho e Cia. à bordoadade de pau-brasil; Pesca dos tubarões de Recife em três revoluções anarquistas de Pernambuco e memória pública da lealdade da província do Rio de Janeiro; Exortação aos baianos sobre as consequências do horrído atentado da sedição militar cometida na Bahia; Independência do Brasil apresentada aos monarcas europeus por Mr. Beauchamp; Desforço patriótico contra o libelo português do anônimo de Londres, inimigo da Independência do Império do Brasil; Guerra de pena contra os demagogos de Portugal e do Brasil; Contestação da História e censura de Mr. de Pradt sobre sucessos do Brasil; Desafronta do Brasil a Buenos Aires desmascarada; Inviolabilidade da independência e glória do Império do Brasil, sustentada apesar da Carta de lei: reflexões contra as reflexões de M. Chapuis; Recordação dos direitos do Império do Brasil à Província da Cisplatina. Periódicos: *Grito da razão na Corte fluminense e Triunfo da legitimidade contra à facção de anarquistas*.*

Outro redator importante do período da censura foi Pierre René François Plancher de la Noé. Nascido na cidade de Mans, província de Manes, França, em 10 de janeiro 1779, sendo filho de Pierre Constant René Plancher, procurador-real, que morreu em 1789, um mês antes de eclodir a Revolução francesa. Após a morte do pai, órfão aos 10 anos de idade, Pierre Plancher partiu de Le Mans para Paris, onde ingressou como aprendiz na fundição de tipos de J. C. Gillé, tornando-se um oficial compositor em 1798. Após alcançar o cargo de gerente da tipografia, tornou-se representante de livrarias, antes de montar seu próprio estabelecimento. Em 1815, instalou sua própria tipografia a *Maison d'édition*, na rua Poupée, Paris. Com a derrota de Napoleão Bonaparte e a Restauração de Luís XVIII, Pierre Placher, de tendência Bonapartista, teve inúmeras dificuldades para continuar com os seus negócios, até que foi preso por distribuir pelas ruas de Paris um panfleto sedicioso contra a família real chamado: *Le cri du peuple français*. (HALLEWELL, 2005, p. 140).

Após ser libertado, Plancher continuou a criticar o governo estabelecido com suas publicações. Editou as obras de alguns pensadores liberais, como Benjamin Constant e Guizot, fora os panfletos que rememoravam as glórias de Napoleão. Apesar de sua intensa atividade como publicista, entre 1815 a 1820, Plancher só obteve novamente sua permissão de livreiro em 1820 (MOREL, 2005, p. 26). Os sucessivos problemas com as autoridades, os inúmeros processos que impediram algumas obras políticas de serem publicadas e a ampla concorrência no setor gráfico fizeram com que, Pierre Plancher projetasse novos rumos em busca de outros espaços e mercados. Em princípios de 1824, Plancher desembarcou no Brasil.

A chegada de Plancher ocorreu durante um período em que o governo recém-independente buscava a consolidação da Monarquia Constitucional centralizada nas mãos do imperador. Além disso, uma nova Constituição tinha sido outorgada alguns meses antes de sua chegada. P. Plancher chegou em um momento agitado, mas seu posicionamento político e sua experiência na atividade dos impressos aproximaram-no do imperador. Na política, defendeu Constitucionalismo, valorizou os autores mais conservadores do iluminismo e era adepto de uma tendência imperial ao estilo napoleônico. Tais atitudes agradaram Pedro I e influenciaram para que três meses depois de sua chegada, Plancher fosse escolhido como Impressor-imperial. Plancher acreditou que para reproduzir o modelo de civilização europeia no Brasil, os costumes e as ideias iluministas deveriam ser difundidas por meio da educação e dos impressos. (MOREL, 2005, p. 29).

Não demorou muito para Plancher adaptar-se rapidamente ao Brasil. Sua atuação compôs-se de três atividades: edição e venda de livros, edição de periódicos, sendo essas as

mais rentáveis, e a de redator de periódicos (SANDRONI, 2007, p. 27). Plancher tornou mais acessível ao público brasileiro as ideias e os sentimentos da Europa. Seu negócio caminhou a passos largos, até porque no Brasil sua situação política foi bem diferente da que viveu na França. Em contrapartida, d. Pedro I pôde contar com um importante aliado político na imprensa *áulica*. Essa assistência mútua permitiu que o jornal analisado, o *Spectador Brasileiro* alcançasse o patamar de diário, sendo um dos principais periódicos favoráveis ao Império do Brasil.

Em 9 de junho de 1832, Pierre Plancher vendeu sua livraria, tipografia e o *Jornal do commercio* - diário fundado em 1º de outubro de 1827, após o término do *Spectador Brasileiro* - para Villeneuve e a Maugenot por 52:664\$000 réis. (MACEDO, 1876, p. 409). Em 1834, dez anos depois do seu desembarque no Brasil, Plancher retornou para França e faleceu em 1844, aos 65 anos, em Paris.

O outro francês, redator do jornal *A Estrela Brasileira*, foi Jean Baptiste Aimé Desloye ou “De Loy”, como foi chamado. Sua trajetória ainda é muito obscura para a historiografia brasileira. Não foi encontrado nenhum documento sobre Jean Baptiste na Biblioteca Nacional. A única fonte encontrada foi um dicionário biográfico sobre alguns homens ilustres da província (departamento) de Haute-Saône, onde Jean Baptiste nasceu. (SUCHAUX, 1864, p. 108).

Nascido no dia 21 de fevereiro de 1798, na comuna francesa de Plancher-Bas, departamento de Haute-Saône, filho de François Xavier, dono de uma fábrica de papel e comerciante, e de Marie Lamboley, Jean Baptiste Aimé Desloye completou o secundário no Liceu de Bensaçon. Em seguida, começou o curso de direito na Universidade de Estrasburgo, mas somente concluiu o curso na Universidade de Toulouse em 1819. Apreciava a literatura e produziu sua primeira coleção de poemas sobre sua terra natal, intitulado: *Des Plaisirs d'un ami de la campagne et les musas*³³ em 1816. O jovem escritor partiu em uma viagem de estudos, com intuito pesquisar desde aspectos políticos a belezas naturais. Passou por diversos países: Holanda, Inglaterra, Portugal e, finalmente, em 1822, aportou no Brasil.

Jean Baptiste chegou durante o período da mudança política e logo se aproximou de d. Pedro I. Fundou o jornal *áulico*, *A Estrela Brasileira*³⁴, em 1823, depois da dissolução da Constituinte. Foi uma das poucas folhas que permaneceram em circulação, recebendo cartas

³³ Os prazeres de um amigo da campanha e as musas.

³⁴ O dicionário biográfico informa que o jornal foi fundado em 1822. Porém, depois da dissolução da Constituinte de 1823, diante das edições encontradas, o jornal informa que as publicações ocorreram três vezes por semana. Nesse aspecto, os dados do jornal conflitam com o dicionário.

do imperador para serem publicadas. Esta folha conviveu em um período de debates acalorados, nas ruas, na imprensa e na Assembleia Constituinte de 1823. No final do ano de 1824, De Loy encerrou os seus trabalhos de publicação do jornal e regressou para a França. Ao contrário de P. Plancher, que criou laços no Brasil, contribuindo de maneira ímpar para o aperfeiçoamento da imprensa, a presença de Jean Baptiste foi apenas passageira, apesar de ter publicado um periódico importante para Corte fluminense.

O reconhecimento de Jean Baptiste veio mesmo quando retornou à França e começou a publicar seus *Prelúdios poéticos* no *The Independent de Lyon*. Em 1830 colaborou com o diário *Franche-Comte*, nome da região na qual está inserido o departamento de Haute-Saône. Por ter sido um nome influente na sua região, Jean Baptiste foi mencionado no dicionário biográfico de Haute-Saône. (SUCHAUX, 1864, p. 108-110).

Vale ressaltar que apesar dos três redatores, aparentemente, não terem tido ligação pessoal, afora algumas publicações de José da Silva Lisboa pela tipografia de Plancher (impressor-oficial), seus jornais cumpriram uma importante função conjunta, a de defesa da Monarquia Constitucional centralizada. Os redatores *áulicos*, mesmo sem esses vínculos pessoais, estiveram conscientes da importância de suas folhas para afirmação e o fortalecimento da nova monarquia. Em um período sem atividades parlamentares, a imprensa foi o meio privilegiado de ação, juntamente com os poderes Executivo (Conselheiros de Estado e Ministros) e o Moderador, pertencente a Pedro I.

Referências Bibliográficas

BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Organização e introdução. In: URUGUAI, Visconde do. *Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1985.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: Puc -Minas, 2009.

MARQUES JR, Nelson Ferreira. *Os verdadeiros Constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)*. Dissertação (Mestrado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROCHA, Antonio Penalves (org). Introdução. In: SILVA LISBOA, José da. *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Estampa, 1998.

SANDRONI, C. *180 anos do jornal do commercio – 1827-2007: de d. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Fontes Impressas

JAVARI, barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1979.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. 3 vs. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

SUCHAUX, L. *Galerie Biographique du département de la Haute-Saône*. Vesoul: Typographie de A. Suchaux. 1864.

Periódicos

A Estrela Brasileira. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1823 a 12 de julho de 1824.

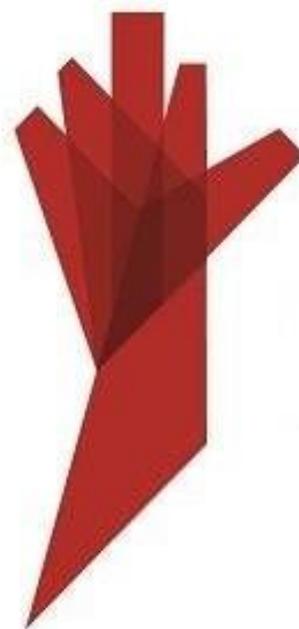
O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1824 a 21 de maio de 1827.

O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro a 22 de março de 1825.

Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826.

Simpósio Temático 12

**História, gênero, política e
sexualidade**



Coordenadores:

Carolina Dellamore Batista Scarpelli

Doutoranda em História - UFMG
carolinadellamore@yahoo.com.br

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Mestrando em História - UFMG
caraujorocho@gmail.com

Débora Raiza Carolina Rocha Silva

Pós-graduanda em Culturas Políticas - UFMG
raiza.rocha@hotmail.com

Luzia Gabriele Maia Silva

Mestranda em História, UFMG
luzia.gabriele@yahoo.com.br

Mulheres, Família e Sexualidade: Uma Análise Social da Vida Privada através do Romance *Madame Bovary*

Anna Karolina Vilela Siqueira
Graduanda em História
Universidade Federal de Viçosa
anna.siqueira@ufv.br

Fernando Altoé
Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa
fernando.altoe@ufv.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é debater questões sociais do século XIX relacionadas à vida privada burguesa do período, especialmente temas relacionados à mulher, à família e ao divórcio. Utilizamos a obra literária *Madame Bovary* como documento a nos fornecer os contornos de uma história social e a suscitar questões que nos possibilite discutir determinadas práticas e valores de um período, no nosso caso, o período oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: *Madame Bovary*; História e Literatura; História das Mulheres; História da Vida Privada.

ABSTRACT: The objective of this work is to discuss social issues related to the nineteenth century bourgeois private life of the period, especially issues related to women, family and divorce. We used the literary *Madame Bovary* as a document provided in the contours of a social history and raise questions that will allow us to discuss certain practices and values of a period, in our case, the nineteenth-century period.

KEY WORDS: *Madame Bovary*, History and Literature, History of Women; History of Private Life.

Introdução

A história esteve por algum tempo ligada à literatura. Era uma arte retórica cujas qualidades literárias deveriam estar acima de tudo, cujo estilo e unidade de ação serviam como elementos a captar a atenção do leitor pelos seus relatos, pela beleza dos discursos dos personagens e pelas reflexões profundas do autor (CADIOU, COULOMB, SANTAMARIA, 2007, p. 57). Tal relação foi proeminente até o século XIX. A partir desse século, com a elaboração de uma nova visão acerca da história enquanto ciência estabelece-se o início do distanciamento entre as práticas históricas e literárias. Nesse particular, Leopold Von Ranke se destacou ao reivindicar à história o estatuto científico, dissociando-a da literatura e da filosofia. O historiador alemão passou a defender o uso prioritário de fontes primárias na

pesquisa histórica e manifestou seu comprometimento em mostrar o passado tal como realmente foi (HOLANDA, 1979, p. 17).

Uma nova discussão acerca da aproximação entre história e literatura surgiria no século XX, em meio aos questionamentos contra o positivismo histórico e a favor do ideal de derrubada da visão fixa de verdade absoluta. O século XX abriu espaço para o surgimento da *Nova História* e, também, para teóricos como Hayden White mostrar que a prática do historiador não se distancia tanto das práticas literárias, como então se pensava. Ao adaptar as categorias originadas no campo da teoria literária para a análise da historiografia, o autor passou a questionar as fronteiras que separam a história da literatura e focalizou o papel decisivo da linguagem na escrita e nas concepções das realidades históricas. Em seu livro *Trópicos do Discurso*, White escreve que,

de um modo geral, houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências (WHITE, 2001, p. 98).

Para Hayden White, os historiadores devem ficar atentos de que a história não é feita de espaço, tempo ou evento, mas sim de *linguagem*. A história reina, portanto, na superfície semântica.

O rompimento pós-moderno com o cientificismo deu lugar ao estabelecimento de diferentes construções acerca de um mesmo fato, que agora passa a ser composto por diferentes pontos de vista. Segundo Hayden White, a historiografia segue a proposta de uma narrativa, devendo distanciar-se da objetividade e abrir-se ao subjetivismo e a novas possibilidades. Redefine-se, com a *Nova História*, não apenas o ofício do historiador no que tange às suas metodologias de pesquisa, como também se dá um novo alcance acerca da noção de fonte documental.

Ao passo que neste trabalho utilizamos como fonte histórica uma obra literária, queremos chamar atenção para as possibilidades de entendermos as dinâmicas de uma sociedade a partir de uma fonte documental como um romance, por exemplo. Acima de tudo, a literatura é utilizada aqui como representação de uma época. E a pergunta que fazemos é: qual é a relação do retrato com a realidade social? Para nos ajudar a responder esta pergunta, nos servimos da consideração feita por Kohn-Bramsted em um estudo sobre a aristocracia e as classes médias na Alemanha. O autor coloca que

Só uma pessoa com conhecimento da estrutura de uma sociedade a partir de outras fontes que não as puramente literárias pode descobrir se, e até que ponto, certos tipos sociais e o seu comportamento são reproduzidos no romance. [...] O que é pura fantasia, o que é observação realista e o que é apenas expressão dos desejos do autor devem ser separados em cada caso de maneira sutil (E. Kohn-Bramstedt Apud SILVA, 1961, p. 127-128).

Portanto, nosso objetivo aqui é partir da obra literária *Madame Bovary*, escrita por Gustave Flaubert em 1857, e levantar algumas discussões acerca de temas que estejam ligados à vida privada burguesa oitocentista. Partimos das questões sociais levantadas no romance que envolve temas como mulher e família e a partir disso buscamos correlacionar tais temáticas a estudos sobre história da vida privada e história das mulheres, na tentativa de compreender até que ponto certos tipos sociais e comportamentais são reproduzidos em determinado romance.

Feitas essas considerações, importa assinalar que o trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, intitulada *Madame Bovary: história e literatura*, discorremos sobre a obra e fazemos um debate teórico voltado para a relação entre literatura e sociedade. Na segunda parte, intitulada *Traços da vida burguesa do século XIX*, voltamos nossa discussão para as questões suscitadas no romance, buscando correlacioná-las com o século XIX a partir de autores que trabalham com história das mulheres e com história da vida privada.

Madame Bovary: história e literatura

Madame Bovary foi escrito por Gustave Flaubert no século XIX e publicado em 1857, na França. A obra é considerada o ponto de partida do Realismo, movimento artístico antagônico ao Romantismo, caracterizado pela abordagem objetiva da realidade e de temas sociais. Os escritos realistas são marcados, dentre outras coisas, pela preocupação com uma verdade exata, pela observação e análise da realidade e pela busca do perene humano no drama da existência. Acrescente-se, também, que os personagens realistas são frutos de observação, são tipos sociais concretos, vivos, e o autor realista retrata de preferência a vida contemporânea, o seu tempo (PROENÇA FILHO, 1978, p. 199-202).

A história do romance se passa no interior da França. Carlos é um médico da cidade de Tostes, de criação humilde, mostra-se uma pessoa medíocre e cômoda: “cumpria suas pequenas tarefas cotidianas como um cavalo de circo”. (FLAUBERT, 1944, p. 19) Emma, uma moça criada parte em um convento, parte na fazenda do pai, lia literatura romântica, almejava o amor descrito nos livros e via no casamento o cenário para a realização desse amor. Ao contrário de Carlos, Emma era uma mulher de sonhos burgueses: “[...] Emma

buscava saber o que significavam exatamente as palavras felicidade, paixão e embriaguez, que tão belas lhe pareceram nos livros” (FLAUBERT, 1944, p. 48);

O encontro dos dois acontece quando Carlos é chamado à fazenda do senhor Rouault, pai de Emma, para prestar-lhe assistência num acidente ocorrido. Com o passar do tempo, Carlos vai se encantando com a beleza da moça e passa a visitar a fazenda do senhor Rouault por mais vezes; contudo, não toma nenhuma atitude que demonstre estar interessado por Emma, pois o mesmo é casado com a senhora Dubuc. Após a morte desta, Carlos passa um tempo na fazenda do pai de Emma, e após essa temporada, pede-a em casamento.

Emma aceita seu pedido. Os dois se casam. À medida que o tempo passa, Carlos passa a amar cada vez mais sua mulher, é o mais feliz dos homens e o mais cego dos maridos. Emma pensa que, casando-se, viverá com Carlos o mesmo amor que idealizava nos romances que lia. Contudo, isto não acontece. Emma começa a se entediar da vida de casada, passa a gostar cada vez menos de seu marido.

O casal é convidado pelo dono do castelo de Vaubyessard para uma grande festa. Lá, Emma vê o duque de Laverdière e valsa com um visconde. Sente uma perturbação desconhecida. A festa aflora em Emma as vontades de se levar uma vida mais burguesa. A personagem fica deslumbrada com o estilo de vida burguês e ao voltar para casa Emma se sente frustrada com o seu casamento e com a vida que leva. Tudo que a rodeia torna-lhe insuportável: casa, marido, empregados. Para tirá-la do aborrecimento, Carlos decide se mudar. Desfaz-se de sua clientela e vai se estabelecer em Yonville.

Em Yonville, Emma conhece Léon, o escrivão do cartório da localidade. Léon será seu primeiro amante. Formado em direito, Léon logo partiria para a capital e se afastaria de Emma. Nas redondezas de Yonville, havia também um homem chamado Rodolfo Boulanger, um aristocrata. Rodolfo seria o segundo amante de Emma. Rodolfo e Emma passarão a se encontrar com grande frequência. Os amantes chegam aos limites da voluptuosidade. Madame Bovary quer fugir com seu amante, mas Rodolfo, na última hora, acha por bem escrever uma carta desistindo da fuga.

Carlos decide levar Emma ao teatro, em Rouen, julgando sê-lo útil à esposa. Lá, encontram-se com Léon. Emma e Léon revivem seus tempos de amantes. Os dois passam a se encontrar com maior frequência e Emma volta a ter uma vida de luxúria. Emma realiza suas fantasias romanescas e, para satisfazer seus desejos burgueses, passa a gastar de forma

dispendiosa. Gasta tanto com roupas e utensílios femininos como também com seus amantes. Por isso, contrai uma enorme dívida.

Emma busca ajuda financeira das pessoas mais próximas, mas não obtém retorno. Percorrendo todos os graus da humilhação, Emma vai à casa de Rodolfo também à procura de dinheiro, e igualmente nada alcança. A saída que a personagem encontra é se envenenar. Após a morte da esposa, Carlos descobre suas traições através das correspondências que Emma havia trocado com seus amantes. Num determinado dia Carlos é encontrado morto no jardim.

Como se percebe nesse apanhado geral, o romance traz à tona questões envolvendo conflitos familiares e traição. Por mais que o enredo descrito seja ficção, a obra retrata temas do cotidiano de determinada sociedade, no caso aqui, o século XIX. Como já foi mencionado, a obra *Madame Bovary* marca o início do movimento realista no campo da literatura, movimento que se detém para a análise objetiva da realidade e que coloca em primeiro plano temas de cunho social.

Vítor Aguiar e Silva afirma que literatura e sociedade estão intimamente ligadas. Ao discutir esta relação, o autor coloca que a literatura representa a vida, e a vida é uma realidade social. A literatura tem uma função social, ou uso, que não pode ser puramente individual. Para ele, a discussão que envolve a relação entre literatura e sociedade geralmente tem início com a expressão derivada de De Bonald, de que *a literatura é uma expressão da sociedade*. A literatura não é só um reflexo do processo social, mas é a sua essência, é o resumo de toda a história (SILVA, 1961, p. 113-115).

Antônio Candido chama atenção em seu livro *Literatura e sociedade* para os momentos de produção de uma obra, que segundo o autor são quatro: 1: o artista; 2: os temas; 3: as formas; 4: os impactos. Temos com isto o seguinte quadro: o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-se segundo padrões de sua época. Ele escolhe certos temas e se utiliza de formas para produzir sua obra e a síntese resultante age sobre o meio. De acordo com Antônio Candido, todo processo de comunicação implica em um comunicante, que no caso é o artista; um comunicado, que é a obra; um comunicando, o público a quem se dirige a obra; daí resultando o quarto elemento do processo, que é o efeito (CANDIDO, 1967, p. 25). Decorre-se com isso que o escritor não é apenas influenciado pela sociedade, ele também a influencia. Como escreve Vítor Aguiar e Silva, “a arte não meramente reproduz a vida, mas a modifica. As pessoas podem moldar as suas vidas pelos padrões dos heróis e heroínas

fictícios” (SILVA, 1961, p. 124). Há, portanto, uma mútua influência entre aquele que escreve e aquele que lê.

Na época em que *Madame Bovary* foi publicado, Gustave Flaubert foi acusado pelo Ministério Público francês na pessoa do advogado imperial Ernest Pinard. O advogado alegou que a obra, em sua essência, não era moral e feria com os princípios éticos da sociedade. Em sua acusação, Ernest Pinard chama atenção para os efeitos que aquela obra poderia causar aos leitores:

Quem é que lê o romance do sr. Flaubert? São homens que se ocupam de economia política ou social? Não! As páginas ligeiras de “Madame Bovary” caem em mãos levianas, em mãos de donzelas, e às vezes de mulheres casadas. Muito bem! Depois de seduzida a imaginação, depois de essa sedução ter descido ao coração, depois de o coração ter falado aos sentidos, julgais que um raciocínio frio encontre poder contra essa sedução dos sentidos, e do sentimento (FLAUBERT, 1944, p. 229)?

Nessa passagem, percebemos a preocupação do advogado de acusação com a influência que a obra poderia exercer no sentido de moldar certos tipos de comportamento entre os leitores. Em resposta à acusação, o advogado de defesa de Gustave Flaubert argumenta o seguinte:

Que apresenta ele [o livro] ainda? Apresenta u’ a mulher caminhando para o vício pela desigualdade no casamento, e do vício ao último grau da degradação e da desgraça. Logo quando pela leitura de diferentes passagens eu tiver feito conhecer o livro no seu conjunto, hei-de pedir ao tribunal a liberdade de aceitar a questão nestes termos: este livro nas mãos duma rapariga, poderia ter por efeito arrastá-la a prazeres fáceis, ao adultério, ou mostrar-lhe antes o perigo logo aos primeiros passos, e fazê-la estremecer de horror (FLAUBERT, 1944, p. 233)?

Nas duas argumentações, observamos a ênfase dada pelos advogados no sentido de a obra causar algum tipo de impacto entre os leitores. Enquanto o advogado de acusação sustenta a ideia de o romance ser extremamente perigoso às mulheres que viessem a lê-lo, já que poderia incentivá-las a terem comportamentos como os de Emma, o advogado de defesa alega justamente o contrário, ou seja, os efeitos positivos que a obra poderia trazer para a vida de uma prostituta, por exemplo, ao ver quão perigoso seria envolver-se em adultério. Após analisar os argumentos da acusação e da defesa o tribunal decidiu por bem absolver Flaubert das acusações.

Traços da vida privada do século XIX

Apresentamos anteriormente a obra literária *Madame Bovary* e fizemos algumas considerações sobre a relação entre literatura e sociedade. Agora, nossa proposta é trazer ao

debate as questões sociais levantadas no romance e cumprir com nosso objetivo inicial de entender a estrutura de uma sociedade a partir de outras fontes, além das literárias, na busca de descobrir até que ponto certos tipos sociais e comportamentais são reproduzidos em um determinado romance. As questões sociais levantadas na obra serão confrontadas, nessa segunda parte, com alguns debates de autores que estudaram o espaço público e o privado do século XIX, bem como o papel desempenhado pela mulher nesse período. Como já foi mencionado, a literatura pretende suscitar questões em nosso trabalho que nos possibilite discutir as relações sociais de um período, no nosso caso o século XIX, ao mesmo tempo que usada por nós como documento nos forneça os contornos de uma história social.

Em sua obra, Flaubert traz à tona uma questão cara a qualquer época que é o adultério. Emma, cada vez mais angustiada e frustrada com seu casamento, busca na relação com outros homens a felicidade e a satisfação dos seus desejos. A personagem é, na obra, o sujeito ativo, é aquela que transcende os limites do conformismo, que sai de uma situação estável e encara uma situação adversa. Ao agir de modo que não seja descoberta, Emma rompe com a família, rompe com a tradição. Aqui, temos dois temas que queremos discutir: a mulher e a família.

Para Michelle Perrot e Geneviève Fraisse, seria errado pensar o século XIX como o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres. Menos ainda se considerar que esse século marca o nascimento do feminismo, palavra esta que designa tanto mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil e direito à instrução), como também o aparecimento coletivo das mulheres na cena política (DUBY e PERROT, 1991, p. 9). São várias as mudanças no campo político, econômico, social e cultural que são favoráveis às mulheres.

Um evento acontecido no final do século XVIII e que marcou o campo político foi a Revolução Francesa. Élisabeth G. Sledziewsky afirma que tal acontecimento foi um marco decisivo na história das mulheres, por ter sido a ocasião de se questionar as relações entre os sexos. A Revolução trouxe a questão das mulheres para seu debate interno de questionamento político da sociedade. Ousou, portanto, pôr em causa a hierarquia dos sexos, passando a ser reconhecido o lugar das mulheres na cidade. Se o Antigo Regime não reconhecia a personalidade civil do indivíduo feminino, com a Revolução Francesa as mulheres tornam-se seres humanos completos, capazes de exercer seus direitos ao tornarem-se indivíduos da sociedade (SLEDZIEWSKY, 1991, p. 41-45).

O que determinou essa viragem na vida das mulheres foi a Declaração de 1789. Nela, passa a ser reconhecido a cada indivíduo o direito à liberdade, à propriedade, à segurança e a

resistência à opressão. Isto significa que cada mulher é, por direito, como todo homem, livre das suas opiniões e opções, segura da integridade da sua pessoa e dos seus bens. Élisabeth G. Sledziewsky destaca que a Constituição de Setembro de 1791 definiu de maneira idêntica o acesso à maioria civil para as mulheres e para os homens. Porém, foram as leis de Setembro de 1792, sobre o estado civil e o divórcio, que trataram em pé de igualdade o homem e a mulher e estabeleceram entre eles a mais estrita simetria. Chegamos, aqui, a um ponto que interessa-nos sobremaneira: o estado civil e o divórcio.

De acordo com Élisabeth G. Sledziewsky, as leis sobre o estado civil e o divórcio de 1792 dispõem que o casamento se dissolve pelo divórcio nos seguintes casos: incompatibilidade de temperamento entre os esposos, consentimento mútuo ou motivos litigiosos. A sociedade não deve intervir nas discussões do casal, a menos que as discussões tomem proporção significativa “na forma de um litígio inultrapassável pelos interessados, e a pedido destes” (SLEDZIEWSKY, 1991, p. 45). Para a autora, o casamento não é um fim em si mesmo, mas um meio de felicidade individual. Se deixa de o ser, ele perde o seu sentido. Vale ressaltar que o divórcio foi extinto em 1816 e restabelecido apenas em 1884, como sublinha Michelle Perrot (PERROT, 1991, p. 282). De acordo com Perrot, na ausência do divórcio existiu um meio menos dramático para dissolver um casal desunido: a chamada *separação dos corpos*, em que uma das partes solicitava a dissolução do casamento.

Em *Madame Bovary*, Emma não tem coragem de pedir ao seu marido, Carlos, a separação. Insatisfeita, a personagem reluta contra o seu casamento, foge das situações de afeto de seu esposo e passa a ter aversão de tudo que a cerca: casa, marido, empregados... Nem mesmo a filha lhe causa alegria. Emma poderia pedir a separação? Sim, mas não o faz. Opta por fugir com o amante e levar uma vida diferente em outro lugar, distante do marido e da cidade onde vivia. Sabemos, contudo, que a personagem não foge, pois seu amante no último minuto escreve-lhe uma carta desistindo da fuga.

Se considerarmos o que escreve Élisabeth G. Sledziewsky, de que o casamento é um meio de felicidade individual, e ele perde o seu sentido se deixa de o ser, Emma, nesses termos, poderia ter pedido a separação, visto haver incompatibilidade de temperamento entre ela e o seu marido. O casamento, para Emma, constituía-se em obstáculo à sua felicidade, era, portanto, desprovido de sentido. Porém, a personagem devia ter em mente as consequências que uma separação traria à sua vida. Por mais que a prática da separação fosse reconhecida, imperava ainda um modelo de família patriarcal, e a Revolução Francesa havia acentuado a definição das esferas pública e privada e valorizado a família. A família, acima de tudo, era

um capital simbólico de honra. Qualquer erro comprometedor de um de seus membros poderia fazê-la mergulhar num constrangimento cruel (PERROT, 1982, p. 266).

No âmbito da vida privada, cabia à mulher o ordenamento das atividades que estivessem ligadas ao espaço familiar, bem como a regularidade de execução das atividades que dissessem respeito ao lar. Ao estudar os ritos da vida privada burguesa, Anne Martin-Fugier coloca que a dona de casa, reunindo a família em volta da mesa em horários determinados, é apontada como a melhor agente da felicidade. Cabia à senhora do lar garantir a boa administração do tempo e do dinheiro, fazer funcionar a vida privada tanto na esfera da intimidade familiar quanto no âmbito das relações da família com o exterior. A tarefa da mulher devia ser a de conduzir e reger as tarefas domésticas de maneira que todos da casa, e o marido em primeiro lugar, encontrassem o máximo de bem estar. O quadro ideal da felicidade circunscrevia-se, pois, no círculo familiar (MARTIN-FUGIER, 1982, p. 201).

Gustave Flaubert descreve Emma como uma mulher pouco preocupada com a harmonia no interior da casa. Ela fazia pouco no sentido de proporcionar o bem estar aos seus. Seu marido, Carlos, ao chegar do trabalho, sempre encontrava-a de mau humor e Emma sempre se esquivava quando o marido pedia-lhe algum tipo de afeto. Quanto à filha, Emma deixava-a aos cuidados de uma criada e dava pouca atenção à criança. Seu tempo ocioso era dividido entre ler romances e alimentar aventuras amorosas em sua mente. A personagem não garantia, portanto, com a harmonia no interior da vida privada, local de refúgio dos homens do mundo exterior e espaço de descanso do trabalho. Nem mesmo os momentos de reunião ao redor da mesa para a refeição eram respeitados.

Devido à sua insatisfação com o casamento, Emma busca no adultério a forma de encontrar a felicidade não alcançada com o seu marido. Ao longo de sua vida a personagem tem dois amantes, que contribuem tanto para alimentar sua vaidade feminina quanto para levá-la à ruína, pois com eles Emma passa a gastar de forma dispendiosa com vestidos, presentes e viagens, a ponto de contrair uma dívida praticamente impagável perante suas condições financeiras. Emma fere, portanto, com os princípios que cabiam às mulheres e elucidados por Anne Martin-Fugier, de garantir a boa administração do tempo, do dinheiro e do bem estar no interior do círculo familiar.

Referências Bibliográficas:

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; SANTAMARIA, Yves. *Como se faz a História*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1967.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.). *História das Mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Tradução de Eloy Pontes. Rio de Janeiro: Editora Vecchi. 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O Atual e o Inatural em Leopold von Ranke. In: *Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na Literatura: através de textos comentados*. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Vítor Aguiar e. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Almedina, 1961.

SLEDZIEWSKY, Élisabeth G. Revolução Francesa. A viragem. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.). *História das Mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Carta de guia de casados: construções de gênero em um manual seiscentista para noivos

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Mestrando em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais.

caraujorocho@gmail.com

RESUMO: Essa comunicação pretende analisar como os gêneros masculino e feminino são construídos no texto de um importante manual para nubentes composto pelo nobre português D. Francisco Manuel de Mello no século XVII. Nessa narrativa, este trabalho procurará expor algumas conexões entre as ideias do autor e a tradição teológica e moralista católica produzida desde o período medieval.

PALAVRAS-CHAVE: História portuguesa; Estudos de gênero; Manual para casados.

ABSTRACT: This paper means to analyse how both the masculinity and the femininity are constructed as natural genders in the text of an important handbook for young spouses composed by the Portuguese noble man D. Francisco Manuel de Mello in the XVII century. In this narrative, this work will expose some connections between the author's ideas and the catholic theological and moralistic tradition produced since the Middle Age.

KEYWORDS: Portuguese history; Gender studies; Handbook for married people.

O casamento entre a história e a teoria pós-estruturalista do gênero completou já algumas décadas, no entanto, ainda constitui uma relação intensa e com diversos frutos – e também com uma série de problemas, como o próprio D. Francisco Manuel de Melo esperaria em uma união assim longeva. Essa comunicação pretende-se mais um rebento do contato destas áreas na medida em que traz o conceito de gênero conforme definido por autoras como Joan Scott¹ e Judith Butler² para analisar as características, funções sociais, deveres e direitos

¹ Seguindo a definição apresentada por Joan Scott, o gênero é uma categoria útil à análise histórica na medida em que proporciona uma maneira de indicar as “construções sociais” subjacentes a identidades até então encaradas como universais e naturais, colocando-se contra a posição fixa da categoria das mulheres, conforme entendida pela história social das mulheres até então. As construções variadas de gênero ao longo da história atenta para a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Ainda segundo Scott, o conceito de gênero também focaliza o aspecto relacional das categorias de mulher e homem, afirmando não ser possível conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, da mesma forma como não se pode pensar em homens, a menos que eles sejam relativos às mulheres. Dessa forma, as reflexões acerca das questões de gênero, inserem-se em um questionamento bastante mais amplo, qual seja, o da pretensa universalidade do sujeito histórico. SCOTT, 1986, p. 1053-1075.

² O aspecto desconstrutivo implícito na categoria de gênero foi exacerbado pela filósofa estadunidense Judith Butler, ao teorizá-la como discursiva acima de tudo. Retomando a questão de por quais modos a identidade, sobretudo a de gênero/sexual, é construído no e pelo discurso, Butler postula o sujeito como sempre em processo, construindo-se no discurso pelos atos que executa. Assim, a identidade de gênero é conceituada como uma sequência de atos sem ator ou autor preexistente. A identidade, por exemplo, a de mulher, é um dever, um construir sem origem ou fim. A identidade, portanto, está aberta a certas formas de intervenção e de

apresentados como inerentes ao masculino e ao feminino no texto da *Carta de Guia de Casados*, um manual para jovens esposos composto por D. Francisco Manuel de Melo no século XVII.

Ao questionar as identidades de homem e de mulher idealizadas no texto da *Carta de Guia de Casados* a partir do conceito pós-estruturalista de gênero, este trabalho desde já supõe que os significados de masculino e de feminino apresentados por D. Francisco naturalizam, hierarquizam e generalizam comportamentos específicos (nos quais também se cruzam linhas estamentais e raciais) de grupos sociais de elite por meio de comportamentos assumidos como óbvios de serem desempenhados por todos. Dessa forma, pode-se pensar que o nobre português teceu suas concepções acerca do que seriam os bons esposos a partir de ações performativas dos gêneros que se repetiriam cotidianamente na vida do marido e da esposa durante todos os anos de sua união.

Antes, porém, de adentrar nas construções de gênero realizadas pelo autor em seu texto, é necessário, contudo, contextualizar o autor e sua obra como forma de compreendê-los em sua temporalidade. D. Francisco Manuel de Melo foi um nobre português nascido em Lisboa em 1608 de família de alta linhagem portuguesa. Ao longo de sua vida exerceu diversas ocupações esperadas de um fidalgo, como postos políticos e militares variados no Império espanhol – pois, até 1640, Portugal encontrava-se sob a égide da Coroa espanhola – e dedicando-se também, com profundidade, à literatura. Refletindo os modos da nobreza no período (que deixava seus modos guerreiros abertamente feudais e focava-se cada vez mais na vida cortesã), D. Francisco recebeu severa e erudita educação (que afloraria mais tarde em seus escritos) nas mãos dos jesuítas – que, ademais, controlavam a educação na Península Ibérica.

Em sua carreira militar, serviu na armada espanhola e participou de batalhas em Fladres, na Catalunha, no Mediterrâneo e em Portugal (tomou parte na repressão à Revolta de Évora em 1637, evento que abriu caminho para a Restauração portuguesa em 1640). Por seus serviços militares, recebeu diversas mercês da Coroa espanhola, com destaque para o

ressignificação contínuas, porquanto seja uma prática discursiva. Para esta autora, o gênero é essencialmente performático, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido, de modo que a identidade é constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados. A performatividade é um ato que faz surgir o que nomeia e constitui-se na e pela linguagem. O conceito de performatividade torna possíveis encenações de gênero que chamem atenção para o caráter construído de todas as identidades, sobretudo aquelas mais estáveis e mesmo aquelas que são reguladas por outras categorias, como a raça. Dessa forma, as identidades envolvem certas doses de agência individual dentro de linhas de tensão e negociação entre as inúmeras micro forças de poderes sociais. Dentro desse campo tencionado, algumas formas de subversão das identidades tradicionais (de gênero ou de raça) podem ser possíveis. BUTLER, 2012.

recebimento do manto da Ordem de Cristo (maior honra a ser concedida a um nobre português) em 1631. A partir de então, D. Francisco estreitou sua presença na corte espanhola, acumulando prestígio e travando contato com grandes figuras intelectuais peninsulares no período.

Com a Restauração portuguesa, D. Francisco tornou-se figura suspeita na corte espanhola, sendo por isso preso. Logo, contudo, ele conseguiu transferir-se para Flandres, de onde fugiu para Portugal via Inglaterra. Na nova corte lusitana de D. João IV, assumiu posição de destaque, recebendo missões diplomáticas (posição estratégica em um momento em que Portugal lutava para assegurar sua soberania frente às demais potências europeias) em Paris, Londres, Roma e Haia. A esse momento de prestígio, seguiu-se sua queda e consequente prisão em 1644, motivadas por um conjunto de conluios políticos e um caso passionai. Permaneceu preso em Portugal até 1655, sendo depois degredado para a África (conseguiu, contudo, que esta pena fosse comutada em exílio na Bahia). Só retornaria à Portugal com a morte de D. João IV em 1658. Foi durante sua prisão, que D. Francisco escreveu muitas de suas principais obras, como o *Auto do Fidalgo Aprendiz*, os *Apólogos Dialogais* (escrito já na Bahia) e a *Carta de Guia de Casados*, foco deste trabalho, composta em 1650. Após seu retorno a Portugal, D. Francisco assumiu nova posição de prestígio, sendo encarregada de missões diplomáticas na Inglaterra, na França e na Itália, destacando-se também por atuação em agremiações literárias. Vem a falecer em 1666.

A trajetória de D. Francisco Manuel de Melo foi marcada pela dinâmica política da Península Ibérica – principalmente pela tensão entre Espanha e Portugal nos estertores da Restauração lusitana. Neste contexto, o autor ressaltou, em seus conselhos ao jovem marido (tomado como um nobre em plena carreira cortesã) os valores e práticas que julgava necessário para sobreviver em meio às intrigas características da vida na corte. Vê-se desde já o recorte estamental que atravessa a sua Carta e é indicativa da posição social do autor; o único tipo de homem que ele julga merecedor de conselhos é o homem nobre, cuja vida inspira um cuidado racional. Percebe-se um ideal de masculinidade vincado na experiência do modo de vida cortesão, portanto excludente da maioria da população masculina.

O espírito da composição da Carta relaciona-se também à nova pastoral da Igreja Católica sistematizada pelo Concílio de Trento (1545-1563). Segundo o historiador Jean Delumeau, a Igreja do século XVI sentia-se ameaçada em diversos níveis por inimigos variados, assumindo para si a posição de uma cidadela sitiada, cujo inimigo (Satã), apresentava-se por meio dos seus agentes na civilização rural e pagã (Delumeau, 2009, 11-

52). Nesse contexto, a Igreja, na sua estratégia de fortificar suas defesas, reafirmou vários dogmas e procurou disciplinas práticas e crenças ligadas à religiosidade cotidiana da cristandade. Os sacramentos - reafirmados enquanto verdades dogmáticas – passaram por essa reforma, especialmente o do casamento, que, ainda no século XVI, possuía formas pagãs que não necessariamente passavam pelo crivo da Igreja.

A partir do Concílio de Trento, ganhou força, na Igreja, a tendência a uniformizar os ritos matrimoniais e de impor as regras sacramentais sobre os diversos costumes sociais (e também sobre as decisões individuais) que permeavam a constituição das uniões entre homens e mulheres. Essa tendência ligava-se à grande importância atribuída ao sacramento do casamento pela Igreja no contexto da pastoral tridentina, que o identificava a um dos mistérios do cristianismo, constituindo um símbolo da união mística entre Jesus Cristo e a Igreja³.

Na luta para disciplinar os rituais matrimoniais, a Igreja enfrentou dois adversários, os chamados casamentos costumeiros – normalmente orquestrados pelas famílias dos nubentes de acordo com seus interesses patrimoniais e que seguiam diversos ritos, entre eles a bênção do sacerdote na igreja – e os clandestinos – feitos a despeito das famílias e sem seguir qualquer ritual. Essas outras formas de união conviveram com o ritual matrimonial previsto pela ortodoxia católica desde a Idade Média. No IV Concílio de Latrão (1215), já foram descritos os rituais que deveriam ocorrer durante o casamento; a bênção do sacerdote na igreja ou às suas portas, banhos e proclamas – rituais que foram confirmados em Trento. Os casamentos costumeiros, contudo, nem sempre seguiam essas normas, além de compreender outros ritos (variáveis conforme a região).

A legislação portuguesa, ainda no século XVII, previa a existência de formas de matrimônios concorrentes ao casamento tridentino. As *Ordenações Filipinas* de 1603 previam a existência do casamento de direito (seguindo as regulações eclesiásticas), do casamento de feito (no qual não ocorriam as dispensas de parentesco) e do casamento de pública fama (no qual os cônjuges viviam na mesma casa como se fossem casados, sendo assim tidos pelos vizinhos). Do ponto de vista da Igreja Católica, no entanto, estas outras formas de união eram equivalentes ao concubinato, e, como tal, foram cada vez mais perseguidas e criminalizadas na medida em que as determinações do Concílio de Trento foram implementadas em Portugal.

³ Foi, aliás, essa definição do casamento sacramental que permitiu às Inquisições ibéricas colocar o delito da bigamia em sua jurisdição, como um erro de doutrina (portanto, potencialmente herético) que sugeria um desrespeito ao sacramento do casamento e uma perigosa proximidade à doutrina luterana. A bigamia, segundo Ronaldo Vainfas, foi o crime moral mais perseguido pela Inquisição portuguesa. VAINFAS, 1989. P. 69-106.

O livro de D. Francisco mostra, contudo, que a campanha de disciplinarização da Igreja ainda não lograra efeito completo em meados do século XVII, visto que o autor explicitamente faz uma apologia do casamento arranjado pelas famílias a partir de uma rápida teorização acerca da natureza do amor, ou, no entender do autor, dos amores. D. Francisco postula a existência de dois tipos de amores, aquele violento, que surge sem razão e se consoma na posse do objeto amado, e aquele que nasce do convívio com o parceiro ao longo dos anos.

Para D. Francisco, o casamento ideal é aquele que brota do entendimento das partes visando os interesses de ambos e de suas famílias é o mais provável de gerar harmonia familiar. Sintomático de sua posição é a frase seguinte: “Parecerá dificultoso o considerar como à pessoa que não havemos visto poderemos amar com perfeição” (Melo, s/d, 31). Para o autor, não era sequer necessários que os esposos se conhecessem antes de casar para que a união fosse feliz – o que caracterizava as uniões arranjadas pelas famílias.

A felicidade da união dos jovens noivos, todavia, dependia principalmente do desempenho adequado de seus papéis sociais por cada parte (o marido e sua mulher) de acordo com os critérios estamentais de honra. Uma vez que a Carta foi composta como uma série de conselhos do autor para seu jovem primo prestes a se casar, o grosso do texto se dirige ao marido, expondo como ele deve se portar em relação à sua esposa, ao governo da casa, ao gerenciamento da criadagem, à vivência na corte e à criação dos filhos e filhas. O texto é também rico em contra exemplos, mostrando como um homem não deve se portar em sua vida de casado, com riscos de ver sua honra e sua fortuna esvaírem-se.

Como foi dito acima, o ideal masculino que emerge dos conselhos de D. Francisco é o do homem nobre e cortesão. Este homem pode ser pensado como um momento de transição entre as masculinidades mais propriamente medievais – marcadas pela dimensão guerreira da aristocracia feudal – e aquelas de feição burguesa ou moderna – cujas principais características seriam virtudes de auto-domínio, como a competência e a responsabilidade.⁴ Assim, o homem nobre de sociedades de corte definiu-se enquanto tal a partir da percepção que o seu meio tinha da figura de si que ele próprio projetava em seu meio social, em uma teatralização das vivências sociais que passava também por uma teatralização performativa de

⁴ Pedro Paulo de Oliveira sugere que a passagem da nobreza de espada (feudal) para a cortesã, seguida pela hegemonia burguesa sobre ambas a partir do século XIX, possibilitou, em uma perspectiva de longo prazo, a adição de atributos como a competência e responsabilidade (características próprias de pessoas imersas em um meio social regido por intrincado cerimonial) àqueles percebidos como integrantes da masculinidade autêntica. OLIVEIRA, 2004.

seu gênero. Não bastaria que o nobre vivesse honradamente com sua extensa família, era igualmente necessário que seus pares assim o percebessem.

Vê-se que o ser, e ser percebido como, honrado tinha peso importante na sua construção enquanto homem. Esta honra passava, entre outras instâncias, pela posição de domínio incontestado sobre a mulher. A vida cotidiana do casamento, todavia, a mor das vezes apresentava inúmeros empecilhos ao homem na sua tarefa de exercer controle sobre a esposa, notadamente porque nem todas conformavam-se facilmente a essa posição de inferioridade. Por isso os conselhos de D. Francisco são numerosos, grande parte deles consiste em estratégias para que o marido possa controlar e educar sua esposa – de que, como se verá adiante, o autor não tem opinião elogiosa.

A principal característica que deveria cultivar o homem para “sustentar sua casa, sua honra, e sem perigo” (MELO, s/d, 10) era a prudência. Não caberia ao homem ser violento em demasia ou intempestivo no trato com seus familiares, ele deveria, racionalmente, calcular os melhores artifícios (desde que estes não fossem desonrosos) para conseguir instaurar a ordem em sua casa sob sua autoridade. Um homem prudente, na visão do autor, saberia superar as adversidades que tornam o casamento uma perspectiva aterradora para os jovens.

A posição de domínio e autoridade do homem sobre a mulher era reforçada pela usual diferença de idade existente entre os cônjuges. Ainda que o autor ressalte a importância da proporcionalidade entre os noivos (de sangue, fazenda e idade), sempre reafirma a necessidade do homem ser superior à sua mulher. De modo que, mesmo recriminando o casamento entre o homem velho e a mulher jovem – uma união dita popularmente como de morte (MELO, s/d, 21-22), era importante que o marido fosse ao menos alguns anos mais velhos que sua esposa, até mesmo para já ter uma posição social que lhe garantisse o sustento da casa. Casando-se com mulher mais nova, o marido reforçaria sua autoridade assumindo funções de pai para ela, terminando sua criação e assegurando a ênfase nos valores constituintes da boa mulher no período, submissão e fidelidade. O autor afirma de modo explícito que “o homem que tiver discricção e indústria, casando com mulher de tal idade, pais cuide que vai ser de sua mulher, tanto como seu marido pode fazer que ela renasça em novas condições” (MELO, s/d, 26).

Era próprio do homem nobre e cortesão tecer redes de sociabilidades entre seus pares, travando conhecimentos, aprofundando amizades e forjando alianças. Para D. Francisco, porém, mesmo sendo atividades vitais, as experiências na corte não deveriam acontecer de modo a por em risco a boa convivência conjugal e a manutenção da casa. Por esse motivo, ele

recomenda moderação nas amizades e nos prazeres que ela implica - “Primeiro está a obrigação, logo a temperança, e depois o gosto” (MELO, s/d, 40) – e chega mesmo a recomendar que o homem se afaste da corte no período de criação dos filhos, pois “julgo por importante acção não viver de contínuo na Corte, e me parece que há uns tempos próprios de se retirar (o casado com sua família) (...) tendo o casado mais de dois filhos, era o próprio tempo” (MELO, s/d, 156). A vida cortesã é, no entanto, parte tão fundamental na constituição do homem, que esse retiro não poderia ser prolongado para não prejudicar a criação posterior dos filhos, que, entre oito e dez anos, deveriam ser introduzidos na Corte para “que o rei os conheça, e eles se criem sem espantos dos paços” (MELO, s/d, 156). Ademais, D. Francisco defende que o marido seja cortês e galante com as damas e senhoras da Corte “porque esta obrigação é de bom sangue” (MELO, s/d, 112). As esposas se fossem generosas, deveriam folgar em ver tal comportamento no marido.

Se o homem, para ser bem visto como tal nos meios aristocráticos deveria ser cortês e galante, ele não deveria, todavia, perder o controle de suas emoções em público – e mesmo em privado diante de seus familiares. D. Francisco recrimina autoridades que demonstrem em público seu afeto pelos filhos, conquanto tal proceder não seria condizente com a dignidade de elevados cargos públicos, que demandariam comportamento circunspecto do homem que os exercessem. O controle das emoções deveria prevalecer também nas relações domésticas e, sobretudo na educação dos filhos, como se vê:

Ora, os filhos nascidos guarda de contar graças nem estremecer sobre eles. Tudo isto os faz malcriados, e aos pais é de pouca opinião. As mães querem que os maridos os tragam, e folguem com eles; quando V. M. ce caía nesta venialidade, seja a modo de ofícios em igreja interdita, quero dizer a portas fechadas. Não é coisa pertencente a um homem ser ama, nem berço de seus filhos. (MELO, s/d, 119)

O grande atributo da masculinidade era sua superioridade sobre a mulher, o que indica, por um lado, que submeter-se o homem à esposa era desonroso, “igual afronta é a um casado saber-se que o manda a sua mulher” (Melo, s/d, 24), e que, por outro lado, o ideal de feminilidade previsto pelo autor tinha a submissão como apanágio das mulheres. O principal dever da esposa, para D. Francisco, e em conformidade com o pensamento de seu tempo, era amar e obedecer ao marido, sua honra era condicionado ao bom desempenho dessa tarefa; “Dê-se-lhe a entender à mulher que a coisa que mais deve querer é a seu marido” (Melo, s/d, 32). A recíproca, porém, não se aplicava da mesma forma ao marido; “Tenha o marido para si que a coisa que mais deve querer é sua honra, e logo sua mulher” (Melo, s/d, 32).

A feminilidade é descrita pelo autor principalmente em termos negativos, mostrando as incapacidades da mulher, sua tendência a comportamentos escandalosos e desonrosos e o necessário controle que o homem deve exercer sobre ela para manter sua honra e fortuna. Vários defeitos comuns de serem encontrados nas mulheres são listados por D. Francisco para que o marido saiba como proceder para contorná-los e reeducar sua esposa. Alguns deles são o gastar demais (são incontinentes), ser bravas (ter natureza rija em excesso), falar ou gritar em excesso, ser ou muito feias ou muito formosas, ser estúpidas (o que seria um defeito menor, posto que o marido poderia controlar e direcionar a mulher de acordo com seu entendimento), ser impertinentes, agressivas, mesquinhas, ciumentas, ambiciosas, vaidosas, fofoqueiras, etc. A extensão da lista de defeitos femininos sugere que a mulher é definida primariamente como um ser negativo, cujas ações trazem sempre algum perigo para a boa manutenção da honra masculina.

A mulher, portanto, deveria exercer um papel secundário na governança da casa, dadas as suas limitações. Ainda não está presente a figura da mulher como plena soberana do lar (personagem que se consolidaria nos séculos XIX e XX). O marido tem um papel importante na gestão do lar, agindo a mulher como sua delegada nos assuntos cotidianos, com os quais não caberia ao homem se preocupar, “Coisas tão miúdas [do governo da casa] não é bem que pejem o pensamento de um homem” (Melo, s/d,65). Ao marido caberia fornecer à mulher uma quantia para os gastos diários e pouco mais e exigir que a esposa lhe prestasse contas. Esse proceder traria as vantagens de “(...) que o gasto ordinário convém que se entregue à mulher pela contentar, pela ocupar, pela confiar, por lhe dar aqueles cuidados, por lhe desviar outros” (Melo, s/d, 65).

Considerando os defeitos vistos como naturais das mulheres – elas são concebidas como naturalmente fracas, “Criou-as Deus fracas, sejam fracas” (Melo, s/d, 83) -, D. Francisco condena a instrução das mulheres, pois essa prática poderia acarretar perigosas consequências para a honra da família e para a consciência das próprias mulheres. Para justificar essa posição, o autor recorre a várias anedotas em que homens (um frade confessor e um irmão, homem discreto) recriminam mulheres que pretenderam avançar sobre atividades masculinas nos campos dos saberes e dos negócios, como no trecho seguinte, “Minha irmã, deixai as empresas para as adargas dos cavaleiros andantes; as empresas que haveis de mandar abrir, sejam chavões para fazerdes bolos a vosso marido, quando o tiverdes” (MELO, s/d, 87).

D. Francisco Manuel de Melo, portanto, em seus conselhos ao jovem primo prestes a se casar, idealiza um ambiente familiar e conjugal baseado em significados de gênero que, em seu realizar performativo cotidiano, deveriam reinstaurar sempre a hierarquia (natural, religiosa, sobrenatural) entre homens e mulheres. Reforçando o caráter relacional do gênero, D. Francisco define o homem e a mulher sempre um em relação ao outro, considerando que a harmonia e a honra da família só estarão a salvo se cada um desempenhar satisfatoriamente seu papel social; estando o homem sempre na posição de superioridade e a mulher, sempre, obedecendo-lhe. Dessa forma, o homem seria como o sol (ou o rei) em seu universo familiar, girando todos os membros em sua órbita, sendo-lhes dependentes em todos os aspectos de suas vidas; mulheres, filhos, criados e escravos deveriam temer e obedecer ao senhor (marido, pai, patrão) mesmo quando pudessem ter eles próprios alguma autoridade derivada no sistema familiar – as mães, mesmo tendo alguma poder frente aos filhos e aos serviçais, não tira sua autoridade de si, mas de uma concessão feita pelo homem senhor da casa. Um trecho da *Carta* ilustra essa situação e, assim, serve como conclusão:

O marido tenha as vezes de Sol em sua casa, a mulher, as da Lua. Alumie com a luz que ele lhe der, e tenha também alguma claridade. A ele sustente o poder, a ela a estimação. Ela tema a ele, e ele faça que todos a temam a ela, serão ambos obedecidos. (MELO, S/D, 24)

Bibliografia:

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800, uma cidade sitiada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

MELO, D. Francisco Manuel de. *Carta de Guia de Casados*. Lisboa: Editorial Verbo, s/d;
OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: EDUMFG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello*. Esboço biographico. Coimbra, 1914;
SCOTT, Joan. “Gender: a useful category of historical analysis.”, *The American Historical Review*, 91, 5, p. 1053-1075, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Estupro e rapto, vergonha e desonra: Montes Claros, 1890-1920

Dalene Maciel Gonçalves

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

dalene.maciел@hotmail.com

Regina Célia Lima Caleiro

Doutora em História Social – UFMG

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

regina.caleiro@hotmail.com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar as práticas delituosas masculinas no Norte de Minas Gerais, mais especificamente na Comarca de Montes Claros, entre os anos de 1890 – 1920, em que se buscou através dos processos-crime recuperar reminiscências do espaço de vivência e formas de conduta de homens que cometeram violência sexual e de suas vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Sexual; Criminalidade; Honra; Mulher.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the male delictual practices in north of Minas Gerais, more specifically in Comarca de Montes Claros, between the years of 1890-1920, in which they sought through the process -crimes, recover reminiscences of space of living and ways of conduct of men who have committed sexual violence and its victims.

KEYWORDS: Sexual Violence; Criminality; Honor; Woman.

Introdução

A violência é um dos assuntos que vem se destacando cada vez mais na historiografia. No contexto destas produções, o objetivo desse estudo foi, além de contribuir para as pesquisas relacionadas à violência e à criminalidade, compreender o comportamento da sociedade nesse período tendo como enfoque principal a sexualidade feminina, a violência sexual e os padrões de moral e comportamento da sociedade no início do período republicano. Pretende-se contribuir para um conhecimento mais completo dessa sociedade e as transformações políticas e sociais vivenciadas nesse momento.

Esta pesquisa recorreu aos processos criminais da região de Montes Claros entre os anos de 1890 e 1920 arquivados na *Diretoria de Documentação e Informação – DDI* da *Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES*.

Em um primeiro momento a pesquisa levantou dados quantitativos referentes à violência sexual de forma que, através disso, foi possível analisar as peculiaridades de cada um. Os processos sexuais aqui analisados podem constituir um universo bastante rico para se perceber a importância que assume o controle moral sobre as camadas populares.

Os processos judiciais são o produto de uma dupla quebra do sistema normativo dominante o qual por um lado, santifica a integridade física do indivíduo, mas, por outro, sanciona uma estrutura de relações entre marido e mulher que por sua natureza desigual, necessariamente gera violência (CÔRREA, 1983, p. 11).

A importância dos processos criminais consiste na análise das normas sociais desejadas e/ou impostas pela elite dirigente, sua assimilação ou rejeição das massas. A quebra dessas normas nos possibilita identificar as diferenças sociais, morais e econômicas da população, bem como a atuação da justiça institucionalizada através dos julgamentos.

Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobrança judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos de crime de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim os pequenos atos cotidianos das relações do passado (BACELLAR, 2006, p.37).

Na pesquisa, utilizou-se 45 (quarenta e cinco) processos-crime, divididos entre crime de estupro (dezenove), defloramento (vinte) e rapto (seis). Com tal material estudou-se o parentesco entre réu e vítima, as armas e/ou as formas de persuasão empregadas pelo réu para cometer o crime, além da idade, situação econômica dentre outros aspectos que se dirigem tanto à vítima quanto ao réu.

Utilizou-se o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (2002) como metodologia para analisar as fontes nos detalhes, sendo isso possível, apenas se for dada a devida atenção aos rastros que, muitas vezes, são ignorados. A força deste método está principalmente na observação do que se deseja analisar. Para que essa observação seja provedora de uma revelação, e não apenas de uma dedução que se tem ao simplesmente analisar algo, “é necessário examinar os por menores mais negligenciáveis, e menos influenciados” (GINZBURG, 2002, p.144).

Pode-se dizer, portanto, que o paradigma indiciário consiste em observar os pequenos indícios, dos quais podem depender as inferências mais amplas. Isso não quer dizer que o método confia nas impressões gerais, mas sim que este se concentra nos pormenores.

Acreditamos desta forma, que para entender realmente a violência sexual do período faz-se necessário identificar e estudar cada pormenor que antecederia esse tipo de crime.

A mulher e a família

Os estudos referentes à mulher começaram a surgir, acompanhando a História Social que desabrochou a partir dos anos de 1930, em que as massas tornaram-se alvos de pesquisas. Entretanto a expansão da história da mulher deu-se apenas a partir da década de 70, passando, a partir de então, a acompanhar as campanhas feministas para melhorias das condições de trabalho. A mulher estava abrindo o próprio espaço dentro da história.

Em oposição à história “miserabilista” — na qual se sucedem “mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas...” — emerge a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos. Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação (SOIHET, 1997, p. 404).

A partir da década de 1960, historiadores voltaram-se também para o estudo da família, penetrando em um campo limitado à sociologia e antropologia. A partir desse período “ela se constituiu numa área específica da pesquisa histórica, com inúmeros trabalhos sendo publicados, principalmente a partir de 1970” (PARIA, 1997, p. 353).

Essa preocupação com a família se justifica, dada a importância do tema para entender a natureza das sociedades, levando em conta que a família é uma instituição de fundamental contribuição para a formação da sociedade.

Foram os questionamentos sobre a situação da família, hoje, que levaram muitos estudiosos a enveredar por este caminho. A família, como problema, tornou-se tema atual e os questionamentos sobre sua estrutura ou suas crises interessam tanto ao homem comum quanto aos especialistas (PARIA, 1997, p. 353).

Eni de Mesquita Samara (1986), afirma que o Brasil, desde o início da colonização, tinha uma estrutura econômica de base que propiciou a formação de um modelo paternalista de família, em que o chefe - o homem - cuidava de todo o grupo, regia os negócios, preservava a linhagem e a honra, procurando exercer domínio sobre os outros membros do grupo familiar. Esse modelo de estrutura familiar enfatizava a autoridade do marido, relegando a esposa um papel restrito. As mulheres depois de casadas “passavam da tutela do pai para a do marido” (SAMARA, 1986) cuidando dos filhos e da casa, desempenhando função doméstica.

Segundo Samara (1986), a sociedade patriarcal legitimou o pensamento social de dominação masculina, pelo viés informal ou de maneira institucional, através da igreja, da família, da educação, dos códigos jurídicos, estabelecendo discursos e valores tidos como naturais e aparentemente indiscutíveis, influenciando as práticas coletivas, determinando o ir e vir dos sexos, os seus locais de sociabilidade.

A partir do Século XVIII surge um novo tipo de família, com menor número de membros, concentrado principalmente nas cidades, denominada família nuclear, que não condizia com a tradicional família patriarcal.

A transição do Império para a República, com a expansão da indústria, do comércio, dos serviços e um crescimento urbano considerável, não pôde contemplar a todos, fazendo crescer uma massa de excluídos e marginalizados desse processo. O ideal de uma sociedade formada por trabalhadores pertencentes a uma família era desejado e idealizado pelos médicos e juristas, como afirma Martha Abreu Esteves:

A preocupação com a conduta situava-se num contexto político e social mais amplo. Não se resumia simplesmente num elemento legal para contemplar os pré-requisitos de um crime sexual; não se ligava apenas a repressão de um ato criminoso (estabelecendo a verdade e determinando o autor) ou a retribuição pertinente ao caso. Pela influência da escola jurídica positivista, o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade, e a conduta total do réu, no sentido de se determinar o seu grau de periculosidade. Os juristas estavam como os médicos, imbuídas da missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador membro de uma família e indivíduo higienizado (moradia, lazer corpos saudáveis, por exemplo). O aprofundamento das correlações entre honestidade, moral e bom trabalhador, no meio jurídico formava um triângulo referencial riquíssimo na sociedade que se desejava formar (ESTEVES, 1989, p.41).

Em História das Mulheres no Brasil, livro composto por diversos artigos que articulam histórias de muitas mulheres, relatando o contexto social onde estão inseridas ao longo do tempo e no artigo intitulado *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano* escrito por Rachel Soihet, é mostrado uma quebra de mitos, estimulando a reflexão acerca da história de várias mulheres nos anos de 1890 a 1920, lembrando que nesse momento uma nova ordem estava surgindo. “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 2000, p. 362).

A Proclamação da República pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados. Esse período provocou intensas transformações e remanejamento nas elites que vinham se reconfigurando no decorrer do século XIX. Muitas das imagens idealizadas das mulheres sofreram mudanças e intensificações por conta das

transformações que se operaram com a Proclamação da República (PEDRO, 2000, p. 291).

Nas entrelinhas do discurso machista encontramos ligações com o poder, em que as mulheres são convencidas a aceitarem sua condição de subserviência e os homens se mostram como senhores do mundo.

A nova ordem implantava moldes das famílias burguesas, não condizentes com a realidade da massa trabalhadora, “as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava” (SOIHET, 2000, p.365).

Violência e criminalidade

Yves Michaud (1989) elabora um traçado histórico a respeito da violência, abordando diferentes conceitos, causas e justificativas, para o uso desta. A palavra violência deriva do latim *violentim* e significa força que se usa contra direito e lei; pessoas que agiam com força impetuosa, excessiva e exagerada eram consideradas violentas. Qualquer ruptura da ordem ou emprego de meios para impor algo a alguém pode ser considerado violência, que pode manifestar-se em qualquer espaço ou meio social. Pode ter diversas formas como física e psicológica.

A violência deve inspirar o temor presente de um mal considerável para a pessoa, seus bens e eventualmente aqueles com quem ela está solidamente ligada; o simples temor respeitoso não pode ser considerado como uma violência suscetível de viciar os acordos. Essa abordagem jurídica, destinada a tratar de casos precisos mantém as características já esboçadas: a violência é primeiro um dano físico, mas também se refere a normas (no caso, aqui, as da integridade da pessoa humana), e quando a norma muda, não há mais violência. O ocorre nos casos do esporte, da cirurgia e do emprego da violência legítima a serviço da lei. Por outro lado, uma sensibilidade maior para com a violência tende a surgir através da evolução das incriminações (SOIHET, 2000, p. 9-10).

A violência utilizada como meio para obter algo, como objetos ou prazer sexual é fortemente censurado pela sociedade. Entretanto essa violência contrasta com a “violência legítima”, a não ser que chegue a extremos. De certa maneira, a violência empregada a crianças e a mulheres muitas vezes é considerada como receita pedagógica na sociedade brasileira, como afirma Boris Fausto (2001). Também é considerada legítima quando responde a ofensas físicas ou morais, como forma de restaurar a honra.

No final do século XIX, grandes juristas passaram a se dedicar aos crimes sexuais e a elaborar punições para cada um deles. Dentre tantos, podemos citar Viveiros de Castro, o

primeiro jurista a dar um tratamento exclusivo aos crimes sexuais. Ao voltar-se para esse estudo, Viveiros se preocupou de maneira geral com o aumento da criminalidade e a repercussão que os crimes teriam nas famílias e em toda a sociedade, pensando em uma maneira de garantir o respeito à moral, aos bons costumes e a honra das famílias e consequentemente da mulher.

Segundo Martha Abreu Esteves (1989), o Jurista Francisco Viveiros de Castro, um dos mais renomados do século XIX, “preocupava-se em discutir se os brasileiros já estavam na degenerescência, ou se havia apenas uma exuberância no instinto sexual” (ESTEVES, 1989, p.25). Suas preocupações centravam-se no final do século XIX, no Rio de Janeiro, em um contexto em que a “pátria” republicana sofria diversas transformações, como o aumento demográfico resultante principalmente do egresso da zona rural por escravos recém-libertados e pela constante imigração.

Sobre os crimes sexuais, Boris Fausto (2001) afirma que a definição desses crimes contra as mulheres está pautada em pressupostos básicos, dos quais a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina pelas instituições do casamento e da família são os aspectos preponderantes, sendo que o controle dessa sexualidade era feita através da virgindade.

Fausto discute a preocupação com a virgindade, símbolo da honestidade sexual das mulheres solteiras e da honra, que estava em sintonia com os valores morais vigentes na sociedade, que procurava reforçar o papel da família no equilíbrio da ordem social.

O alvo principal da proteção legislativa era, entretanto a ‘honra’, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) – ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não – e de defloramento (artigo 267), consistente em ‘deflorar mulher de menor de idade, empregando sedução engano ou fraude’. Mas não se trata de precipuamente proteger a ‘honra’ como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido e da família. Desvenda-se desse modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – como o casamento e a família (FAUSTO, 2001, p. 195).

A honestidade tinha como padrão fundamental a conduta e uma moça não poderia sair sozinha de casa e, quando o fazia, deveria ser em horários adequados como à tarde. A mulher que saísse a noite desacompanhada poderia ser considerada pessoa de má conduta. A família era a principal responsável pela conduta, pois seria seu dever zelar pela honra da filha e isso se fazia vigiando-a.

Era indispensável o concurso do elemento moral, que se encontrava expresso no artigo do Código como consentimento ao ato sexual através da sedução, engano ou fraude. Essas três formas de consentimento foram sistematizadas, pela primeira vez, no Código de 1890, o que demonstrava uma maior preocupação dos legisladores em especificarem as condições em que a mulher, mesmo não sendo mais virgem, permanecia honesta. Entretanto, como seus significados e conteúdos não estavam definidos no Código ligavam-se diretamente ao conceito de honestidade, um valor não codificável, as exigências do crime envolviam-se em questões subjetivas (ESTEVES, 1989, p.38).

A honra da mulher constitui em um conceito no qual o homem é o legitimador, e que a honra é atribuída pela ausência do homem através da virgindade, símbolo de pureza, ou pela presença masculina no casamento. As mulheres deveriam ser submissas, sendo as qualidades ideais, a meiguice, a fragilidade e o amor. Tais concepções impõem à mulher um desconhecimento do próprio corpo. A vaidade, sexualidade, futilidades ou traição eram valores condenados pela moral. Entretanto, esses valores condenados contradiziam com os valores dos populares, já que estavam presentes no cotidiano.

Conclusão

A pesquisa buscou compreender o contexto da sociedade norte-mineira, através de processos-crime referente a um período em que o país estava passando por constantes transformações. A partir dos dados analisados, percebe-se a impunidade dos crimes cometidos na região, especialmente em Montes Claros, pois a maioria dos processos não foi a julgamento e o que podemos chamar de condenação, foi a “obrigatoriedade” consentida do casamento entre réu e vítima. O número de processos arquivados, extintos ou que prescreveram por lapso de tempo também impressiona, pois tais dados refletem a negligência judicial em relação a esse tipo de crime.

Ressaltamos aqui a fragilidade dos dados relativos aos réus e as vítimas em que muitas informações mostravam-se escassas, embora a falta desses registros também seja reveladora de significados, pois mostra-nos o descaso das autoridades no período, tanto na identificação das vítimas e dos réus quanto no julgamento.

Os padrões morais da sociedade montesclarenses do período se assemelhava aos padrões analisados por Martha Abreu e Rachel Soihet, em seus estudos, quando ambas acentuaram os padrões de moral burgueses do período, apesar de serem dominantes não se adequava a todos os níveis da sociedade. Não obstante a honra feminina seja bastante enfatizada nos processos, principalmente se relacionarmos o fato da ênfase que a vítima

atribui à dor e a força imposta pelo réu no ato em que foi cometido o crime, não se percebe a devida atenção que o caso exigia quando de seu julgamento.

Ao centralizar sua fala no fato de ter sido forçada e o fato dos réus não serem devidamente punidos, percebeu que tais delitos não possuíam a atenção suficiente da Justiça, pois como pôde ser evidenciado, a mesma era excessivamente morosa, o que resultou em muitos casos, na perda completa do contato com a vítima e com o réu. A primeira, apesar do constrangimento sofrido, sua fala é enfatizada especialmente no início dos processos, em que a mesma é interrogada, relatando sua versão do crime e se submetendo ao exame de corpo de delito. O segundo, em poucos casos pode-se verificar a fala em um breve interrogatório, em que é colhido, em poucos casos dados básicos, pouco se notando a fala dos mesmos ou dos advogados nos processos, pois como se viu uma parte considerável dos réus desaparecia.

Portanto, acreditamos que a pesquisa foi reveladora, de tal forma que permitiu perceber não somente alguns padrões culturais da sociedade, mas também como esta lidava com o poder judiciário, do qual se depreende que uma das responsabilidades do período seria zelar pela sociedade. Todavia, deve-se ressaltar que a conclusão a que se chega, é que, devido à burocratização ou até mesmo o descaso para com as mulheres pobres o poder judiciário não cumpria tal função, ou seja, a normatização social visava a família burguesa.

Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CALEIRO, Regina Célia Lima (org.). Iniciação à história: Revista dos Acadêmicos do Curso de História do Centro de Ciências Humanas – Unimontes. In: COUTINHO, Elizandra Klem; GUEDES, Marta Neves. *Conduta feminina e crimes sexuais em Montes Claros na década de 1930*. v 1, n.1. (jul. 2002). Montes Claros: Unimontes 2002.

_____. *Os crimes sexuais no mundo rural: um estudo no interior paulista (Franca 1932-1940)*. Franca, SP: Boletim de Iniciação Científica (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP), 1995.

_____. *História e Crime: Quando a Mulher é a Ré – Franca 1890-1940*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamrion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Francisco José Viveiros de, 193(apud). Delitos Contra a Honra da Mulher. PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (org.). *Mulheres e Famílias*

no Brasil. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Normas sexuais e exclusão social: o Direito Penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Époque*. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato, 2005

CÔRREA, Mariza. *Morte em família: representações judiciais de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamrion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2000.

PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (org.). Mulheres e Famílias no Brasil. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Normas sexuais e exclusão social: o Direito Penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Époque*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2000.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamrion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIANNA, Urbino de Sousa. *Montes Claros: Breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Belo Horizonte, 1916.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI – XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Ser Africana e Ser Livre: a luta por emancipação de Benedita, Maceió (1850-1861)

Danilo Luiz Marques

Mestre e Doutorando em História Social

PUC-SP

daniolhis.al@hotmail.com

RESUMO: Esta apresentação visa explicar sobre a luta da africana livre Benedita em busca de sua emancipação. Resgatada da ilegalidade no litoral norte da Província de Alagoas em 1850, foi levada a Maceió e tornou-se uma africana livre. Destinada a prestar serviços a um arrematante particular, procurou diversas maneiras de resistir à “escravidão disfarçada” e afirmar sua condição de livre.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Africanos Livres; Quotidiano; Emancipação.

ABSTRACTO: Esta presentación tiene como objetivo explicar acerca de la lucha de la africana libre Benedicta de la búsqueda de la emancipación. Ilegalidad rescatado en la costa norte de la provincia de Alagoas en 1850, fue llevado a Maceió y se convirtió en un africano libre. Diseñado para proporcionar servicios a un oferente particular buscado diversas maneras de resistir la "esclavitud encubierta" y afirmar su condición de libre.

PALABRAS-CLAVE: Esclavitud; Africana Libre; Cotidiano; Emancipación.

Em meio aos papéis avulsos da documentação pertencente à *Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas*, nos deparamos com uma série de ofícios e requerimentos de emancipação envolvendo o nome da africana livre Benedita. Através deles, seguiremos as trilhas que os documentos nos oferecem para conhecer a árdua luta que ela traçou para se contrapor à “escravidão disfarçada” e obter sua carta de emancipação. A documentação mencionada permite o vislumbre de um recorte da vida de Benedita, especificamente entre os anos de 1850 a 1861, que abarca o momento em que ela chegou à costa alagoana através do tráfico ilegal de escravos, foi apreendida e levada a Maceió, passando a integrar o grupo juridicamente denominado de africanos livres ou africanos emancipados.

Benedita desembarcou em terras alagoanas em janeiro de 1850, quando o navio negreiro em que estava foi apreendido como contrabando pelas autoridades locais. Tornou-se uma africana livre e foi destinada a prestar serviços a um arrematante particular. É o que pode ser constatado em documento dirigido ao Presidente da Província de Alagoas escrito pelo curador João Camillo d’ Arahujo, referindo-se a Benedita e outra africana livre de nome Joaquina:

(...) forão destinadas a prestar seus serviços a pessoas particulares, que os arrematarão em Janeiro do anno de 1850 e os arrematantes contribuem annualmente com os salarios, que são arrecadados na collectoria da Fazenda geral, e recolhidos ao respectivo Coffre da Thezouraria geral (*sic.*). (APA, 16/05/1861)

Neste mesmo documento, o curador aponta para uma informação interessante, o de que Benedita e Joaquina:

Não tem tido bom comportamento no poder dos arrematantes de seus serviços, por que se tem tornado insubordinadas, a ponto de não quererem obedecelos, e com elles residir em suas cazas e companhias (*sic.*). (APA, 16/05/1861)

Tal alegação por parte do curador nos remete a pensar que este foi o subterfúgio encontrado tanto por Benedita como por Joaquina, para ir de encontro à hegemonia escravista. Era através de insubordinações que os africanos livres procuravam resistir à escravização ilegal que lhes foi imposta (BERTIN, 2006, p. 133). Talvez o fato de se recusarem a residir nas casas de seus arrematantes, simbolizasse a sua recusa de serem tratados como escravos. Queriam dizer que não eram escravos e que, portanto, tinham a liberdade de residir no local em que bem entendessem. A historiadora Ynaê Lopes dos Santos estudou a prática de alguns escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX que *moravam sobre si*, na qual os cativos não habitavam a casa de seus senhores, aventando a ideia de uma forma de resistência (SANTOS, 2010). As moradias muitas vezes aproximavam as condições dos africanos livres à dos escravos, o que pode ter levado Benedita a optar por não residir com seu arrematante. Até porque muitos deles não viam diferença entre os escravos e os africanos livres (BERTIN, 2006, p. 134) e os tratavam da mesma forma.

Os administradores e as autoridades não toleravam insubordinações e desobediências por parte dos africanos livres. Combatendo tais comportamentos com castigos e prisões quando os maus serviços e maus hábitos “(...) eram constatados, os administradores recorriam às autoridades policiais para dar devida correção, ou formalizavam perante a Presidência a reclamação pela falta cometida” (BERTIN, 2006, p. 65), o que levaria o africano livre a uma possível mudança de estabelecimento de prestação de serviços.

O documento mencionado acima foi uma resposta ao pedido de emancipação realizado por Benedita, pois, de acordo com o decreto de vinte e oito de dezembro de 1853, os africanos livres poderiam pedir suas cartas de emancipação depois de um prazo de quatorze anos de serviços prestados aos seus arrematantes particulares. É importante notar que tal pedido não foi realizado solitariamente por Benedita, além da já mencionada Joaquina, outra africana

livre de nome Maria realizara o pedido de forma conjunta. O pedido foi negado a todas as três com a alegação por parte do curador de que elas eram insubordinadas, se recusando a residir nas casas de seus arrematantes. A historiadora Enidelce Bertin ressalta o fato dos arrematantes particulares não aceitarem as insubordinações e a altivez dos africanos livres (BERTIN, 2006, p. 134). Uma possível boa relação entre os arrematantes das africanas e o curador podem ter sido determinantes na negativa dos pedidos de emancipação.

O fato das três africanas livres realizarem o pedido conjuntamente nos remete a pensar nas ligações afetivas ou de parentesco existentes entre a referida população de africanos livres, os escravos e os libertos. Os quais desenvolviam cotidianamente recursos de ajuda mútua ao lutarem juntos para contornar as dificuldades de suas vidas e de suas famílias. Sobre as mulheres negras, Maria de Fatima Novaes aponta para a existência frequente de uma vida partilhada “(...) assegurada por redes pessoais e propensas ao amalgama das experiências. Os documentos confirmam o envolvimento dos africanos livres e seus diversos laços comunitários de auxílio mútuo” (PIRES, 2009, p. 234), os quais eram importantes na definição de valores e formação de afinidades. Muitas vezes, os africanos livres desenvolviam ações conjuntas na busca pela emancipação, foi o que Beatriz Mamigonian sinalizou ao estudar um grupo de africanos que desembarcou na Bahia e depois foi encaminhado a prestar serviços na fábrica de ferro de Ipanema, em Sorocaba (SP), eles acabaram por desenvolver solidariedades a partir de seus status jurídicos comuns, das condições de trabalho e de sua identidade étnica. Dessa forma, a “(...) articulação dos africanos livres durante a luta pela emancipação estava baseada em laços que tinham sido estabelecidos durante sua trajetória comum” (MAMIGONIAN, 2000, p. 71-95), como a travessia atlântica, os locais de sociabilidades e a prestação de serviços. Isto posto, acreditamos que as africanas livres não abriram mão da liberdade a qual acreditavam ter direito, elas foram “(...) persistentes na busca da liberdade, (...) não desanimaram diante da rudeza do tratamento que recebiam, e tampouco afrouxaram os laços de solidariedade que mantinham entre si” (BERTIN, 2006, p. 145), Benedita, Joaquina e Maria estavam juntas na luta em busca da emancipação.

Sem desistir de buscar suas cartas de emancipação, Benedita e Joaquina (Maria não voltou a ser mencionada na documentação analisada), realizaram outro requerimento no mesmo mês de maio de 1861, quando receberam a negativa do curador. Se reportando a tal situação, o curador João Camillo d’Arahujo comunica ao Presidente da Província que já dera o parecer sobre as duas africanas livres, e se utilizando de poucas linhas descreve que:

Já em hum outro requerimento das mesmas petecionárias as pretas Joaquina e Benedita sobre identica pretensão constante do incluso requerimento, sobre o qual Manda-me V. Ex. informe, prestei a informaçam, que me competia, e que existirá no Archivo da Secretaria dessa Prezidência e a ella me reporto, como parte integrante desta, e pela qual V. Ex. melhor conhecerá do merito, ou demerito da sua pretensão (...) difirir como julgar conveniente, e for de razão e Justiça (*sic.*). (APA, 28/05/1861)

Apesar de mais uma negativa, Benedita e Joaquina realizaram ainda um terceiro pedido de emancipação, assinado por um procurador de nome Manoel Pinto do Rozario e remetido ao Palácio do Governo, em Maceió, no dia vinte e nove de maio de 1861:

As africanas livres Joaquina, e Benedita Vem (...) pedir e rogar a V Exa se digne por equidade e o amor de Deus que lhes conceda sua carta de emancipação visto que o Senr. Curador dos mesmos africanos, se opoem a que as Supplicantes gozem de sua plena liberdade, como outros irmãos, e irmans dos mesmos axão-se gozando, cuja injustiça só V Exa a pode reparar, como pai, e principal órgão da verdade e da razão (*sic.*). (APA, 28/05/1861)

É interessante perceber a referência feita a outros africanos livres que se emanciparam na cidade de Maceió e que foram concedidos pelo mesmo curador, como está colocado no documento: “como outros irmãos, e irmans dos mesmos axão-se gozando”, o que evidencia a possibilidade de conquista da liberdade. Outro aspecto importante é que tal pedido foi realizado um dia após a negativa recebida pelas africanas livres por parte do curador João Camillo d’Arahujo, no dia vinte e oito de maio de 1861. Deste modo, acreditamos que Benedita e Joaquina estavam determinadas em conquistar suas cartas de emancipação, todavia, a situação complicara para Benedita, pois seu arrematante começou a questionar os pedidos anteriores feitos pela africana livre. O senhor Manoel Claudino d’Arrochela Jaime, que arrematou os serviços da africana livre Benedita em janeiro de 1850, escreveu um requerimento contestando a possibilidade do curador dos africanos livres conceder carta de emancipação a Benedita, como podemos ver abaixo:

Manuel Claudino d’ Arroxela Jaime, arrematante da africana livre de nome Benedita (...) com sciencia do Curador, a cerca de dous annos, concedeu-lhe pagar os seus serviços a dinheiro e pior semanas, o que sendo pontualmente satisfeito a principio pela mencionada africana de certos tempos a esta parte não ha sido, mui principalmente depois que outros africanos em identicas circunstancias teem sollicitado e obtido carta de emancipação; e como consta agora ao supplicante que a supra sua africana requerera a V Ex.cia sua emancipação, achando-se entretanto a dever a importancia de seus serviços relativa a trinta e oito semanas, não obstante haver o supplicante exigido por mais de uma vez tal importancia o que tudo pode ser verificado pelo Curador, ou ouvindo V Ex.cia a referida africana; por isso vem o supplicante requer a V Ex.cia uma providencia qualquer em ordem que seja garantida ao supplicante a importancia a que tem inquestionavel direito, visto achar-se obrigado para com a collectoria de Fasenda até o dia em que V Ex.cia conceder a carta de emancipação requerida (...) (*sic.*). (APA, 06/06/1861)

Beatriz Mamigonian estudou as relações de trabalho dos africanos livres arrematados por particulares e postos a ganho:

(...) eram empregados no serviço doméstico ou postos ao ganho na cidade para trazer uma quantia fixa aos seus concessionários a cada semana, como se fossem escravos. Eles partilhavam da ocupação de grande parte dos africanos livres distribuídos nas décadas anteriores. "Era uma concessão valiosa, já que os concessionários pagavam ao Fundo dos Africanos Livres a soma de 12\$000 réis por ano como "salário" (na realidade, aluguel) pelos serviços dos africanos, mas podiam ganhar a mesma quantia em apenas um mês se trabalhassem ao ganho (MAMIGONIAN, 2000, p. 71-95).

Benedita teve permissão de seu arrematante para viver fora de sua residência com a condição de semanalmente pagar o senhor Manoel Claudino d'Arrochela Jaime uma quantia fixa por seus serviços. Muitos africanos livres tinham liberdade de locomoção, o que ampliava a área de oferta de trabalho como foi o caso de Benedita, para arrecadar o valor determinado pelo arrematante. Os arranjos de trabalho feitos entre arrematantes e os africanos livres eram similares ao de senhores e escravos, evidenciando mais uma vez a estreita relação que esta categoria teve com a escravidão. Pois:

Servir a seus próprios concessionários como criados domésticos, ser alugado a terceiros, ou alugar seus próprios serviços e trazer para casa uma determinada soma por semana significava que os africanos livres não podiam acumular os frutos de seu trabalho e, pelo contrário, sustentavam e enriqueciam seus concessionários (MAMIGONIAN, 2005, p. 389-417).

Desta forma, acreditamos que, mesmo tendo a liberdade de não residir com o seu arrematante, Benedita continuou sendo explorada por ele. Situações como esta eram bastante lucrativas para os concessionários particulares dos africanos livres, pois "(...) o aluguel devido em um mês pelos serviços dos africanos era o equivalente do que eles pagavam (ou algumas vezes deixavam de pagar) ao governo em 'salários de africano livre'" (MAMIGONIAN, 2005, p. 396) no período de um ano. Todavia um:

(...) acerto comum entre concessionários e africanos livres favorecia os concessionários e também permitia que os africanos livres acumulassem pecúlio. Dependendo do acordo, os africanos livres podiam viver sobre si e ver os concessionários uma vez por semana, para pagar o jornal (MAMIGONIAN, 2005, p. 396).

Tal situação permitiu a Benedita uma maior mobilidade e autonomia para viver sobre si. Entretanto, como se atrasasse em seus pagamentos semanais, Manoel Claudino entrou com um pedido perante o curador de africanos livres de Alagoas para que fosse ressarcido o dinheiro que a africana livre Benedita estava devendo antes da concessão de uma possível carta de emancipação. Muitas vezes, as arrematações dos serviços dos africanos livres eram

favoráveis pelos baixos preços que pagavam, todavia, “(...) qualquer sinal de representar ônus era combatido” (BERTIN, 2006, p. 45), recorrendo-se frequentemente ao Estado para obter uma indenização. O senhor Manoel Claudino também se queixou do fato de que, após outros africanos livres conseguirem obter suas cartas de emancipação, Benedita deixou de satisfazer seus compromissos perante o arrematante. A possibilidade de não morar em sua residência e poder circular pela cidade permitiu a Benedita fazer contatos e criar uma rede de sociabilidade. A emancipação de outros africanos livres aponta para prováveis relações familiares, ou de amizades, existentes entre os africanos que se emanciparam. Tal situação pode ter levado a africana a se posicionar de outra forma perante a situação jurídica em que se encontrava. Ou seja, buscar a emancipação em forma de requerimentos perante o curador e, em vez de pagar seu arrematante, poderia usar o dinheiro para investir em uma emancipação através de vias jurídicas⁵. Esta atitude levaria seu arrematante a contestar o pedido de emancipação, devido à dívida contraída por cada semana não paga.

O documento de resposta ao arrematante Manoel Claudino realizado pelo curador dos africanos livre João Camillo d’ Arahujo, nos aponta que Benedita se recusou a prestar serviços domésticos ao senhor Manoel Claudino e com isso conseguiu permissão para comercializar frutas e outros gêneros de legumes pelas ruas de Maceió, com a condição de pagar um salário ao arrematante, como podemos observar abaixo:

Consta-me que a africana livre de nome Benedita, de que o petecionário Manoel Claudino d’ Arrochela Jaime, faz menção no seu incluso requerimento, e cujos serviços elle arrematara no anno de 1850 recusando prestar seos serviços domesticos, obtivera faculdade para os prestar na rua mercadejando com taboleiro de frutas, e outros generos de legumes, sob a condição de contribuir hum modico salario (*sic.*). (APA, 17/06/1861)

Ao lado das africanas livres, escravas e mulheres libertas, provenientes da costa ocidental africana, controlavam o “(...) comércio de alimentos, em barraquinhas e quitandas, e também em bancas e tabuleiros de comida pronta” (MAMIGONIAN, 2005, p. 389-417). No documento mencionado, o curador João Camillo nos apresenta uma informação importante, a de que a africana livre Benedita não conseguira mais pagar o arrematante devido a uma postura municipal que passou a proibir os africanos livres de venderem alimentos:

A mesma africana, há poucos dias me declarou, que depois que se prohibio por Lei Municipal o uzo de mercadejarem os africanos livres, ou libertos, não mais cumprio aquella sua condição, e que na verdade estava a dever ao petecionário alguns mezes do referido salario (*sic.*). (APA, 17/06/1861)

⁵ Os gastos com os processos, em sua imensa maioria, eram as espessas dos africanos livres.

Abelardo Duarte se refere a esta postura municipal que proibiu o comércio de gêneros alimentícios pelos africanos livres nas ruas da cidade. Foi aprovada em uma sessão da Assembleia Provincial no dia vinte e sete de junho de 1859:

Aos africanos livres de negociarem por si ou por interposta pessoa com gêneros alimentícios de qualquer natureza, sob pena de multa de 25\$000 réis e de 15 dias de prisão que se duplicarão na reincidência, impondo-se as mesmas penas àquele que comprar ou vender os ditos gêneros aos referidos africanos (DUARTE, 1988, p.45).

Percebemos que as autoridades “(...) procuravam limitar a livre circulação de quitandeiras e vendedoras clandestinas, escravas, forras e africanas livres, fixando-as em locais demarcados da cidade.” (DIAS, 1995, p. 74) Era mais viável a supervisão dos cativos que trabalhavam em serviços domésticos (DIAS, 1995, p. 126). Talvez por esta questão, na documentação sobre os africanos livres em Maceió, encontramos um maior número de mulheres que eram encarregadas de prestar serviços domésticos, fossem eles nas casas dos arrematantes ou em instituições públicas. Esta postura municipal ocasionou grandes dificuldades na vida de Benedita. Realizar vendas de frutas e legumes pela cidade possibilitava a africana livre obter recursos para pagar o acordo financeiro feito com o seu arrematante, Manoel Claudino, com o qual, contraiu uma dívida que dificilmente conseguiria pagar sem a permissão de vender seus produtos. As autoridades procuraram estabelecer um maior controle em torno dos ofícios praticados pelos africanos livres. Na Bahia, por exemplo, era obrigatório aos africanos que mercadejassem pela rua, tirar uma licença na Meza das Rendas Provinciais, caso contrario poderia ser multado e até ser proibido de sair do município ou da província (SANTANA, 2007, p. 67). No ano de 1859, a Câmara de Maceió proibiu que os escravos e africanos livres tivessem casa aberta de ofício por sua conta, sob pena de cinquenta açoites (COSTA, 2011, p. 127), evidenciando uma maior preocupação das autoridades em controlar a população cativa e liberta.

Infelizmente, Benedita desapareceu dos papéis da curadoria dos africanos livres de Alagoas e não sabemos se realmente conseguiu sua emancipação ou se teve que voltar a prestar serviços ao seu arrematante por conta da sua dívida. A documentação apenas permitiu conhecer uma parte da trajetória de vida de Benedita, todavia, foi uma parte significativa, pois apresentou alguns percalços a que estavam sujeitas as africanas livres no dia-a-dia da Maceió das décadas de 1850 e 1860. O pouco que podemos conhecer da história de Benedita nos mostra como essa africana livre lutou de forma determinada para realmente conquistar a condição de “livre.” A história de Benedita nos revelou a dura luta da população africana na capital alagoana, para conquistar sua carta de emancipação.

Após 1864, todos os africanos livres do Brasil foram emancipados pelo decreto 3310, todavia, após conquistar a tão desejada emancipação, os limites de autonomia desta população no Brasil se agravava, pois, muitas vezes continuaram atrelados ao cumprimento de determinações dos seus antigos contratos de serviços (BERTIN, 2006, p. 224-241). A emancipação não tirou “(...) a condição de meia-cara, apontando para uma posição de entremeio, de não pertencimento a qualquer um dos lados; nem livres, nem escravos, nem africanos, nem brasileiros” (BERTIN, 2006, p. 174). Mas, histórias de pós-emancipação e do pós-abolição são temas merecedores de estudos específicos, dado a complexidade e importância do tema.

A existência dos africanos livres, apesar de parecer pequena em número, provocou um impacto na sociedade brasileira do século XIX, pois a presença desta categoria indicou um caminho que poderia ser estendido aos demais cativos. Ao contrário do africano livre que, resgatado do tráfico ilegal, era inserido no mundo do trabalho e, após quatorze anos de tutela, poderia ser considerado “apto” à vida em liberdade, o escravo adquiria a carta de alforria se pudesse pagar ao seu senhor uma quantia por ele estipulada para sua liberdade (SANTANA 2007, p. 11). Esse retalho de vida da africana livre Benedita, mostra como sua categoria era sabedora das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Elas foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, sejam com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época.

Referências Bibliográficas

BERTIN, Enidelce. *Os Meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2006, p. 273.

COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Edições Catavento, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Abelardo. *Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas*. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o "preto mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 389-417.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTANA, Adriana Santos. *Africanos Livres na Bahia 1831-1864*. Salvador. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 2007, p. 180.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.

Fontes

APA. *Informação sobre req. Joaquina, Maria e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 16/05/1861

APA. *Informação sobre req. Joaquina e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 28/05/1861.

APA. *Requerimento de Carta de Emancipação – Joaquina e Benedita.* 29/05/1861.

APA. *Requerimento de Manoel Claudino d' Arrochela Jaime (afric. Benedita).* 06/06/1861.

APA. *Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 17/06/1861.

‘*Súplica aos confessores*’: Francisco de Melo Franco e a ‘medicalização’ da moral sexual cristã no Iluminismo Português

Igor Tadeu Camilo Rocha
UFMG / FAPEMIG
igortcr@gmail.com

RESUMO: a presente comunicação tem como objetivo discutir alguns aspectos da obra *Medicina Teológica* (1974), de Francisco de Melo Franco. Ao longo do texto, pretende-se relacioná-la com o discurso de medicalização da moral e da sexualidade, presente no século XVIII, influenciado pelo pensamento iluminista. Objetiva-se relacionar as ideias da obra com concepções heterodoxas de pecado cristão, na matéria sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina Teológica, sexualidade, pecado, confissão, libertinagem.

ABSTRACT: this present communication aims to discuss some aspects of the Francisco de Melo Franco’s work *Medicina Teológica* (1974). Throughout the text, we intend to relate it to the discourse of medicalization of morality and sexuality present in the eighteenth century, influenced by Enlightenment thought. The objective is to relate the ideas of the work with heterodox Christian conceptions of sin, in sexual matters.

KEYWORDS: Medicina Teológica, sexuality, sin, confession, libertinism.

O objetivo dessa comunicação se articula em dois pontos específicos de análise da obra *Medicina Teológica ou Supplica Humilde, Feita a todos os confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Lascívia, Colera, e Bebedice* (1794) de Francisco de Melo Franco. Em primeiro lugar, analisar-se-á como que esse deslocamento da ideia do pecado, da vontade do indivíduo de desobedecer ao dogma para o descontrole físico causado por impulso natural, implica, ao mesmo tempo, em uma perspectiva mais tolerante em relação à religião, em pontos que se referem à sexualidade, mas também em uma concepção heterodoxa do pecado. Por outro lado, pretende-se pontuar como que em alguns aspectos a obra contribui com a construção (ou perpetuação) de certos preceitos conservadores, tais como papéis de gênero e ideal de continência dos desejos e impulsos sensuais. Num âmbito geral, o que se busca ao fim dessa comunicação é trabalhar a heterodoxia, a perspectiva de tolerância decorrente dela e a aparente contradição existente nas constantes aproximações de tópicos considerados libertinos com outros mais conservadores.

No campo da sexualidade, a hemartiologia⁶ passa a tratar como preocupação central a luxúria e demais pecados de natureza sexual, especialmente a partir do Concílio de Trento (DELUMEAU, 2003; PEDROZO, 2003: p. 155). Jean Luis Flandrin e Ronaldo Vainfas concordam que o projeto moral tridentino passa por “domesticar” o indivíduo via célula familiar (VAIFAS, 1989:12; FLANDRIN, 1989: 103). Marcadamente, houve uma grande preocupação da Igreja Católica no sentido de regulamentar o casamento, além de inibir comportamentos como os do concubinato, bigamia, sodomia, entre outro. Por outro lado, em termos doutrinários, a natureza do pecado não se modificou substancialmente. Nas palavras de John Bossy, o concílio tridentino fora menos marcado por uma renovação legislativa ou dogmática da Igreja do que uma reafirmação de velhos códigos, entre os quais se destacam uma nova disciplina respeitante à hierarquia eclesiástica, homogeneização das pastorais e práticas sacramentais junto aos fieis, bem como uma reafirmação da tradição da Igreja Católica que marcaria profundamente o conjunto das sociedades europeias e também as não europeias ao longo de toda a Idade Moderna (BOSSY, 1970:53, apud. VAINFAS, 1989:8).

Essa reafirmação incide também em reafirmações de noções tradicionais sobre o pecado, este normalmente, definido como um desvio voluntário do indivíduo do que é determinado pela lei, variando em relação à gravidade e possíveis consequências. Segundo o Catecismo Católico, o pecado é:

O pecado é uma ofensa contra a razão, a verdade, a consciência reta; é uma falta ao amor genuíno por Deus e ao próximo causada por um apego perverso a certos bens. Ele fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana. Ele é definido como palavra, ato ou desejo contrários à Lei Eterna⁷. (Catechism of Catholic Church, art. 8, t. II, 1849)

Completa ao tipificá-los:

Há um grande número de tipos de pecados. Escritura fornece várias listas deles. A Carta aos Gálatas contrasta as obras da carne com o fruto do Espírito: "Ora, as obras da carne são bem conhecidas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, ciúmes, ira, egoísmo, dissensões, facções, invejas, bebedices, orgias, e assim por diante. Estou avisando, como já antes vos preveni que os que cometem tais coisas não

⁶ Ramo da teologia que trata da doutrina do pecado.

⁷ Original: "Sin is an offense against reason, truth, and right conscience; it is failure in genuine love for God and neighbor caused by a perverse attachment to certain goods. It wounds the nature of man and injures human solidarity. It has been defined as "an utterance, a deed, or a desire contrary to the eternal law." C.f. Catechism of Catholic Church. Part III: "Life in Christ. Section I: Man's vocation life in spirit". Chapter I: *The dignity of human person*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ccc_css/archive/catechism/p3s1c1a8.htm> acessado em 21/05/2014.

herdarão o Reino de Deus.”⁸ (Catechism of Catholic Church, art. 8, t. II, 1852).

São definições com respaldo nos evangelhos e nos grandes teólogos. Por exemplo, no evangelho de São João, todo aquele que transgride a Lei é pecado, e de fato o pecado é a transgressão dessa mesma Lei (1 João 3:4). Santo Agostinho reitera essa definição, ao afirmar que o pecado consiste em palavras e/ou atos contrários à Lei eterna e, por isso, causadores de ofensas contra o amor de Deus (Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, 2000. N. 392). Assim, os mais diversos pecados são definidos enquanto atos contrários à escritura, à Lei divina, e cometidos pela não observância delas pelos homens.

A historiografia considera que ao longo da Idade Moderna, padrões éticos, morais e religiosos orientavam a normatização da sexualidade humana. Entretanto, nas Luzes, considera-se que houve uma mudança importante nesse campo quando essa normatização encontra no discurso médico um terreno importante para se desenvolver. Enrique Perdiguero Gil e Ángel Gonzales de Pablo consideram que alguns valores centrais da Ilustração contribuíram para isso. Primeiramente, uma concepção de felicidade iluminista, não providencialista nem restrita ao indivíduo, mas realizável em vida e na coletividade. Ela passava necessariamente pelo cultivo da saúde física. Juntamente com a valorização da educação como ferramenta de se conseguir tal felicidade, a figura do médico passa progressivamente a se identificar com a do filantropo. Sua obra deveria preservar a saúde da coletividade. Isso, segundo os autores, criou um terreno favorável ao surgimento de obras diversas, de panfletos a livros, cuja intenção era a de difundir práticas e comportamentos que contribuíssem para a felicidade pública e preservação da saúde física e espiritual dos indivíduos. Essa busca por felicidade somada à busca por uma pedagogia que fomentasse a busca da mesma felicidade levada a todos os cidadãos contribuiu para que houvesse uma espécie de confluência de discursos ético-morais com o médico (C.f. GIL & PABLO, 1990: 138-142). Um exemplo desse discurso foi o famoso panfleto *Onania*⁹, anônimo com datado de forma imprecisa entre 1712 e 1716. Essa obra, além de, como afirma Thomas Walter

⁸ Original: “There are a great many kinds of sins. Scripture provides several lists of them. The Letter to the Galatians contrasts the works of the flesh with the fruit of the Spirit: “Now the works of the flesh are plain: fornication, impurity, licentiousness, idolatry, sorcery, enmity, strife, jealousy, anger, selfishness, dissension, factions, envy, drunkenness, carousing, and the like. I warn you, as I warned you before, that those who do such things shall not inherit the Kingdom of God.” C.f.: Catechism of Catholic Church. Part III: “Life in Christ. Section I: Man’s vocation life in spirit”. Chapter I: The dignity of human person. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ccc_css/archive/catechism/p3s1c1a8.htm> acessado em 21/05/2014.

⁹ Título completo: *Onania, or the heinous sin of sel-polution, and all its frightful consequences in both sexes considered, with spiritual and physical advice to those who have already injured themselves by this abominable practice* (~1715).

Laqueur, associar a imagem do personagem bíblico Onã à masturbação, apresenta esse “desvio” da sexualidade em uma discussão onde é:

(...) misturado de forma contínua como pertencentes ao campo da medicina com pertencentes às esferas ética, moral e religiosa. Assim, a partir da consideração da masturbação como (o pecado odioso) e (prática abominável), acusado não só uma série de consequências morais dolorosas, mas também um grande número de consequências físicas: úlceras, convulsões, epilepsia, extenuação, retardo do crescimento, perda de vigor físico e mental; tudo sem qualquer ordenação e beirando ao caos da mais completa exposição¹⁰ (GIL & PABLO, 1990: 141)

Thomas Walter Laqueur, em *Solitary Sex: the cultural history of masturbation* (2003) confirma essa afirmação sobre o panfleto. Com alguns indícios de que se tratava de um texto charlatão (C.f. GIL & PABLO, 1990: 142-3), trazia narrativas em formas de cartas de pessoas do sexo masculino e feminino que contavam diversos dramas, misturando-se problemas espirituais, morais e físicos, causados pelo autoerotismo. Trazia ainda uma série de remédios, muitos dos quais com ingredientes raros e de difícil preparo, para se alcançar a cura desses males. Esse panfleto teve grande circulação na Europa na primeira metade do século XVIII, embora tenha sido proibido em alguns países em que foi considerado “pornográfico” (C.f. LAQUEUR, 2003: 25-45). Quando foi publicada a obra do médico suíço Simon-Andre Tissot, *L’Onanisme, dissertation sur les maladies produites par la masturbation* (1760), *Onania* adquire um novo status, sendo tratada como obra científica. Isso por que ele se apoiou em uma série de valores da Ilustração de forma a tornar o onanismo algo razoável, diagnosticável e cujo tratamento e cura eram cientificamente objetivados. Dessa forma, o controle dos impulsos sexuais passa a ter causas médicas, explicados por condições e impulsos naturais que precisam ser administrados (e não necessariamente suprimidos) em nome do bem individual e coletivo. Voltaremos adiante nas implicações dessa concepção.

Em Portugal alinha-se a essa tendência a obra *Medicina Theológica ou supplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente a Lascivia, Colera, e Bebedice*

¹⁰No original: “El titulo completo - *Onania, or the heinous sin of sel-polution, and all its frightful consequences in both sexes considered, with spiritual and physical advice to those who have already injured themselves by this abominable practice*- nos da una imagen fidedigna de su contenido en donde se mezcla de modo continuo lo perteneciente al campo médico con lo perteneciente a las esferas ético-moral y religiosa. Así, partiendo de la consideración de la masturbación como (odioso pecado) y (abominable práctica), le imputa no sólo una serie de consecuencias morales penosas sino también un gran número de consecuencias físicas: las úlceras, las convulsiones, la epilepsía, la consunción, el retardo del crecimiento, la pérdida del vigor físico y mental; todo ello sin ninguna ordenación y rozando por momentos el caos expositivo más completo. GIL, 1990; PABLO, 1990, p. 131- 162.

(1794), do brasileiro Francisco de Melo Franco. Francisco de Melo Franco nasceu em Paracatu, Minas Gerais, em 1757. Deu início aos estudos no Seminário de São Joaquim do Rio de Janeiro, depois se formou em medicina pela Universidade de Coimbra em 1785. Ainda no tempo de estudante, fez parte do grupo de 26 estudantes de Coimbra que foram acusados de delitos como irreligiosidade, ateísmo, deísmo, defesa do tolerantismo, entre outros, entre 1779 e princípios da década de 1780. Ainda assim, alcançou sucesso como clínico em Lisboa, tendo mesmo assumido o cargo de médico do Paço. Retornou ao Brasil em 1817, onde foi marginalizado por causa de suas ideias liberais, o que marcou o resto de sua vida neste país. A obra traz um repertório de conhecimentos sobre as causas físicas das paixões humanas a fim de instrumentar a intervenção dos chamados médicos de almas, ou seja, os confessores e diretores espirituais (SILVA, 2008: 336). Para ele, os confessores que dessem somente remédios morais não logravam êxito com seus confessados. Pelo contrário, considerava que o confessor deveria ter conhecimento médico e mesmo administrar remédios físicos para os males de seus confessados, sem os quais as paixões causariam repetições dos hábitos viciosos:

Daqui se vê que eu considero aos confessores como médicos que curam não só o formal dos pecados como uma transgressão da lei, mas também das causas físicas de que eles dimanam; que não somente absolvem os penitentes depois de se capacitarem de sua dor e propósito, mas também que lhes prescrevem medicamentos físicos que os ajudam a perseverar na emenda prometida, a vencer os maus hábitos e ainda a mudá-los, ou facilitar a se adquirirem outros tantos em lugar dos perversos que tinham (FRANCO [1794], 1994:16)

Na confissão tradicional apenas se considera, segundo Franco, “o corpo um escravo rebelde da alma” e cabe ao confessor, para a expiação dos pecados do confessado, prescrever não outro remédio que jejuns, orações e disciplinas (FRANCO [1794], 1994: 12). Mas, percebe-se que nessa outra concepção apresentada pelo autor que o confessor deve procurar as causas físicas dos pecados, para além de qualificá-los de acordo com as leis que transgridem. Corpo e alma devem ser tratados em conjunto. Isso porque eles interdependem um do outro. Seu elo estaria no sistema nervoso e, por isso, entre todas as ciências médicas, a neurologia tem importância fundamental para um bom confessor. Com ela, o confessor teria o conhecimento da origem das ações involuntárias do indivíduo, daí poderia tratá-la e prevenir que o pecado se tornasse um hábito. O pecado, dessa forma, teria como uma causa o desconhecimento da natureza do corpo, de seus impulsos, que levam ao desconhecimento do homem nos âmbitos moral e físico, que produzem preconceitos e superstições, que levam os confessores ao erro (C.f. FRANCO [1794], 1994: 30-33).

Em relação às noções ortodoxas de pecado, na *Medicina Theológica* existe um claro deslocamento de atribuição da causa do pecado: tradicionalmente, é ligado à desvios e perversões da vontade do indivíduo; na obra do médico mineiro, ele é causado por impulsos naturais do homem, medicamente explicáveis e tratáveis. Além disso, o “potencial herético” da obra pode ser visto em como o autor concebe o sacramento da confissão e o exercício desse mesmo pelos confessores e diretores espirituais. Para bem ministrarem o mencionado sacramento, eles deveriam conhecer bem a medicina, especialmente a neurologia. Assim poderiam tratar o confessado, evitar que o pecado se torne hábito e traga sofrimentos ao corpo e alma do mesmo. Pode-se entender a obra como um posicionamento que remonta as proposições de Pierre Bayle, no final do século XVII, em que considerava que a teologia deveria ser submetida às ciências e à filosofia. Em Franco, a medicina se sobrepõe à teologia e a penitência tradicional, que reforça a culpa pelo pecado, de certa forma é substituída por um “tratamento” do confessado, que inclui seu bem estar físico, moral e espiritual na emenda de seus erros (C.f. ALMEIDA,2013:274-275).

Em matéria de sexualidade, podemos, em linhas gerais, considerar que a obra se aproxima muito de ideias que remontam os romances libertinos setecentistas como, por exemplo, *Teresa Filósofa* (1756), atribuído ao Marquês D’Argens. O sexo ou os comportamentos sexuais desviantes do determinado pelas regras religiosas e sociais não é condenado em si, mas é objeto de condenação somente em duas situações: quando o indivíduo torna-se escravo desses prazeres ou quando os mesmos prazeres e a busca deles não são convenientes ao estado do indivíduo, trazendo-lhe dano social¹¹.

¹¹ Numa síntese dessas reflexões, elas se passam entre a personagem Teresa, a filósofa, ser instruída por seu diretor espiritual, indicado por sua mãe, após flagrá-la ainda menina em brincadeiras com os meninos da mesma idade. Ao indagar o confessor de que “aquela serpente, pequena e tímida” nada poderia ter de ameaçadora, o capuchinho a adverte que “ela crescerá e engordará, e seu veneno a deixaria prenhe” assim que o rapaz se tornasse mais velho. Assim ela começa um processo de sublimação da sexualidade que a quase levará à morte quando colocada em um convento, a fim de conter seu temperamento. Quando ela sai e vai viver com a Sra. C e o Abade T. recebe outras instruções sobre o pecado e sobre a sexualidade bem diferentes da sublimação a qual estaria condicionada. Por exemplo, é instruída pelo Abade T. a se masturbar uma vez ao dia “para recuperar seu viço”, o que ocorre, mas com o cuidado de preservar seu hímen, o que, acidentalmente, aconteceria com Teresa por esse meio. Além disso, ela presencia os diálogos entre o Abade T. e a Sra. C. em que questões como a moral, pecado, sexualidade e honra são ferrenhamente discutidos. No geral, ambos discutem pontos como que honra e moral são criações humanas, e que há uma contradição claríssima entre os seres humanos serem dotados de desejo e Deus lhes ter proibido ou lhes dado tantas limitações. Dessa forma, o sexo é visto não de forma condenatória, muito menos proibitiva, e a sublimação a qual Teresa se submetera é tratada como uma grande aberração. O sexo, a masturbação, enfim, as liberdades sexuais, são vistas como naturais e proibições como o celibato ou os demais votos ou condicionamentos de continência e castidade como criações humanas e de instituições corrompidas. Os únicos limites a ser respeitados são o bem comum da sociedade, assim como o bem estar do indivíduo, o que corresponde também a sua inserção social, bem como seu bem estar físico. Por isso a advertência, por exemplo, em ela preservar seu hímen, visto que seria importante para ela se casar, no futuro. Ver em: ANÔNIMO, 2007. Essas reflexões sobre a sexualidade, nessa versão, se encontram especialmente entre

É central para suas concepções a argumentação que desenvolve no capítulo VI, intitulado *O amor é enfermidade*. Para ele, uma enfermidade que causa severas alterações nos nervos e no corpo, reações físicas que o indivíduo contrai quando em presença de algo que lhe desperte empatia. Ela pode ser uma empatia positiva, como uma paixão, em que o indivíduo procura impelido por essa patologia algo que lhe cause estímulos positivos; ou então negativa, como por exemplo, o descontrole emocional e a cólera para afastar algo que cause antipatia. O hábito, segundo ele, se constitui na regularidade com que o indivíduo persegue o repele determinados objetos movido por esse amor/patologia. Eles podem ser bons ou ruins, dependendo do que o indivíduo persegue ou repele e também pela fixação que ele tem quanto a um ou outro (C.f. FRANCO [1794], 1994: 37-45).

É a partir dessa noção de amor que ele articula sua argumentação sobre a lascívia, nos capítulos seguintes. Primeiramente, discute sobre os sintomas e tratamento do que chama de *erotomania*, ou loucura amorosa. Basicamente, trata-se de uma fixação causada pelo amor, dentro de sua concepção dele sendo patológico, em relação ao sexo. Pode ela ser de dois tipos: a pacífica, que causa ao indivíduo nada além da fixação no outro que lhe desperta o desejo, além da tristeza e melancolia a se ver privado desse mesmo; ou pode ser do tipo “não-pacífico”, quando ocorrem manifestações violentas, como ciúmes. Depois, discute separadamente esse conceito para os gêneros masculino e feminino. Chama a lascívia de satiríase, para os homens, e de ninfomania ou furor uterino, no caso das mulheres. Mesmo com essa separação, existem algumas semelhanças. Ambos são considerados infecções, e, segundo Franco, como tal devem ser tratados pelos confessores; também há na sua descrição a associação do desregramento sexual com o calor. Os remédios para esses “males”, no geral, são indicados por ele a fim de diminuir a temperatura do corpo e, com isso, o desejo erótico. De forma contrária, alimentos como temperos ou bebidas alcoólicas, que aumentariam a temperatura corporal, seriam agentes causadores desse desregramento.

No homem, associa a *satiríase* a três aspectos. Primeiramente, a questão da idade. Considera que todo homem de boa saúde está propenso a esse mal logo em sua puberdade. Além disso, outro agente causador, além dos alimentos e bebidas que aumentam o calor corporal, a exposição aos romances lascivos, de grande circulação no final do século XVIII, à

as páginas 34 e 40, entre os títulos *Lições singulares que ali recebe de um capuchinho, seu confessor. Ela se torna exemplarmente virtuosa* e *Apóstrofe aos teólogos sobre a liberdade do homem*; e também e depois entre as páginas 54 até o fim da segunda parte.

pornografia¹² e as amizades podem funcionar como catalisadores. Outro fator está associado ao viver como solteiro, sem contrair o matrimônio. É bastante claro que Francisco de Melo Franco era bastante cético em relação à castidade de solteiros, ceticismo que Jean Luis Flandrin afirma que era partilhado inclusive com os diretores espirituais da Idade Moderna (C.f. FLANDRIN, 1988: 294-299). Indica sintomas e sinais que os confessores devem identificar:

Os sinais com que os Senhores Confessores podem conseguir a diagnose deste vício são os primeiros tomados das confissões dos mesmos enfermos, que sendo perguntados, responderam que o fogo da concupiscência e lascívia os inflama com ardores e desejos excessivos, de que se seguem pruridos com que a razão se turba, o pulso fica ligeiro, a respiração curta e convulsiva, todos os membros inquietos com agitações e ansiedades, que tiram igualmente o sono, a vontade de comer, dissecam as fibras das fauces, esôfago, estômago (...) os faz desesperar e romper todas as monstruosidades da luxúria, amontoando pecados a pecados, com que se aliviam um pouco, mas que depois pagam bem caro o momento de remissão, porque repetem os sintomas com mais violência (FRANCO [1794], 1994: 61).

Importante notar que ele dialoga com Tissot ao associar o desregramento sexual masculino e o “desperdício” do sêmen decorrentes desse mesmo, através de práticas como as da masturbação ou da “fornicação simples”, provoquem um desequilíbrio dos fluidos corporais. Muitos sintomas decorrem dele. Mais importante ainda é notar que o indivíduo que sofre da *satiríriase* é descrito como que sem controle de seu ímpeto pela luxúria. Basicamente, ele é arrebatado pelos seus desejos, naturalmente sucumbe a eles para se aliviar, até que os sintomas voltem.

No caso das mulheres, as ninfomaníacas são descritas de forma bastante similar em termos de sintomas físicos. Entretanto, a descrição de Francisco de Melo Franco também incide do social. Um dos sinais da ninfomania, no estágio menos grave desse mal, é o da mulher afastar-se de suas “obrigações ordinárias” de caráter doméstico, como coser, fiar, entre outros (FRANCO [1794], 1994:66). Nos seus contornos mais graves, ela facilmente percebida no entorno social quando a má fama de mulher lasciva e despudorada recai sobre a mulher. Aqui, considero duas leituras possíveis. Uma delas, no caso, a mais conservadora, é de que existe claramente na discussão sobre os desregramentos sexuais masculinos e femininos um claro reforço de papéis de gênero. Cada gênero tem um papel social, e o feminino tem um ideal de “esposa”. O desregramento provoca um abalo nesse modelo, e mais que isso causa

¹² Refere-se aos “painéis lascivos” e a “leituras amatórias”. A meu ver, referências claras aos romances libertinos e também á característica dos mesmos de ter ilustrações eróticas. Sobre esse tema, ver: ABREU, 2008. p. 344-73.

um sofrimento geral nas mulheres acometidas pela ninfomania por serem impossibilitadas de se enquadrar nesse papel. Porém, novamente remetendo ao romance *Teresa Filósofa*, ocorre nova aproximação da literatura libertina, justamente na percepção do lugar social do indivíduo nessa sociedade do Antigo Regime: nele, a preservação do bem estar do indivíduo e do bem comum da sociedade são os limites colocados na argumentação do Abate T. para a realização dos desejos sexuais, nos ensinamentos que passa a jovem Teresa. Cabe questionar se aqui a preocupação com os papéis sociais e de gênero também não funcionem nesse sentido, indicando uma defesa do bem estar e da felicidade individuais dentro de determinadas realidades de sociabilidade.

Outro indicativo nesse sentido é sua preocupação demonstrada em relação às quantidades de uso dos remédios. Novamente, Francisco de Melo Franco dispensa bastante atenção aos diferentes estados dos indivíduos, inseridos em uma sociedade estamental e hierarquizada: há de se tomar cuidado –ele frisa sempre isso- em não se cometer excessos de medicação, pois poderiam causar impotência nos homens ou a “frialdade” nas mulheres. E isso seria um enorme transtorno para os que desejem se casar futuramente. Por sua vez, é um cuidado que não precisa ser observado com tanto rigor com aqueles que devem respeitar votos de celibato. Considera, inclusive, não menos nobre a um cristão tratar de seus pecados recorrendo à medicina ao invés de enfrentá-los à mesma maneira que os santos e mártires (C.f. FRANCO [1794], 1994:97-98).

Em vias de concluir essa comunicação, devemos lembrar que a obra analisada aqui, publicada em 1794, precisou de licença régia da *Real Meza e Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros*, instituída por D. Maria I, o que pode talvez explicar que misturado a ideias de potencial heterodoxo, estejam outras proposições marcadamente favoráveis à Igreja e à Monarquia. De toda forma, a *Medicina Theológica* nos oferece muitas questões a serem pensadas e discutidas sobre a aproximação entre o discurso médico-científico iluminista com a moralidade cristã. Há de se admitir que, por um lado, a penitência, a culpa, os pecados ou os “desvios” dos comportamentos e modelos ortodoxos não chegam a ser tratados de maneira abertamente tolerante; por outro lado, a culpa cristã, essencial para se entender sua concepção de pecado, é bastante afetada quando se desloca a causa do pecado da vontade individual para o impulso da natureza. Grosso modo, talvez possamos entender que possa ter havido um triunfo dessa perspectiva, ou, pelo menos, uma difusão ampla, na medida em que não é desconhecida da cultura popular a justificação dos “vícios” da sexualidade pela “fraqueza da carne”.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Márcia; Sob o olhar de Príapo: narrativas e imagens em romances licenciosos setecentistas. In: *Imagens na História*, Capítulo, ed. 1, HUCITEC (Aderaldo & Rothschild). 2008, p. 344-73.

ALMEIDA, Maria Cecília. Vozes da virtude: moralidade, religião e sociedade em Bayle e Rousseau. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 21, p. 219-232, 2013.

ANÔNIMO (Atribuído ao Marquês D'Argens). Teresa Filósofa. Tradução Maria Carlota de Carvalho Gomes. Porto Alegre: L&PM, 2007.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos XIII-XVIII)*. Bauru: EDUSC, 2003.

FLANDRIN, Jean Luis. *O Sexo e o Ocidente: a evolução das atitudes e dos comportamentos*. Tradução: Jean Progin. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina Teológica*. São Paulo: Ed. Giordano, 1994.

GIL, Enrique Perdiguero; PABLO, Ángel Gonzáles de. Los valores morales de la higiene: el concepto de onanismo en Tissot y su tardía penetración em España. In: *Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, v. 10, p. 131- 162, 1990.

LAQUEUR, Thomas W. *Solitary sex: a cultural history of masturbation*. New York: Zone Books. 2003.

SILVA, Paulo José Carvalho da. A psicopatologia entre a alma e os nervos: a Medicina theologica (1784) de Francisco de Melo Franco. In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 3, p. 335-345, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1989.

O homem e a mulher na obra de Alfred Adler: apontamentos e discussões

Jéssica Bley da Silva Pina

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

bleypina@gmail.com

RESUMO: Alfred Adler (1870-1937), psiquiatra austríaco, escreveu *Understanding Human Nature* em 1918, época marcada pelas diferenças entre homens e mulheres justificadas biologicamente. Adler explica a construção dessas diferenças através da Educação e do papel social e cultural de gêneros. A proposta desse artigo é analisar seu discurso e dialogar com a teoria explicativa da diferença de gêneros de Sigmund Freud, contemporâneo de Adler.

PALAVRAS-CHAVE: Alfred Adler; Gênero; Sigmund Freud.

ABSTRACT: Alfred Adler (1870-1937), Austrian psychiatric, wrote *Understanding Human Nature* in 1918, period marked by gender differences biologicaly justified. Adler explains the construction of these differences through education, social roles and gender culture. This article's objective is to analyse Adler's discourse and to dialogue with the explicative theory of gender difference proposed by Sigmund Freud, Adler's contemporary.

KEYWORDS: Alfred Adler; Gender, Sigmund Freud.

Introdução

O objeto desta análise é o capítulo VII – *O homem e a mulher*, do livro *A Ciência da Natureza Humana*, de Alfred Adler, publicado primeiramente em inglês, *Understanding Human Nature* (1918) e posteriormente em alemão, *Menschenkenntnis* (1927), quando alcançaria maior visibilidade. Alfred Adler (1870-1937) é definido em suas bibliografias como médico, psiquiatra, psicólogo e fundador da Psicologia Individual (FRIEDRICH, 2013; ROUDINESCO, 1998). Austríaco, formou-se em medicina na Universidade de Viena em 1895.

A Ciência da Natureza Humana é uma compilação de um ano de conferências que Adler realizou no Instituto Popular de Viena acerca do tema que intitula o livro. No Brasil, a obra teve seis edições pela Companhia Editora Nacional, em 1939, 1940, 1945, 1957, 1960 e 1967. A editora trouxe essa obra ao Brasil como parte da *Coleção Bibliotheca do Espírito Moderno*, que tinha por público alvo um leitor egresso da educação básica e possivelmente um universitário, que ainda não tinha conhecimentos específicos, no entanto, não os ignorava totalmente. Paralelamente ocorre a profissionalização da Psicologia no Brasil, que compreende do final século XIX até 1975 (SILVA, 2013; VILELA, 2012).

O capítulo VII é subdividido em seis partes: *A bissexualidade e a divisão do trabalho*; *O predomínio do homem sobre a mulher na civilização atual*; *A pretensa inferioridade da mulher*; *A deserção da feminilidade*; *A hostilidade entre o homem e a mulher* e *Tentativas de reforma*. A proposta desse trabalho é analisar esses conceitos de Adler através de uma abordagem historiográfica e de gênero, comparando em alguns pontos com a teoria freudiana e problematizando como o pensamento adleriano de crítica a construção social de gênero não foi bem aceita socialmente em contraposição à aceitação que Freud recebeu. Adler foi mais notado pelo seu trabalho na construção da Psicologia Individual ao invés das suas ideias sobre a diferenciação de gênero, que apesar disto estão em seu livro *A Ciência da Natureza Humana*, um dos meios de divulgação de maior destaque da Psicologia Individual no Brasil e exterior.

Sexo e gênero para Alfred Adler

Ao longo de seu texto Adler deixa transparecer que está guiado pela teoria dos dois sexos e realça que há uma diferença física entre homem e mulher. Paralelamente, evidencia que gênero é uma construção. Deve-se atentar para o fato de que na edição em português de *Understanding Human Nature* não é usado o termo gênero, mas neste trabalho tal conceito será usado no sentido de comportamento social, cultural e psicológico esperado de homens e mulheres, pois é nesse sentido que Adler fala de um papel feminino ou masculino. Através das citações a seguir pode-se iniciar a compreensão acerca do pensamento do psicólogo:

“A bissexualidade da espécie humana determina uma nova divisão do trabalho. Em virtude de sua constituição física, as mulheres são excluídas de certas espécies de atividades (...) (ADLER, 1957, p. 124)”.

Em nossa cultura, parece, por vezes, que tôdas as mulheres querem ser homens! Nesta categoria se encontram sobretudo aquelas meninas que nutrem o insofreável desejo de se distinguirem em jogos e outros ramos de atividade mais apropriados a meninos do que a meninas pelo motivo de seus diferentes físicos (ADLER, 1957, p. 131).

Sobre esta questão de predomínio, surgiu uma discriminação de cunho tipicamente masculino, que nos patenteia, com clareza, sua origem. É a seguinte: certos traços de caráter são considerados masculinos e outros femininos, pôsto que não haja base alguma para tal classificação. Se compararmos as mentalidades dos meninos com as das meninas, e encontrarmos prova em apoio daquela distinção, cumpre que nos capacitemos de que não estamos a braços com fenômenos naturais, mas, sim, manifestações de individualidades processadas artificialmente e obedientes a estilo de vida e padrão de procedimento, influenciados por uma especial concepção da superioridade. (...) Não existe, com efeito, fundamento para se

diferenciarem os traços de caráter em "masculinos" e "femininos" (ADLER, 1957, p. 129).

Para explicar a teoria dos dois sexos recorra-se aqui a Laqueuer, em seu livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, o autor pondera que desde a Antiguidade havia a ideia de que há apenas um sexo, o feminino oposto ao masculino. No entanto, no século XVIII foi produzida a teoria de que os sexos são dois, fundamentalmente diferentes e biologicamente distintos. Homem e mulher seriam diferentes no sexo, em toda sua constituição física e psicológica (LAQUEUER, 2001, p. 16-21). Os sexos feminino e masculino passariam de “verticalmente hierarquizados”, como na teoria de Galeno, para “horizontalmente incomensuráveis (LAQUEUER, 2001, p. 21)”. Usar termos como: “bissexualidade da espécie humana”, “constituição física” e “diferentes físicos” apontam como Adler estava em um meio científico que, após o século XVIII, passou a preferir a teoria dos dois sexos. No entanto, Adler não parte das diferenças físicas como base para as diferenças sociais.

No início do capítulo analisado o autor relembra uma assertiva dita anteriormente em seu livro sobre os fenômenos psíquicos que, segundo sua teoria, guiam toda vivência humana e são dominados por dois comportamentos: senso de sociabilidade e senso de superioridade/dominação (ADLER, 1957, p. 123).

Adler apresenta as definições sociais de “masculino”: amor próprio, egoísmo, superioridade, dominação, atividade, valioso, poderoso, vitorioso, capaz, coragem, força, dever, conquista, cargos, honras, títulos, digno de louvor e a negação de tudo que é feminino. E “feminino”: submissão, obediência, servil, menor valor, depreciativo, inferior e subalterno. (ADLER, 1957, p.129, 134). Dessa forma, as definições de feminino e masculino mapeados pelo psicólogo se enquadram numa das definições que Scott oferece para gênero:

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990, p. 7).

Adler afirma que a sociedade propõe somente dois papéis: “ou de uma mulher ideal, ou o de um homem ideal. Desertar do papel de mulher é cair no de homem, ou vice-versa (ADLER, 1957, p. 137)” e que estes papéis seguem as definições sociais dos gêneros indicadas. No subcapítulo *Deserção da feminilidade* o autor apresenta três tipos de mulheres que lutam contra esse papel feminino. A primeira é a *moça-rapaz*, que repudia toda atividade

feminina, tornando-se assim masculina. O segundo tipo de mulher é adaptada ao papel social feminino, no entanto apresenta sintomas nervosos que lhe servem de justificativa para sua fraqueza e por isso não realiza atividades em sua vida. Já a terceira mulher é convencida da inferioridade feminina e por isso entrega as atividades de maior prestígio e dificuldade aos homens. Adler afirma que todos esses tipos são de resistência, cada um a seu modo.

Em *O segundo sexo: a experiência vivida*, Beauvoir diz a respeito da mulher vista como “uma eterna criança” (BEAUVOIR, 1967, p. 354), o que pode ser pensado juntamente com um exemplo dado por Adler quando fala da construção do “feminino” e “masculino” e das formas de luta:

(...) uma pessoa pode lutar pela dominação por meio de traços de caráter chamados "femininos", tais como a submissão e a obediência. As vantagens de que uma criança obediente goza, podem colocá-la em plano mais favorável do que o de uma criança desobediente, embora, em ambos os casos, estejam presentes o desejo e a luta pela dominação (ADLER, 1957, p. 129).

Relembrando sua proposição acerca dos três tipos de mulher esse entendimento de obediência como luta e característica feminina e infantil se liga satisfatoriamente aos segundo e terceiro tipo, enquanto a desobediência se liga ao primeiro, justamente à mulher masculina. Sobre a qual Adler ainda acrescenta que há uma crença que seu comportamento “masculino” seja causado por “um fator congênito, uma certa substância ou secreção determinante de sua atitude (ADLER, 1957, p. 136)”, mas o autor nega essa possibilidade e justifica usando a revolta contra dominação masculina e a única possibilidade de dois papéis para os sexos, ou seja, justifica com o social e também histórico como se verá a seguir.

Retomando a definição para gênero supracitada de Scott e a aplicando à Adler, o psicólogo resgata as origens da identidade do homem e da mulher, colocando-as de forma exclusivamente social e histórica, nos termos da autora. Adler inicia: “Quanto à origem da dominação masculina, não será descabido observarmos que tal dominação não é conforme a ordem natural (ADLER, 1957, p.127)”. Para comprovar tal assertiva o autor lembra da grande quantidade de leis existentes que garantem o domínio masculino, indício de um tempo em que não era assim. Finalmente o autor pondera que há homens que creem que seus privilégios são desde o início da humanidade, mas ignoram que seus irmãos necessitaram lutar para tê-los e dominar as mulheres.

O autor ainda acrescenta que essa transição do matriarcado para o patriarcado teve como base, além das leis, o papel de destaque que o homem primitivo desempenhava nas

guerras, fazendo com que esse poder transitório se tornasse fixo e ainda soma ao desenvolvimento dos direitos de posse e sucessão da terra que se ligaram ao homem (ADLER, 1957, p. 127-128). Essas informações Adler inferiu de duas obras: *A Mulher e o Socialismo* (1879), de August Bebel e *The Dominant Sex: a study in the sociology of sex differentiation* (1923), de Mathilde e Mathias Vaerting. Por causa das datas em questão, o médico só tenha incluído a referência a *The Dominant Sex* na segunda versão. Mas o principal indício aqui é a ligação de Adler com as correntes ideológicas do socialismo e do feminismo.

Quando se lança o olhar sobre a teoria proposta e desenvolvida ao longo do capítulo VII por Adler, que se fundamenta no gênero como construção para relativizar a inferioridade feminina e questionar a dominação masculina, a diferença entre homem e mulher que o autor questiona é a social e a histórica, portanto deveria ter como um de seus fundamentos algo social e histórico – o gênero. Os dois sexos e as diferenças físicas entre eles são entendidos por Adler como um fundamento secundário dessa diferença e como base para divisão do trabalho apenas, os papéis femininos e masculinos construídos socialmente é que servem de base para as diferenças entre homem e mulher.

Ainda na análise do discurso adleriano sobre gênero, a Educação deve ser mencionada. No subcapítulo *A pretensa inferioridade da mulher*, o médico defende que a mulher não é inferior ao homem, sua suposta inferioridade seria, além de uma estratégia da dominação masculina, uma condição imposta a ela pela educação dada tanto às garotas quanto aos garotos, somado à interpretação da representação do pai e da mãe dentro do lar. Quanto à menina:

Uma menina ouve diàriamente a afirmação de que as meninas têm menor capacidade que os meninos, sendo aptas apenas, para atividades de menor monta. Não é de estranhar por isso que se convença firmemente do destino imutável e amargo das mulheres, e (...) devido à falta de treino em sua infância, se convença realmente de sua própria incapacidade (ADLER, 1957, p. 132).

Já o menino recebe educação oposta:

Imagine-se o que significa para um menino ter diante dos olhos, desde a primeira infância o privilégio da masculinidade. (...) O menino sente a cada passo que, como representante do velho tronco familiar, goza de certos privilégios e tem mais valor social. Palavras que lhe são dirigidas, ou que surpreende casualmente, chamam-lhe continuamente a atenção para o fato da maior importância do papel masculino (ADLER, 1957, p. 128).

Adler fecha o capítulo afirmando que de todas as instituições realizadas para apaziguar a situação entre os sexos, a principal é o que ele chama de “co-educação” (ADLER, 1957, p.

147). Seria educar meninas e meninos juntos, sem fazer distinção, para que quando crescerem cooperem um com o outro (ADLER, 1957, p. 147- 149.). É a forma que Adler enxergou eficaz para romper o ciclo sociocultural da dominação masculina e todos os seus preceitos. Beauvoir concorda: “E graças à educação mista, o mistério augusto do Homem não teria oportunidade de surgir: seria destruído pela familiaridade quotidiana e as competições francas (BEAUVOIR, 1967, p. 492)”. Porém há uma divergência no pensamento dos dois autores quanto às competições. Adler não as vê como saudáveis, pois prejudicaria na formação da cooperatividade entre os sexos, já Beauvoir entende que as competições impedem a construção de um senso de superioridade masculina.

Divergências entre Freud e Adler

Em 1902, Freud convidou Adler para integrar a *Sociedade Psicológica das Quartas-feiras*, este aceitou o convite e em 1910 se tornou presidente da mesma. No entanto em 1911 Adler deixou a organização juntamente com nove membros por divergências com Freud e fundou a *Sociedade para Pesquisas Psicanalíticas Livre*, que dois anos depois seria a *Sociedade de Psicologia Individual* (ROUDINESCO, 1998, p.8). As discordâncias teóricas entre os dois médicos são múltiplas e para abordá-las eficazmente seria necessário profundo conhecimento do conjunto teórico de ambos, ao passo que aqui serão abordadas apenas as que tangenciam ao tema gênero da forma como é tratado no capítulo VII analisado.

Oliveira pontua que Adler não dava importância ao conceito de libido sexual de Freud (FRIEDRICH, 2013, p.2; OLIVEIRA, 2013) e que a teoria adleriana “corajosamente dessexualizou o ser humano (OLIVEIRA, 2013)”. Em contrapartida, Freud acusava Adler de compreender o sexo de forma exageradamente social, restringindo-o (ROUDINESCO, 1998, p. 7).

Ainda acerca da libido Adler questionou sua relação com os complexos, que não se formariam “por causa da repressão da libido, e sim, a libido sexual era reprimida muitas vezes por causa dos complexos (OLIVEIRA, 2013)”. Observando-se que Adler cunhou o termo *complexo de inferioridade*: “sentimentos de inferioridade não superados no processo de maturação egóica (OLIVEIRA, 2013)”. Para Freud a inveja do pênis é inata à mulher, ao questionar essa lógica Adler diz que essa inveja é na verdade, complexo de inferioridade cunhado pelo meio social e mais, seria o que ele chamou de “protesto masculino” usado pelos homens para manutenção do patriarcalismo (OLIVEIRA, 2013). Freud também o criticou nisso, dizendo que Adler supervalorizava o sentimento de inferioridade (ROUDINESCO,

1998, p. 7). As diferenças entre os dois médicos partem da concepção anterior que cada um possui acerca do que é determinante na vivência humana.

Ao tratar sobre as zonas erógenas dominantes no homem e na mulher, Freud afirma que no caso masculino a zona se mantém a mesma desde a infância até a idade adulta, o que não ocorre no caso feminino, no qual a zona erógena deixa de ser o clitóris passando a ser a vagina. Nas palavras de Freud, nisso “residem os principais determinantes da propensão das mulheres para a neurose, especialmente a histeria (FREUD, 1901-1905, p. 209)”.

Pode-se contrapor essa análise freudiana ao caso psicopatológico analisado por Adler no capítulo em questão. As causas para as perturbações nervosas que a moça retratada sofre, segundo Adler é a influência que recebeu de sua mãe autoritária e de seu pai passivo, juntamente com uma não adequação ao papel feminino imposto socialmente, ou seja, uma questão de educação e de gênero. Ao passo que para Freud as causas para a manifestação de doenças nervosas em mulheres está ligada a fatores sexuais – a mudança da zona erógena dominante e a natureza feminina.

Porém dar mais importância a um ponto não é necessariamente excluir outro. Sabe-se que Freud também deu uma abordagem social às nervopatias femininas, sobre tudo à histeria, definindo o histérico como aquele que foi influenciado por uma impotência paterna e que busca uma definição para o que é ser mulher (KAUFMANN, 1996, p. 249). Pode-se, em certa medida, perceber essas duas características no caso descrito por Adler: o pai que se dobrava diante da mãe, caracterizando impotência, se adotar como padrão a definição socialmente idealizada de masculino: dominação. E a busca por uma definição do papel de mulher já que a moça e sua mãe não se enquadravam no padrão feminino socialmente aceito de obediência. A diferença entre os dois médicos é o ponto de partida, Adler parte do social, ou seja, do gênero, para questionar as diferenças entre homens e mulheres; enquanto Freud parte do biológico para apontar as diferenças entre um e outro, parte do sexo (MORAES E COELHO JUNIOR, p. 793). Ainda que o ponto de chegada de ambos seja o mesmo: como tais diferenças, inerentes ou construídas, interferem na vivência em sociedade.

Considerações finais

Em seu livro, que visa entender a natureza humana, Adler dedicou um capítulo para a compreensão das diferenças entre os gêneros, deixando transparecer em vários momentos que é uma defesa não só das mulheres, mas da vida em sociedade, que ele vê estar prejudicada

pelo não reconhecimento da mulher como parte efetiva dessa e seu adoecimento também adoce a estrutura social:

A alegada inferioridade da mulher é mantida, no nosso século, pelas leis e pela tradição, embora seja negada por todos que tenham uma verdadeira clarividência psicológica. Devemos por isso estar vigilantes para patentear e combater o errado procedimento da sociedade nesta matéria. Devemo-nos empenhar nessa campanha, não porque tenhamos um respeito morbidamente exagerado pela mulher, senão porque nossa atual e errônea atitude contravêm à lógica de nossa vida em sociedade (ADLER, 1957, p. 144).

Porém, Adler também justifica a defesa da emancipação feminina pela perspectiva dos benefícios masculinos:

Não temos motivos para combater os ideais de emancipação das campanhas femininas. Ao invés, é nosso dever amparar a mulher em seus esforços para obter liberdade e igualdade, porque, em última análise, a felicidade de todos os humanos depende de se conseguirem condições de existência que permitam à uma mulher conformar-se com seu papel feminino, pois verossimilmente só assim é possível a um homem resolver adequadamente o problema de suas relações com a mulher (ADLER, 1957, p. 147).

É semelhante à lógica de Beauvoir quando diz que libertando-se a mulher, se libertará também ao homem (BEAUVOIR, 1967, p. 2). Logo a Ciência pode servir como ferramenta ao opressor e ao oprimido, para oprimir ou libertar(-se). Nesta abordagem procurou-se demonstrar através de algumas ideias selecionadas de Alfred Adler como isso ocorre, pois o autor se vale de ciências como a Psicologia e a Medicina para questionar a ordem social vigente.

É interessante pensar a circulação de *A Ciência do Desenvolvimento Humano*, que só no Brasil teve seis edições. Essas ideias de igualdade feminina e masculina de Adler circularam juntamente com o conjunto de sua proposição sobre a natureza humana, no entanto o que propagou foi o complexo de inferioridade, a sociedade e mesmo o meio científico continuaram vendo muito mais as diferenças do que semelhanças entre homens e mulheres. Ciência não é algo dado, mas construído, por sujeitos inseridos em uma conjuntura histórica e que correspondem a uma necessidade de manter ou mudar o *status quo*. No início do século XX, marcado pelo pensamento eugenista, o modelo ideal era o homem branco ocidental, aceitar a mulher como sua semelhante era aceitá-la como modelo também e uma abertura para reconhecer-lhe os privilégios masculinos.

Enquanto Freud propunha explicações que serviram para a manutenção do uso das diferenças para desigualdade entre os gêneros, Adler seguiu caminho oposto e questionou o sistema mesmo que aparentemente se adequando a ele como nos trechos em que diz não ter

“respeito morbidamente exagerado pelas mulheres”, questionando o sistema de dentro pra fora. Enxergar as diferenças como algo biológico é reconhecer que são inatas. E enxergá-las como algo social é admitir que são mutáveis.

Com essa análise procurou se mostrar como o conhecimento é selecionável e como seus usos variam. Adler foi bem aceito até relativizar o gênero. Freud teve mais aceitação porque o contexto histórico e as demandas socioculturais assim permitiram. Não se esta aqui reduzindo o trabalho de nenhum desses dois teóricos a um acaso social, mas é inegável o suporte que a teoria freudiana oferece a sociedade patriarcal e como o questionamento que Adler trouxe a isso foi esquecido em meio a sua própria teoria.

Referências

ADLER, Alfred. *A Ciência da Natureza Humana*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1957.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FONSECA, Sílvia Asam da. *A Coleção Bibliotheca do Espírito Moderno: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977)*. Abril 2010. Tese. PUC-SP: São Paulo, 2010. Captado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=191850> Acesso em: 13 mar. 2014

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1901-1905. v. VII.

FRIEDRICH, Sônia Maria. *ALFRED ADLER*. Captado em: <<http://febrapsi.org.br/biografias/alfred-adler/>> Acesso em: 20 nov. 2013.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 244-253.

LAQUEUER, Thomas. “O sexo socializado” e “Da linguagem da carne”. In: *Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MORAES, Gisele Cristiane Senne de; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. *Feminino e psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 15, n. 4, Dec. 2010. Captado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 maio 2014.

OLIVEIRA, Marcos de. *A Psicanálise Culturalista*. 2013. Captado em: <<http://www.sbph.com.br/default.aspx?section=72&article=52>> Acesso em: 26 nov. 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, Dez 1990. Captado em:

<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: 26 nov. 2013.

SILVA, João Roberto de Souza. *A Psicologia Brasileira: 50 anos*. Captado em:

<http://www.mosaicopsicologia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=199&catid=38&Itemid=62> Acesso em: 25 nov. 2013.

VILELA, Ana Maria Jacó. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32 (num. esp.), p. 28-43, 2012. Captado em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000500004&script=sci_arttext> Acesso em: 25 nov. 2013.

Sexualidade, heteronormatividade e enquadramento social: uma articulação a partir do filme *Ma Vie en Rose*

Joanna Ribeiro Nogueira

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

joanna.r.nogueira@gmail.com

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar as representações sociais e as formas de enquadramento a uma sexualidade heteronormativa, a partir do filme *Ma Vie en Rose*, problematizando os discursos que normatizam e domesticam as sexualidades, com o objetivo de contribuir para o alargamento das discussões acerca de temáticas relacionadas à transgressão dos papéis socialmente estabelecidos, baseados no binarismo masculino-feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade, sexualidade, enquadramento, representação social.

ABSTRACT: This article proposes to analyze the social representations and the ways of framing to a heteronormative sexuality, from the film *Ma Vie en Rose*, problematizing the discourses that regulate and domesticate sexualities, aiming to contribute to the enlargement of the discussions about issues related to the transgression of socially established roles, based on the male-female binary.

KEYWORDS: Heteronormativity, sexuality, framing, social representation.

Introdução

Diante dos binarismos que se apresentam como raízes sócio-históricas das questões de gênero, como homem/mulher, cultural/natural, produção/reprodução, é que este estudo se posiciona em prol de uma reconstrução dos discursos que conservam nossa sociedade sob o padrão da heteronormatividade e do patriarcado. Motivados por observações acerca das tentativas de enquadramento da sexualidade de indivíduos que se encontram na contramão da norma vigente é que questionamos: Seria esta prática de enquadrar uma ferramenta que contribui para a classificação, hierarquização e marginalização destes sujeitos que escapam à heteronormatividade? Este enquadramento concorre para a manutenção do preconceito e da conservação deste padrão social hegemônico?

Fundamentados em pesquisas sobre as temáticas de sexualidade, heteronormatividade, enquadramento, resistências, e no diálogo profícuo entre História e Cinema é que este estudo busca responder às hipóteses colocadas. Os questionamentos que nos direcionaram neste

trabalho têm como proposta fomentar discussões sobre o assunto, que possam levar a uma reflexão, gerando, por sua vez, uma (re)construção de valores.

Investigar tais representações acerca da sexualidade mostra-se particularmente importante considerando as pressões que se exercem sobre os indivíduos que estão na contramão de um regime heteronormativo, com práticas marcadas pelo preconceito e pela agressão à individualidade, à medida que empreendem um controle com vistas à adequação às estruturas convencionais.

Partindo destas hipóteses, fundamentamo-nos no estudo das representações sociais da sexualidade para que possamos entender como estas operam no sentido de enquadrar os indivíduos aos padrões socialmente estabelecidos e como contribuem para a manutenção de um sistema social discriminatório.

Considerando, ainda, o cinema como uma eficiente estratégia para atingir o grande público, já que o filme, situado em meio a um sistema de comunicações, organiza significados e comportamentos, fazendo emergir discursos e saberes que concorrem para a elaboração de conceitos, é que o escolhemos como fonte detonadora desta discussão. A relação possível entre Cinema e História, neste ensejo, mostra-se conveniente, posto que transpõe para a tela situações cotidianas, representando, ainda que de modo ficcional, a sociedade em uma mescla de real e imaginário, provocando um olhar mais reflexivo acerca de certas questões. Sobre esta interação entre História e Cinema, Elma Júlia Gonçalves de Carvalho discorre a respeito da viabilidade do uso deste último com cunho didático, dizendo ser possível “lançar mão da imagem para a discussão de temas históricos, utilizar o cinema como fonte para o conhecimento da história.” (CARVALHO, 1998, p. 121)

História e Cinema: uma relação possível

O campo da História passou por significativas transformações, dentre as quais se destaca o rompimento com antigos modelos de pesquisas historiográficas, que privilegiavam apenas fontes oficiais. A chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade, decorrente do fim da crença em uma verdade absoluta, proporcionou a revisão do aparato teórico-metodológico da História e, a partir de então, ampliou-se o conceito de fonte e novos objetos de análise emergiram, juntamente com novos sentidos, problemas e métodos.

Essa abertura e ampliação do campo dos objetos, das fontes e técnicas históricas estão associadas à inovadora proposta teórica da história-problema. O historiador não estaria mais submetido à tirania da heurística. [...] É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A

história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. (REIS, 1998, p. 24)

O cinema surgiu, neste contexto, como uma importante fonte para o historiador, revelando a possibilidade de realizar estudos que se aproximem da vida mental e coletiva através da apreciação das representações, das quais se utiliza para transmitir mensagens ao público. Devido a sua circulação mundial que atinge as grandes massas, ultrapassando fronteiras territoriais e culturais, o cinema torna-se parte integrante da vida social contemporânea e, como tal, assume relevado poder de disseminação de conceitos.

Entende-se também que as produções cinematográficas podem funcionar como uma espécie de recorte da representação de uma sociedade, levando a público mais do que entretenimento, mas uma inevitável reflexão sobre questões polêmicas e poucas vezes abordadas em nossa sociedade, embora de ocorrência recorrente. Esta permanente interferência do cinema na vida social torna-se cada vez mais evidente, pois, “o filme pode transformar a audiência psicologicamente e politicamente. [...]” (MORIN, 1983, p. 154).

É em acordo com esta assertiva que utilizamos o cinema como fonte deste estudo, entendendo que este, como tecnologia de análise, pode auxiliar as discussões sobre as várias temáticas codificadas em imagens, funcionando ainda como um documento de épocas e grupos sociais, devido ao seu caráter histórico.

Há, segundo Wilton Garcia, uma tendência da indústria cinematográfica contemporânea em abordar questões polêmicas, como a da construção da sexualidade e da diversidade de identidades de gênero, por exemplo. Sobre este aspecto o autor afirma que:

As manifestações culturais contemporâneas de identidade e gênero convergem para abordagens cada vez mais transversais. Nos projetos de cinema, televisão e vídeo não é diferente. Temáticas insólitas sobre identidade e gênero – feminino, masculino e adjacências – são propriedades inscritas pela nova ordem dos discursos que aparecem nos produtos audiovisuais no Brasil e no Mundo. (GARCIA, 2004, p. 265).

É, portanto, nesta conjuntura de contestação da realidade e da necessidade de propor uma reflexão, que possa gerar uma revisão de conceitos, que este estudo se situa. A obra cinematográfica em questão apresenta diversas formas de representações sociais e este trabalho se dedica especificamente à representação da sexualidade do protagonista. Seu comportamento é, ao longo da trama, contestado pelos círculos sociais no qual está inserido, como sua família, vizinhança e escola e nos dedicaremos a tratar da tentativa de

enquadramento exercida em diversas cenas do filme, a fim de compreender o estabelecimento deste processo e as possíveis formas de resistência.

Ma Vie em Rose e as representações enquadrantes

O filme *Ma Vie em Rose* é exemplo de uma tendência contemporânea do cinema em trazer ao público narrativas que abordem sobre o convívio com as diferenças. Esta película trata principalmente da problemática da identidade de gênero através do protagonista da trama, o menino Ludovic Fabre, de sete anos, que, tendo nascido de sexo biológico masculino, acredita ser uma menina e, por este motivo, investe sua construção em um corpo feminino, vestindo-se e agindo como tal.

Partimos da perspectiva teórico-metodológica de Denise Jodelet sobre as representações sociais, de acordo com a qual estas se configuram como "(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". (JODELET, 2002, p. 22). Esta autora ainda destaca que os meios de comunicação são locais onde é possível observar estas representações, fator que reforça a utilização do cinema como fonte.

O filme aqui abordado tem como cenário um bairro de classe média da França, para onde a família Fabre acabara de se mudar. Nas cenas iniciais, o diretor faz cortes que ora revelam detalhes do quarto de uma criança, no interior da casa, ora tornam o espectador um dos convidados da festa de apresentação da família para a nova vizinhança. As imagens, que são reveladas aos poucos, fazem com que o espectador se utilize dos símbolos que circulam em nossa sociedade, de modo que ele mesmo acaba por enquadrar aquilo que vê como sendo objetos e acessórios pertencentes ao universo feminino.

Após o espectador conhecer o quarto que ele mesmo, com seu repertório simbólico, vai significando e adjetivando, chega o momento de conhecer a criança que habita aquele cômodo. A intencionalidade das imagens apenas parcialmente reveladas gera uma surpresa no público que descobre, então, que a criança que surge em um vestido de princesa não é uma menina, mas sim Ludovic, o filho caçula da família.

Após sua aparição, inicialmente bem recebida pela vizinhança, que entende a criança como uma menina, outro corte de cena mostra o rosto constrangido dos pais de Ludovic, e já neste episódio fica evidente a repressão exercida pelo pai que, ao tentar contornar a situação diante dos vizinhos, apresenta Ludovic como sendo “bom em disfarces”, o que traduz a busca

por corrigir a criança, trazendo-a para o “gênero correto”. Desta forma, o pai tenciona minimizar o constrangimento diante de seus vizinhos, o que, automaticamente, gera constrangimento em Ludovic, que demonstra não compreender o motivo de sua produção ter sido considerada disfarce, posto que ele acredita ter se enfeitado porque, como ele mesmo diz, “queria ficar bonita”.

Passa-se a cobrar de Ludovic um comportamento mais masculinizado, em busca de uma aproximação de comportamento com os demais meninos de sua faixa etária, e ele é levado a frequentar espaços socialmente determinados para o público masculino. O pai de Ludovic também se dispõe a passar mais tempo com o filho, em busca de uma socialização com uma referência “propriamente masculina” e o garoto foi, ainda, obrigado a participar de uma partida de futebol, na qual, embora claro fracasso, tenha sido incentivado pelo pai a continuar.

A tentativa de enquadramento manifesta-se neste episódio em que a empreitada esportiva é considerada como uma atividade tipicamente masculina, pressupondo que, a partir de sua prática, Ludovic adquiriria ou desenvolveria o comportamento esperado, dentro da “sexualidade correta” que se espera de um indivíduo que nasceu biologicamente do sexo masculino.

Em outra cena, vemos Ludovic ser agredido em um vestiário, após ter sido obrigado a participar dos eventos de futebol promovidos por sua escola. Seus colegas agressores escarnecem do garoto por estar envergonhado em tirar sua camisa na frente de todos. Ingrid Silva do Amaral chama atenção para isso quando afirma que:

As crianças e adolescentes que manifestam sinais de uma possível orientação sexual distinta da heterossexualidade sofrem os mais diversos constrangimentos durante a sua formação física, intelectual e psicológica, a qual emana de toda a sociedade, inclusive da família e até de si mesmo, pois não entendem a razão de não se adequarem ao protótipo social de sexualidade. (...) Criam-se modos representativos ideais de homem e mulher, instituindo assim uma identidade relativamente estável, ocasionando dificuldades de aceitação e convivência com tudo aquilo que é considerado diferente dos padrões estabelecidos. (AMARAL, 2001, p. 1)

Ainda em busca deste enquadramento, a mãe da criança corta seu cabelo, como se com esta atitude estivesse também cortando seu vínculo com o feminino. Percebemos mais uma vez que as representações do ser feminino são aqui acionadas, para significar cabelo curto como masculino e comprido como feminino.

Sobre tal questão reguladora, vale destacar que o discurso produzido e disseminado na

sociedade contemporânea reflete valores culturais, sociais, históricos e até mesmo subjetivos daqueles que detêm o poder do discurso, e “(...) onde há poder há resistência...” (FOUCAULT, 1988, p. 91), o que fica claro pelos mecanismos de significação que Ludovic escolhe para a construção de sua própria sexualidade, que estão na contramão deste poder vigente de uma sociedade patriarcal heteronormativa, exemplificado nas diversas cenas em que o protagonista, ao ser confrontado por seu modo de agir, afirma-se como um indivíduo do sexo feminino.

Michel Foucault (1978) discute, inclusive, a hegemonia heterossexual em relação ao homossexual, afirmando ser esta uma visão advinda de uma sociedade patriarcal e heterocentrada no princípio da reprodução. Sobre o conceito de heterormatividade, cabe ressaltar a classificação de Deborah Britzman (1996) como os processos que colocam em vigor a heterossexualidade como norma, devendo todos os indivíduos adequar-se a este princípio. Este desígnio parte do entendimento da heterossexualidade como natural e, portanto, como a norma a se seguir. Deste modo, tudo o que foge a esta natureza seria antinorma, algo a ser modificado ou corrigido.

Nas cenas seguintes do filme, vemos o protagonista confuso por não encontrar enquadramento nos padrões sociais de que tem conhecimento, momento em que ele intenta uma busca por respostas que justifiquem seu modo de sentir. Esta situação se manifesta na cena em que sua irmã tenta explicar ao menino, baseada em conhecimentos científicos aprendidos na aula de biologia, como se dá a formação do sexo biológico dos indivíduos: "Na aula de biologia, aprendemos por que somos menino ou menina. Se você é XY, é menino. Se é XX, é menina. É assim... entendeu?"

A partir deste episódio, Ludovic passa a incorporar este novo discurso ao qual é exposto, alterando-o em uma tentativa de enquadrar-se sem que, para isso, tenha que abrir mão de sua percepção de si mesmo como menina. Assim sendo, a criança ressignifica o que lhe foi ensinado por sua irmã, e sente-se apaziguada com a ideia de que um dia Deus enviará a ela o X que lhe falta para ser menina, que deverá substituir o Y que viera por "engano".

Assumindo esta lógica de apropriação do discurso do outro, Ludovic passa a se utilizar de símbolos que socialmente representam ambos os gêneros, buscando enquadrar-se ora como menina (do modo que se sente), ora como menino (do modo que esperam e cobram que ele seja). Esta segunda tentativa de enquadramento, agora para o gênero masculino, ocorre após consulta com psicóloga, em que o garoto "descobre" ser realmente um menino. Diante desta revelação, ele busca ajustar-se àquilo que é dito que ele é, ou seja, ao discurso do outro.

Tomando como exemplos, portanto, situações que presenciou, como brincadeira de *bang-bang* dos seus irmãos e um beijo entre menino e menina, na escola, ele procura reproduzir tais comportamentos, o que se mostra falho.

Observamos, portanto, como as tentativas de enquadramento da sexualidade de Ludovic concorrem para que o preconceito e o padrão social baseado na hegemonia do patriarcado e da heterossexualidade se mantenham. O protagonista do filme não é agredido apenas fisicamente, mas também psicologicamente, e este estudo busca, nesta senda, ampliar o debate para o tema das diferenças, bem como para as implicações das representações sociais que são feitas com vistas ao enquadramento.

Nesta perspectiva, compreendemos o estudo das representações sociais da sexualidade fundamental para que se possa entender como estas operam no sentido de enquadrar os indivíduos aos padrões socialmente estabelecidos e como contribuem para a manutenção de um sistema social discriminatório. Assim, o trabalho proposto não tenciona esgotar o assunto, mas sim contribuir para a ampliação dos debates sobre as temáticas acima elencadas, alargando a percepção do público diante da questão das diferenças sexuais e de gênero.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Ingrid Silva do. Minha vida em cor de rosa: um olhar sobre a construção social da sexualidade. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG, 2011, Jataí. *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ História e Mídia*. 2011, p. 1-10.

BERLINER, Alain; SCOTTA, Carole. *Ma Vie En Rose*. [Filme-vídeo]. Produção de Carole Scotta, direção de Alain Berliner. França: Sony Pictures, 1997. DVD, 98 min. color.son.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. *Cinema, História e Educação*. In: Revista do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, v. 3, n. 5, p. 121-131, set. 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições New York: Teachers College Press, 1978.

GARCIA, Wilton. *Traídos pelo desejo – ambigüidades da cena*. In: LOPES, D. et al. (Orgs.)

Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004. p. 265-271.

JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: ____ (org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MORIN, Edgar. *A alma do cinema*. In: XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Rosalina Coelho Lisboa e feminismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930

Luzia Gabriele Maia Silva

Mestranda em História e culturas políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

luzia.gabriele@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a postura da escritora Rosalina Coelho Lisboa diante do movimento feminista brasileiro em princípios do século XX. Período no qual o feminismo se consolidava no Brasil, as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pela luta das sufragistas pelo direito ao voto e pela busca de melhores condições de trabalho e de vida para as mulheres brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Rosalina Coelho Lisboa, feminismo, política.

ABSTRACT: The goal of this paper is to analyze the posture of Rosalina Coelho Lisboa in the Brazilian feminist movement in the early 20th century. During the 1920s and 1930s, the Brazilian feminism was characterized by fight for achievement of political rights, which scope extends far beyond the pursuit of universal suffrage.

KEYWORDS: Rosalina Coelho Lisboa, feminism, politics.

Rosalina Coelho Lisboa nasceu em 15 de julho de 1900, no Rio de Janeiro. Oriunda de uma família de elite, ela foi instruída por preceptoras estrangeiras, com as quais aprendeu falar fluentemente outros idiomas. Recebeu uma formação muito tradicional e se inseriu cedo no meio literário carioca, participando de eventos nos quais pode conhecer grandes nomes da literatura nacional, como Olavo Bilac, além de ter oportunidade de recitar os poemas que escrevia e de poetas já consagrados. Aos 15 anos já publicava poemas na revista *Careta*.

Além de escrever e recitar poemas, Rosalina Coelho Lisboa atuou como jornalista, publicando artigos e crônicas em importantes periódicos cariocas, como o jornal *A Noite* e a *Revista da Semana*. Ela publicou seu primeiro livro de poemas em 1922, pela Editora Monteiro Lobato. Tal livro, intitulado *Rito Pagão*, foi vencedor do prêmio da Academia Brasileira de Letras para o melhor livro de poemas.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 Rosalina passou por grande ascensão nos meios literário e intelectual. Publicou outros livros que, no geral, tinham uma boa recepção da crítica literária. Sua obra prima, *A Seara de Caim*, um romance histórico, teve grande repercussão tanto no Brasil, como no exterior, sendo traduzido para vários idiomas.

A partir da década de 1920 Rosalina iniciou sua militância na política e na causa feminina. Ela defendeu os movimentos que visavam depor a República Oligárquica e apoiou abertamente a Revolução de 1930. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ela se mostrou muito amiga do presidente, sendo nomeada por ele para missões diplomáticas em eventos internacionais, como delegada do Brasil. Correspondia-se assiduamente com Vargas e outros políticos brasileiros e estrangeiros. Usava suas habilidades intelectuais e conhecimento de mundo para alertar o presidente brasileiro dos riscos à segurança nacional, principalmente aqueles concernentes ao comunismo, ferozmente combatido por Rosalina. A escritora se simpatizava com ideologias políticas totalitárias e autoritárias, se tornando uma grande aliada de Plínio Salgado em mediações com o presidente, levando ao conhecimento do chefe de Estado do Brasil os interesses da Ação Integralista Brasileira.

Rosalina casou-se a primeira vez em 10 de setembro de 1917, com o capitão tenente da Marinha de Guerra Raul Rademaker Grunewald, em cerimônia civil e religiosa, realizada na casa de seus pais. Ela ficou noiva de seu primeiro marido em junho de 1917, pouco antes de completar 17 anos. A única filha de Rosalina, Raulya Coelho Lisboa Rademaker Nogueira Itagiba, foi fruto desse primeiro casamento. Raul Rademaker faleceu em 20 de junho de 1918, aos 35 anos de idade, vítima de uma apendicite, deixando Rosalina viúva ainda muito jovem. Ela iniciou sua vida profissional cedo, como professora de inglês,¹³ jornalista e escritora. Já consagrada no meio literário, Rosalina contraiu segundas núpcias, em 1927, com o norte-americano James Irvin Miller, vice-presidente da United Press e homem influente na América Latina. Durante a união com Miller, Rosalina viajava constantemente para países latino-americanos e para os EUA, se aproximando de círculos políticos internacionais. Essa união chegou ao fim com uma anulação de casamento no final da década de 1930. Anos depois, em 7 de abril de 1942, a escritora casou-se pela terceira vez com Antônio Joaquim Luís Cruz Sanches de Larragoiti, herdeiro da companhia de seguros Sul América. Rosalina manteve-se casada com Larragoiti até a sua morte, em 1975.

Antes da anulação do seu segundo casamento Rosalina já era uma defensora do divórcio. Em uma crônica publicada no jornal *A Noite*, em maio de 1926, a escritora dizia acreditar que o direito ao divórcio chegaria ao Brasil no próximo decênio. Naquele período, quando vigorava o Código Civil de 1916 (Segundo Iáris Ramalho Cortês, “O Código Civil de

¹³ A posse de Rosalina como professora de inglês no Instituto Benjamin Constant ocorreu em 26 de julho de 1919, “cuja nomeação era ignorada e cuja cadeira fora criada especialmente para ela, sem concurso, tendo a imprensa censurado esse projeto escandaloso.” *A Pacotilha*, Maranhão, 26 de julho de 1919, Ano XXXIX, nº 174, p. 1. Não foram encontrados outros registros sobre essa nomeação, apenas registros posteriores informando os pedidos de licença frequentemente expedidos por Rosalina.

1916 introduziu no Brasil o termo desquite, um artifício encontrado pelos divorcistas para aplacar um pouco os ânimos dos antidivorcistas. O desquite permite a separação de corpos e põe fim ao regime matrimonial de bens, entretanto a pessoa desquitada não pode casar novamente, pois o vínculo conjugal continua a existir.” (2012, p. 268)), os casais infelizes com o matrimônio só podiam recorrer ao desquite, que segundo Rosalina e outros defensores do divórcio, não impedia a separação desses casais, mas os privava de formar uma nova família, com a impossibilidade de estabelecer novos laços conjugais. De acordo com Rosalina, na segunda metade da década de 1920, os brasileiros começavam “a patrocinar um movimento forte e inteligente em favor do divórcio”. Apesar de certa atmosfera favorável à discussão do tema, a questão do divórcio permaneceu um tabu nos anos seguintes, não sendo bem aceita pela maior parte da população. Na Constituição de 1934 ficava estabelecida a indissolubilidade do casamento, o causou grande furor nos divorcistas, mas não afetou a luta da maior parte das feministas, que viam sua principal reivindicação atendida com o direito da mulher ao voto.

As primeiras décadas do século XX se caracterizaram pela ascensão do movimento sufragista no Brasil, tendo como principais condutoras Myrthes de Campos, Leolinda Daltro e, posteriormente, Bertha Lutz. Essas feministas eram oriundas de famílias de elite e possuíam educação universitária, característica marcante de feministas desse período. Tal posição social, segundo Soihet, foi fundamental para o apoio conquistado por elas a partir de 1930, quando alguns parlamentares e políticos se simpatizaram pela causa sufragista. Contudo, foi necessária muita mobilização para sociedade, menos de duas décadas antes, muito avessa à causa, começar a aceitar as proposições das sufragistas, que se articulavam em torno de associações, passeatas e publicações em jornais para expor à sociedade suas teorias acerca da capacidade das mulheres exercerem direitos civis. Para Rachel Soihet,

(...) havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por sua suposta fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que, inclusive, ridicularizavam as militantes. (SOIHET, 2012, p. 219)

Transpor os obstáculos colocados pela sociedade não foi tarefa fácil para essas sufragistas, que mantinham intenso diálogo com feministas de outras partes do mundo e viajavam constantemente para fora do Brasil para participar de congressos sobre a causa

feminina. Rosalina participou várias vezes desses eventos, inclusive atuava ao lado de Bertha Lutz na *Federação Brasileira para o Progresso Feminina*, criada em 1922, que tinha como objetivos “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política” (SOIHET, 2012, p. 224). Entretanto, a escritora carioca parecia avessa ao sufrágio feminino num momento em que essa questão começava virar pauta de debates na imprensa e na sociedade.

Em entrevista concedida ao jornal *Correio da Manhã*, Rosalina elogiou alguns aspectos da nova Constituição, mas se mostrou descontente com a instituição da indissolubilidade do casamento. Ao ser inquirida sobre o assunto, ela afirmou ser esse “um problema de interesse geral. O senhor não pode achar que, num casamento infeliz a mulher seja mais desgraçada que o homem. Não foi à mulher que a Constituinte negou o divórcio – foi ao Brasil.” (*Correio da Manhã*, 17 de junho de 1934, nº 12134, ano XXXIV, p. 3.) Apesar de se mostrar contente com a concessão dos direitos políticos à mulher na nova Constituição, o ponto crucial das reivindicações feministas, alguns anos antes ela não se mostrava tão favorável a essa ideia, ao contrário de muitas de suas contemporâneas que fizeram da busca pelo sufrágio universal sua principal luta.

Ao longo da década de 1920, as discussões sobre a possibilidade das mulheres elegerem e serem elegidas ganharam mais simpatizantes. Em 1926, o jornal *A Manhã* empreendeu uma campanha em prol do voto feminino, publicando a opinião de mulheres ilustres sobre a questão do sufrágio. A nota sobre a abertura da campanha, que defendia a instituição do voto feminino no Brasil, se referia às habilidades intelectuais das mulheres para exercerem “o mais simples dos direitos políticos”. Para embasar essa opinião, são citados nomes de importantes mulheres brasileiras daquele período, como o de Bertha Lutz e Rosalina Coelho Lisboa que, ao lado das brasileiras Cecília Meirelles, Gilka Machado e Maria Eugenia Celso, era considerada uma das mais ilustres poetisas da América Latina. (*A Manhã*, 27 de junho de 1926, Ano II, nº 155, p. 1.)

Ao ser solicitada a comentar sobre o assunto durante essa campanha, Rosalina mostra que não via na conquista do direito ao voto a solução para a situação das mulheres. Ela afirmava ser feminista, mas contra o voto feminino no Brasil daquele período. Para ela, o feminismo ainda não havia se consolidado no país, como nos Estados Unidos e Europa, e a maioria esmagadora das mulheres brasileiras não estava preparada para exercer os direitos e

deveres civis acarretados com o voto. Nesse sentido, ela questiona seu entrevistador, que a inquiria sobre sua posição acerca do sufrágio universal:

Quantas de nós mulheres , sou eu agora quem lhe pergunta, têm a exata noção da responsabilidade que é ser um fator direto da vida de um país? Que sabem de cidadania, dos direitos e deveres que competem a um brasileiro em pleno gozo dos seus direitos políticos? Quantas, eu perguntarei ainda, têm cultura suficiente para sentir a real significação dos problemas que dependem comunidades e nações? (*A Manhã*, 29 de junho de 1926, Ano II, nº 156, p. 1.)

Ela ainda completa que conceder direito ao voto às mulheres no Brasil daquele período seria “conceder o livre arbítrio a uma força cega”. Por mais que Rosalina estivesse sempre envolvida em eventos e associações em prol do progresso e emancipação feminina, sua posição acerca do sufrágio se distanciava muito da posição de suas contemporâneas.

Tudo indica que, uma década depois, Rosalina tenha mudado de opinião a respeito da participação das mulheres na política. No final da década de 30, Rosalina defendia o direito das mulheres serem admitidas em concursos públicos. Para ela, as mulheres seriam capazes de exercerem atividades remuneradas. Ao defender o trabalho feminino, em carta enviada ao Oswaldo Aranha, ela questiona os papéis sociais atribuídos aos sexos em um matrimônio:

“Uma mulher trabalha, é útil, é inteligente, ganha para a sua vida e a dos seus filhos? E o marido?” Pois o marido terá a posição a que ganhar direito, - a igualdade se é de valor pelo seu lado, e inferioridade se é inferior. O elemento melhor ao casal é o que deve se impor naturalmente. O erro está em limitar o caso a homens e mulheres em vez de vê-lo do ponto de vista de valores humanos apenas, elementos úteis ou indiferentes à sociedade. Delicadezas de protocolo em relação ao valor ou elemento que se demonstra menor num casal é injustiça para com o melhor em sacrifício do grupo humano em geral. Um dia, quando a única hierarquia for a hierarquia moral e mental, os povos terão aprendido a ser altruístas por egoísmo, e ninguém perguntará se é homem ou mulher o ser que ofereça a um país uma expressão útil. O que importará há de ser a utilidade dessa expressão e o seu merecimento. (Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Oswaldo Aranha. CPDOC. Classificação AO cp 1939.00.00)

No início do século XX o papel esperado para mulheres na sociedade brasileira ainda se limitava às atribuições domésticas e maternais, sendo o casamento o ápice da vida de uma mulher. Mesmo após a Revolução de 1930, que trouxe à tona a pauta do voto feminino, instituído no Código Eleitoral de 1932 e depois na Constituição de 1934, a participação feminina na política e no mercado de trabalhado ainda era extremamente restrita.

Segundo Natasha Ostos, as políticas varguistas para organização da sociedade brasileira partiam de perspectivas de regulação populacional e tinham como objetivo

moralizar e civilizar as classes baixas, por meio de medidas nas quais a mulher era importante protagonista. Para tanto, a legislação trabalhista do período viabilizava a manutenção e proteção do papel maternal das mulheres trabalhadoras, por meio de leis que incentivavam a fertilidade (oferecendo benefícios para famílias com muitos filhos) e garantiam às mulheres a execução da sua função materna, como a licença-maternidade e a proibição do trabalho noturno, medidas garantidoras de uma permanência maior das mulheres no lar.

Ainda assim, o trabalho feminino era mal visto pela sociedade, sendo mais aceito ao se tratar de mulheres que não possuíam alternativas, senão contribuir com a complementação da renda familiar. As mulheres que se dividiam entre as funções domésticas/maternais e o trabalho remunerado viviam as contradições que ainda marcam a vida de mulheres no Ocidente. Isso porque, dividindo-se entre os universos maternal e trabalhista, as mulheres ocupam vários *status*, ou posições sociais, para exercer seu papel em sociedade marcada pela divisão sexista do trabalho.

Rosalina Coelho Lisboa ocupou vários papéis sociais ao longo de sua vida, pois casou-se ainda jovem, teve uma filha, mas não se limitou à vida doméstica e maternal, como seria natural no começo do século XX. Escrevendo, angariou posição de destaque nos meios jornalístico e literário, além de atuar nos bastidores da política, ministrar conferências no Brasil e em outros países, representar o Brasil em eventos internacionais, tarefas que demandavam uma movimentação constante por parte da escritora. Ela estava sempre viajando, e se estabelecia por meses em hotéis em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, não se enquadrando na figura feminina restrita ao lar.

Analisar a atuação de Rosalina no início do século XX leva-nos a constatar que por mais que ela estivesse, ao longo de sua vida, cercada de homens importantes, figuras públicas, como seu pai, seus irmãos, amigos de sua família e maridos, ela não se limitou à sombra de nenhum deles, sendo protagonista de sua própria história, situação que transpunha a condição socialmente determinada para mulheres de sua época.

Referências bibliográficas

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*. n. 39. Campinas, jul/dez 2012.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

As masculinidades tecidas pelo jornal *O Rio Nu* (1898-1916): uma análise das representações dos homossexuais, impotentes sexuais e alcoólatras

Natália Batista Peçanha

Doutoranda

UFRRJ (Capes)

nataliahist@hotmail.com

RESUMO: No contexto dos valores de progresso e civilização, cimentados por discursos afeitos à República, o jornal *O Rio Nu*, periódico direcionado ao público masculino, assumiu uma postura de ditar novos modos de vida aos seus leitores que pretendiam se enquadrar a esses novos tempos. Homossexualidade, alcoolismo, virilidade foram algumas das temáticas abordadas por esse periódico. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de gênero, analisando os padrões de masculinidade, num momento em que diversas instituições estavam voltadas para a formação de cidadãos ideais.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade; *O Rio Nu*; Homossexualidade; Impotência; Alcoolismo.

O jornal *O Rio Nu* foi um periódico dedicado ao público masculino que circulou no Rio de Janeiro entre o período de 1898 a 1912, tendo um de seus principais objetivos a formação de *smarts*, ou seja, homens bem educados, capazes de lidar com os novos padrões sociais estabelecidos na Capital Federal. Porém, além de freqüentar a alta roda da sociedade, ser bem educados, esses homens deveriam também ser responsáveis pela proteção de sua família. Família esta que tinha como função principal a procriação. Desta forma, a impotência sexual e as práticas sexuais que fugiam ao fim procriativo eram alvos de escárnio e depreciações por parte dos redatores do jornal. Além disso, o homem “civilizado” além de seguir práticas sexuais bem definidas, também não poderia se render a outros vícios, como ao do alcoolismo.

Para que possamos, então, verificar como este jornal estruturava *protocolos de leituras* (CHARTIER, 1990, p. 121), que demarcavam *horizontes de expectativas*¹⁴ acerca de

¹⁴ Ao partimos para a idéia de *horizontes de expectativas* estamos amparados nas análises desenvolvidas por Reinhart Koselleck. Este autor entende tanto o *espaço de experiência* quanto o *horizonte de expectativas* como “categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”, ou seja, a história para se constituir como tal necessita das experiências vividas, mas também das expectativas dos atores sociais que nela atuaram. Assim, ao analisarmos este jornal devemos verificar que as experiências de propagação de imagens de alcoólatras, ou de homossexuais, estão imbuídas de expectativas de conscientização de seus leitores, por exemplo. Ver KOSELLECK, 2006, p. 305-327.

uma sociedade “moderna”, em que os homens se portassem como verdadeiros *smarts*, haverá a seguir as análises do material selecionado.

“Pobre velho impotente”: uma análise de como o jornal tratava a impotência sexual masculina.

Durante o século XIX o tema da reprodução foi amplamente discutido por médicos e intelectuais. Mas, esta discussão se fortaleceu, sobretudo, na passagem do século XIX para o XX quando o tema da infecundidade se atrelou “aos debates sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie” (DEL PRIORI; AMANTINO, 2011, p. 125), ou seja, uma questão do foro íntimo passava a ser um problema social de grande relevância. Assim, não é de se espantar que *O Rio Nu* se aproveitasse dessa temática para preencher suas páginas com estereótipos acerca das práticas homossexuais que demarcavam, implicitamente, a impossibilidade desses homens se transformarem em *smart*.

A masculinidade propalada estava associada diretamente à virilidade, ou seja, homem para ser homem, além de não ter posturas efeminadas, deveria ser viril (BARBOSA, 1998, p. 323-324). E era justamente a possibilidade de um homem não dominar o corpo de uma mulher que fazia o jornal *O Rio Nu* se debruçar sobre esta temática. Note-se que estamos falando de um material impresso que tinha como característica principal o domínio do corpo da mulher; corpo este que era exposto ao deleite dos homens que consumiam esse material. A impossibilidade de um homem exercer esse domínio era visto com preocupação pelos redatores do jornal, que se inquietavam com as possíveis reações dessas mulheres.

Para que possamos entender como o jornal *O Rio Nu* apresentava esta temática passemos às análises das representações.

Figura 1



Fonte: Intimidades. *O Rio Nu*, 24 mar. 1900, p.1.

Na imagem acima temos o Fidelis, homem aparentemente mais velho, que mesmo depois de tomar o licor nada sentiu frente à D. Elvira, que brava pela situação em que se encontrava, esbravejava com o pobre do homem, mandando-o sair de seus aposentos. Ao analisarmos detidamente esta charge podemos perceber algumas características importantes da representação da impotência sexual feita pelo jornal. Primeiro, assim como em outras imagens, o homem se apresenta cabisbaixo, geralmente olhando para o chão, com feições envelhecidas e com um ar humilhado frente à mulher que o menospreza. Esta imagem é bem emblemática, pois mostra o preconceito que homens com este problema tinham que enfrentar, além da associação direta da impotência sexual à velhice.

A identificação da velhice como um período distinto da vida e o entendimento que os idosos eram uma parcela da população identificável socialmente para a qual deveria ter

ações de intervenção, começou a ser propalada na passagem do século XIX para o XX. (MORAES, 2011, p. 430) De acordo com Andréa Moraes, a “instituição da aposentadoria e os asilos de idosos marcam simbolicamente a identificação entre incapacidade e velhice e inauguram o entendimento desta como um ‘problema social’”. A velhice, portanto, passava a ser associada à improdutividade, visto que é nesse momento que o homem sai do mercado de trabalho, ou seja, deixa de produzir (MORAES, 2011, p. 431). Logo, essa improdutividade é refletida para o âmbito sexual. E o jornal *O Rio Nu* se vale muito deste discurso, sobretudo, ao realizar uma espécie de crítica a esses “velhos” que se casam com mulheres jovens¹⁵, mas que não conseguem mais acompanhar a vitalidade juvenil de suas esposas.

Portanto, esse jornal invadia o âmbito mais íntimo da privacidade do casal para demarcar, além dos padrões sexuais aceitáveis ou não, o que era entendido, pelos seus redatores, por masculinidade e virilidade. Eles, assim, demarcavam e ratificavam papéis bem definidos para esses homens. Aqueles que não se enquadravam aos modelos propalados não podiam ser considerados *smarts*, ou seja, “civilizados”.

“O Gouveia”: a homossexualidade nas páginas do jornal O Rio Nu

Por romper com o princípio fundamental dos moldes burgueses que se instalava, ou seja, o casamento baseado na família nuclear¹⁶ com base na reprodução, as relações homoeróticas e as práticas sexuais com fins, somente, na satisfação sexual foram alvos fáceis de estigmatizações e depreciações¹⁷. O jornal *O Rio Nu*, neste sentido, foi um importante veículo de disseminação de críticas ao sexo anal. Porém, mais do que simplesmente condenar tal prática ele, ao entender que este ato não seria abolido da sociedade, estipulava com quem se podia praticar. Em um trecho da cançoneta *O Gouveia*, publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d’o Rio Nu*, já podemos observar uma possibilidade de sexo anal:

¹⁵ Segundo Rachel Soihet havia, e ainda hoje há, uma valorização da mulher jovem e de seu corpo. O homem sentia-se “estimulado a buscar outras experiências, a trocar um objeto do qual já está saciado por um outro mais jovem que se lhe constituía em fonte de novos prazeres. Ver: SOIHET, 1989, p. 287. Associado a esta preferência, ainda havia um costume de que a iniciação sexual feminina fosse realizada por um homem experiente, na maior parte da vezes, muito mais velho do que a mulher. Ver: DEL PRIORI, 2011, p. 125.

¹⁶ Estamos, aqui, falando de uma família de elite, onde o casamento era a única via aceitável de união entre homens e mulheres. Entretanto, na prática o número de pessoas casadas era pequeno. Conforme o recenseamento de 1890, 65.526 homens e 50.076 mulheres eram casados, enquanto que o número de solteiros era de 216.520 homens e 158.409 mulheres. Este número reduzido de casamentos pode ser explicado dentre outras coisas, pelos entraves burocráticos para a realização do mesmo, bem como a dificuldade do homem pobre manter uma família aos moldes burgueses, onde sua mulher não poderia trabalhar, nem mesmo sair às ruas sozinhas para não desonrar suas famílias. Ver: SOIHET, 1989, p. 247-248.

¹⁷ Os homossexuais eram alvos de diversos estigmas. Na *belle époque* brasileira esses homossexuais eram associados de forma pejorativa à prostituição, além de serem chamados de *frescos*, termo bastante popular no fim do século XIX. Cf. GREEN, 1999, p. 62-63.

Uma senhora eu conheço
Que tem dezenas de amantes,
Que lhe pagam por bom preço
Os seus carinhos constantes...
Tem jóias de alto valor
De dinheiro ela anda cheia,
E ganhando fazendo amor...
Amor à moda Gouveia!...

O *smart*, como mencionado deveria ter em mente uma distinção bem definida do que podia ou não fazer com mulheres honestas, que não é o caso da mulher representada na cançoneta. Esta preocupação no que diz respeito ao sexo estava ancorada em princípios disseminados pela Igreja, que criava regras que deviam ser seguidas até mesmo pelas pessoas casadas. Para ela, as pessoas que contraíssem matrimônio só para obter prazer eram consideradas pecadoras. (SOIHET, 1989, p. 252) Não é à toa que o jornal apresenta o repúdio de a prática do sexo anal realizada pelo marido sobre sua esposa.

Figura 2



Fonte: *O Rio Nu*, 3 fev. 1909, p. 5.

A esposa ao ter que se submeter ao sexo anal praticado pelo marido, se queixa à mãe que prontamente tira satisfação com o genro, que justifica seu ato ao fato de se chamar *André*

Gouveia. O sexo à moda *Gouveia*, portanto, poderia até ser praticado, desde que fosse com as prostitutas, ou seja, as mulheres desonestas.

Quando praticado entre dois homens, aí mesmo que o jornal demonstrava uma visão preconceituosa no intuito de deslegitimar os homens que praticam relações homoafetivas.

Figura 3



Fonte: *O Rio Nu*, 21 abr. 1909, p. 5.

As imagens das relações sexuais homoeróticas geralmente utilizam-se de um tom satírico e humorístico apresentando um cunho moralizante e ridicularizante, do que propriamente de satisfação sexual. De acordo com Randolph Trimbach, enquanto as obras pornográficas apresentam um tom sério ao representar o corpo e o ato sexual a fim de intensificar a excitação sexual, as obras humorísticas e satíricas tendem, pelo contrário, enfraquecê-la. (TRIMBACH, 1999, p. 281-282) A tendência destas representações, sobretudo, quando os envolvidos na prática sexual são dois homens, não é causar ao leitor um desejo sexual, mas sim um alerta àqueles que realizam esta prática.

O que se vê nesse jornal é, na verdade, a reafirmação de uma masculinidade hegemônica bem definida que se opusesse e se diferenciasse ao máximo do modelo feminino. (MATOS, 2001, p. 384) O homem que assumisse qualquer comportamento que pudesse ser associado a práticas definidas como femininas era chamado de efeminado e, conseqüentemente, era ridicularizado.

O olhar d'*O Rio Nu* sobre as consequências do alcoolismo

Além de determinar modelos sexuais que os homens “civilizados” precisavam seguir, *O Rio Nu* estabelecia, também, padrões comportamentais. Esses homens deveriam frequentar ambientes propícios às suas posições sociais, como os cafés ou os importantes teatros, ambientes esses em que aspirantes a *smarts* poderiam consumir elegantes bebidas como “o vermouth, o cocktail, o gin fizz, o whisky, o Pick me up, o Sherry –Cobble”, introduzidos no Rio de Janeiro por influência de negociantes estrangeiros e brasileiros regressos da Europa. (SOUZA, 2004, p. 64)

Mas o consumo das bebidas alcoólicas não se restringira ao mundo da elite. No início do século XX, o Rio de Janeiro via a proliferação dos quiosques, ambientes pouco higiênicos e antro das camadas mais populares. (SOUZA, 2004, p. 64) Esse ambiente foi substituído pelos botequins, locais limitados por quatro paredes que facilitavam o controle da freguesia pelos proprietários que se convertiam em espécies de defensores da ordem pública (SOUZA, 2004, p. 65). E, essa ideia de ordem pública e da necessidade de pessoas a protegê-la era algo que se fortalecia com a implementação do regime republicano¹⁸. Neste contexto, o jornal *O Rio Nu*, talvez influenciado pelos discursos médicos¹⁹ e jurídicos que circulavam no momento em foco, incorporava para si o papel de defensor de uma ordem pública. Assim, ele apresentava os comportamentos que seus leitores deveriam seguir para se transformarem em homens “civilizados”, ou melhor, homens que pudessem formar famílias higiênicas que exercessem seu papel na sociedade, ou seja, a procriação do futuro da nação. E, para se formar essa família ideal um mal deveria ser extirpado da sociedade, principalmente da camada popular que era mais afeita a este mal– o alcoolismo – que causava, além de gastos públicos, a degeneração física e intelectual da humanidade e a ociosidade (MATOS, 2001, p 29-31). Sobre este último ponto, Sidney Chalhoub informa que, em 1888, começou a circular na Câmara de Deputados um projeto de repressão à ociosidade, elaborado pelo ministro Ferreira Vianna. A preocupação em torno deste problema estava no pensamento dominante de

¹⁸ Segundo Maria Izilda Santos de Matos, a “intensa urbanização, o processo de imigração, o final da escravidão e do Império e a industrialização exigiam novas formas de comportamento ditas ‘civilizadas’. Os comportamentos feminino e masculino deveriam passar por retificações que dotassem cada qual de um perfil mais homogêneo, adequando-os a uma perspectiva sacramental e ao novo regime. Assim, as ações da Igreja, do Estado e particularmente da medicina foram convergentes e decisivas para disciplinar mulheres e homens”. Neste sentido, detentora de um “monopólio do ‘conhecimento racional e científico’” a classe médica foi importante no combate ao alcoolismo. Cf. MATOS, 2001, p. 25 e 27.

¹⁹ Centrando o combate do alcoolismo masculino, o “discurso médico apresentava aspectos de normatização que explicitavam um imaginário social urbano em transformação, no qual estava presente e em formação o perfil ideal masculino, construído diretamente em relação ao feminino. Assim, o discurso médico destacava as responsabilidades femininas no processo de reeducação do ‘homem moderno’, acentuando a necessidade de que a mulher atuasse como agente da campanha antialcoólica”. Cf. MATOS, 2001, p. 27-28.

que a Abolição da escravidão trazia consigo a desordem e uma massa de pessoas que uma vez vivendo “subjugados” ao trabalho compulsório, quando livres poderiam não querer trabalhar e ficar, portanto, “vagabundeando” pela cidade, cometendo pequenos crimes. (CHALHOUB, 2001, p. 66-67) Além disso, aqueles que exerciam alguma atividade remunerada uma vez se entregando ao vício da bebida podiam sofrer com

(...) cansaço intelectual, estafa, irritação, desatenção, perturbação da memória, distúrbios na motricidade, perda do raciocínio e da razão, levando à falta de vontade, queda na produção e no trabalho, tornando os alcoólatras pouco produtivos e aumentando os riscos de acidentes de trabalho.²⁰

Somado a esses problemas causados pelo alcoolismo e amparado por discursos médicos (MATOS, 2001, p. 43), o jornal *O Rio Nu*, se imbuía do papel de alertar aos seus leitores que além do álcool em excesso provocar degenerações físicas e sociais ele afetava, sobretudo a estrutura familiar.

Figura 4



Fonte: *O Rio Nu*, 14 jun. 1905, p. 5.

Num momento em que a família era identificada como a célula da sociedade, no qual os seus membros deveriam seguir suas funções (MATOS, 2001, p. 41). O álcool, neste sentido, podia corromper este homem, retirando-o de seu caminho em busca de seu papel de

²⁰ Esses são alguns dos muitos problemas associados ao alcoolismo pelo discurso médico. MATOS, 2001, p. 40.

bom marido, pai e chefe de família.²¹ Na imagem acima, por exemplo, vemos uma mulher que pede seu divórcio por não agüentar mais o marido chegar todas as noites embriagado em casa, subvertendo o padrão feminino de passividade. Ao assumir uma postura ativa, a mulher representada personifica uma humilhação para seu marido – que uma vez alcoólatra estava fadado à vergonha.

Desta forma, o que observamos é que o jornal analisado estava intrinsecamente articulado aos debates realizados nas esferas médicas e jurídicas em torno de uma disciplinarização e higienização da família, no qual o homem era alçado ao papel de protetor da honra desta. Uma vez corrompendo este papel, *O Rio Nu*, ridicularizava e criticava esses homens que não poderiam, em sua concepção, chegar a ser um verdadeiro *smart*.

Referências

Fonte – Biblioteca Nacional (BN)

O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico (1898-1916). Rio de Janeiro.

Bibliografia

BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 321-343, 1998.

CHALHOUB, Sideney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²¹ Além de o alcoolismo desviar o homem de seu caminho de provedor do lar, a preocupação que muitos médicos tinham, influenciados pelas teorias de Auguste Morel, era que as degenerescências poderiam ser transmitidas hereditariamente “e uma vez instalada a doença ‘ela segue seu curso e se transmite aos descendentes até a extinção da linhagem’”. Cf. SANTOS, 2010, p. 401-403.

MATOS, Maria Izilda de S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MORAES, Andréa. O Corpo no Tempo: velhos e envelhecimento. DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, MÁRCIA (orgs). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 427-452.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, p. 401-420, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/08.pdf>. Acessado em 15 mai. 2013.

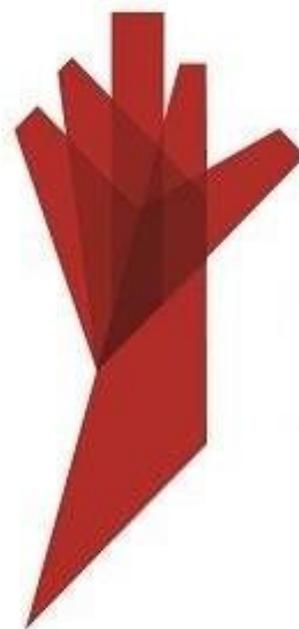
SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. 33. *Estudos Históricos*, p. 56-75. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2211>. Acessado em 12 abr. 2013.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TRIMBACH, Randolph. Fantasia erótica e libertinagem masculina no Iluminismo inglês. In. HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. 1ª edição. São Paulo: Hedra, 1999.

Simpósio Temático 13

**Políticas e culturas na América
independente**



Coordenadores:

Pedro Demenech

Doutorando em História - PUC-RJ
p_demenech@yahoo.com.br

Warley Alves Gomes

Mestre em História - UFMG
warleyalvesgomes@yahoo.com.br

A guerra de guerrilhas contra a Revolução Cubana

Ana Paula Cecon Calegari

Mestre em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ana.historiaufes@gmail.com

RESUMO: Neste artigo abordaremos uma das formas de oposição à Revolução Cubana, a qual foi caracterizada pelo emprego da tática de guerra de guerrilhas no combate àquele processo. Enfatizaremos a parte factual dos eventos referentes ao tema e as principais características de tais grupos que ficaram conhecidos como “alçados” ou “bandas” com o objetivo de mostrar a particularidade dos mesmos e a forma como o governo rebelde lidou com eles.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra de guerrilhas, Revolução Cubana, alçados.

RESUMO: En este artículo presentamos una de las formas de oposición a la Revolución Cubana, que se caracterizó por el uso de la táctica de guerra de guerrillas para luchar contra ese proceso. Haremos hincapié en la parte de los hechos relacionados con el tema y las principales características de estos grupos que fueran conocidos como "alçados" o "bandas" con el fin de mostrar la particularidad de los mismos y la forma en que el gobierno rebelde os trató.

PALABRAS CLAVE: Guerra de guerrillas, Revolución Cubana, alçados.

Considerações iniciais

A Revolução Cubana ocorrida em 1959 foi marcada por inúmeras características que devem ser vistas à luz do contexto histórico insular na medida em que deram um caráter genuíno àquele processo. Para esse artigo, iremos tratar de um desses fatores que influenciaram no encaminhamento dado à Cuba na primeira década da Revolução. Assim, trazemos ao debate a questão dos eventos referentes à guerra de guerrilhas adotada por grupos armados como uma tática para destruir o governo rebelde instalado na ilha após a referida data.

De antemão, destacamos a importância histórica da guerra de guerrilhas na história cubana. Utilizando a narrativa feita por Richard Gott em seu texto *Cuba: uma perspectiva*, observamos que o emprego de tal tática remonta ao século XIX e às lutas pela independência da ilha em relação à metrópole espanhola. Também durante o século XX, em alguns momentos de revoltas populares, o deslocamento de grupos insurretos às regiões mais isoladas do país e o emprego da luta armada por eles contra a ordem instituída, foi um fato

característico. Contudo, o movimento que de fato balizou a guerra de guerrilhas foi aquele liderado por Fidel Castro e pelo Movimento 26 de Julho em sua atuação na região da *Sierra Maestra*. Este evento, juntamente com a atuação de outras frentes de batalha contra a ditadura de Fulgêncio Batista (1952-1958), foram os motivos da queda daquele ditador e da vitória da Revolução.

Para a nossa análise, partimos da ideia de que um processo como aquele, cuja previsão de reformas afetava diretamente à ordem estabelecida política, social e economicamente, não iria se desenvolver sem a formação de uma oposição, a qual, em quase todos os momentos dessa história, teve por objetivo retomar o *status quo* característico da sociedade cubana que precedeu 1959.

No caso específico dos grupos armados opositores que adotaram a guerra de guerrilhas contra a Revolução, percebemos, contudo, a heterogeneidade daqueles que participaram de tal empreitada. Destacamos, com isso, a impossibilidade de elencar os motivos que levaram àqueles homens a pegaram em armas para combater a Revolução na medida em que a composição dos grupos, que ficaram conhecidos como alçados, bandidos¹ ou bandas contrarrevolucionárias, era enormemente variada e incluía apoiadores da ditadura de Batista que fugiram para as áreas montanhosas da ilha a fim de escaparem dos fuzilamentos previstos nas leis revolucionárias, pequenos camponeses, ex-membros de movimentos que apoiaram a Revolução, incluindo alguns do Movimento 26 de Julho.

Essas bandas começaram a atuar na ilha logo após o triunfo da Revolução. De acordo com Carlos Franqui, a luta empreendida por esses grupos se pautava na oposição à influência comunista na Revolução, ao militarismo crescente dentro do Estado Rebelde e também ao aumento da repressão dentro de Cuba (FRANQUI, 1981, p. 132). Porém, pela análise de outros textos sobre o tema, como Medina (2006); Vásquez & Ocegüera (2008); Núñez Jiménez (1998), não foi possível definir claramente se existiu uma motivação principal ou um projeto político estruturado desses insurgentes, se é que em algum momento as inúmeras bandas que existiram estiveram de acordo quanto ao encaminhamento político a ser dado caso conseguissem alcançar seus objetivos.

Segundo Vázquez & Ocegüera, as bandas não surgiram como um movimento autóctone com um programa político estruturado e a partir daí decidiram pegar em armas para

¹ De acordo com Enrique Encinosa (1995, p. 42), o adjetivo “bandido” não era justo, pois na concepção do autor esse termo definia homens fora da lei, geralmente carentes de motivação política, impulsionados pelo lucro, agrupados em bandas criminosas e carentes de mando militar. Para esse texto, optamos por não utilizar essa designação, pois a consideramos controversa e certamente a mesma fora utilizada com forte conotação política.

recuperar o poder perdido, mas sim significaram o desencadeamento de um enfrentamento exacerbado por uma opção agressiva e hostil contra a Revolução apoiada pelos Estados Unidos. Em contraposição a perspectiva dos autores cubanos, Enrique Encinosa apontou que o surgimento das bandas foi uma reação aos fuzilamentos, a crescente repressão do governo, a destruição sistemática e gradual das instituições estabelecidas e a paralela socialização do país. Além disso, o autor destacou que os alçados representaram uma força de oposição política ao regime, o que vai contra a definição de Vázquez & Ocegüera. Desta forma, Enrique Encinosa ressaltou que a orientação desses grupos alçados se pautava em uma “ideología basada en conceptos martinianos, justicia social, sufragio, y una posición visceralmente anti-comunista.” (ENCINOSA, 1995, p. 42).²

De acordo com o cubano Jesus Arboleya, a base de apoio interno dos alçados era o setor da média burguesia agrária. Na medida em que elementos da própria região em que se desenvolvia a banda se incorporavam a ela, os familiares daqueles também atuavam, contribuindo para a ampliação territorial e em número de membros (ARBOLEYA, 2000, p. 120). Acreditamos também que camponeses mais pobres aderiram a essa forma de luta como uma reação a implantação das *Tiendas del pueblo*,³ as quais provocaram um desencantamento com a lei de Reforma Agrária naqueles que esperavam se tornar proprietários de terras e não associados de cooperativas.

A respeito da questão em pauta e na medida em que as ações dos alçados se desenvolveram com mais veemência, Fidel Castro, por meio de seus discursos públicos, representou esses grupos a partir de uma perspectiva transversal à designação de todas as formas de oposição armada ao regime. Observamos que o líder cubano subordinava essas bandas aos “interesses estrangeiros,” numa clara referência a ligação que existiu entre os grupos e o governo estadunidense com seus órgãos de inteligência e vigilância.

Han estado tratando de promover guerrillas de ex militares o de desertores, o de traidores a la Revolución para crear focos de contrarrevolucionarios que faciliten las actividades de los extranjeros que hoy dirigen todas estas actividades contra nuestro país.⁴

A acusação de Castro de que existia a intenção da Casa Branca em apoiar aquele movimento não é infundada. De fato, o Pentágono dava apoio logístico às bandas por meio do

² Apesar do que Encinosa destacou, não encontramos em nossas pesquisas os citados documentos ou outros autores que escreveram sobre eles.

³ “Tienda del Pueblo” é a designação das grandes propriedades voltadas à pecuária expropriadas pela Reforma Agrária e que foram transformadas em cooperativas.

⁴ Discurso de Fidel Castro em 8 de Setembro de 1960 pronunciado no *Congreso de la Federación Nacional de Obreros del Calzado*, na sede da CTC.

envio de armas e outros suplementos bélicos a partir da violação do espaço aéreo cubano e a tentativa de lançar esses equipamentos desde os aviões em lugares acessíveis aos insurgentes.

Entretanto, não é correto afirmar que isso se aplica a todos os grupos por considerarmos que devido a quantidade e a extensão temporal de atuação dos alçados, seria improvável que os Estados Unidos tivessem dado suporte a todos alçados. Suárez, ao se referir às bandas escreveu,

En esta política, los servicios de subversión y espionaje norte-americanos les dedicaron una atención priorizada a los alzamientos a través de organizaciones contrarrevolucionarias de diversa procedencia, pero siempre vinculadas al alto clero, a la burguesía nacional desplazada del poder y a ex militares y antiguos miembros de partidos políticos que, en la época de la tiranía, representaban a las clases más ricas de la sociedad cubana. (SUAREZ, 2008, p. 199)

Na passagem destacamos a atenção dada aos alçamentos pelas organizações contrarrevolucionárias.⁵ Além do autor, também Enrique Encinosa e Pedro Vázquez & Santiago Ocegüera, comentaram que as unidades comando como o Resgate, o MRP e o MRR deram apoio interno às bandas com ajuda financeira e material.

As ações dos alçados começaram naquele primeiro ano, porém foi em 1960 que os mesmos conseguiram se estruturar com mais precisão logística e técnica. Cada organização se compartimentava provincialmente e era guiada por um líder. Suas atividades consistiam em ataques a pequenos postos das milícias e a milicianos isolados para apropriar-se de armas. Também concentravam seus esforços em sabotagens a alvos econômicos com a efetuação de incêndios a canaviais e pequenos estabelecimentos. Além disso, os “alçados” eram grupos irregulares, muitos deles tinham um caráter nômade e cuja capacidade de mobilidade estava relacionada ao grau de organização, de suporte e da quantidade de equipamentos que possuíam. Enrique Encinosa destacou que a zona mais fértil para a insurreição foi a província de Las Villas, na medida em que a II Frente Nacional de Escambray estava localizada nessa região e ademais, como apontou o autor, a província tinha muitos agricultores que foram prejudicados com a lei da Reforma Agrária e que por isso apoiaram os insurretos na luta contra a Revolução.

⁵ Organizações contrarrevolucionárias ou operações comando se referem a grupos armados localizados fora de Cuba que realizavam ações clandestinas contra a ilha, dentre as quais, a queima de canaviais, o bombardeio de alvos dentro da ilha, a violação do espaço aéreo e marítimo cubano.

II Frente Nacional de Escambray

A II Frente Nacional de Escambray se converteu no principal foco guerrilheiro, apesar de que os movimentos que adotaram essa forma de luta e levaram a insígnia de banda contrarrevolucionária estarem presentes em toda a ilha. A origem da II Frente remonta ao ano de 1957 pela iniciativa de Eloy Gutiérrez Menoyo. Eloy era membro do Diretório Revolucionário, braço armado do movimento de resistência estudantil da Universidade de Havana.⁶ Após o fracasso do assalto ao Palácio Presidencial de 13 de Março de 1957, os líderes estudantis sobreviventes liderados por Faure Chomón⁷ e Rolando Cubela⁸ se dirigiram para as montanhas de Escambray e formaram uma frente de luta aplicando a guerra de guerrilhas. Menoyo se separou dos demais e formou uma segunda frente. Apesar de Eloy não haver participado do assalto ao quartel, optou por se dirigir a Escambray devido ao aumento da repressão e perseguição em Havana. Desde esse momento, já identificamos uma diferença entre os líderes estudantis, pois, enquanto Chomón e Cubela buscaram apoio no movimento aliado – o M-26-7, – Menoyo optou por formar uma nova frente de luta e se desvincular do Diretório. Junto com ele estava o estadunidense William Morgan, que participou da fundação da Frente e esteve ao lado de Eloy quando este rompeu oficialmente com a Revolução.

Assim como os combatentes do M-26-7 que atuavam na *Sierra Maestra*, em Escambray havia um acampamento que servia de suporte ao desenvolvimento da guerra de guerrilhas na região. Após a queda de Batista, a Frente prestou serviços à Revolução na província de Las Villas. É importante destacar que aquele grupo não se colocou em oposição ao governo revolucionário logo após o triunfo de 1959. Inclusive na conjuntura da *Conspiración Trujullista*⁹ de Agosto daquele ano, foi Eloy G. Menoyo quem avisou ao governo da expedição, na medida em que os conspiradores haviam feito contatos prévios com a Frente em busca de apoio interno. (VILABOY & GALLARDO, 2008, p. 53) O rompimento da II

⁶ O Diretório iniciou suas atividades contra a ditadura como um grupo independente. Logo que o Movimento 26 de Julho começou a atuar na guerrilha na Sierra Maestra, os dois movimentos se aproximaram e assinaram acordos de ajuda mútua. José Antonio Echeverría era o principal líder do DR na época. Após sua morte, em 1957, outros líderes estudantis surgiram e mantiveram a aliança com o M-26 continuou existindo após a vitória rebelde.

⁷ Chomón foi dirigente estudantil da FEU e do Diretório Revolucionário. Em Escambray deu apoio às tropas de Che e Camilo quando essas estavam avançando para chegar em Havana no final de 1959. Após o triunfo revolucionário recebeu o grau de comandante das forças armadas.

⁸ Cubela teve uma trajetória muito próxima a de Chomón. Também foi diretor do Diretório Revolucionário na luta contra Batista e estava em Escambray dando apoio ao M-26-7. Em 1959 foi eleito presidente da FEU. Em 1966 foi condenado a 30 anos de prisão acusado de participar de uma tentativa de assassinato contra Fidel Castro. Em 1979 foi posto em liberdade e se exilou na Espanha.

⁹ Tentativa de invasão à ilha que partiu da República Dominicana e foi organizada por aliados de Batista.

Frente com a Revolução aconteceu no final de 1960. Fidel provavelmente se referia a Eloy quando pronunciou o discurso abaixo,

Resultaba que allí había dos ex casquitos y un ex teniente, es decir, un ex teniente rebelde. ¿Cómo era posible que se llevara a un hombre a la confusión semejante de ir a reunirse con dos ex soldados de la tiranía para intentar la cosa más absurda del mundo: la de promover guerrillas contra el Gobierno Revolucionario?¹⁰

Núñez Jiménez comentou que com o rompimento da Frente, o cenário das montanhas se converteu em guarida contrarrevolucionária. (NÚÑEZ JIMÉNEZ , 1998, p. 33). A II Frente serviu como exemplo às demais bandas organizadas no país que passaram a fazer oposição à Revolução. Enrique Encinosa destacou que o motivo pelo qual a Frente e Menoyo tomaram esse posicionamento está ligado à exclusão de seus membros de participação política no novo governo. Carlos Franqui compartilha dessa mesma opinião ao ressaltar que a oposição da Frente à Revolução se deveu à desconsideração, por parte dos revolucionários da *Sierra Maestra*, quanto à importância que teve aquela organização durante o período insurrecional. Assim, de acordo com o autor, no entendimento dos militantes da Frente, os revolucionários do M-26 não consideraram o efetivo papel que aquele grupo teve na derrocada do regime de Batista e por isso não deram a eles espaço na nova configuração política.

As motivações levantadas por esses autores são entendíveis dentro daquele contexto, porém cabe dizer que, para os novos dirigentes, a ampliação do número de pessoas que pudessem concorrer ao poder poderia significar o choque de alguns diferentes interesses, uma situação que deveria ser evitada. Possivelmente, o nome de Menoyo e a II Frente foram considerados como mais uma dessas forças. Também é importante destacar que a Frente não teve contatos próximos com a coalizão encabeçada pelo M-26-7 na época insurrecional, o que aponta para mais uma motivação da “exclusão” desse grupo dentro das fileiras do governo rebelde.

Além disso, a II Frente não admitia comunistas nos seus quadros, e o discurso oficial do governo revolucionário pretendia abarcar todas as tendências e correntes ideológicas, argumentando que a união de toda sociedade era imprescindível para a vitória da Revolução.

¹⁰ Discurso de Fidel Castro em 8 de Setembro de 1960 pronunciado no *Congreso de la Federación Nacional de Obreros del Calzado*, na sede da CTC.

Se considerarmos os rumores iniciais de penetração comunista no governo, e a posterior aproximação de Cuba com a URSS, é entendível a posição tomada pelo grupo de Menoyo.¹¹

Combate aos insurgentes

Como destacamos acima, a principal característica da representação sobre os insurgentes é a relação estabelecida entre sua atividade e a invasão armada que estava sendo preparada pela CIA e pelo Departamento de Estado dos EUA. De acordo com Fidel, os alçados estavam esperando a invasão para que ela servisse como apoio a expansão da guerra de guerrilhas interna. A incidência desse tema dentro do discurso corresponde ao período da *Limpia de Escambray*, no começo de 1961.

Y sobre todos ellos, sobre todos ellos, que esperaban a los invasores extranjeros, caerá una persecución tan tenaz e implacable como nunca se la pudieron imaginar, y sobre ellos caerá el peso de la fuerza de la Revolución, y sobre ellos caerán las unidades de combatientes revolucionarios, a enseñarles una vez más la lección inolvidable que se han llevado y se llevarán los traidores, los esbirros y los verdugos, sin que los puedan salvar los mercenarios que esperaban, sin que los pueda salvar el imperialismo, sin que los puedan salvar sus amos, sin que los pueda salvar absolutamente nada, ¡porque han cometido el crimen que un pueblo indignado sabrá castigar!¹²

A ofensiva conhecida como *Primera limpia* ou *Operación Jaula* foi marcada pela mobilização do governo revolucionário e das milícias a fim de destruírem os focos de resistência na província de *Las Villas*. Considerando a organização dos planos e treinamentos para a invasão estrangeira, a existência de grupos armados no interior da ilha poderia causar ainda mais estragos e dificuldades caso o governo tivesse que coordenar esforços para combater duas frentes de luta ao mesmo tempo.

Desta forma, o governo rebelde iniciou uma ação ofensiva em Janeiro de 1961 com o fechamento das entradas e saídas dos caminhos que levavam até as partes mais montanhosas da região. Além disso, as forças governamentais contavam com superioridade bélica e numérica. A mobilização do efetivo pró-revolução chegou a contar 60.000 cubanos de acordo com dados de Suárez. O resultado da *Limpia* foi o desmantelamento dos grupos localizados em Escambray em Março de 1961. Contudo, essas organizações não demoraram a se reagruparem novamente, e suas ações aumentaram após o fracasso da invasão em *Playa Girón*.

¹¹ Eloy ficou em Cuba até Janeiro de 1962. Após essa data se dirigiu para os Estados Unidos. Em 1965 desembarcou em Baracoa a fim de formar uma nova guerrilha, mas foi capturado pelas tropas rebeldes. Julgado por um tribunal militar, Menoyo cumpriu 22 anos de prisão em Cuba.

¹² Discurso de Fidel Castro em 23 de Janeiro de 1961 pronunciado na graduação dos *Maestros Voluntarios*, efetuado no Teatro da CTC.

Naquela época, Fidel acusou a Washington de ter deixado as bandas sem auxílio no momento em que estavam sendo dizimadas. Os discursos do Castro se converteram em questionamentos e acusações acerca da validade de contar com o Pentágono como uma força capaz de responder efetivamente as necessidades da luta empreendida dentro de Cuba. Essa afirmação pode ser comprovada quando Fidel falou não somente da recusa em ajudar os alçados no momento da *Primera Limpia*, mas também nos erros estratégicos no envio de armas, as quais ficavam muitas vezes em posse do governo revolucionário, e nas dificuldades de criar coesão nas ações entre as organizações armadas e os alçados.¹³

Si el Servicio Central de Inteligencia y los cómplices que han puesto ahí, como supuestos jefes, se equivocaron, y prematuramente lanzaron a la aventura de organizar bandas contrarrevolucionarias a los suyos, estaban en la obligación de apoyarlos y reforzarlos. Es verdaderamente absurdo, y es verdaderamente impúdico y cobarde, que lo que hayan hecho en esas circunstancias es ordenar la formación de nuevas bandas, mientras tienen miles de mercenarios entrenados y armados desde hace meses.

(...) Ahora, lo que cabe es preguntar una cosa: ¿por qué han permitido que exterminemos a sus bandas, sin reforzarlas?; ¿por qué no han venido?; ¿qué hacen con miles de hombres entrenados y armados en las bases extranjeras? Cruzados de brazos, mientras les exterminábamos a su propia gente. ¿Qué es lo que le van a decir ahora a nadie, para conducirlo a la aventura de los alzamientos? Y en fin de cuentas, ¿qué esperan? ¿Por qué no vinieron cuando tenían que venir?¹⁴

Posteriormente, Fidel Castro advertiu que as forças estadunidenses não vieram naquele momento, pois, possivelmente, ainda não estavam preparadas. O interessante é observar que a invasão a qual fora feita referência aconteceu dois meses depois desse discurso, num momento em que as principais bandas estavam desmembradas ou desorganizadas e, devido a isso, não prestaram qualquer ajuda quando aconteceu o desembarque.¹⁵

Vázquez & Ocegüera destacaram que a *Limpia* marcou o início do que chamaram de segunda etapa da insurgência. A primeira foi caracterizada pelo deslocamento dos antigos aliados da ditadura para as zonas rurais com a consequente organização de grupos armados. A segunda etapa correspondeu a *I Limpia* e foi marcada pela aproximação de alguns desses grupos com a CIA.¹⁶ O padrão militar adotado pelos alçados era muito próximo ao do

¹³ Enrique Encina destacou em seu texto que os alçados receberam apoio de alguns grupos comando, como o MRR, o Resgate e a FAL.

¹⁴ Discurso de Fidel Castro em 4 de Março de 1961 pronunciado Primeiro Aniversário da Sabotagem ao Vapor “La Coubre”, no *Muelle de la Pan American Docks*.

¹⁵ “A principios de Abril de 1961 las bandas con que contaba la CIA para apoyar la invasión militar en esa región habían sido reducidas a la mínima expresión y los pocos alzados que habían logrado escapar se encontraban dispersos y sin beligerancia.” (Vázquez & Ocegüera, 2008, p. 27).

¹⁶ Os autores dividem a história das bandas em três períodos: o primeiro que transcorreu desde o verão de 1960 até 19 de Abril de 1961, com a derrota da Brigada 2506; o segundo que abarcou a *Operación Mangosta* e foi de

Exército Rebelde nos tempos da *Sierra Maestra*. Esse fator foi essencial no enfrentamento entre eles, na medida em que, taticamente, o governo revolucionário pôde atuar com mais precisão no momento do combate. Na perspectiva de Fidel Castro, o erro das bandas consistia exatamente na tática escolhida para combater a Revolução.

¿En qué error han caído esas bandas, esos instrumentos del imperialismo; en qué ilusión han caído? En creer que se puede aplicar para la contrarrevolución los mismos métodos que empleó la Revolución. Es decir que la Revolución ideó su táctica y, efectivamente, descubrió una gran táctica revolucionaria, táctica revolucionaria que no dudamos que otros pueblos la utilicen también algún día para liberarse del yugo imperialista y de la explotación.¹⁷

Porém, devido ao fato desses grupos estarem dispersos em todo território, a *Lucha contra bandidos*,¹⁸ só acabou no ano 1965, quando o governo conseguiu dismantelar todas as frentes. A eliminação dos alçados coube às Milícias Nacionais Revolucionarias (MNR) campesinas, principalmente, mas também às milícias obreiras.¹⁹

A estrutura das bandas, de modo geral, era bem precária e poucos eram os grupos que contavam com um efetivo militar significativo, sendo que grande parte deles possuía meia dúzia de homens mal armados. Além disso, a comunicação também era deficiente, como destacou Encinosa:

O sistema de comunicação da guerrilha era primitivo. Mensageiros a pé ou a cavalo tinham que levar uma mensagem a uma cidade em Las Villas, a partir de onde a mensagem ia para Havana através de um correio clandestino, de carro ou ônibus. Em Havana, um operador de rádio chamado "Augusto," (a.k.a. Ramon Ruiz Sanchez), transmitia a mensagem a um operador da CIA em Miami. (ENCINOSA, 2004, p. 25)

A perspectiva de Enrique Encinosa merece destaque por ser conflitante com outras obras que versam sobre o assunto. Escreveu o autor que a partir da Assembleia dos Alçados, ocorrida em 15 e 16 de Julho de 1961, os insurgentes optaram pelo rompimento com a CIA e

Novembro de 1961 até Janeiro de 1963; e o terceiro que foi desde 1963 até Julho de 1965, quando os últimos focos de resistência foram finalmente derrotados.

¹⁷Discurso de Fidel Castro em 28 de Janeiro de 1961 pronunciado na cidade escolar "Abel Santamaría," onde antes era o quartel militar "Leoncio Vidal," na Cidade de Santa Clara.

¹⁸"Lucha contra bandidos" é a designação das mobilizações do governo revolucionário para acabar com as bandas. Essa definição foi usada a partir de 1962, mas não apareceu nos discursos de Fidel.

¹⁹Suárez (2008, p. 201) destacou outras forças que auxiliaram no combate as bandas, dentre elas a *Policía Nacional Revolucionaria* (PNR), *Policía Rural Revolucionaria* (PRR) e os *Batallones del Ministerio del Interior* (MININT), sendo este responsável pelos serviços de contra-inteligência. Núñez Jiménez (1998, p. 138) ao comentar sobre a mobilização do Estado no combate às bandas, destacou que o uso do Exército não era propício para aquela situação, na medida em que o emprego dessa força deveria ser feita em situações que realmente justificassem seu uso, como fora o caso da invasão na Baía dos Porcos. Esse é um fato a se pensar na medida em que o governo rebelde não mobilizou o exército para derrotar os alçados, o que pode levar ao questionamento quanto a real força que esses grupos tinham dentro da ilha.

com os outros movimentos clandestinos (ENCINOSA, 1995, p. 104). Apesar de até agora não se ter conseguido obter informações mais profícuas sobre a veracidade desses fatos, parece-nos estranho que os alçados tenham permanecido com um poder combativo por um tempo significativo sem a ajuda das operações comando e dos Estados Unidos.

Em Novembro de 1961 foi sancionada a *Ley 988*, a qual previa a “pena de muerte a quienes realicen actos contrarrevolucionarios en contra de la seguridad de los poderes del Estados.” (BELL; LÓPEZ & CARAM, 2007, p. 64.). Após a promulgação dessa lei, o governo deu inicio a *Segunda Limpia de Escambray*. Essa iniciativa também não foi suficiente para eliminar todos os focos guerrilheiros. Em 3 de julho de 1962, o comandante do exército rebelde Juan Almeida anunciou a criação das unidades especiais de *Lucha contra Bandidos (LCB)*. Daí advém à representação daquelas bandas como “bandidos.” E no final daquele ano os batalhões da LCB começaram a atuar.

O ano de 1963 ficou conhecido como “año del cuero duro” dado os constantes e violentos embates internos travados entre as forças do governo e as bandas. Nessa época, os grupos organizados na província de Havana, de Matanzas e algumas outras, haviam sido finalmente eliminados. O último foco de resistência foi Escambray (ENCINOSA, 1995, p. 163). Entre dezembro de 1962 e princípios de 1963, as bandas prepararam o que chamaram de “La ofensiva,” um incremento de atividades contra alvos civis. Devido a isso, Escalante Font destacou que no primeiro semestre de 1963 se desenvolveram na região de Escambray por volta de 90 combates. E a partir de 1964, o grupo que havia ali já estava muito reduzido (HERNÁNDEZ, 2008, p. 24).

Depois de 1963, internamente, o cenário pode ser descrito por uma relativa tranquilidade (se comparado com os quatro anos anteriores), quando as agressões clandestinas e estrangeiras diminuíram significativamente e as atenções de Washington começavam a se concentrar no conflito do Vietnã. Isso deu à Revolução um espaço para se organizar política e administrativamente, momento semelhante somente ao vivido no começo de 1959. Assim, o governo revolucionário pôde se concentrar na eliminação dos focos de resistência internos, numa ofensiva ainda mais agressiva, porém, só conseguindo extinguir as bandas em 1965.

No mínimo é curiosa a duração desses longos anos para eliminar os alçados que estavam em um número reduzido, supostamente sem ajuda externa e enfrentando uma milícia a qual se estimava contar com mais de 200 mil homens, sendo que um bom número desse efetivo estava nas *Sierras*.

Para o sociólogo cubano Aroldo Dilla Alfonso, o desaparecimento das bandas esteve mais relacionado à perda de sua base social interna do que a falta de apoio dos Estados Unidos ou da campanha militar feita pelo governo revolucionário (ALFONSO, 2003). Com isso, o autor, de forma diferenciada de outros escritores cubanos, localizou o fracasso das bandas a partir do desmantelamento de estruturas sociais internas com a migração da chamada “base social” que mantinha os alçados. Em nossa perspectiva, é inevitável negar, porém, que o governo revolucionário sempre se mobilizou para acabar com os focos guerrilheiros contrarrevolucionários, tanto que para isso criou batalhões especiais para lutar contra eles.

Referencias

ARBOLEYA, Jesus. *La contrarrevolucion cubana*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2000.

BELL, José; LÓPEZ, Delia Luisa & CARAM, Tania. *Documentos de la Revolución Cubana*, 1961. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2007.

CASTRO, Fidel. *Discursos. 1959 – 1962*, Cuba. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/index.html#f281106>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

ENCIONSA, Enrique. *Cuba en guerra: historia de la operación anti-castrista*. The endowment for Cuban American Studies of the Cuban American National Foundation. 1995.

Font, Fabián Escalante. *Operación Exterminio: 50 años de agresiones contra Cuba*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2010.

FRANQUI, Carlos. *Retrato de família com Fidel*. Fidel Castro visto por um ex-íntimo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MEDINA, René Cárdenas. *Religión, producción de sentido y revolución*. Revista Temas: La habana, nº 4, 1995.

NÚÑEZ JIMÉNEZ, Antonio. *En marcha con Fidel*, 1961. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2003.

SUÁREZ, Aníbal Velaz. La lucha contra bandidos. In Ozacki, Enrique Oltuski; Llompart, Héctor Rodríguez; Torres-Cuevas, Eduardo (Organizadores). *Memorias de la Revolución II*. La Habana: Imagem Contemporanea, 2008.

VÁZQUEZ, Pedro Etcheverry; Ocegüera, Santiago Gutiérrez. *Bandidismo: derrota de la CIA en Cuba*. Editorial Capitán San Luis: La Habana, 2008.

VILABOY, Sergio Guerra; Gallardo, Alejo Maldonado. *Breve historia de la Revolución Cubana*. 2008.

Sinais de novos tempos: tradição e modernidade nas Minas Gerais na crise do Antigo Regime

Ana Tereza Landolfi Toledo

Mestre

landolfiat@gmail.com.br

RESUMO: Analisar-se-á o período de crise do Antigo Regime português percebendo este contexto como um período de transição política. Para tal, buscamos perceber como as manobras políticas da época possibilitaram a amálgama de um novo arcabouço político com antigas práticas políticas ligadas ao absolutismo. Assim, nosso intuito aqui é perceber justamente como o “novo” e o “tradicional” se mesclavam. Dada à complexidade do Império Luso-brasileiro, optamos por focar o universo político mineiro por acreditarmos ter sido uma localidade onde tiveram frutíferos debates sobre o rumo que o Brasil deveria tomar frente à crise política e a possibilidade de tornar-se independente.

PALAVRAS-CHAVE: Império Luso-Brasileiro, crise, Antigo Regime, Minas Gerais.

RESUMEN: Analizaremos el período de crisis del Antiguo Régimen portugués como un período de transición política. Así, buscamos percibir como las manobras políticas de la época posibilitaran la mezcla de una nueva manera de pensar la política, es decir, como una política con rasgos tradicionales ligados al Antiguo Régimen. Nuestro objetivo es ver justamente como el “nuevo” y el “tradicional” se relacionan. Debido a la complejidad del Imperio Luso-brasileño, optamos por enfocarnos en el universo político de la Provincia de Minas Gerais, pues creemos que fue una localidad donde existirán fructíferos debates sobre el rumbo que Brasil debería seguir frente a la crisis política e incluso la posibilidad de proclamarse independiente.

PALABRAS-CLAVE: Imperio Luso-Brasileño, crisis, Antiguo Régimen, Minas Gerais.

Os acontecimentos do final do século XVIII assinalavam para transformações que abalariam os sustentáculos da então ordem vigente no mundo ocidental. Atos transgressores eram vivenciados por indivíduos que aspiravam por mudanças, a exemplo da independência das treze colônias seguida da revolução francesa. Através de suas experiências vislumbraram que uma outra forma de organização política, econômica e social era possível.

No caso europeu, o Antigo Regime era posto em xeque e os ideais da revolução ultrapassam as fronteiras de onde foram gestados. O clamor por uma maior liberdade do indivíduo acompanhada pela limitação de poder e uma discussão “racionalizada” de política nos círculos intelectuais – saídos da esfera privada para a esfera pública, davam fôlego as novas aspirações. Nada, nenhum território, estava imune a onda revolucionária que se propagava, tampouco os territórios coloniais ibero-americanos.

As invasões napoleônicas, no início do século XIX, sacudiriam os sustentáculos das monarquias absolutistas, proporcionando um rearranjo ainda não visto; a “vacância de poder” com a abdicação de Fernando VII do trono espanhol e o traslado da família real portuguesa para sua colônia na América. Tal conjuntura, para Portugal e Espanha, possibilitará mudanças em seus respectivos territórios coloniais, como, grosso modo, um redimensionamento político das elites locais que, de modo distinto na colônia espanhola ou portuguesa, contribuiu para o processo de independência.

Contudo, o nosso intuito aqui é perceber este contexto como um período de transição política, especialmente no Império Luso-brasileiro, onde as práticas tidas como liberais se mesclavam no fazer político da época com o tradicional, muito ligado ao Antigo Regime. Sabendo da complexidade contida nos limites do Império Luso-brasileiro, optamos por trabalhar com a província de Minas Gerais por nos parecer um importante núcleo político, onde os acirramentos dos debates da época fora bastante significativos dentro dos projetos para o Brasil que estavam em discussão. Importante pontuar que este estudo está em sua fase inicial e, portanto, apresenta-se como um objeto de estudo em construção.

A chegada da família real portuguesa, em 1808, a assinatura dos tratados com a Inglaterra, no ano de 1810, a elevação à Reino Unido de Portugal- Brasil e Algarves; em 1815, e a aclamação de D. João VI como Rei em solo brasileiro; em 1818, elementos que alçaram o Brasil a posição de maior destaque político entre as possessões portuguesas. Além de redefinirem a governabilidade no Império Luso-Brasileiro, propiciando o desenvolvimento de mudanças no âmbito espacial, demográfico, econômico e político, acompanhados da paulatina mudança das hierarquias locais então estabelecidas.

O entusiasmo vivenciado na América era contrastado pelo dissabor dos que estavam em Portugal, que se sentiam “lesados” com a permanência do Rei no Brasil sem uma justificativa aparente para tal, pois o contexto era distinto do momento da partida da Corte para a América, uma vez que Napoleão já havia caído em 1815 e não representava qualquer ameaça à autonomia do Império e, principalmente, à soberania do Rei.

Insatisfeitos, os portugueses disseminavam pelas ruas de Lisboa que Portugal havia se convertido em “colônia da colônia”, denunciavam uma espécie de inversão de poder após a corte partir para o Brasil, onde Portugal ficava submetido aos mandos vindos de um território colonial. Pelas ruas lisboetas, no ano de 1817, eclodia uma conspiração de cunho liberal, que previa o afastamento da tutela inglesa do território e a “redenção” dos portugueses por meio da instituição de um governo liberal – movimento que foi abafado e controlado.

A partir de então o coro cada vez mais se reforçava clamando pela volta do soberano a Portugal. O retorno do Monarca, para os portugueses, simbolizava a esperança de salvação lusa frente ao contexto difícil de crise enfrentado e a possibilidade da correção das injustiças feitas, segundo estes, contra os súditos da ex-metrópole depois da instalação da corte no Rio de Janeiro.

Não tardou muito em eclodir o que ficou conhecido como a Regeneração Vintista, em 1820, que tinha como objetivo principal a substituição das práticas políticas típicas do Antigo Regime pelas medidas liberais, submetendo o Rei a uma Constituição, convertendo o Império português em uma Monarquia Constitucional. Portanto um movimento constitucionalista. Processo que desencadeou a formação das Juntas governativas com o intuito de conciliar grupos ligados aos setores mais tradicionais com as alas progressistas ligadas ao movimento revolucionário. Propunham também a convocação das Cortes Constitucionais em Lisboa, na qual seus delegados teriam como atribuição redigir uma Constituição, conjuntamente, exigiam a volta imediata de d. João VI e o juramento do Rei as Bases Constitucionais inspiradas no modelo espanhol. Tais movimentos proporcionaram a partida de d. João VI para Lisboa, em abril de 1821, deixando como regente seu filho; o príncipe herdeiro Pedro de Alcântara, que naquele momento passava a representar a autoridade Real no Reino do Brasil.

Fatores que assinalavam a crise do Antigo Regime português e manifestaram, também, a introdução de outras linguagens e atuações políticas.

Como analisam os historiadores Guilherme e Lúcia Neves,

Esse equilíbrio precário rompeu-se na segunda metade de 1820. Em agosto, o movimento liberal do Porto deu início ao processo de substituição de mitos e representações mágicas das monarquias tradicionais por outras linguagens políticas, herdeiras dos princípios de 1789, em que a palavra constituição servia de conceito central (NEVES; NEVES, 2008, p. 43).

A crise política no Império luso-brasileiro e o diálogo travado nas Cortes de Lisboa acabavam por aprofundar o abismo que se criou entre os interesses de brasileiros e portugueses, principalmente com a chegada de um comunicado expedido pelas Cortes, no início de 1822, exigindo o regresso do príncipe regente em sessenta dias, pela desnecessária presença do mesmo no Rio de Janeiro. Para as Cortes, os poderes executivo, legislativo e judiciário deveriam concentrar em Lisboa, justificando a decisão do regresso do príncipe regente. Decisão que, segundo parte da elite política no Brasil; principalmente do Rio de

Janeiro, feria os privilégios alcançados ao longo da permanência de d. João VI no Brasil²⁰.

Chegava de Lisboa em 29 de setembro de 1821 uma ordem expedida pelas Cortes que extinguíam tribunais, desvinculavam os governos das províncias do Rio de Janeiro, determinavam a direção das juntas pelos governos de armas e sua submissão a assembleia, ordenando o regresso do príncipe a Portugal²¹. Por um lado, diante dos comunicados que chegavam desde Lisboa, as elites principalmente do sudeste viam sua autonomia ameaçada pelas Cortes e passavam, segundo Souza, “a discutir intensamente o contrato social a ser instalado no Brasil que o tornasse e erigisse em um corpo político autônomo” (SOUZA, 1998, p.10). Tais atitudes que acabavam por promover um maior alinhamento entre as elites das diferentes partes do território do Brasil, a fim de fazer frente aos “abusivos” discursos dos deputados portugueses.

Diante deste panorama, é notório que as elites políticas locais não ficaram imunes aos debates políticos travados no presente contexto e foram importantes para os debates políticos seja a favor do constitucionalismo das Cortes ou pela permanência do príncipe regente no Brasil. Neste sentido, as Câmaras se tornavam uma arena política, local onde eram discutidas uma gama de novos conceitos políticos e “cimentavam e instrumentalizavam uma interpretação liberal e/ou constitucional do contrato social” (SOUZA, 1998).

Os camarários de Sabará expressavam consternação ao denunciar o tom abusivo das Cortes de Lisboa, por parte dos deputados portugueses, acusando-os de tentarem cercear os privilégios alcançados por um território que não era mais colônia e que não devia ser concebido como tal. Acreditavam que os ideais liberais estavam confiados na figura de d. Pedro e por essa razão demonstravam o apoio ao príncipe regente que, para estes homens bons, sabia reconhecer a importância da terra que o acolhia em detrimento dos “alterados” discursos portugueses referentes aos assuntos do Brasil nas Cortes. Para aqueles homens bons a autonomia do Brasil na figura do príncipe regente e, portanto apoiavam a sua permanência

²⁰ Lembrando que o Brasil na condição de cabeça do Império experimentava um incremento econômico e fortalecimento político local nunca visto, com a concessão de inúmeras honrarias e mercês dadas por d. João VI aos nativos. Estabelecia-se como um novo centro político, administrativo e econômico, provocando, em certa medida, um redimensionamento dentro do Império luso. Instituições semelhantes aos órgãos da ex-Metrópole, como o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço (órgão ligado aos despachos do Rei) e a Mesa da Consciência e Ordens (relativo aos assuntos religiosos) eram instituídos no Rio de Janeiro. Houve, também, instalações de órgãos relativos ao judiciário, por exemplo, o funcionamento da Casa de Suplicação no Rio de Janeiro, uma espécie de tribunal superior de Justiça que tinha por objetivo deliberar os pleitos em última instância, bem como a Real Junta do Comércio e Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos. Sinais da posição privilegiada adquirida do Brasil dentro do Império Luso.

²¹ Pressão das Cortes possibilitou movimentos a favor da permanência do d. Pedro no Brasil, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

no Brasil, indo de encontro à deliberação das Cortes.

Interessante perceber nos discursos nas Câmaras à importância dada ao apoio a figura de d. Pedro frente ao contexto e a necessidade de fazê-lo publicamente, tendo a dimensão do valor que era compor a base de apoio do príncipe regente em um período de transição e intenso debate político, delineado pelo vislumbamento de novos rumos.

A reorganização política vista no Império Luso-brasileiro proporcionada pelas Cortes conferia às Câmaras Municipais papel destaque no processo político, principalmente no que tange as eleições das Juntas de Governo Provisório, que deveriam ficar sob os cuidados dos camarários. Assim sendo, as Câmaras se configuraram como um espaço fulcral na montagem das peças do jogo político que se instaurava; ou seja, na formação das juntas do Governo Provisório, enquanto foro privilegiado de discussão política, uma vez que a composição das juntas passava pelas Câmaras que organizavam as suas eleições.

Entretanto, em Minas Gerais não havia um consenso político e o processo de constituição das Juntas foi marcado por disputas, alianças e negociações políticas. Havia um enfrentamento entre os “autonomistas”, ligados aos liberais constitucionalistas – mais próximos das Cortes, e os apoiadores de d. Pedro²²; o príncipe regente.

A primeira Junta de Governo Provisório, após a sua composição, assumiu uma posição autonomista e equidistante da polaridade entre “Autonomistas *versus* d. Pedro”. Segundo o historiador Walmir Silva, o governo mineiro não se submeteu ao Rio de Janeiro e tampouco as Cortes uma vez que compreendiam que o constitucionalismo não estava na aceitação das normativas vindas de Lisboa. Acreditavam que a Província possuía autonomia e, portanto, não aceitariam qualquer possibilidade de serem humilhados e/ou retornarem ao estado de opressão e despotismo de outrora, vivenciado no período colonial - por essa razão não eram totalmente alinhados as Cortes.

Neste sentido, a Junta assumia a posição de mediação em relação ao constitucionalismo professado pelas Cortes e as ordens do príncipe regente. Qualquer deliberação, vinda desde Lisboa ou do Rio de Janeiro, só seria aceita após a sua aprovação pelos homens bons que a compunha.

Assim, acreditamos que as divergências políticas verificadas em Minas Gerais não

²² As diferenças políticas eram observadas principalmente entre a capital Vila Rica e as vilas localizadas na zona da mata mineira, próximas ao Rio de Janeiro; como São João del Rei e Barbacena. Sendo que as províncias mais próximas do Rio de Janeiro eram adeptas a d. Pedro e Vila Rica e adjacências constitucionalistas.

eram somente um acirramento entre constitucionais ou entre liberais e absolutistas, mas uma disputa pelo poder local com seus projetos políticos postos em discussão ou negociação, no sentido de assegurar o poder impedindo que ele fosse para outros que não fizessem parte da elite e por tal motivo os esses projetos deveriam ser debatidos e negociados²³.

Durante a viagem do príncipe regente rumo a Minas, para firmar alianças e angariar apoio por onde passava por conta da “relativa indiferença do governo de Vila Rica em relação à autoridade do Regente” (NASCIMENTO, 2012, p.8), em discurso, a Câmara de São João del rei, em abril de 1822, colocava-se contrária ao governo provisório e em favor de d. Pedro, pela “demasiada crueldade, e boa fé nas Cortes” (SILVA, 2014), comunicando seu posicionamento político e o pacto feito entre o príncipe e os homens bons daquela região. Este exemplo demonstra a importância papel na adesão das Câmaras na defesa do projeto pedrino.

O êxito do trabalho realizado pelo príncipe regente e seus apoiadores durante o caminho até Vila Rica, junto às Câmaras no esforço de deslegitimar o governo provisório de Minas Gerais, possibilitou a dissolução da junta de governo provisório seguida da convocação dos camarários para procederem sobre as eleições para a formação da 2ª Junta de governo. Claro que isso só foi possível depois de um trabalho de alianças com os poderosos locais das Vilas por onde d. Pedro passou em visita. O triunfo do projeto político do príncipe regente é marcado justamente pela dissolução da primeira Junta provisória de Governo apontando para o redimensionamento político da Província, fator importante para a “estruturação da pactuação política” do período.

Deste modo, d. Pedro e as elites políticas de Minas firmaram uma aliança em que se comungavam as ideias liberais junto a certos atos pertencentes ao repertório típico do Antigo Regime, como a concessão de mercês, privilégios, etc. Tratava-se, então, de um “novo pacto político”, nos dizeres de Silva, em que amalgamava tradições políticas com novas práticas pautadas em uma certa tendência liberal.

Nessa perspectiva, percebe-se a importância do debate político e um novo arcabouço para dar conta das novas demandas, além das Câmaras Municipais se estabelecerem enquanto espaço público de discussão política, que alinhavavam as vozes dos camarários que

²³ É importante pontuar que havia grande receio em vivenciar em Minas, neste contexto de instabilidade política, um possível estado de “anarquia” – segundo o linguajar da época, que se referia a um estado de desordem. De modo a evitar a qualquer custo a participação de pessoas que não eram socialmente integradas no rol dos poderosos locais. Segundo Portugal e Castro, presidente da junta na época e ex-governador das Minas: “[que] tudo se fizesse em sossego, e sem perturbação popular”. Em: “Sobre a Instalação do Governo Provisório”. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 9, 1904, p. 587.

postulavam para além da sua ação local, mas na contribuição nos contornos políticos no período de crise do Antigo Regime português na América para fazerem valer suas aspirações políticas.

Observamos uma alteração no curso do processo experiência política que possibilitou uma reconfiguração nova e decisiva do alargamento de uma sociedade política na América. Processo que culminou na desfragmentação do território colonial sob o domínio das metrópoles ibéricas e o prenúncio de “novos tempos”, bem como o surgimento de práticas e valores.

Deste modo, é importante pontuar que desde o final do século XVIII os colonos acumularam uma importante vivência política, processo potencializado especialmente pela presença da corte portuguesa na América; a partir de 1808. A eclosão de atos transgressores contra a Coroa, como a inconfidência mineira no final do século XVIII acrescidas das ideias ilustradas advindas da Europa, apontaria neste sentido. Neste contexto é quando podemos observar uma certa formação de uma esfera pública tida como “moderna”, círculos em que se discutiam política, onde eram contrapostos as demandas do Estado para com as necessidades da sociedade. O quadro de transformação experimentada, não só no continente europeu, adquiriu peculiaridades no mundo ibero-atlântico, onde a crise do Antigo Regime foi observada por uma forte polarização política. Segundo Slemian, se por um lado devemos nos atentar para a redefinição de um processo de acúmulo de experiência política iniciado no território colonial, em contrapartida há que se pontuar que a instalação da Corte possibilitou, de maneira oposta, condições de reconfiguração considerável que vislumbraram um alargamento de uma sociedade política na antiga colônia (SLEMIAN, 2006, p. 20.).

Neste sentido, a elite mineira não ficou imune a conjuntura política da época, atuando de acordo com as novas práticas políticas. O processo de crise do que conhecemos como Antigo Regime proporcionaram mudanças que puderam ser sentidas em todo o âmbito do Império Luso-Brasileiro, apresentando como algo sintomático aos impasses que se faziam presentes na construção de uma nova ordem mundial. Estes sujeitos que compunham o jogo de poder da época procuravam delimitar os limites entre o “novo” e o “antigo”, inseridos em um contexto marcado pela emergência dos ideais liberais em detrimento aos valores absolutistas. Compreendemos que em certa medida há uma busca destes homens, inseridos em uma esfera pública de discussão, pela modernidade - definida por François-Xavier

Guerra²⁴. Neste sentido, percebia-se, progressivamente, o aparecimento de um arcabouço político que comungava um sistemas de práticas e valores que acompanhavam as novas demandas sociais e políticas, ancorados na necessidade das garantias da manutenção de uma certa elite no poder. Acompanhando essas transformações, verifica-se a ampliação de um vocabulário político como a utilização de tais termos: *nação*, *pátria* e *soberania*, dentre outros vocábulos que não eram utilizadas na linguagem política do Antigo Regime e que ganhavam significados e apropriações que pudessem responder ao contexto da época.

Ao nos referirmos à “modernidade” para analisarmos a emergência dessas novas demandas há que se levar em conta a constituição de universos sociais e políticos ambíguos, permeado pelas permanências de certos aspectos ligados ao “tradicional”. Deste modo, por mais que o clamor por mudanças viessem acompanhadas por novas práticas políticas as mesmas não significariam, neste contexto, uma total ruptura com “velho”, na qual essa dita modernidade não se efetivaria em sua plenitude. De modo geral, percebemos nos discursos dos camarários de Minas Gerais a mescla de práticas do Antigo Regime com apropriações das idéias liberais.

Portanto, observa-se que não havia por parte das elites políticas locais o clamor por profundas mudanças no caminho político que o Brasil deveria seguir, a maior preocupação girava em torno da manutenção dos seus privilégios e a posição ocupada na hierarquia social. Assim, nos dizeres de Slemian, “o difícil não estava apenas na experiência da instabilidade, mas na dramaticidade da composição de alternativas que contemplassem os interesses de cada qual numa outra unidade que não mais a portuguesa. Em nenhuma outra esfera, como na da vida política, esse processo é tão claro” (SLEMIAN, 2008, p.26).

Por esta razão, não é demasiado inferir aqui que houve uma espécie de redimensinamento das elites mineiras nos novos quadros políticos, sem abertura para uma participação popular ou qualquer tipo de ameaça à ordem pública e às hierarquias já estabelecidas.

Referências Bibliográficas

BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, vol. LXVIII, n. 242, p. 225-254, 2008.

²⁴ Para François-Xavier Guerra, desde a segunda metade do século XVIII se observa paulatinamente o advento de novas práticas e valores que estão correlacionadas às sociabilidades políticas expressas em reuniões políticas, hábitos de leitura, a confecção de periódicos, alterando inclusive o vocabulário da época.

ISTVÁN, Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp-Unijuí, 2003.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. Em defesa do "adequado" constitucionalismo: as articulações políticas dos comunistas e padres nas vilas mineiras no contexto separatista (1821-1824). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, programa de pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2010, 386 p.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. O “adequado” constitucionalismo: a atuação dos camaristas mineiros no processo de Independência do Brasil. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 2012, Mariana. *Anais*. Mariana: ANPUH, 2012. p. 1-8

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Alegrias e infortúnios dos súditos brasileiros Luso-europeus e Americanos: a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 29-46, jan/jun. 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Independência: contextos e conceitos. *Revista História Unisinos* v. 14, n.1, p. 5-15, jan/abr. 2010.

PIMENTA, João Paulo G. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 123-142.

SILVA, Wlamir. Entre un diestro nauta y ciertos espíritus traviosos: la Independencia en la provincia de Minas Gerais (1821-1824). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, Captado em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 20.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

As narrativas de Che Guevara: um imaginário sobre a consciência Latino-Americana

Bruno Eduardo Almeida Costa
Graduado em História (UNI-BH)
e-mail: brunoxik@hotmail.com

RESUMO: A proposta do seguinte trabalho é perceber como Guevara foi construindo identidades, se identificando com outras e assim conhecendo o cenário Latino-Americano. O Marxismo, a esquerda, a guerrilha, o discurso de integração foram formas de identificar e combater o inimigo imediato da América Latina. Ao narrar em seus diários, Guevara estava indo muito além da tentativa de descrever suas experiências diárias, ele estava dando um sentido, uma consciência à América Latina.

PALAVRAS CHAVES: Che Guevara; América Latina; Diários.

Abstract: The purpose of the following paper is to see how Guevara was constructing identities, identifying with others and thus knowing the Latin American setting. Marxism, the left, the guerrillas, the integration discourse were ways to identify and address the immediate enemy of Latin America. By narrating in his diaries, Guevara was going far beyond the attempt to describe their daily experiences, he was giving a sense, an awareness to Latin America.

KEYWORDS: Che Guevara; Latin American; Diary

Metodologia autobiográfica

A utilização das biografias, autobiografias, cartas, diários, relatos de viagem, como fonte histórica é bem recente e como tal, também possui uma metodologia histórica específica que cria possibilidades ao historiador de perceber a construção do indivíduo tanto no seu meio social, quanto nas suas representações, na forma de enxergar o mundo.

Os escritos autobiográficos abrangem diversas modalidades, também conhecidas como escritas de si, cuja principal característica é o uso da primeira pessoa, do singular ou plural, no discurso, em que o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Diários, biografias, autobiografias, cartas e relatos de histórias de vida alcançaram na contemporaneidade o estatuto de objeto de estudo na Historiografia e constituem meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito, o qual decorre de um movimento de valorização das memórias individuais (MALATIAN, 2008, p. 2).

A análise das “escritas de si” como fonte permitem ao historiador perceber nas entrelinhas “auto-narrativas” muito mais do que um simples relato de vida, mas a construção

do sujeito através das suas relações com o meio vivido e de que forma dentro desse processo ele tece redes que o permitem criar percepções, representações da realidade.

Em outras palavras, a maneira como os homens contam suas vidas não pode ser dissociada da realidade sócio-histórica, na qual sociedades e culturas representam e codificam as relações entre indivíduo e coletividade, público e privado, e do indivíduo em relação a si mesmo. Estas relações elucidam práticas de construção do homem como sujeito que cria para si um passado e um futuro. O peso atribuído a certas interpretações que ressaltam o poder repressor e castrador da sociedade, ou seja, as relações de poder presentes na construção de relatos e, por extensão das práticas de memória, não eliminam, entretanto, o espaço das escolhas individuais (MALATIAN, 2008, p. 2)

Ou seja, os escritos sobre si nos trazem ferramentas para perceber a construção das identidades de Ernesto Guevara em meio a lugares sociais individuais e específicos. Lembrando que, ao falar sobre “identidades” e “lugares sociais”, tomamos dois autores como parâmetro para se pensar esses conceitos. Bawman (1990), trata a identidade como algo imaginado e inconsciente que possui um processo contínuo de formação e reformulação ao longo do tempo e não algo inato como percebido na historiografia sobre Guevara discutida até aqui.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (BAWMAN, 1990, p. 38).

Em Certeau (1975), percebemos como a construção da realidade dos indivíduos, no caso em questão a de Che, se dá através de um lugar social específico de onde se fala, em meio aos embates políticos e sociais do seu tempo. É dentro desses processos contínuos que ele se forma como sujeito, é dentro desse lugar social que ele está inevitavelmente inserido e de que, segundo Certeau (1975), nenhum indivíduo consegue se dissociar.

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma *do, idiotismo*: meu patoá representa minha relação com um lugar (CERTEAU, 1975, p. 55).

Logo, a análise dos textos de Guevara sobre si mesmo traz muito mais do que a compreensão de uma realidade em um tempo específico. Possibilita a construção de Guevara como um indivíduo através de sua realidade social e de que forma essa construção individual

social influenciou diretamente a formação de identidades sociais sejam elas historiográficas ou autobiográficas.

Na narrativa de seus diários, ele atribui identidades a si e constrói projetos de socialismo, projetos de América Latina. Ao descrever o mundo a sua volta, ele delineia uma identidade latino-americana. A análise posterior dos diários envolverá a busca por essas identidades.

Diários de motocicleta

Allí comprendimos que nuestra vocación, nuestra verdadera vocación, era andar eternamente por los caminos y mares del mundo. Siempre curiosos; mirando todo lo que aparece ante nuestra vista. Olfateando todos los rincones, pero siempre tenues, sin clavar nuestras raíces en tierra alguna, ni quedarnos a averiguar el sustratum de algo; la periferia nos basta. (GUEVARA, 1951-1952, 111).

O jovem Guevara tinha sonhos, ele queria viajar. Foi com esse impulso da juventude que ele havia largado a faculdade de medicina, estava apaixonado, queria conhecer o mundo. Talvez ele ainda não soubesse, mas o seu mundo, a sua “comunidade imaginada” era a América Latina. Ao viajar pela América do Sul ele não estava só se aventurando, ele começava a construir uma consciência de América Latina.

El personaje que escribió estas notas murió al pisar de nuevo tierra Argentina, el que las ordena y pule, "yo", no soy yo; por lo menos no soy el mismo yo interior. Ese vagar sin rumbo por nuestra "Mayúscula América" me ha cambiado más de lo que creí (GUEVARA, 1952-1953, p. 54).

Ao comentar os escritos do seu diário, Guevara atribui a si mesmo uma mudança. As coisas que ele viveu, os contatos com outros povos. Aos poucos, ele ia tecendo uma percepção diferenciada sobre a América Latina. O contato, a experiência da viagem trouxeram ao jovem Guevara outro olhar sobre o seu mundo, uma nova visão sobre a América. Uma visão da América do Sul, que já trazia consigo um distanciamento da América do Norte.

Poco importa, en realidad, cuál fuera el origen primitivo de la ciudad o, en todo caso, es bueno dejar su discusión para arqueólogos, lo cierto, lo importante, es que nos encontramos aquí frente a una pura expresión de la civilización indígena más poderosa de América, inmaculada por el contacto de la civilización vencedora y plena de inmensos tesoros de evocación entre sus muros muertos de aburrimiento de no ser, y en el paisaje estupendo que lo circunda y le da el marco necesario para extasiar al soñador que vaga porque sí entre sus ruinas, o al turista norteamericano que, cargado de practicidad, encaja los exponentes de la tribu degenerada que puede ver en el viaje entre los muros otrora vivos y desconoce la distancia moral que las separa, porque son sutilezas que sólo el espíritu semiindígena de americano del sur puede apreciar (GUEVARA, 1952-1953, p. 158-159).

Ao descrever a antiga cidade indígena de Machu Picchu, Guevara constrói uma visão que diferencia, opõe, afasta, separa o norte-americano do sul-americano. É no olhar que ele constrói do norte-americano sobre a cidade, um olhar de demérito, que se percebe claramente a oposição entre as Américas. Ao mesmo tempo, Ernesto, leitor de Bolívar, percebe características, semelhanças, que acabam por aproximar os países da América do Sul.

Quiero recalcar algo más, un poco al margen del tema de este brindis: aunque lo exiguo de nuestras personalidades nos impide ser voceros de su causa, creemos, y después de este viaje más firmemente que antes, que la división de América en nacionalidades inciertas e ilusorias es completamente ficticia. Constituimos una sola raza mestiza que desde México hasta el estrecho de Magallanes presenta notables similitudes etnográficas. Por eso, tratando de quitarme toda carga de provincialismo exiguo, brindo por Perú y por América Unida (GUEVARA, 1951-1952, p. 196).

A narrativa, construída por Guevara sobre as suas viagens de motocicleta pela América Latina, começam a delinear um projeto para América. Uma América que tinha tantas características comuns, tantos sofrimentos, tantas desigualdades. Um esboço de leitura marxista está presente também na narrativa de Ernesto:

Allí, en estos últimos momentos de gente cuyo horizonte más lejano fue siempre el día de mañana, es donde se capta la profunda tragedia que encierra la vida del proletariado de todo el mundo; hay en esos ojos moribundos un sumiso pedido de disculpas y también, muchas veces, un desesperado pedido de consuelo que se pierde en el vacío, como se perderá pronto su cuerpo en la magnitud del misterio que nos rodea. Hasta cuándo seguirá este orden de cosas basado en un absurdo sentido de casta es algo que no está en mí contestar, pero es hora de que los gobernantes dediquen menos tiempo a la propaganda de sus bondades como régimen y más dinero, muchísimo más dinero, a solventar obras de utilidad social. (GUEVARA, 1951-1952, p. 104).

O projeto, que Guevara começa a delinear, propõe uma América Latina unida e afastada dos Estados Unidos, ligada aos projetos bolivariano e martiano. É com essa experiência adquirida que Guevara quatro anos mais tarde, poria os pés em Sierra Maestra.

O diário cubano

Roque (Roberto Roque Núñez era o piloto do iate Granma) cai na água. Desembarcamos em um manguezal, perdemos toda a bagagem pesada. Oito homens encabeçados por Juan Manuel Márquez se extraviaram. Caminhamos um pouco na mata, sem guia (GUEVARA, 1928-1967, p. 21).

É assim que se inicia a narrativa que Guevara descreve em seu *Diário de um Combatente*. Em 2 de dezembro de 1956, chegava Che a sua maior aventura, a aventura revolucionária cubana. É fato que o socialismo na América Latina assumiu várias raízes e foi incorporado, praticado e interpretado de maneiras bastante distintas nos diferentes países. No

caso de Che, o convívio com a realidade camponesa e a experiência guerrilheira fizeram dele, mais um intérprete do marxismo, na adaptação do socialismo às realidades da América Latina.

Che Guevara rompeu com a “via pacífica” e colocou a revolução socialista na ordem do dia, como necessidade imediata. Esse rompimento apareceu claramente em sua segunda tese, acerca das guerrilhas na América Latina. Em primeiro lugar, porque segundo Che não se tratava de esperar as condições objetivas para iniciar a luta pelo socialismo, não se tratava de esperar que as forças produtivas se desenvolvessem. A guerra de guerrilha aparece como uma crítica à imobilidade dos partidos comunistas e, ao contrário deles Guevara deixou claro que as condições para o desenvolvimento de um processo revolucionário deveriam ser forjadas pela própria luta. Em segundo lugar, Che Guevara salientou que não se tratava de uma revolução burguesa, presa aos limites da ordem capitalista, mas sim de uma revolução socialista. Guevara rompe com as posições da revolução em duas etapas e coloca o socialismo como possibilidade imediata. (PRADO, 2006, p. 5-6).

De maneira geral o que se percebe é que a narrativa de Che, em seu diário, construiu o imaginário de um socialismo “real”, um socialismo aprendido na prática, vivido e não apenas teorizado. O socialismo pela luta armada, contrapondo-se à ideia de um socialismo pelas vias democráticas pregado por Stálin. O modo de vida guerrilheiro se embrenhando na mata, lutando contra o exército cubano, comendo e dormindo quando fosse possível, enfrentando doenças e, o mais importante, em contato frequente com a realidade camponesa.

...Como havíamos mandado na frente a vanguarda, acreditamos que íamos encontrar boa comida, entretanto o camponês achou ser menos perigoso cozinhar de noite e não havia nada preparado. Enquanto cozinham, dei várias consultas às crianças da casa e a uma senhora com malária, a quem receitei camoquim. A comida foi servida por volta da 1h da madrugada e às 5h nos levantamos. Segundo o camponês, havia tido movimento de tropas na região, e passaram vários guardas disfarçados de revolucionários, prendendo os camponeses que os ajudaram. (GUEVARA, 1956-1958, p. 96).

Esse cenário de inspiração e representação socialista que se percebe na narrativa do diário, construiu um imaginário ao redor do socialismo na América Latina que acaba por opor ainda mais as duas Américas. Segundo Lislle Bethel (2009): o humanismo e o idealismo latinos eram exaltados em detrimento do utilitarismo e do materialismo anglo-saxão.

Ao narrar em seu diário cubano, Guevara expressava suas angústias, seus temores, suas dificuldades, seus pensamentos e suas dúvidas em meio ao cenário guerrilheiro de Serra Maestra. Acima de tudo, ele tecia/imaginava uma identidade para a América Latina pautada em um socialismo guerrilheiro que ele pretendia que se espalhasse pelo mundo e, principalmente, que se opusesse ao imperialismo norte-americano. Para Che ser latino-americano era preservar a tradição de uma identidade camponesa em meio às pressões da

modernidade imperialista. Leitor de Baudelaire percebia claramente a oposição entre tradição e modernidade a que estava submetida a América Latina.

Havia a padronização de um “estilo de vida” característico dos guerrilheiros que projetou e personificou a imagem do “ser socialista” na América Latina. A imposição desses hábitos em meio a floresta, às necessidades físicas, fisiológicas e psicológicas, contrasta também fortemente com o conceito de civilização pregado pelo ocidente. Dessa forma, nas entrelinhas do discurso de Norbert Elias (1939), percebemos alguns fatores importantes. A visão que os Estados Unidos tinham da América Latina era a visão do atraso, do primitivo. E a vida guerrilheira divergia do modelo de civilização pregado pelo ocidente. Esses fatores intensificam a discussão sobre os embates presentes na relação entre América Latina e Estados Unidos.

Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (ELIAS, 1939, p.21).

Dentro desses embates o governo cubano de Batista tentou construir uma imagem de Guevara que o desprestigiasse frente à América Latina.

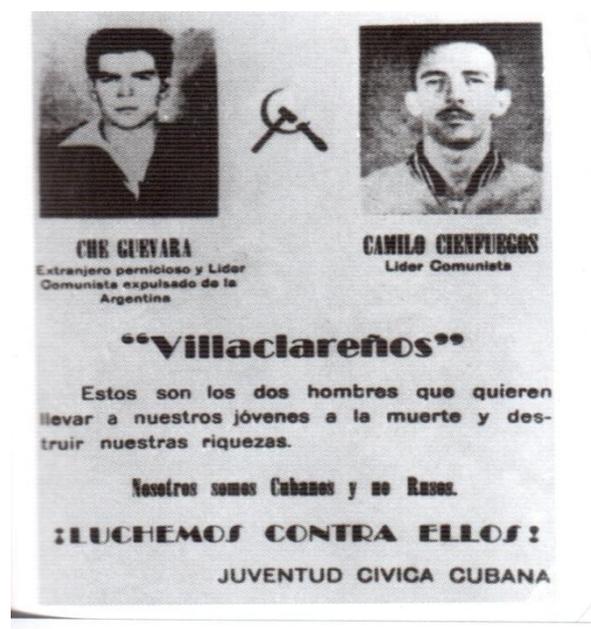


Figura 1 – Fonte: Arquivo pessoal de Ernesto Guevara, livro Diário de um Combatente

O termo comunista que foi atribuído a Guevara na imagem, esconde por detrás de si o discurso norte-americano em pleno cenário de guerra fria. Ser comunista era tomar as propriedades dos cidadãos de bem, comer criancinhas... . “A América para os americanos”, soava como um aviso ao comunismo soviético que a América Latina não podia ser invadida pelos soviéticos, pois já pertencia aos Estados Unidos. A vinculação de Che ao comunismo soviético tentou construir uma imagem dele como o inimigo comunista a ser combatido.

No primeiro Congresso Latino Americano da Juventude, percebemos como Guevara se percebeu como cubano. Ao discursar sobre a revolução cubana ele não se diferencia em relação ao povo cubano:

Nós nem sequer pedimos represálias para o assassino dos nossos militantes, mas no nosso país as teríamos exercido... O que queremos simplesmente é que, já que não se pode ser solidário na América, não se seja, pelo menos, traidor da América; que não mais se torne a dizer na América que nós devemos fazer uma aliança continental com o nosso grande escravizador, porque essa é a mentira mais covarde e mais denegridora que pode proferir um governante na América. Nós, os membros da revolução cubana, que somos o povo inteiro de Cuba, chamamos amigos aos nossos amigos e inimigos aos nossos inimigos... (GUEVARA, 1960, p. 15).

De fato Che parece ter se sentido confortável, mas não acomodado como um cubano revolucionário. A sua postura pós-revolução cubana de tentar levar a guerrilha socialista a outros países mostra que ele buscava a ampliação desse conceito. As primeiras palavras escritas em seu diário boliviano, em 7 de novembro de 1966, confirmam essa busca. “Começa hoje uma nova etapa” (Guevara, 1966).

O diário boliviano

O meu cabelo está crescendo, embora muito ralo, e as cãs ficam louras e começam a desaparecer; nasce-me a barba. Dentro de um par de meses voltarei a ser eu.

O que significava para Che agora ser um revolucionário cubano? A idéia do cabelo grande, da barba avantajada, construiu uma identidade ligada à experiência cubana. Guevara já não era mais o jovem Ernesto cheio de sonhos e utopias, ele agora se transformara em um experiente guerrilheiro e, de fato, foi essa a imagem do Che revolucionário, barbudo e de cabelos grandes que, em certa medida que ficou marcada como um emblema de tudo que significasse injustiça ao redor do mundo. Che se identifica com esse posicionamento, a imagem que ele construiu de si, se liga às narrativas biográficas sobre ele.

Não cabe aqui discutirmos sobre os triunfos e fracassos da experiência boliviana, dos erros e acertos de Guevara, ou de uma análise de trajetória com início, meio e fim. A narrativa do diário boliviano traz identidades à tona, elas emergem a partir dos discursos narrados. No

jogo dessas identidades, na trama, nas raízes produzidas por elas e no embate, algumas vezes conflituoso entre essas identidades é que a genealogia discursiva aparece.

Che não concebia a luta na Bolívia como um fato isolado, mas como parte de um movimento revolucionário de libertação que não tardaria estender-se a outros países da América do sul. Era seu propósito organizar um movimento sem espírito sectário, para que a ele se incorporasse todos os que quisessem lutar pela libertação da Bolívia e demais povos subjugados pelo imperialismo na América Latina. (CASTRO, 2009, p. 15).

A experiência cubana serviu para Guevara como um modelo de libertação da América Latina contra o imperialismo. O ensaio de *Guerra das Guerrilhas*, aliado à teoria do foco guerrilheiro em Debray (1975), foi uma forma de teorizar a vivência revolucionária em Cuba. Com a experiência adquirida naquele país, ele pensava em fazer na Bolívia uma verdadeira escola guerrilheira com combatentes de diferentes países latino-americanos.

Che pensava também que do destacamento guerrilheiro deveriam participar combatentes de diferentes países latino-americanos e que a guerrilha na Bolívia devia ser uma escola de revolucionários que fariam seu aprendizado nos combates. (CASTRO, 2009, p. 16).

Che havia lutado na revolução cubana, como um cubano e morreria se assim fosse preciso como cubano. Já na Bolívia, ele havia chegado com um pensamento de expansão da experiência cubana, que segundo ele garantiria a liberdade, em relação à opressão imperialista sofrida pela América Latina.

A vitória armada do povo cubano sobre a ditadura de Batista, além de representar o triunfo épico noticiado pela imprensa mundial, modificou os velhos dogmas a respeito do comportamento das massas populares da América Latina e demonstrou claramente a capacidade do povo para derrubar um governo opressor por meio da luta guerrilheira. Consideramos que a revolução cubana ensinou três lições fundamentais para os movimentos revolucionários da América: 1-As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. 2- Nem sempre devemos esperar que todas as condições para a revolução estejam dadas: o foco insurrecional pode criá-las. 3- Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve situar-se fundamentalmente no campo. (GUEVARA, 1960, p. 81)

Em Cuba, Guevara havia sido um cubano, que havia partido para a Bolívia pensando em expandir essa experiência revolucionária cubana. Todo um modelo de adaptação e improviso característico da luta guerrilheira, parece ter se perdido, a experiência cubana era agora um manual prático de libertação da América Latina. Na Bolívia ele não foi um guerrilheiro boliviano, a integração que ele havia imaginado para a América Latina estava inteiramente ligada ao projeto vitorioso de Revolução Cubana. O contato constante com Fidel, na narrativa boliviana, reafirma a ligação de Che com Cuba: Escrevo a Fidel um documento o

Nº 3, para explicar a situação e experimentar o contato pelo correio. (GUEVARA, 1966, p. 45)

Foi com a imagem de um latino-americano que Guevara chegou à Bolívia. Essa imagem impediu que o povo boliviano visse nele um líder para a Revolução no país. Um aspecto parece ter sido central em relação à não adesão total do comunismo boliviano, ao projeto revolucionário de Guevara. Em primeiro lugar, Mario Monje, o dirigente do partido comunista boliviano, pensava abandonar a liderança do partido e assumir a liderança da revolução. Em seu encontro com Che, Monje fez algumas propostas:

1 Ele renunciaria à direção do partido, mas conseguiria dele pelo menos a neutralidade e que se pudesse tirar quadros para a luta. 2 Enquanto a revolução tivesse um âmbito boliviano, caberia a ele a direção político militar da luta. 3 Ele se responsabilizaria pelas relações com outros partidos sul-americanos, tentando leva-los à posição de apoio aos movimentos de libertação. (GUEVARA, 1966, p.134).

As disputas entre a liderança da revolução na Bolívia foi outro fator que fez com que o povo boliviano não aderisse a esse projeto de revolução. Isso significava uma preocupação constante para Che, pois o sucesso na Bolívia dependia da incorporação de novos combatentes o que não vinha acontecendo com frequência. É o que se percebe nos dizeres de Guevara (1966): dentro das provisões, o que andou mais devagar foi à incorporação de combatentes bolivianos (p. 135).

A imagem do cubano, a que Che estava ainda tão intimamente ligado, aliada ao projeto revolucionário cubano que Che buscou incorporar à Bolívia perderia assim, a adaptação e o imprevisto tão característicos da experiência cubana. Fatores que, aliados aos conflitos pela liderança da revolução boliviana, criaram uma resistência a adesão completa do povo boliviano ao projeto de revolução proposto por Guevara.

O projeto cubano criou o cenário de uma comunidade imaginada que se restringia a Cuba. A Bolívia necessitava de um projeto mais específico que pensasse o foco guerrilheiro dentro das especificidades do povo daquele país.

[...] proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 1991, p. 32)

O projeto da Revolução Cubana imaginou uma identidade para o povo cubano, uma identidade para a nação cubana que, em certa medida, significou o triunfo de Che Guevara. A

expressão máxima das idéias de Guevara foi, sem dúvida, a experiência em Cuba, experiência que deu a ele uma identidade da qual ele não conseguiu mais se desvincular. Se não houve uma incorporação da identidade boliviana por parte de Che, também não houve adesão suficiente ao projeto de uma comunidade boliviana ligada a Cuba.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Schwarcz, 2008.
- BAWMAN, Zygmunt. *Identidade – Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- GUEVARA, Ernesto. *Che Guevara – Diário*. São Paulo: Global, 2009.
- GUEVARA, Ernesto. *Diário de um Combatente*. São Paulo: Planeta, 2012
- _____ Figura 1 – Folheto com a imagem de Che Guevara e Camilo Sinfuegos. Arquivo pessoal de Ernesto Guevara. (p.62.)
- GUEVARA, Ernesto. *De moto pela América do Sul – Ernesto Che Guevara – Diário de Viagem*. -2ª ed. – São Paulo: Sá, 2003.
- GUEVARA, Ernesto. *Diários de Motocicleta*. - 3ª ed. - Buenos Aires : Planeta, 2005.
- GUEVARA, Ernesto. *Textos Políticos*. – 4ª ed. – São Paulo: Global, 2009.
- MALATIAN, Tereza. *A Biografia e a História*. Cadernos Cedem. São Paulo: UNESP, 2013.
- PRADO, Carlos Batista. *A guerra de guerrilhas de Che Guevara: entre rupturas e continuidades com o stalinismo*. 3º Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: UEL/Paraná, 2011.

Domingo Faustino Sarmiento e os dilemas da construção da Nação Argentina²⁵

Cristiane Maria Marcelo

Doutoranda – UERJ

cris.maria.marcelo@gmail.com

Bolsista FAPERJ

RESUMO: Objetivamos com esta comunicação analisar as contribuições do pensamento de Domingo Faustino Sarmiento no processo de construção da nação e do Estado argentino. Tomaremos como base a principal obra deste autor: *Facundo: Civilização e Barbárie*, publicado por em 1845, enquanto esteve exilado no Chile. Dada a grandiosidade da obra, optamos por discutir a relação que os autor constrói entre as noções conceituais de Civilização e Barbárie para compreender o processo histórico argentino. Assim, num primeiro momento, debateremos qual era, na opinião de Sarmiento origem e os motivos que justificavam o predomínio da “barbárie”, em suas mais diversas acepções, no território argentino do início do processo revolucionário até a queda de Juan Manuel de Rosas. Em seguida, trataremos de discutir as propostas do autor para remediar essa situação e construir uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX; Argentina; Domingo Faustino Sarmiento.

Objetivos

Objetivamos com este trabalho analisar as contribuições do pensamento de Domingo Faustino Sarmiento no processo de construção da nação e do Estado argentino. Tomaremos como base a principal obra deste autor: *Facundo: Civilização e Barbárie*, publicado por em 1845, enquanto esteve exilado no Chile.

Dada a grandiosidade da obra, optamos por discutir a relação que o autor constrói entre as noções conceituais de Civilização e Barbárie para compreender o processo histórico argentino. Assim, num primeiro momento, debateremos qual era, na opinião de Sarmiento, a origem e os motivos que justificavam o predomínio da “barbárie”, em suas mais diversas acepções, no território argentino do início do processo revolucionário até a queda de Juan Manuel de Rosas. Em seguida, trataremos de discutir as propostas do autor para remediar essa situação e construir uma sociedade “civilizada”. Para tanto, ousaremos confrontá-lo com o pensamento de Juan Bautista Alberdi, outro importante intelectual desta época, que, em 1852, publicou as suas *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, principal fonte de inspiração para a elaboração da Constituição de 1853. Também

²⁵ A comunicação é uma versão resumida do trabalho final apresentado à disciplina “Independências e Formação dos Estados Nacionais nas Américas” ministrada pelo Prof.º Dr.º Vitor Izechksohn (UFRJ), no 2º semestre de 2013.

faremos algumas incursões pelo documento *Comentários de la Constitución de la Confederación Argentina* escrito por Sarmiento após a aprovação da Carta Magna supracitada.

Contexto

Domingo Faustino Sarmiento fez parte de uma geração que, animada por projetos de mudanças, buscou repensar a organização política, econômica, social e cultural da Argentina a fim de dar-lhe uma roupagem mais civilizada, moderna e liberal à maneira do que já vinha sendo praticado na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países ao sul do continente americano, como o Brasil. Seus escritos são tributários de um contexto de efervescência política do pós-Independência marcado pela emergência de dois projetos políticos ideologicamente conflitantes que disputavam a soberania do território. Refletir sobre estas questões obrigou um mergulho profundo na história e na geografia da região bem como no que de mais novo vinha sendo produzido sobre o direito de soberania e organização dos povos.

Até, pelo menos, a década de 1860 a cena política da futura “Argentina” foi marcada pela disputa entre dois projetos políticos irreconciliáveis: de um lado os “Unitários” reunidos em torno de Buenos Aires defensores de um Estado centralizador assentado em instituições liberais, do qual Sarmiento faria parte; de outro os “federalistas”, adeptos de um governo conservador e descentralizado e defensores da autonomia provincial. Como aponta Chiaramonte, “la tensión entre soberanías provinciales y soberanía nacional estuvo presente em todos los debates” (CHIARAMONTE & SOUTO, 2010, p. 47). Isso explicaria o grande interregno entre o início do processo revolucionário, em 1810, e a definitiva organização da nação²⁶.

A heterogeneidade de interesses econômicos regionais foi também um outro fator que dificultou a formação de alianças políticas estáveis na futura Argentina. De um lado estava Buenos Aires, defensora dos interesses do setor mercantil-portuário e dos proprietários de terra dedicados à exportação de bens advindos da pecuária que viam com bons olhos a abertura ao comércio internacional. No meio estavam as outras províncias do litoral, Corrientes, Santa Fe e Entrerrios, que se viram relegadas a segundo plano quando Buenos Aires tomou para si o controle dos rendimentos do porto e da navegação dos rios interiores,

²⁶ Nação aqui deve ser entendida dentro de sua acepção política que pressupõe uma associação contratual e voluntária de um grupo de indivíduos que deseja partilhar as mesmas leis e instituições de um determinado território.

além de terem impedido aquelas províncias de estabelecerem um contato direto com o mercado internacional. Por fim, havia as províncias do interior (La Rioja, Córdoba, Tucumán) que abarcavam diferentes atividades econômicas (agricultura, mineração e pequenas indústrias) com variados graus de desenvolvimento e não viam com bons olhos o domínio de Buenos Aires sobre a alfândega e nem sobre as atividades de exportação que, necessariamente, deviam passar pelo seu porto (OSZLAK, 1997, p.49-53). Esta clivagem de interesses resultou numa maior dificuldade de construir um projeto de integração nacional.

A vitória inicial do projeto “federalista” provocou a emergência de lideranças políticas locais representadas na figura dos *caudilhos* que governavam as províncias sob forte poder personalista. Embora seja difícil conceituar o termo, os *caudilhos* tradicionalmente são associados à imagem do “líder” ou “capitão” oriundo das velhas cidades coloniais do interior, que desenvolveram uma administração baseada na força, no temor e no uso de instrumentos informais de repressão (como a degola, o assassinato político, a coação física) deixando de lado os princípios e as instituições da República entendidas como modernas e civilizadas pelos líderes da revolução.

Juan Manuel de Rosas foi o principal representante caudilho desta época e a província de Buenos Aires acabou sucumbindo ao seu poder entre 1829-1832 e depois entre 1835-1852, quando retornou com força total. Ideologicamente o governador dizia-se Federalista e era contrário à constituição de uma união nacional visto que as províncias, como um todo, jaziam em conflitos internos e a relação com as outras regiões era recheada de desconfianças e discórdias. Só depois de superado estes imbróglis é que será possível a constituição de um governo federal.

Na prática, no entanto, o *caudilho* tratou de eliminar os seus adversários políticos através da diplomacia e, principalmente, da força e do temor a ponto de ter criado uma força parapolicial especializada, *la mazorca*, para intimidar, perseguir e matar seus opositores. Ao mesmo tempo, no entanto, o governador buscou estabelecer alianças e promover sua personalidade através da imprensa; dos debates e discursos parlamentares; dos pactos bilaterais de não-agressão e defesa com algumas províncias (a exemplo do que fizera com Estanislao López, caudilho de Santa Fe, e Facundo Quiroga, caudilho de La Rioja); das práticas clientelares; e, também, dos rituais cívicos religiosos (MYERS, 2005, p. 83-100). Desse modo, foi por meio da repressão, da coerção e das estratégias legítimas de poder que Rosas conquistou o apoio passivo de algumas regiões conseguindo subjugar-las e, assim, restabelecer a disciplina e a ordem social (GELMAN, 2009, 19-45).

Foi, portanto, neste contexto de perseguição e ações arbitrárias que Sarmiento, intelectual opositor do governo, teve que fugir e se exilar em países como Chile e Uruguai de onde continuou com suas pesadas críticas contra o regime de terror instaurado. A ele se juntaram Juan Bautista Alberdi, Estebán Echeverría, Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López, dentre outros, que ficaram conhecidos na história Argentina como os homens da *Geração de 37*²⁷.

Formados, em sua maioria, pela *Universidad de Buenos Aires*, estes letrados se reuniam em torno do *Salão Literário* – que funcionou na cidade portenha durante alguns meses de 1837 – onde buscavam discutir obras europeias que pudessem servir de auxílio para idealizarem novos projetos de organização política e social para a Argentina a fim de promoverem o domínio das instituições modernas sobre os costumes e valores tradicionais.

Embora reconhecessem a capacidade de Rosas em mobilizar o apoio de grupos diversos em nome de uma determinada ordem e disciplina, o governador o fazia utilizando-se de uma estrutura administrativa repressiva e truculenta que não correspondia ao comportamento esperado de um governo que se desejava moderno.

Assim, era importante pensar estratégias que promovessem a maior integração do território e superassem a realidade de opressão vivida até aquele momento. Tais estratégias, no entanto, deviam estar assentadas em bases legais que pudessem garantir a paz geral, a segurança, a conservação dos direitos, o cumprimento dos deveres, a aplicação plena da justiça conforme orientava os princípios presentes em Tocqueville.

O triunfo da barbárie e dos governos autocráticos

Na busca de fatores estruturais que explicassem os motivos que ofuscaram o desenvolvimento de uma ordem democrática e vigorosa no território argentino logo após a Independência, o sanjuanino Domingo Faustino Sarmiento fez um mergulho de longa duração na história da região. Assim, o livro *Facundo*, publicado em 1845 enquanto esteve exilado no Chile, é dividido em três momentos: o primeiro foca o território com seus tipos populares, sua cultura e história; o segundo se debruça sobre a trajetória do caudilho “bárbaro” Facundo Quiroga, provindo da província de la Rioja, que podia se confundir com a trajetória de qualquer outra liderança local que dominava a cena política naquele momento; e o terceiro faz

²⁷ Sarmiento não chegou a frequentar as reuniões do grupo só os conhecendo no exílio, mas abraçava muitos de seus ideais.

uma análise crítica do governo “despótico” de Rosas e propõe um projeto político moderno e liberal para superar a realidade anteriormente apresentada.

De maneira geral o que podemos inferir é que para Sarmiento havia um determinismo geográfico muito evidente na formação moral do sujeito argentino desde a época colonial. Para ele, era a natureza que condicionava a personalidade, os valores, os ideais e posicionamentos políticos de um indivíduo. Neste sentido, o homem do campo (o rastreador, o baqueano, o gaúcho mau e o cantor), filho da natureza selvagem, formado essencialmente por indígenas e mestiços pobres, era o protótipo da barbárie que vivia em terras escassamente povoadas e teve que desenvolver formas primitivas de exercício do poder (como a força bruta, a lei natural do mais forte e a autoridade sem limites) que foram se enraizando nos comportamentos sociais da população. Foi neste ambiente, segundo o autor, que se formou a imagem clássica do caudilho representado nas figuras de Facundo Quiroga, o *gaúcho mau*, e Juan Manuel de Rosas, seu herdeiro (SARMIENTO, 1999, p. 70-71). Para o autor, o homem comum era o principal configurador do comportamento político de uma nação.

Segundo Sarmiento, no campo não havia espaço para a polícia exercer a justiça civil. Pelo contrário, ela era administrada por um gaúcho que se deixava levar pelas paixões e emoções e se impunha por sua terrível reputação, por sua autoridade sem juízo e pelos castigos cruéis criados por ele mesmo (SARMIENTO, 1999, p. 54-61). Seus habitantes amam a ociosidade e são dotados de uma incapacidade industrial. Aniquilam e perseguem tudo o que lembra a civilização como as escolas, bibliotecas, médicos, advogados e juízes. A educação é voltada a ensinar métodos de sobrevivência como caçar e matar animais, superar os obstáculos dos rios e adestrar cavalos.

Realidade muito diferente era aquela vivida pelas cidades habitadas por homens ilustrados sob inspiração europeia, onde estavam “as oficinas de arte, as casas de comércio, as escolas, os juizados, enfim, tudo o que caracteriza os povos cultos” (SARMIENTO, 1999, p. 29-30). Na cidade predominava a lei positiva da justiça, do bem comum, dos bons costumes e, conseqüentemente, da ordem constitucional. As ruas estavam cortadas em ângulos retos e a população era igualmente distribuída pela superfície.

Apesar da “natureza selvagem” dos campos e da ação dos caudilhos que cada vez mais as reduziam a uns “estreitos oásis de civilização”, era ali que se localizava a elegância dos modos, os hábitos requintados, o conforto, o luxo, as ideias de progresso e alguma forma de organização municipal regular. Saindo dali tudo mudava, parece que entrávamos no mundo do obscurantismo (SARMIENTO, 1999, p. 30-32).

Até o processo revolucionário de 1810, segundo o autor, estes dois modelos de sociedade rivais e incompatíveis não estreitaram relações. No entanto, a necessidade de expulsar um inimigo comum obrigou o contato entre estas duas concepções diferentes de exercício do poder. Para Sarmiento, o erro dos líderes do movimento na cidade foi querer aplicar na Argentina as ideias ilustradas da maneira como foram recebidas da Europa, acreditando que eram valores de conhecimento universal, sem considerar as realidades intrínsecas, os princípios e tradições do campo que eles desconheciam e por isso não tiveram força suficiente para conter o avanço e a vitória do campo sobre a cidade, isso explicaria o domínio da barbárie sobre a civilização até aquele momento da administração de Rosas (SARMIENTO, 1999, p. 62-74).

Para além disso, o autor destaca que esta derrota se deveu ainda ao fato de a cidade ter se inserido num duplo campo de batalha. De um lado, estava a luta contra os espanhóis e de outro a guerra contra os caudilhos que desejavam “livrar-se de toda sujeição civil e desenvolver seu caráter e seu ódio contra a civilização”. O resultado foi que as cidades triunfaram sobre os espanhóis e o campo venceu a cidade (SARMIENTO, 1999, p. 65-66).

Neste sentido, para Sarmiento a disputa política e ideológica que vinha se arrastando entre a proposta centralista de Buenos Aires e federalista das províncias do interior era a representação do embate entre os dois modelos de sociedade supracitados. O caudilhismo, neste sentido, representava o caminho negativo da Independência, pois ao invés de desembocar num governo democrático acabou levando ao despotismo.

No entanto, como explicar o amplo poder conquistado por Rosas na província mais civilizada da confederação? Segundo o autor, a administração rosista representava o choque dialético entre o caudilhismo puro do deserto e a civilização da cidade mais culta da América meridional, pois para adentrar e se manter na cidade ele teve que civilizar o seu barbarismo. Diferentemente de Quiroga, Rosas não se deixava levar pelas emoções, agia de forma mais requintada. Suas ações de crueldade eram planejadas meticulosamente, agia com falsidade e não perdoava seus próprios aliados. Além disso, o governador mantinha um sistema de eleições fraudulentas e promovia-se por meio de instrumentos ilustrados como os jornais, os debates públicos embora, pessoalmente, dominasse todos eles (SARMIENTO, 1999, p. 200-201).

Como dotar a Argentina de civilização?

A derrota de Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 3 fevereiro 1852, foi a oportunidade encontrada por estes intelectuais para voltarem à Confederação Argentina e colocarem em prática um projeto político inovador que superasse o obscurantismo do período anterior e legitimasse um Estado Nacional em bases constitucionais²⁸.

No artigo 7º do Acordo de São Nicolás, assinado em maio daquele ano, estava claro o esforço de constituição de uma nação entre as províncias da confederação. No artigo lia-se:

É necessário que os deputados estejam penetrados de sentimentos puramente nacionais para que as preocupações de localidade não embarquem a grande obra que se empreende: que estejam persuadidos de que o bem dos povos não se há de conseguir por exigências encontradas e parciais, mas pela consolidação de um regime nacional, regular e justo: que estimem a qualidade de cidadãos argentinos antes que a de provincianos (Citado por CHIARAMONTE, 2004, p.64).

Tal era preocupação com a consolidação de um regime nacional argentino que em 1º de maio de 1853, menos de um ano depois da assinatura do Acordo de São Nicolás, vinha a público a nova Constituição. A nova Carta Magna foi quase toda inspirada no livro de Juan Bautista Alberdi *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, publicado em agosto de 1852, e sofreu severas críticas de Sarmiento.

Em seus *Comentários de la Constitución de la Confederación Argentina* publicado logo depois da aprovação da Constituição em 1853, o intelectual sanjuanino entrou numa verdadeira polêmica com o projeto de civilização pensado por Alberdi.

Em seu projeto político, Alberdi via na aliança tradição/modernidade a chave para o progresso da Argentina. Assim, naquele primeiro momento era importante entregar o exercício do poder a uma minoria capacitada e ampliar as regras que levassem à centralização política já que a qualidade dos eleitos tinha estreita ligação com a qualidade dos eleitores.

Sarmiento, por sua vez, discordava deste posicionamento. Fortemente influenciado pelo sucesso da Constituição dos Estados Unidos, onde esteve por alguns meses, o intelectual era favorável a uma ruptura definitiva com o passado e contrário a qualquer legislação que limitasse os direitos políticos dos cidadãos de uma nação, pois isso configurava-se num ataque à democracia plena. Assim, argumentava que a verdadeira legislação era aquela que ampliava a representação popular por meio das eleições. Para ele a nação Argentina era única,

²⁸ A insistência de Rosas em dificultar a navegação do Rio da Prata e seus afluentes colocou em xeque os interesses de nações europeias e sul americanas na região. Assim, Rosas acabou sucumbindo diante de uma coalizão que reuniu forças das províncias de Entrerrios (sob a liderança de Urquiza) e Corrientes, do Brasil, do Uruguai, além de terem contado com o apoio material da Inglaterra e da França. Cf. FERREIRA, 2006.

assim como devia ser a sua legislação, por isso, era contrário à hierarquia de cidadania criada por Alberdi e aprovada na Constituição (BOTANA, 2013 p. 280).

Sarmiento também era contrário ao tratamento político a ser dado aos estrangeiros. Já em *Facundo* o autor chamava a atenção para a necessidade de não hostilizar o estrangeiro como fazia Rosas, pois além da capacidade industriosa eles eram pouco afeitos às guerras e poderiam disseminar este sentimento entre os naturais da Argentina. Em sua crítica a Alberdi ele indagava:

Los extranjeros, dice el señor Alberdi, gozan de los derechos civiles y pueden comprar, locar, vender, ejercer industrias y profesiones; las mujeres argentinas se hallan en el mismo caso, como todos los argentinos y todos los seres humanos que no tienen voto en las elecciones. ¿Para qué distinguilos?” (citado por BOTANA, 2013 p. 283).

Como referendava a carta americana, Sarmiento era a favor não só da naturalização, mas também da transformação daqueles homens e mulheres em cidadãos plenos para que se sentissem parte de um projeto nacionalizante, isso incluía o direito de poderem pegar em armas para defender o país garantido pela Constituição somente àqueles que residiam há dez anos no território, enquanto Alberdi defendia que o ideal seria trinta anos. Pensar desta maneira era encarar o imigrante como elemento nocivo à nação.

Fortemente comprometido com a instrução primária, Sarmiento era ainda terminantemente contra a ideia de que se devia deixar de lado o ensino das disciplinas morais em nome das matérias práticas e que a educação tinha que ser apreendida de maneira espontânea apenas pelos mais qualificados, por isso alertou a Alberdi: “deshonradme en hora buena; pero no toqueis la educación popular, no desmoroneis la escuela, este santuario, este refugio que nos queda contra la inundación de la barbarie” (citado por BOTANA, 2013 p. 285)²⁹.

Ao propor em *Facundo* a criação de um ministério especial para cuidar da educação pública ele já dizia que “el saber es riqueza, y un pueblo que vegeta en la ignorancia es pobre y bárbaro, como lo son los de la costa de África, o los salvajes de nuestras pampas” (SARMIENTO, 1999, 259). Como vemos, Sarmiento, ao contrário de Alberdi, depositava

²⁹ Durante toda a sua carreira Sarmiento teve uma relação de muita proximidade com a educação: aos 15 anos fundou, junto com seu tio José de Oro, uma das primeiras escolas em San Francisco del Monte (San Luis). Em 1831, no Chile, foi professor nas minas de Copiapó. Em 1836, já em San Juan, fundou um Colégio de Mulheres. De volta ao Chile, em 1842, foi diretor da Primeira Escola Normal da América do Sul. Entre 1845 e 1848 foi mandado pelo governo do Chile a países da Europa e dos Estados Unidos para pesquisar sobre a organização do ensino primário. Por fim, entre 1875-1879 foi diretor das Escolas Primárias em Buenos Aires além de ter atuado como professor universitário.

muita confiança no poder da educação como mecanismo de transformação do povo, por isso era favorável à difusão do ensino público gratuito que devia ficar a cargo do município.

Caberia também aos municípios a distribuição das terras baldias em pequenas parcelas àqueles que a desejassem “colonizar” e desenvolver a agricultura. Nisso ele entrava em um conflito direto com Alberdi para quem o manejo dos bens públicos devia se limitar ao governo federal. Sarmiento, por outro lado, mostrou-se bastante reticente quanto ao poder conferido pela Constituição aos governadores de província e ao executivo nacional que, pelas restrições impostas ao direito ao voto, podiam facilmente representar os interesses de uma oligarquia. Por isso, o intelectual foi um claro defensor da ampliação do poder dos municípios, como ocorria nos Estados Unidos. Alberdi, por outro lado, mostrava-se temeroso já que a integração do território ainda era bastante fluida.

Apesar destes pontos de atrito, Sarmiento e Alberdi concordavam em vários outros temas. Ambos acreditavam que aquele era o momento de valorizar, ao invés de rejeitar, a herança europeia, compreendê-la e transcendê-la. Alberdi, por exemplo, argumentava que os americanos não eram outra coisa senão os europeus nascidos na Europa. Crânio, sangue, cor, religião, legislação, tudo vinha de fora. Negar esta herança era negar a própria existência. Portanto, tinha chegado o momento de superar o ódio aos espanhóis – que foi a saída encontrada pelos revolucionários de 1810, como Simon Bolíva, para forjar uma determinada identidade nacional – e buscar apoio junto aos franceses e ingleses para concluir o processo de civilização, já que a ação espanhola tinha chegado ao seu fim com a Independência. Os índios, no entanto, continuavam sendo considerados selvagens e incapazes de serem civilizados (ALBERDI, 1973, p. 80-81). Sarmiento, por exemplo, dizia que o problema da incapacidade industrial do americano devia-se à incorporação do índio no processo de colonização (SARMIENTO, 1999, 28).

Tal como Alberdi, Sarmiento acreditava que a livre navegação dos rios interiores, a criação de ferrovias, o fim das barreiras alfandegárias entre as províncias, o restabelecimento do sistema de correios, a proteção das fronteiras, a nacionalização dos bens do porto de Buenos Aires, o apaziguamento das relações internacionais, a criação de uma justa legislação para corrigir os delitos públicos eram elementos necessários à integração e ao desenvolvimento econômico do Estado argentino.

Em resumo podemos concluir que embora herdeiros de uma tradição liberal e romântica, Sarmiento e Alberdi tinham algumas perspectivas diferentes a respeito do futuro da nação Argentina. Isto, de certa maneira, está relacionado às experiências e à posição social

e política assumida por estes indivíduos. Sarmiento foi um típico exemplo do *self made man*. Nasceu em uma família pobre de San Juan, autodidata, terminou a escola primária e quando jovem nunca teve condições de frequentar o círculo literário de Buenos Aires. Aos poucos foi logrando espaço na sociedade até se tornar um intelectual de sucesso e por isso depositava uma crença inabalável na atividade política e no caráter virtuoso do cidadão americano (à exceção dos índios) o que o fez defender com mais afinco a ideia da liberdade plena.

Alberdi, por seu turno, pertencia a uma família de Tucumán com algumas posses. Frequentou o *Colégio de Ciências Morais* e a *Universidade de Buenos Aires* onde iniciou a faculdade de Leis. Esta ampla formação jurídica, certamente, influenciou na confiança que ele dispensava às instituições republicanas e nos limites que devia se impor à sociedade para garantir a ordem e o progresso material. De qualquer maneira, ambos acreditavam no sucesso da democracia republicana, mesmo que tivessem ideias diferentes de como assegurá-la.

Apesar dos esforços destes intelectuais em pensar uma nova organização para a Argentina, o processo até a concretização do Estado com a participação de todas as províncias foi lento. As discordâncias de Buenos Aires frente à centralização do governo federal em prejuízo da autonomia provincial proposta por Alberdi mergulhou a Confederação Argentina em um novo período de guerras civis. Por muito tempo Buenos Aires foi reconhecido como um estado independente dentro da Confederação (FERREIRA, 2006).

A cidade portenha só voltou à cena política quando em setembro de 1861 Bartolomeu Mitre, governador da província, venceu as forças de Urquiza, líder da Confederação Argentina, tornando-se logo depois o primeiro presidente do país. No entanto, a cidade continuou tendo sua liderança contestada por várias rebeliões lideradas por caudilhos provinciais. Somente em 1880 Buenos Aires foi convertida em capital federal, embora, na prática, nunca tenha perdido sua centralidade.

Referências Bibliográficas

Fontes:

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. 13ª Ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1973.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Elaleph, 1999. Disponível em <http://www.elaleph.com/>

Artigos e Livros:

BOTANA, Natalio R.. *La tradición republicana: Alberdi y Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

CHIARAMONTE, José C. “La formación de los Estados Nacionales em Iberoamérica”. In: *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independências*. Buenos Aires: Sudamerica Pensamiento, 2004, p. 59-89.

CHIARAMONTE, José C. & SOUTO Nora. *De la ciudad a la nación: organização política en la Argentina*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GELMAN, Jorge. “De la crisis Del orden colonial al primer sistema de Rosas”. In: *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009, p. 19-45.

GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (orgs). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GUERRA, François X.. “La Desintegración de la monarquía hispánica: revolución de Independência”. In: Antonio Annino et.al. *De los impérios a las naciones iberoamericanas*. Zagagoza: IberCaja, 1999, p. 195-227.

MYERS, Jorge. “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade Argentina (1806-1825)”. In: PAMPLONA, Marco & MADER, Maria Elisa (orgs). *Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 69-92.

OSZLAK, Oscar. *La Formación Del Estado Argentino: orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Planeta, 1997, p. 45-94

A imprensa chilena e o golpe de Pinochet. O caso do jornal *El Mercurio*

Emmanuel dos Santos

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

scoopbh@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade analisar as estratégias narrativas utilizadas pelo jornal chileno *El Mercurio* nos meses finais do governo Allende, com o propósito de demonstrar como o periódico contribuiu para o desenvolvimento de um ambiente político e ideológico propício ao golpe pinochetista. Além disso, será enfatizado como o jornal apoiava-se na evocação da tradição constitucionalista do Chile e do alegado profissionalismo de suas Forças Armadas.

PALAVRAS-CHAVE: Chile, governo Allende, golpe militar, *El Mercurio*

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las estrategias narrativas utilizadas por el periódico chileno *El Mercurio* en los últimos meses del gobierno Allende para demostrar cómo el diario ha contribuido al desarrollo de un entorno político y ideológico favorable para el golpe de Pinochet. Además, será destacado cómo *El Mercurio* se apoyaba en la evocación de la tradición constitucional de Chile e de la alegada profesionalidad de sus fuerzas armadas.

PALABRAS CLAVE: Chile, gobierno Allende, golpe militar, *El Mercurio*

Introdução

Após dois anos de governo da Unidade Popular (UP), a situação política e social no Chile era dramática. A grave crise de outubro de 1972, na qual a oposição colocou o governo de Allende em xeque por meio de uma greve patronal dos transportes, explicitou as contradições da “via democrática ao socialismo”. As estratégias oposicionistas da direita buscavam paralisar o governo e gerar o caos social: intensificaram os atentados terroristas levados a cabo pela organização de extrema-direita Pátria e Liberdade; o Congresso – por meio de sua maioria formada pela Democracia Cristã e o Partido Nacional - bloqueava todas as iniciativas presidenciais e insistia em um projeto de lei que obrigaria o governo a restituir aos antigos donos grande parte das propriedades estatizadas e incluídas na Área de Propriedade Social; nas Forças Armadas ganhavam corpo as articulações golpistas. Por outro lado, intensificava-se o fracionamento da esquerda em torno das táticas e estratégias a serem seguidas para lidar tanto com a ofensiva da direita quanto para enfrentar a crescente pressão dos movimentos sociais que exigiam que o governo avançasse na política de desapropriação

de indústrias e terras e na criação do poder popular. Além disso, o país vivia uma grave crise econômica e de desabastecimento. Esse era o cenário das eleições parlamentares de 4 de março de 1973, disputa na qual a oposição esperava sair vitoriosa ao conquistar dois terços dos votos, quantia necessária para conseguir a destituição de Allende no parlamento.

A UP, no entanto, aumentou sua votação em relação à eleição anterior, conseguindo 43,39% dos votos, suficientes para manter Allende como Chefe do Executivo, mas longe de conquistar a maioria na Câmara, mantendo, assim, os impasses da construção da “via democrática ao socialismo”. Essa eleição foi momento chave na experiência chilena. Após ver inviabilizada suas pretensões de derrotar o governo pela via institucional, a estratégia do golpe militar tornou-se a opção privilegiada de amplos setores da direita, e é neste contexto que se insere o papel crucial desempenhado pela imprensa oposicionista na criação de um clima de caos social e de deslegitimação do governo, visando preparar terreno para uma saída golpista.

Neste breve trabalho, analisaremos como o diário *El Mercurio* contribuiu para o desenvolvimento desse ambiente político e ideológico propício ao golpe pinochetista; ao utilizar, sobretudo, representações que associavam o governo da UP a aspectos relacionados ao processo de desinstitucionalização da experiência chilena.

O jornal *El Mercurio* e os dólares da CIA

Fundado em 1827, em Valparaíso, o jornal *El Mercurio* passou a ser publicado em Santiago a partir de 1º de junho de 1900. Era parte do grupo empresarial de Agustín Edwards, controlador de um conglomerado que atuava em 61 empresas dos mais variados ramos, como na área financeira, no setor produtivo e de comércio, correspondendo a 20,8% do capital social do país (MONCKEBERG, 2011). *El Mercurio* era o periódico com maior influência política no país, sua circulação chegava a 100 mil exemplares em dias de semana e 340 mil aos domingos (BERNEDO, 2003, p. 60). Embora se considerasse como modelo da imprensa que buscava diferenciar informação da opinião, com a pretensão de ser objetivo e independente, a leitura de suas matérias e editoriais nos leva a identificá-lo às posições liberais conservadoras; profundamente anticomunista e defensor da propriedade privada. Ademais, expressava constantemente uma linha editorial de clara oposição ao governo Allende e consagrava não poucos esforços à defesa dos ideais nacionalistas.

Em 19 de setembro de 2000 foi desclassificado e tornado público pelo governo dos EUA o documento *Covert Action In Chile, 1963-1973*, parte integrante do relatório *Church*,

elaborado em 1975 pela Comissão de Inquérito do Senado norte-americano, que investigou as ilegalidades e ações realizadas pela CIA e outras agências governamentais ao atuarem na política interna de outros países. Entre outros mecanismos da CIA levados a cabo para articular a desestabilização do governo de Allende e contribuir para a preparação de uma alternativa golpista, o documento aponta o financiamento de setores da imprensa oposicionista; sobretudo *El Mercurio*, cujo proprietário, Agustín Edwards, desde antes da chegada da UP ao poder, já mantinha relações diretas com a presidência dos EUA. Edwards participou de várias reuniões na Casa Branca com altos funcionários do governo, sob a ordem direta do presidente Richard Nixon, que considerava *El Mercurio* peça-chave na política de oposição a Allende (MONCKEBERG, 2011). Segundo o relatório da Comissão *Church*, *El Mercurio* recebeu grande quantia de recursos financeiros da CIA:

[...] A CIA gastou \$1,5 milhão em apoio ao *El Mercurio*, o maior jornal do país e o mais importante canal de propaganda anti-Allende. De acordo com os documentos da CIA, esses recursos desempenharam um significativo papel na preparação do terreno para o golpe militar de 11 de setembro de 1973 (Covert Action in Chile, 1963-1973, p. 29. T.N.).

O documento revela ainda que o financiamento de *El Mercurio* tinha como objetivo específico contribuir para que Allende fosse impedido de tomar posse em 1970 e, depois, de auxiliar no enfrentamento contínuo ao governo. Para isso, remuneravam repórteres e editores para que produzissem diariamente material crítico a UP.

Como demonstraremos, a partir de março de 1973, *El Mercurio* intensificou em suas representações o clima de terror e caos social vivenciado na sociedade chilena. O diário enfatizava, além da grave crise econômica, a onda de atentados terroristas, a incapacidade do governo de controlar os setores mais radicais da esquerda, a infiltração comunista nas Forças Armadas, o fortalecimento do poder popular em alternativa ao Estado constitucional. Ademais, começam a surgir editoriais e matérias, do próprio jornal ou veiculadas como comunicados de partidos da direita, sugerindo ora implicitamente, ora abertamente a necessidade de uma saída militar para a resolução da crise chilena.

Duas nações em um só país

Um dos aspectos centrais da estratégia narrativa do *El Mercurio* neste período foi a construção da ideia de que o projeto da UP era a expressão de uma ditadura comunista totalitária - ou de uma “ditadura total”-, o termo mais usado em suas páginas. Para isso, utilizava-se de vários recursos, sobretudo, o de associar o governo da UP aos regimes comunistas existentes, principalmente a URSS e a Cuba. Ao mesmo tempo em que dedicava

extensas matérias para discutir o caráter totalitário desses regimes. Em uma delas, como exemplo, a assinada por *Cristián Fernández Cox* - ilustrada por uma foto de Hitler e Stálin, lado a lado, e sob o impactante título: “*El Nazismo-leninismo*”, *El Mercurio* destinava uma página inteira para discutir as semelhanças políticas, a violência comum, a irracionalidade e a “idolatria” às teorias sócio-históricas que teriam levado igualmente Alemanha e URSS ao totalitarismo. (*El Mercurio*, 12 de junho de 1973, p. 2.)

Particularmente interessante é a forma como *El Mercurio* lida com a aparente contradição entre o projeto da UP, compreendido como totalitário, e o discurso cotidiano de respeito à legalidade democrática por parte de Allende. Para o jornal, Allende, apesar de pretensamente respeitar a institucionalidade, era refém do projeto totalizante da UP, não sendo capaz de controlar e de se sobrepor aos comunistas totalitários. As disputas em torno da greve dos mineiros de *El Teniente* – amplamente apoiada pelo jornal – ilustravam essa questão. Após receber uma comissão dos grevistas, Allende foi duramente criticado pelo PC e pelo PS, que diziam que era uma greve sediciosa. Ao se defender das críticas, Allende afirmou: “nunca he renunciado ni renunciaré a las prerrogativas y a la autoridad que el cargo me impone el pueblo y el pais entero” (*El Mercurio*. 18 de junho de 1973, p. 3). No editorial *Gobierno marxista al descubierto*, *El Mercurio* comentou a contenda e declarou:

Si bién la intervención presidencial no agregó nada positivo para dar solución a una huelga que irroga más de cincuenta millones de dólares de pérdida al país [...] ha tenido la virtud de poner a la vista de todos os chilenos uno de los peligros del régimen marxista que se había olvidado: la dictadura colectiva por sobre las apariencias de una autoridad nominal. [...] Como marxista de línea, el señor Allende no debe ignorar que en un régimen como el que propicia para Chile no se concibe a un Presidente con “prerrogativas”, sino a un gobernante que se someta a las decisiones de un Ejecutivo colegiado (*El Mercurio*. 18 de junho de 1973, p. 3)

A partir da crise de outubro de 1972, um acontecimento importante para a criação do clima de terror psicológico propício à preparação do terreno para o golpe foi a onda de atentados terroristas que, em centenas de ações, mandou pelos ares pontes, linhas férreas, trens, residências; gerando um clima de medo e insegurança. Moniz Bandeira demonstrou como tais ataques foram levados a cabo pelos extremistas de direita reunidos em torno do movimento Pátria e Liberdade, sob instrução e supervisão direta de militares chilenos (MONIZ BANDEIRA, 2008). *El Mercurio* desempenhou importante papel ao noticiar com destaque e relevo diariamente essas ações. Ao selecionar e destacar notícias sobre os atentados terroristas efetuados por Pátria e Liberdade, *El Mercurio* frequentemente as estampava ao lado de matérias relacionadas ao *Movimiento de Izquierda Revolucionária*

(MIR). Dessa forma, a publicação não só atuava como fomentador do clima de medo e terror que em si geravam esses ataques, mas também conseguia que fossem associados ao extremismo da esquerda.

A nítida influência política do *El Mercurio* no desenvolvimento dos conflitos e na crise final do governo Allende, ilustra com propriedade o que salienta Marialva Barbosa sobre a relação dialética entre a representação da realidade feita pelos meios de comunicação e a própria influência desses veículos no desenrolar dos acontecimentos:

Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, na verdade, estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores desses acontecimentos. (BARBOSA, 1995)

Edição emblemática na relação dialética entre a representação construída de determinada realidade e sua influência política na reconfiguração da própria realidade representada, é a edição de 5 de abril de 1973, cuja capa apresenta em letras garrafais a manchete: *Desatada Ola de 'Tomas* e ao lado, em meia página, uma foto de um *carabinero* (como é conhecida a polícia chilena) semi-curvado, sendo golpeado com um porrete por um operário fabril mascarado de uma das fábricas ocupadas. A “meta-capá” de um dos cadernos de *El Mercurio*, no dia seguinte, 06 de abril, traz ao leitor uma fotografia de dois homens observando atônitos a capa da edição do dia anterior em uma banca de jornais. Em letras gigantes, *El Mercurio* vangloriava-se do efeito causado pela foto da última capa: *Profundo Impacto*. Ainda pouco discutido nos trabalhos sobre imprensa e história, e que estas duas capas evidenciam, é a ampliação da influência da mídia impressa no hábito cultural de observação das capas dos jornais e revistas em seus pontos de venda, algo bastante comum nas grandes cidades. O impacto de sua primeira página pode, assim, ampliar e fortalecer, em grande medida, o alcance da construção de determinadas representações e ideias difundidas pelos veículos impressos.

Usualmente, *El Mercurio* franqueava suas páginas para anúncios e comunicados dos partidos da direita. Em 20 de junho, em página inteira, o jornal publicou um comunicado do Partido Nacional que levou o Ministro da Corte de Apelações, Raúl Moroni, a suspender *El Mercurio* por seis edições, aceitando a alegação impetrada pelo governo de infração à *Lei de Seguridad Interna* por sedição. No dia 22 de junho, cumprindo a ordem imposta, *El Mercurio* deixava de circular pela primeira vez em 73 anos de existência na capital; situação que logo foi revertida por uma apelação do jornal, aceita pela justiça chilena. No comunicado que

levou a suspensão do *El Mercurio*, o Partido Nacional condenava o terrorismo marxista da UP, que estaria levando o Chile ao caos econômico, à desagregação dos valores tradicionais, à destruição do Estado de Direito, à sedição nas Forças Armadas. Além de defender abertamente a desobediência ao governo:

El señor Allende ha violado en forma deliberada y sistemática su promesa solemne de respetar y hacer cumplir la Constitución y las Leyes. [...] A la luz del derecho y la moral, nadie está obligado a respetar no obedecer a un Gobierno que deja de ser legítimo. (*El Mercurio*, 20 de junho de 1973, p.11)

Desde a década de 1930, o Chile viveu ininterruptamente uma sucessão democrática de governos de distintos matizes políticos. Tal dinâmica histórica era um dos aspectos que fundamentavam as análises políticas e teóricas da UP em sua afirmação da viabilidade da via democrática ao socialismo no Chile. No governo, havia uma profunda confiança em que as Forças Armadas iriam, ao longo do processo, garantir a ordem legal e respeitar as decisões institucionais. A longa tradição democrática chilena desempenhou importante papel de fortalecer as convicções políticas em torno de uma excepcionalidade profissional de suas Forças Armadas³⁰. O seguinte trecho de um discurso de Allende de 21 de maio de 1971, citado por Zárate (2005, p.186), é emblemático a respeito do pensamento do governo em relação à armada:

Han dicho que las fuerzas armadas y carabineros no aceptarían garantizar la voluntad popular decidida a edificar el socialismo en nuestro país. Olvidan la consciencia patriótica de nuestras fuerzas armadas y de carabineros, su tradición profesional y su sometimiento al poder civil. Y afirmo que las Fuerzas Armadas chilenas y el Cuerpo de Carabineros, guardando fidelidad a su deber y a su tradición de no interferir en el proceso político, serán el respaldo de una ordenación social que corresponda a la voluntad popular expresada en los términos que la Constitución establezca.

Em junho de 1973, as articulações golpistas desenvolviam-se nas Forças Armadas, quando um setor de militares e membros do movimento Pátria e Liberdade realizaram uma tentativa frustrada de golpe em 29 de junho, intencional que ficou conhecida como *tanquetazo*. No dia seguinte à tentativa do golpe, *El Mercurio* publicou o editorial *Dos naciones en un solo país*, no qual é possível observar a estratégia da evocação da tradição constitucionalista do Chile:

La fuerza de nuestra democracia radicaba, precisamente, en la estructura real de nuestra institucionalidad y en la tradición, nunca antes atropellada, de respetarla, aun cuando algunos pensarán que era bueno alterar su diseño. Este sentido institucional del chileno nos es una mera casualidad. Es la

³⁰ Ver Zárate (2005) e Valenzuela (2013) sobre a política da UP para as Forças Armadas e a questão da neutralidade profissional dos institutos castrenses.

herencia del Consejo de Indias, de la administración ordenada de un país, cuya población, étnicamente, es uniforme y que se dio a sí misma una estructura Republicana [...]. (*El Mercurio*, 30 de junho de 1973. p.2)

Ao mesmo tempo, *El Mercurio* responsabilizava o governo pelo surgimento das ameaças que colocavam em risco a ordem institucional, por meio da criação de órgãos de poder paralelo, que poderiam levar à ditadura totalizante comunista:

La porfía, tozudez y negativa total de la U.P., de reconocer, o tan siquiera escuchar las voces de las mayorías nacionales, los han ido impulsando a crear toda suerte de organizaciones extralegales e de hecho, paralelas a que constituyen la estructura institucional chilena. [...] Su objetivo es claro: cuando las fuerzas democráticas mayoritarias nos les permiten imponer su criterio minoritario, recurren a inmovilizar la acción de estas mayorías, creando estructuras paralelas incondicionales a sus intenciones. Así avanzan hacia su meta: alcanzar el PODER TOTAL. (*El Mercurio*, 30 de junho de 1973. p. 2)

Esse enquadramento da situação chilena mostra como *El Mercurio*, desde então, recorria à construção de representações que procuravam resgatar e reforçar as tradições democráticas chilenas e contrapô-las ao perigo da desagregação total simbolizada pelo governo e pelos partidos da UP. Nessa perspectiva, segundo o periódico, o governo inevitavelmente levaria o Chile, em sua tentativa de instaurar uma ditadura comunista, ao caos e à guerra civil. A partir desse momento, *El Mercurio* admitiu abertamente sua intervenção no processo político chileno:

En los tiempos que vive el país “El Mercurio” cumple duras y ineludibles obligaciones. Sus páginas, que casi durante tres cuartos de siglo registraron principalmente las crónicas de los acontecimientos mundiales y nacionales, ofrecen ahora también un palenque en que se combate por la permanencia de los valores esenciales de la libertad. Por tradición se colocaba a “El Mercurio” por sobre las luchas políticas y las facciones, pero desde que el país se escindió en dos partidos, el del marxismo y el de la democracia, el diario debió abrazar este último. (*Mision de Este Diario en el Momento Actual. El Mercurio*, 24 de julho de 1973, p. 3.)

As *olas de tomas*, processo no qual os trabalhadores ocupavam e passavam a controlar as fábricas que não haviam sido incluídas na Área de Propriedade Social, foi outro aspecto de ruptura institucional bastante explorado por *El Mercurio*. Após o *tanquetazo*, os setores populares ligados ao MIR e às alas mais radicais do PS ocuparam várias empresas da capital, integrando-as aos Cordões Industriais. Enquanto a imprensa ligada ao governo estampava nas primeiras páginas matérias sobre o golpe e exigiam a identificação dos responsáveis, *El Mercurio*, por sua vez, dava amplo destaque a onda de ocupações realizadas como resposta

imediate à tentativa golpista. Seguiram-se dezenas de reportagens sobre o perigo do poder popular e da desagregação nacional promovida pela UP.

Com o agravamento das tensões, a renúncia do General Carlos Prats em 24 de agosto, cujo sucessor no comando das Forças Armadas era Augusto Pinochet, abriu outro momento crucial na crise da *experiência chilena*. Durante o *tanquetazo*, Prats havia enfrentado de peito aberto os golpistas nas ruas de Santiago. Tanto para o imaginário popular quanto para a cúpula do governo, Prats era o símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas. Sua saída indicava que as articulações golpistas conseguiam remover o último obstáculo ao golpe. Em editoriais e reportagens, *El Mercurio* reforçava a ideia das Forças Armadas como guardião do Estado de Direito, para isso construía a imagem de que a UP colocava em risco a sobrevivência do Chile unido, da Nação e do Estado chileno.

Sobre o profissionalismo das Forças Armadas, Carlos Altamirano, principal dirigente do PS, escreveu, anos após o golpe, uma elaborada análise dos aspectos que contribuíram à mitificação do papel constitucionalista da armada chilena. Em sua obra, ele destacou os elementos constitutivos das forças militares chilenas e suas características marcantes em seu desenvolvimento posterior. Ressaltou o papel antioligárquico e republicano cumprido no início do séc. XX, além de destacar que o “apoliticismo” militar sempre esteve condicionado à capacidade do sistema em regular suas crises internas, sem a necessidade de recorrer à violência. Apontou, também, que a profissão militar, diferentemente de outros países da América Latina, sofria de baixo prestígio social e de baixíssimo nível de “ilustração”, imersos em sua própria subcultura e, também de forma distinta aos vizinhos latino-americanos, alheios aos problemas sociais, políticos, econômicos e internacionais:

Vemos entonces cómo una concatenación de factores convergentes alimentan la ilusión de una fuerza armada políticamente prescindente, no deliberante y sometida al poder civil. Una especie de mítico ejército profesional, más allá de las clases y por encima de sus conflictos. La más seria desviación del proceso chileno, y la que en definitiva sellara su destino, fue acceder, sólo con tímidas reservas intelectuales, a la aceptación de este mito. (ALTAMIRANO, 1977, p. 148)

Sobre esse tema, a historiadora chilena Verónica Valdivia Ortiz de Zárate escreveu:

Este alejamiento del conflicto político contribuyó al mito de la excepcionalidad de los militares y de la democracia chilena, en oposición a lo que ocurría en el resto de América Latina; mito internalizado en especial por los partidos y los políticos (ZÁRATE, 2005, p.181).

A partir da renúncia de Prats, *El Mercurio* intensificou as notícias relacionadas ao perigo da infiltração comunista nas Forças Armadas, cujo eixo temático girava

frequentemente na suposição de que o MIR avançava em sua estratégia marxista clássica de "divisão das forças armadas", como no editorial *Agravio comunista a las fuerzas armadas*:

El comunismo internacional sabe perfectamente que a existencia de Fuerzas Armadas genuinas, o sea, profesionales y jerarquizadas, entre otros atributos, representa un escollo insalvable para sus pretensiones de controlar el poder total. De ahí que aspire a destruirlas o a lo menos neutralizarlas, camino que adoto en nuestro país [...]. (*El Mercurio*, 8 de setembro de 1973)

Por sua vez, os setores da esquerda que defendiam a estratégia rupturista de tomada do poder e implantação da ditadura do proletariado, denunciavam a forma como Allende conduzia o governo, vista como conciliadora. Para eles, Allende não se empenhava em punir os militares sediciosos responsáveis pelo *tanquetazo*. Alertavam sobre o perigo de um novo golpe e do caráter inconciliável entre os interesses da oficialidade militar e da estratégia socialista. Denunciavam, ainda, que a intenção de Allende de incorporar os militares em um novo gabinete cívico-militar não levaria à conciliação com os militares sediciosos, mas sim enfraqueceria a resistência popular ao iminente golpe. Neste momento, ocorreu uma grande crise e tensão entre os vários setores da esquerda, com diversos grupos defendendo a necessidade de armar os trabalhadores para resistir à ofensiva militar. Por outro lado, o PC e Allende se mantinham como férreos defensores da legalidade institucional, ambos sustentavam que qualquer iniciativa para criar um exército popular só levaria o Chile à guerra civil e a um massacre desnecessário (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Evidentemente, é impossível precisar até que ponto essa mitificação do profissionalismo da armada chilena influenciou nas políticas concretas e nas escolhas feitas pelos distintos atores político da UP; entretanto, é parte daquilo que Alberto Aggio (2002) chamou de “enigma da experiência chilena”: a enorme dificuldade enfrentada pela UP em dar origem ao *novíssimo*, uma experiência histórico-concreta que superasse, em seu “como fazer”, as fórmulas e limitações teóricas que lidavam com o ineditismo do projeto da “via democrática”.

A partir dessa breve exposição das principais estratégias narrativas de *El Mercurio* nos meses finais do governo, nos parece clara a influência e a importância política que exerceu na preparação e articulação do golpe de 11 de setembro de 1973. Ao criar, em suas páginas, um ambiente político e social em que a saída militar parecia o mal menor frente às representações de caos e da desagregação da nação chilena imputadas ao governo da UP.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo. A experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota: Chile, 1970-1973*. Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formula para o caos. A derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BERNEDO, Patricio. La prensa escrita durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático. In: ROLLE, Claudio (org.). *1973: la vida cotidiana de un año crucial*. Santiago: Planeta Editorial, 2003.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: INTERCOM - *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, vol. XVIII, n. 2, julho/dezembro de 1995.

MONCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: VALLEJOS, Julio Pinto (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

Referências documentais

Jornal *El Mercurio*, edições entre abril e setembro de 1973, disponível na Biblioteca Nacional do Chile e na Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.

Covert Action In Chile, 1963-1973. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<http://www.intelligence.senate.gov/pdfs94th/94chile.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

A Brigada Simón Bolívar e sua participação na Revolução Nicaraguense (1979)

Igor Santos Garcia

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

igorsangarcia@gmail.com

RESUMO: A Brigada Simón Bolívar foi uma organização internacional de combatentes que lutou nos momentos finais da Revolução Sandinista, portanto, em 1979. Foi criada pela iniciativa de um partido colombiano de inspiração trotskista, o *Partido Socialista de los Trabajadores*, PST. A brigada teve efêmera duração, apenas três meses, uma vez que foi expulsa do território nicaraguense, acusada de radicalismo político, em agosto de 1979.

PALAVRAS-CHAVE: Trotskismo na América Latina; Sandinismo; Brigada Simón Bolívar.

RESUMEN: La Brigada Simón Bolívar fue una organización internacional de combatientes que luchó en los fines de la Revolución Sandinista, por lo tanto, en 1979. Fue creada por iniciativa de un partido colombiano con inspiraciones trotskistas, el *Partido Socialista de los Trabajadores*, PST. Esa brigada tuvo corta duración, tres meses, ya que fue expulsada del territorio nicaraguense, acusada de radicalismo político, el agosto del 1979.

PALABRAS-CLAVE: Trotskismo en América Latina; Sandinismo; Brigada Simón Bolívar.

Introdução

Em maio de 1979, o jornal *El Tiempo* da Colômbia publicou uma coluna peculiar³¹. O jornalista Daniel Samper Pizzano escreveu:

En la calle 17 No. 4-49, oficina 201. de Bogotá, están necesitando gente. No dan trabajo ni prometen enriquecer aspirantes de la noche a la mañana a través de la venta de enciclopedias. Lo único que ofrecen es la posibilidad de perder la vida, someterse a riesgos e incomidades y llevar durante un tiempo incerto una vida llena de peligros. A cambio, solo brindan la oportunidad de luchar por la liberación de un pueblo. En ese lugar funciona la oficina de reclutamiento de combatientes colombianos que quieran voluntariamente alistarse en la lucha armada contra la dictadura de Anastasio Somoza en Nicaragua.

Assim se iniciou a organização da brigada de combatentes, ao menos publicamente. A intenção era agrupar voluntários que se dispusessem, então, a combater militarmente na Revolução Sandinista. O partido que organizou a Brigada Simón Bolívar fora fundado três anos antes, em 1976, com a ação da Fração Bolchevique da Quarta Internacional na

³¹ A data da publicação não pôde ser identificada, uma vez que o recorte do jornal que tive acesso não contém a informação. Entretanto uma publicação recente ligada ao movimento trotskista, *Marxismo Vivo: Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 21, Ano 2009, afirma que a publicação do *El Tiempo* é do mês de maio.

Colômbia; e em 1979 já possuía alguma influência no país, sobretudo junto ao movimento sindical.

O objetivo era, então, solidarizar-se com a luta dos nicaraguenses contra a ditadura de Anastasio Somoza Debayle, que havia chegado a um momento crítico. A revolução na Nicarágua, que tinha como liderança militar a direção colegiada da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), promovia uma guerra de guerrilhas no interior do país desde a década de 60, e a essa altura já organizava a ofensiva final contra a Guarda Nacional, braço armado da ditadura somozista, que contava com apoio dos Estados Unidos. A participação dos brigadistas que se organizaram desde a Colômbia foi muito curta, militarmente, porém aconteceu, inclusive contando com três mortes. Após a vitória da FSLN e da população nicaraguense, que apoiava a revolução, em julho de 1979, a intenção era manter os brigadistas da Simón Bolívar na Nicarágua para que estes participassem do processo de reconstrução nacional. Entretanto, por motivos que serão expostos no decorrer do trabalho, os integrantes da Brigada foram expulsos do território nicaraguense.

Breve história do trotskismo

A história da Quarta Internacional e, portanto, do trotskismo, tem início com a formação da Oposição de Esquerda encabeçada por Leon Trotsky, em 1932. Como se sabe, Trotsky havia sido expulso da URSS por Stálin. Em conjunto com outras organizações, o veterano da Revolução Russa organizou uma oposição ao revisionismo marxista empreendido pela Terceira Internacional, soviética. Os primeiros pontos defendidos por essa organização são, até hoje: o caráter internacional da revolução socialista, a independência do partido proletário e o reconhecimento da utilidade dos “programas mínimos”³². Passados seis anos desde a organização da Oposição de Esquerda, concretiza-se o que Leon Trotsky defendia: a formação de uma internacional comunista independente da Terceira Internacional, stalinista. Para Trotsky, a União Soviética continuava a ser um Estado operário, porém, a Internacional soviética estava nas mãos de Partido Comunista “degenerado” e “burocratizado”, por isso a necessidade de uma Internacional Comunista independente. No dia 3 de setembro de 1938, então, foi fundada a Quarta Internacional, que teve como principal orientação ideológica o Programa de Transição, um programa político redigido por Trotsky com a colaboração de diversos intelectuais de esquerda (SAGRA, 2010; TROTSKY, 2011).

³² O programa mínimo é um tipo de adaptação do programa partidário para a participação em movimentos que não necessariamente tenham um caráter socialista revolucionário. Seria, de certa forma, uma adaptação do programa revolucionário, que tem como objetivo a implantação do socialismo, à realidade objetiva da luta dos trabalhadores.

O trotskismo defende primordialmente a liderança proletária independente e as reivindicações transitórias nos processos de luta de classes. É defendida abertamente a utilização de programas mínimos para a conquista de avanços para a classe operária. Sendo assim, seria aceitável a aliança com setores burgueses na luta do proletariado de países “atrasados”, ou seja, onde há falta de democracia e grande influência do imperialismo. Entretanto, é sempre frisada a importância da independência do partido de vanguarda do proletariado. Trotsky defendia a aliança com a burguesia, porém deixou muito claro que as conquistas democráticas deviam estar sempre motivadas pelo objetivo final da classe: a revolução socialista. Daí a importância fundamental da independência do partido revolucionário, que tinha como dever conduzir sempre a luta política para o rumo da revolução socialista (TROTSKY, 2007).

Na América Latina, a Quarta Internacional tem uma história própria. Culmina com a fundação de uma fração da Internacional trotskista em 1972, a Liga Internacional dos Trabalhadores. Sua origem, segundo seus próprios partidários, é associada à militância em nível internacional do militante argentino Nahuel Moreno. A Liga Internacional dos Trabalhadores é, portanto, o resultado de um processo longo de disseminação do trotskismo, recheado de polêmicas quanto a acontecimentos históricos diversos, que, devido às suas complexidades, não trabalharei em detalhes aqui. Fato é que, em 1963, o grupo liderado por Nahuel Moreno integra-se ao SU, ou Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Isso ocorre em 1963, e já em 1974 o grupo “morenista” resolve fundar uma fração independente do SU, a Fração Bolchevique (FB), por uma polêmica surgida após a Revolução dos Cravos em Portugal. O partido colombiano, organizador da Brigada Simón Bolívar, é fundado, então, pela militância vinculada à Fração Bolchevique, em 1976 (SAGRA, 2010).

A análise do trotskismo permite traçar já de início alguns pontos que serão identificados no discurso da Brigada Simón Bolívar e do *Partido Socialista de los Trabajadores*. Possibilita identificar que o objetivo da intervenção trotskista foi conduzir os trabalhadores nicaraguenses para um processo de conquistas democráticas e luta contra o imperialismo. Ao mesmo tempo procurou influenciar na construção de um movimento de classe que teria como objetivo final a revolução socialista. A questão principal é: em que ponto esse programa, levado a cabo pela Brigada Simón Bolívar, chegou a criar um impasse com a FSLN?

A Revolução Sandinista

A revolução na Nicarágua possuía um caráter extremamente popular, com adesão imensa da população pobre. A vanguarda armada do movimento, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, era uma organização extremamente heterogênea. Seu comando provinha de uma direção colegiada, com representantes de três tendências: Tendência Insurreição, Guerra Popular Prolongada e Proletária. O objetivo comum era derrubar a “dinastia” Somoza, ou seja, vencer a ditadura de Anastasio Somoza Debayle através das armas.

A Nicarágua, desde o século XIX, foi extremamente afetada pelo imperialismo norte-americano. De 1849 a 1933 sofreu nada menos que quatorze intervenções dos Estados Unidos, que sempre tomavam partido em conflitos internos a fim de assegurar que presidentes aliados estivessem no poder. A última intervenção, que teve fim em 1933, deixou como herança a Guarda Nacional, e como seu comandante Anastasio Somoza García. O fim desta última intervenção deu-se com o tratado de paz entre conservadores e liberais, que em 1926 protagonizaram uma guerra civil. Neste contexto, surgiu a figura de Augusto César Sandino, um homem simples que organizou uma guerra de guerrilhas no interior do país. Sandino lutara ao lado do liberal José Maria Moncada até este depor as armas em 1927. Após este momento, Sandino, o “general de homens livres”, lutou sozinho com sua guerrilha camponesa. A luta de Sandino, explicitada em seus discursos, era por uma Nicarágua livre do imperialismo, democrática e pautada na preocupação com a população camponesa, sobretudo (SELSER, 1979; ZIMMERMANN, 2006).

O então comandante da Guarda Nacional, Anastasio Somoza García, foi escolhido cuidadosamente pela CIA. Desde o começo demonstrou ser um comandante cruel, e Sandino foi assassinado em 1934 por ordens diretas do mesmo. Em 1936, Somoza deu um golpe de Estado que derrubou o então presidente Juan Bautista Sacasa, e assumiu o poder, inicialmente indicando aliados para a presidência e depois como presidente eleito. Nas décadas seguintes o país ficou a mercê da família Somoza. As eleições davam a vitória sempre a membros da família Somoza ou a candidatos “fantoques”. A enorme influência da família na economia nacional, com grandes quantidades de fazendas e empresas, e a violência da Guarda Nacional na repressão aos inimigos políticos marcou a ação da “dinastia” somozista na Nicarágua. Após a morte de “Tacho” Somoza³³, assassinado pelo poeta Rigoberto López Pérez, não houve mudanças substanciais. Seus filhos, Luis Somoza Debayle e Anastasio Somoza

³³ Anastasio Somoza García era conhecido como “Tacho” Somoza; seu filho, Anastasio Somoza Debayle, como “Tachito” Somoza.

Debayle, deram continuidade ao regime autoritário. Entretanto, em 1959 um acontecimento importante deu mostras de que um movimento de oposição estava amadurecendo no interior da ditadura nicaraguense. Em junho houve uma tentativa de organização de guerrilha no norte do país. Aquela que seria conhecida como *Brigada Rigoberto López Pérez* foi esmagada pela Guarda Nacional na localidade de El Chaparral, mas o movimento “pode ser visto como o primeiro momento da revolução nicaraguense de 1979”(ZIMMERMANN, 2006, p. 42). A partir de El Chaparral, guerrilha organizada com apoio cubano e do próprio Che Guevara, o movimento estudantil na Nicarágua começou a se articular e a defender a luta armada. A Frente Sandinista de Libertação Nacional, com este nome, foi fundada em 1963, e sua origem foi o Movimento Nova Nicarágua (MNN), criado em 1961. Outras tentativas de implementação do foco guerrilheiro foram empreendidas, em 1961 e em 1967. À medida que as ações se tornavam mais radicais, mais pessoas passaram a conhecer a FSLN e a simpatizar com o movimento. Em 1972, um grande terremoto desestabilizou a situação econômica e social da Nicarágua, e foi nesse contexto que a guerrilha ganhou força. Em 1979, a Frente Sandinista já controlava parte do país e contava com apoio popular massivo (ZIMMERMANN, 2006).

A Revolução Sandinista, portanto, foi o resultado de uma contradição muito comum na América Latina: exploração de uma elite apoiada pelo imperialismo a uma população pobre, de origem camponesa e operária.

La historia del FSLN es sin dudas una historia de enfrentamiento armado a la dictadura somocista, pero también es una historia de organización campesina y obrera, de luchas barriales y sindicales, de defensa de los derechos humanos y las libertades cívicas, de movilizaciones estudiantiles y demandas culturales. El protagonismo de masas que tuvo lugar desde principios de 1978 fue al mismo tiempo fructificación del trabajo y del ejemplo precedentes, y abono para formas más organizadas y masivas de lucha (VILAS, 1984, p. 195-196).

A Brigada Simón Bolívar

A Brigada Simón Bolívar começou a ser organizada em maio de 1979, conforme indica a publicação do periódico *El Tiempo*, apresentada na introdução. Contou com cerca de 1200 inscrições, mas apenas 53 voluntários chegaram a viajar para a Nicarágua. Ao todo, a brigada contou com 110 membros, incluindo aqueles que se integraram a ela na Nicarágua. Voluntários da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Porto Rico participaram do ato de solidariedade à Revolução Sandinista; dentre esses, três combatentes morreram: os colombianos Mario Cruz Morales e Pedro J. Ochoa, e o nicaraguense Max Leoncio Senqui.

Na Nicarágua, o contingente expedicionário lutou sob a disciplina militar sandinista, na Frente Sul, que era comandada por Éden Pastora. A Brigada Simón Bolívar era comandada pelos colombianos Kemel George, Camilo González e Darío González. Ao chegarem em território nicaraguense, os brigadistas receberam uma rápida instrução militar sob orientação sandinista e foram integrados ao combate na região de Bluefields. María Claudia Linares, colombiana que renunciou a seu próprio emprego para se integrar à Brigada Simón Bolívar, conta como foram as primeiras experiências dos combatentes:

La primera experiencia es la de la instrucción. Pasamos por dos escuelas. En la primera recibimos instrucción militar, la outra era una escuela revolucionaria. Nos enseñaron a disparar y todas las cosas propias de lo militar. Luego nos incorporaron al Frente Sur, a la guerra de posiciones que era la estrategia que se adelantaba en ese momento (EL SOCIALISTA, N. 165).

Na Nicarágua, o *Partido Socialista de los Trabajadores*, organizador da Brigada, promovia campanhas de recolhimento de fundos. O jornal *El Socialista*, vinculado ao PST, em diversas oportunidades publicou sobre a necessidade de organização dos trabalhadores colombianos para reunir verbas para o auxílio da Revolução Sandinista. Em um dos editoriais do jornal, por exemplo, uma campanha foi lançada:

El Comité de Amigos del Pueblo de Nicaragua, en reunión con el compañero Julio Cisneros Solórzano, delegado del Frente Sandinista que nos visitó esta semana, resolvió impulsar un nuevo plan de movilización solidaria con la revolución nicaraguense. Este plan, además de otras iniciativas que detallamos en otros artículos de *El Socialista*, tiene como punto fundamental que los trabajadores, a través de las organizaciones sindicales colombianas, donemos un día de salario (EL SOCIALISTA, N. 166).

De maneira geral, a ação da Brigada Simón Bolívar se resumia aos dois aspectos apresentados. Na Nicarágua, se integrava ao combate militar contra a Guarda Nacional somozista, e na Colômbia, por iniciativa do PST, promovia campanhas de solidariedade, tanto de apoio financeiro como de apoio político, com manifestações de rua etc. No entanto, o objetivo do partido colombiano era estabelecer um apoio crítico à Frente Sandinista de Libertação Nacional. Como um partido de inspiração trotskista, o PST analisava o processo revolucionário sob a perspectiva marxista. O discurso, portanto, trazia elementos para a construção do socialismo a partir da derrubada de Anastasio Somoza Debayle.

A Revolução Sandinista sob a ótica revolucionária

O jornal do *Partido Socialista de los Trabajadores*, *El Socialista*, demonstra como a Fração Bolchevique, organização latino-americana trotskista, analisava o processo de luta em curso na Nicarágua.

O programa de governo sandinista³⁴, de maneira geral, consistia nos seguintes pontos: realização da reforma agrária, reforma nas leis trabalhistas, livre sindicalização, desenvolvimento econômico para benefício geral, investimentos em saúde e educação, e democratização. A análise do projeto sandinista demonstra o caráter libertador e nacionalista do movimento. Preocupava-se, primordialmente, com conquistas básicas para a população, como por exemplo, direito a educação e moradia. Por outro lado, o discurso do PST colombiano acrescentava a essas reivindicações a necessidade de organização da classe trabalhadora, para que o governo nicaraguense fosse de fato construído através da participação popular.

Em um artigo do *El Socialista*, defende-se a expropriação e a manutenção da população armada, conforme segue:

Hay que expropiar los inmensos bienes de la familia Somoza, y a todas las grandes compañías imperialistas y nacionales. [...] Es necesario disolver a la Guardia Nacional, formando inmediatamente cortes sumarias sin apelación [...] La única manera de lograr que estos grandes propósitos se cumplan es con las armas en la mano. Ni una arma debe ser desempañada. Antes por el contrario, debe propiciarse el armamento general del pueblo y la formación de milicias con los combatientes, pues aceleran la caída de la dictadura, contribuyen a su liquidación definitiva, y permiten mantener las conquistas de la revolución (EL SOCIALISTA, No 160).

Além da defesa da manutenção da população armada, o que não ocorreu após a vitória da revolução, o *El Socialista* publicou um artigo, no dia 15 de junho de 1979, dizendo que a FSLN era um movimento demasiado heterogêneo e com um programa “meramente democrático y con peligrosas concesiones a la burguesia opositora” (EL SOCIALISTA, No 158). Uma semana depois, no dia 22, o jornal se posicionou contra a formação do Governo de Reconstrução Nacional, pois este não conduziria a revolução para a realização da reforma agrária. Segundo o artigo “no solo no la impulsará, sino que se opondrá a ella cuando los comités de hacienda que ya el sandinismo ha empezado a conformar, la exijan”(EL SOCIALISTA, No 159).

A análise dos artigos referentes à Revolução Sandinista no periódico do *Partido Socialista de los Trabajadores* permite concluir que as críticas feitas pelos trotskistas da Colômbia, organizadores da Brigada Simón Bolívar, eram dirigidas, fundamentalmente, à “capitulação” da Frente Sandinista às pressões imperialistas e à burguesia nicaraguense, do

³⁴ Este é o programa que foi organizado pela Frente Sandinista em 1978, portanto, antes da conquista do poder. Considero então uma série de promessas da FSLN, neste documento representada por Daniel Ortega, Victor Tirado e Humberto Ortega.

que à ação concreta da mesma. A defesa dos comitês de organização dos trabalhadores, frequentemente abordada nas publicações do jornal, é uma defesa do programa sandinista, por exemplo. Além do mais, várias fábricas nicaraguenses começaram a se organizar em comitês de operários no final do processo de luta revolucionária. E isto não pode ser associado à ação da Brigada Simón Bolívar, ao menos não exclusivamente. A exemplo dos trabalhadores da *Compañía Plywood de Nicaragua*, que decidiram “elegir delegados por cada sección que serian los que se entenderian con el delegado sandinista que va a controlar la administración”³⁵, outras empresas passaram a ser controladas por trabalhadores.

Um boletim extraordinário do partido colombiano, de agosto de 1979, reconhece que a intenção da Brigada Simón Bolívar era “aumentar la esfera de influencia política por el socialismo”, porém afirma categoricamente que os brigadistas buscavam sempre a “integración a los barrios, al movimiento obrero, al ejército sandinista y a la milícia”. Este e outros documentos comprovam que as ações dos brigadistas colombianos, não importando a perspectiva ideológica, sempre levaram em conta a autoridade da Frente Sandinista de Libertação Nacional. O trabalho da Brigada Simón Bolívar após a vitória da revolução, em 19 de julho de 1979, com as organizações de comitês de fábricas não pode ser diretamente associado à expulsão da mesma do território da Nicarágua. O impasse está relacionado ao tipo de governo que assumiu o poder após a longa guerra contra a ditadura somozista.

A expulsão dos brigadistas

Uma análise da situação da Nicarágua após a vitória da revolução pode apontar elementos que permitam compreender a expulsão da Brigada Simón Bolívar em agosto de 1979. O programa do governo sandinista, apesar de não ser radicalmente revolucionário, não poderia ser relacionado com a expulsão, conforme já dito. O programa, que com certeza trazia muito menos elementos que os trotskistas historicamente reivindicam, não era, todavia, extremamente distantes da espécie de programa mínimo defendido pelo *Partido Socialista de los Trabajadores*. A relação entre os comandantes da Brigada e os comandantes da FSLN era extremamente amistosa, a correspondência entre os dirigentes apontam inclusive uma enorme gratidão por parte dos sandinistas. A expulsão, sem dúvida, foi uma surpresa para os brigadistas. O único impasse que pode ser aqui considerado é que o governo que assumiu o poder após a vitória da revolução, o Governo de Reconstrução Nacional, não era propriamente sandinista. Assim como temia o PST colombiano, a Frente Sandinista cedeu às pressões da

³⁵ Parte de um documento que expõe as decisões do comitê de organização da *Compañía Plywood de Nicaragua*, madeira de Manágua, datado de 25 de julho de 1979.

oposição burguesa à ditadura, e fez uma aliança com partidos liberais e conservadores. A participação burguesa comprovou que a revolução não teria capacidade para romper totalmente com a propriedade privada e com a ingerência dos EUA.

O governo dos Estados Unidos já se mostrava preocupado com a política nicaraguense desde antes da vitória sandinista. Isso se expressou através da imprensa. O periódico *Intercontinental Press*, vinculado ao *Socialist Workers Part* (SWP), partido filiado à Quarta Internacional, publicou um artigo acusando a imprensa estadunidense de mascarar a real situação da Nicarágua. Segundo a matéria, o *Washington Post* havia publicado denúncias contra “ultraesquerdistas” na Nicarágua, dando a entender que trotskistas estariam colocando em risco o Governo de Reconstrução Nacional nicaraguense. O periódico também publicou trechos de um editorial do *The New York Times* que claramente pressionava o Congresso americano a enviar ajuda financeira para o governo nicaraguense, uma vez que, “fora de controle”, ninguém poderia afirmar que o país da América Central não se tornaria uma “nova Cuba” (INTERCONTINENTAL PRESS, No 31).

A expulsão da Brigada Simón Bolívar aconteceu, principalmente, pelas pressões norte-americanas. A preocupação com os rumos da Revolução Nicaraguense fica clara com as publicações dos jornais dos EUA. A mensagem norte-americana contra o “ultraesquerdismo”, mesmo que velada, se destinava primeiramente à FSLN e não aos brigadistas colombianos. A Frente Sandinista, entendendo a mensagem e expondo a decisão de um rumo moderado para a revolução, utilizou a Brigada Simón Bolívar como “bode expiatório”. A expulsão, ao fim e ao cabo, foi a “comprovação” de que a Revolução Sandinista não pretendia levar a Nicarágua para a condição de uma “nova Cuba”, e colocaria em prática um programa moderado, de economia mista etc. Sendo assim, em agosto de 1979, após um ato de trabalhadores comandado pela Brigada Simón Bolívar, a FSLN expulsou todos os brigadistas da Nicarágua. O ato, ocorrido no dia 14, foi interpretado como uma afronta ao poder sandinista, mas foi, de fato, uma manifestação para discutir a situação dos trabalhadores com a direção da FSLN.

Os motivos para a opção moderada assumida pelos sandinistas foram muitos. Entre eles, podem ser mencionados: um apelo demasiado nacionalista, com a possível concepção de que somente os nicaraguenses entendiam a ideologia sandinista verdadeiramente; o temor de um processo contrarrevolucionário, como efetivamente acabou ocorrendo, com a ação dos “contra-sandinistas”; ou mesmo pelo fato da direção sandinista ter sido muito heterogênea, e realmente não ter pretendido levar a revolução para os rumos do socialismo, entendido, do ponto de vista econômico, como a adoção de uma economia totalmente estatizada. Há de se

considerar também que a situação mundial já não era propícia para uma revolução socialista sob áreas de grande influência dos EUA, uma vez que a URSS não apoiaria o movimento por estar, a esta altura, envolvida com problemas internos sérios. Por outro lado, apesar da ajuda concreta, até mesmo Cuba não aconselhou os sandinistas a realizarem a expropriação total.

Referências Bibliográficas

El Socialista, No. 158. Bogotá, 15/06/1979.

El Socialista, No. 159. Bogotá, 22/06/1979.

El Socialista, No. 160. Bogotá, 29/06/1979.

El Socialista, No. 165. Bogotá, 03/08/1979.

El Socialista, No. 166. Bogotá, 10/08/1979.

Intercontinental Press, v. 17, n. 31. New York, 03/09/1979.

SAGRA, Alicia. *A internacional. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2010.

SELSER, Gregorio. *Sandino, General de Homens Livres*. São Paulo: Global Editora, 1979.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. Trad. Hermínio Sacchetta. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2011.

VILAS, Carlos Maria. *Perfiles de la Revolución Sandinista: ensaio*. La Habana: 1984.

ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaraguense*. Trad. Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Em busca de uma “cor cubana”: olhares da vanguarda sobre o negro nas décadas de 1920 e 1930

Imara Bemfica Mineiro
Doutora em Literatura Comparada
Professora Adjunta da UFPE
imarabmineiro@gmail.com

RESUMO: No âmbito dos movimentos das vanguarda latino-americanas, o foco do trabalho incide sobre o poeta cubano Nicolás Guillén, que reclama o reconhecimento da matriz africana na composição cultural de Cuba. A proposta é analisar como a cultura negra é evocada como um dos fundamentos da construção de uma identidade cultural, fundamento esse explicitado por Guillén ao integrar seus elementos no repertório da cultura letrada.

PALAVRAS-CHAVE: vanguarda literária cubana; mestiçagem; identidade nacional.

RESUMEN: En el marco de los movimientos de vanguardia latinoamericanas, el trabajo versa sobre el poeta cubano Nicolás Guillén, el que se manifiesta por el reconocimiento de la matriz africana en la composición cultural de Cuba. La propuesta es analizar cómo la cultura negra es evocada como uno de los pilares de la construcción de la identidad cultural cubana, pilar ese resaltado por Guillén al integrar sus elementos en el repertorio de la cultura letrada.

PALABRAS-CLAVE: vanguardia literaria cubana; mestizaje; identidad nacional.

Emergentes entre 1914 e meados da década de 1930, os movimentos de vanguarda na América Latina configuraram-se a partir de variadas propostas dificultando, assim, toda tentativa de síntese. Marcados pela ambiguidade do termo “vanguarda”,³⁶ os movimentos latino-americanos apresentaram em suas pautas tanto propostas estritamente estéticas e orientadas ao campo das artes, quanto direcionamentos engajados politicamente. De um extremo a outro, diversos matizes problematizam uma classificação rigorosa. No entanto, é possível afirmar que entre as questões levantadas por essas vanguardas, a busca pela construção ou reformulação das identidades coletivas consistiu um polo articulador de numerosos movimentos de países distintos. Com a exceção de alguns grupos que se propunham estritamente a experimentar com a linguagem poética ou reproduzir as tendências

³⁶ De origem militar, o termo *avant-gard* assume sua conotação política na França do século XIX entre os discípulos de Saint-Simon, para quem a vanguarda artística assumiria o papel de revolucionar a esfera social sendo investida, portanto, de função pragmática e programática. Saint-Simon defendia uma arte funcional, utilitária, em cujo caráter pedagógico residisse sua função social. Por sua vez, o contemporâneo e opositor Charles Fourier elabora uma teoria na qual seria possível dissociar a produção artística de um sentido rigorosamente político. Desse modo colocou-se a possibilidade de desvincular a arte de uma finalidade necessariamente social, ideia da qual se origina a defesa da “arte pela arte”. Nessas duas acepções reside a ambiguidade do termo.

européias – tais como *futurismo*, *surrealismo*, *dadaísmo*, por exemplo – pode-se considerar que a maioria das propostas vanguardistas latino-americanas colocou-se diante da necessidade de refletir sobre a essência de suas identidades, fossem elas nacionais, regionais, ou continentais. Tratava-se de pensar qual a constituição cultural de comunidades cujo passado colonial e de origens heterogêneas problematizava. Por aí também é possível perceber, de forma geral, uma confluência entre estética e política no lugar de uma separação radical; ou seja, nos termos de Jacques Rancière, uma “partilha do sensível” encenada pelos movimentos artístico-literários que passam a refletir sobre a distribuição dos lugares mais ou menos apropriados às origens europeias, indígenas ou africanas na divisão política das identidades coletivas. Isto significa que tais identidades, na medida em que buscam afirmação, podem ser consideradas como uma espécie de “petição de visibilidade”, ou ainda, como “demandas” de ocupação e de demarcação do espaço público dentro dos respectivos contextos dos distintos países (RANCIÈRE, 1995; 2005). Essa tendência geral se apresentou em diferentes roupagens no cerne das discussões das primeiras décadas do século XX.

É nesse sentido que movimentos mais ou menos engajados passaram a se debruçar sobre a constituição híbrida ou heterogênea das culturas que tinham diante de si, bem como sobre o papel constitutivo de cada um de seus componentes. Entre eles, em Porto Rico, Cuba e Haiti (assim como no Brasil), se discutiu mais intensamente a integração das culturas negras na constituição de suas identidades coletivas.

Ciente da fragilidade de toda classificação, não parece impróprio pensar nesse grupo de movimentos como uma interseção entre os dois primeiros (“ultra” estético ou “ultra” engajado) na medida em que suas intervenções artísticas apresentam-se imbricadas à demanda pela apropriação de traços da cultura popular ao domínio da arte; ou ainda, na medida em que o discurso literário passa a ser considerado como um instrumento capaz constituir e expressar – isto é, dar visibilidade – às identidades coletivas que reclamam os seus direitos de ocupação do espaço público em diversos níveis (regional, nacional ou continental). No caso do Caribe, a questão do negro é colocada de forma imperativa na reflexão sobre a formação de uma cultura popular. A identificação de uma comunidade com a qual se relacione a ideia de nação, de região ou de continente implicava, nesse contexto, em romper com imagens consolidadas de uma civilização branca e europeizada.

Desde as independências os países latino-americanos se depararam com a incumbência de formular sentidos nacionais, as vanguardas das décadas de 20 e 30 encarnaram “um

espírito eminentemente fundacional e construtivo” em relação a esse esforço.³⁷ E, no caso do Caribe (como no caso brasileiro), a construção do “sentido” nacional não podia se esquivar da multiplicidade de etnias visível em suas conformações sociais.

Colocada como núcleo de fundamentação na constituição das identidades coletivas caribenhas, a noção de mestiçagem, por sua vez, guarda a tensão entre “a busca utópica de um país multirracial sem preconceitos e o discurso harmonizador e homogeneizante que silencia os conflitos” (QUINTERO-RIVERA, 2000, p.24). Essa tensão é constituinte de um dos estereótipos consolidados entorno às identidades caribenhas e brasileira durante as primeiras décadas do século XX. Qual seja: de que as duas regiões sejam “exemplos bem-sucedidos de integração e convivência racial” (QUINTERO-RIVERA, 2000, p.13). Sendo assim, a mestiçagem aparece como fundamento para a formulação de noções que visam pensar a composição identitária-cultural latino-americana em diversos autores.

Em 1921, em Porto Rico, Diego Padró publica “Fugas Diepálicas”, no qual os artifícios fonéticos assumem a função decisiva de inserir elementos da identidade negra no poema. Trata-se de uma visão satírica de Porto Rico na qual alusões à música clássica confluem com o mundo de origem africana, suas divindades, ritos e danças. Essa confluência consistirá em um traço forte de Luis Palés Matos e o que ele denominará “poesia antilhana”, alimentada pela ideia de uma cultura mestiça. Com a integração de sonoridades da música popular caribenha, com o uso de onomatopeias, além da inserção de elementos da cultura negra e sua relação com a origem africana, a poesia antilhana de Palés Matos se propõe a expressar uma identidade própria à região. A esse respeito, no ensaio “Hacia una poesía antillana”, Palés Matos afirma: “...yo no he hablado de una poesía negra ni blanca ni mulata; yo sólo he hablado de una poesía antillana que exprese nuestra realidad de pueblo en el sentido cultural de este vocablo” (PALÉS MATOS, 1988, p.219). Dessa maneira, a origem africana é abordada a partir de sua relação específica com as Antilhas, isto é, a partir da ideia de mestiçagem que baliza a imagem de uma identidade cultural recorrente na produção literária desses autores.

Podemos perceber tal característica, a título de exemplo, no refrão do poema “Numen”:

Jungla africana – Tembandumba
Manigua haitiana - Macandal

³⁷ De acordo com Mareia Quintero-Rivera, esse empenho construtivo, marcado por uma “aspiração de permanência” e “sentido de projeto”, constitui em um diferencial das vanguardas latino-americanas. (QUINTERO-RIVERA, 2000, p.24).

Al bravo ritmo del candombe
despierta el tótem ancestral
(PALÉS-MATOS, 2006, p.68-69).

A selva e o mito da grande matriarca africana – Tembandumba – se conjugam com a paisagem do Haiti e com a lenda de Macandal, herói escravo que inspira a revolta de 1791, retratado mais tarde por Alejo Carpentier em *El Reino de Este Mundo*. Este último livro, por sua vez, é considerado como a obra inaugural do realismo mágico latino-americano porque nele, entre outras coisas, Carpentier apresenta a primeira definição do gênero. Mas para além dos elementos da cultura afro-antilhana que aparecem nomeados nos poemas de Palés Matos, a conjugação silábica e as figuras de linguagem encenam a busca poética uma por uma identidade capaz de integrar a cultura negra, africana e local. Trata-se de sujeitar a palavra a um ritmo antilhano, reforçar sua cadência poética buscando integrar a musicalidade mulata através desses artifícios linguísticos.

Na década de 1930, o cubano Nicolás Guillén, lança mão desses mesmos artifícios, relacionados à sonoridade africana, para produzir sua obra. As figuras de linguagem encenam a busca poética uma por uma identidade capaz de integrar a cultura negra, africana e local. Trata-se de sujeitar a palavra a um ritmo próprio, reforçar sua cadência poética buscando integrar a musicalidade mulata através desses artifícios linguísticos. Seu olhar difere do de Palés Matos na medida em que foca a atenção na identidade cubana, e não antilhana. Entretanto, a questão da mestiçagem continua a figurar em primeiro plano na obra e Guillén. Segundo o haitiano René Depestre, Guillén dedicou-se a destruir os estereótipos referentes ao negro no continente (DEPESTRE, 1980). Seus poemas-sons levantaram-se como demanda do que caracterizaria uma identidade essencial do ser cubano, sendo esse seu elemento poético fundamental.

Nicolás Guillén, ao lado de Luis Palés Matos, será um nome associado à integração da cultura africana na construção de representações poéticas das vanguardas caribenhas. Contudo, a publicação de maior visibilidade da vanguarda cubana é a *revista de avance*, na qual, é importante observar, Guillén jamais publicou. Iniciada em 1926, nessa revista se publica um editorial de nome “Cuestión del negro” que afirma a existência de uma “elite negra” que vem problematizar a sua própria inserção na constituição da identidade cultural cubana:

La ‘cuestión del negro’ – que no problema, porque el negro no ha sido nunca un problema para el blanco ni mucho menos para la nacionalidad – está sintetizada en esos dos puntos capitales. Una generatriz de cultura y un índice de comprensión (MANZONI, 2001, p.245).

Essa “cuestión” aparece no editorial do mesmo número que apresenta uma resenha da conferência de Fernando Ortiz em Madri sobre “Raza y Cultura”. Nessa conferência, Ortiz propõe a substituição da primeira noção (raça) pela segunda (cultura) argumentando o seguinte:

Las ideas racistas son nocivas y retardatarias. No hay raza hispánica, ni siquiera española (...) lo realmente nuestro, lo que nos pertenece troncalmente a todos es una misma cultura, aunque de matices variados y lo único que puede vincularnos en el porvenir para nobles y puras actividades no es sino la cultura en su sentido más comprensivo y supremo, sin las coloraciones parciales de tal o cual política, religión, escuela o raza (MANZONI, 2001, p.243).

O editorial da *revista de avance* propõe que se faça da “entidade de raça” uma “entidade cultural”, apresentando-se em consonância com a proposta de Fernando Ortiz, que já vinha discutindo o conceito de raça e a conformação cultural caribenha de forma múltipla, buscando adequar seu foco às especificidades próprias do contexto latino-americano. Contudo, paradoxalmente, nove meses depois, em função da entrada de numerosos jamaicanos e haitianos como mão de obra de empresas norte-americanas, a mesma *revista de avance* acusa o “enegrecimento de Cuba” como signo de “su lenta decadencia y su segura ruína intelectual” (MANZONI, 2001, p.246). A “questão do negro” se mostra, assim, distante de um consenso mesmo no interior da *revista*.³⁸

No prólogo à edição de *Antología de Poesía Cósmica de Nicolás Guillén*, publicada em 2001, Salvador Bueno de Menezes, como diretor da Academia Cubana de Letras, chama a atenção para a procedência “espanhola e africana” da perspectiva literária de Guillén. Observa que a monumentalização de seu legado como “poesia social” terminou obscurecendo a importância da integração dos elementos culturais negros nos poemas produzidos na década de 1930 (BUENO DE MENEZES, 2001, p.VIII)

O primeiro livro de Nicolás Guillén que parte dessa perspectiva mestiça e reclama o lugar dos elementos negros na cultura nacional é *Motivos de son*, publicado em 1930. Nessa obra, a evocação da música e das danças negras através da palavra lhe conferiram o título de poeta da musicalidade negra cubana. Os “Motivos” de Guillén são cantados e dançados até

³⁸ É interessante notar que em outro editorial da mesma revista, em 1929, os editores acusam o recebimento das revistas *Indice* e *Hostos* de Porto Rico. A resposta de *Indice* à *revista de avance* incita seus editores a recolocar em pauta uma “Consciência de Archipelago”, e propõe a constituição de uma confederação antilhana que promovesse, além da aproximação cultural, maior proteção em relação aos efeitos da crise econômica. Ainda que não se coloque diretamente o tema do olhar sobre o negro nesse evento, o interesse reside no fato de que seja um movimento de busca e consolidação de uma identidade regional.

hoje em Cuba, dentre os quais os mais conhecidos são “Negro Bembón”, “Mulata” e “Si tu supiera”. Um verso deste último dará título ao livro publicado em 1931: *Sóngoro Cosongo*.

No prólogo a essa segunda coletânea de poemas, Guillén afirma ter ciência de que a inclusão de elementos negros, mestiços e populares nas letras nacionais seja tema controverso: “No ignoro, desde luego, que estos versos le repugnan a muchas personas, porque ellos tratan de asuntos de los negros del pueblo. No me importa.” Em seguida, identifica seus versos com a cultura cubana e, portanto, a necessidade de assumir sua mestiçagem:

Diré finalmente que estos son unos versos mulatos. Participan acaso de los mismos elementos que entran en la composición étnica de Cuba, donde todos somos un poco nísperos. ¿Duele? No lo creo. En todo caso, precisa decirlo antes de que vayamos a olvidar. La inyección africana en esta tierra es tan profunda, y se cruzan y entrecruzan en nuestra bien regada geografía social tantas corrientes capilares, que sería trabajo de miniaturista desenredar el jeroglífico (GUILLÉN, 1931, p.3).

Assim, seus versos são mulatos como a composição étnica nacional e se propõem a lembrar a determinação de suas origens africanas. Sendo assim, uma poesia *criolla*, propriamente cubana, não pode se realizar a despeito do elemento negro:

Opino por tanto que una poesía criolla entre nosotros no lo será de un modo cabal con olvido del negro. El negro – a mi juicio – aporta esencias muy firmes a nuestro coctel. (...) Por lo pronto, es espíritu de Cuba es mestizo. Y del espíritu hacia la piel nos vendrá el color definitivo. Algún día se dirá: “color cubano”.

Estos poemas quieren adelantar ese día (GUILLÉN, 1931, p.4).

Ilustrar e definir a “cor cubana” é, pois, apresentada como finalidade dos poemas de *Sóngoro Cosongo*. O intento de produzir uma poesia própria, nacional, requer reconhecer seus componentes e deles se apropriar. Os elementos espanhol e africano são convocados para se mesclarem nos poemas, como ilustra “La canción del bongó”:

Pero mi repique bronco,
pero mi profunda voz,
convoca al negro y al blanco,
que bailan el mismo son,
cueripardos y almipretos
más de sangre que de sol,
pues quien por fuera no es noche,
por dentro ya oscureció.

(...)

En esta tierra, mulata
de africano y español
(Santa Bárbara de un lado,
del otro lado Changó). (GUILLÉN, 1931, p.8)

Contemporânea às vanguardas latino-americanas são as colocações iniciais de Fernando Ortiz a respeito da ideia de “transculturização” que enfatiza o desterro de uma cultura precedente e a criação de fenômenos culturais novos no encontro entre povos distintos. Essa ideia, já sinalizada em “Raza y Cultura”, parece encontrar sintonia com este poema de Guillén no qual Cuba é caracterizada como terra mulata, povoada pelo negro e pelo branco que vieram de longe, e que, ali, andam em pares: “venimos de lejos / y andamos de dos en dos”. A identidade que Guillén se propõem a retratar, e que traça um caminho do espírito em direção à pele para conformar uma “cor cubana”, pressupõe, então, esse encontro dos que vieram de fora. Entre as consequências de tal encontro Guillén identifica a sonoridade da cultura popular que reclama para as letras nacionais.

Referências Bibliográficas:

BUENO DE MENEZES, Salvador. Prólogo. In: GUILLÉN, Nicolás. *Antología de poesía cósmica*. México: Frente de Afirmación Hispanista, 2001.

DEPESTRE, René. *Bonjour et adieu à la négritude*. Paris: Robert Laffont, 1980.

GUILLÉN, Nicolás. *Las grandes elegías y otros poemas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1984.

GUILLÉN, Nicolás. *Sóngoro Cosongo* (1931). Alicante: biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001.

HUIDOBRO, Vicente et.al. *Breve antología: poesía latinoamericana de vanguardia (1920-1930)*. Buenos Aires: Sudamerica, 2006.

MANZONI, Celina. *Un dilema cubano: nacionalismo y vanguardia*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2001.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Madrid: Cátedra, 2002.

PALÉS MATOS, Luis. *Poesía completa*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988

PALÉS MATOS, Luis. Numen. In: HUIDOBRO, Vicente et.al. *Breve antología: poesía latinoamericana de vanguardia (1920-1930)*. Buenos Aires: Sudamerica, 2006.

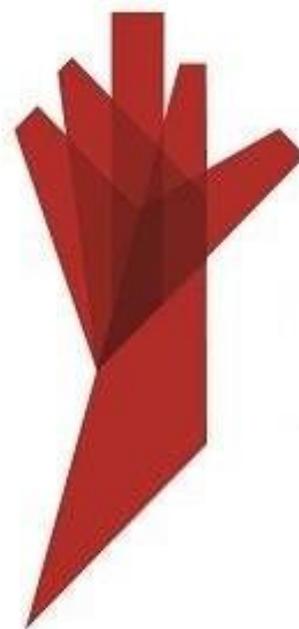
QUINTERO-RIVERA, Mareia. *A cor e o som da nação: a ideia de mestiçagem da crítica musical do Caribe hispânico e do Brasil (1928-1948)*. São Paulo: Annablume, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

Simpósio Temático 14

Poder e Fé na Idade Média



Coordenadores:

Aléssio Alonso Alves

Doutorando em História - UFMG
alesioalves@gmail.com

Felipe Augusto Ribeiro

Mestrando em História - UFMG
felipeaur@gmail.com

Francisco de Paula Sousa de Mendonça Júnior

Doutorando em História - UFMG
kirijy@gmail.com

Letícia Dias Schirm

Doutoranda em História - UFMG
letschirm@yahoo.com

Olga Pishnichenko

Doutoranda em História - UFMG
pishnichenko@gmail.com

Alain Guerreau e a *Begriffsgeschichte*: um horizonte teórico?

Carla Rocha Baute

Graduanda em História

Universidade Federal de São Paulo

carlabaute@gmail.com

RESUMO: Essa comunicação discutirá algumas possíveis aproximações entre ideias apresentadas pelos autores Alain Guerreau e Reinhart Koselleck. Pretende-se estabelecer conexões entre as críticas e caminhos propostos pelo historiador francês e a contribuição da interligação da análise conceitual com a história social para a reflexão acerca do passado defendida pelo pensador alemão.

PALAVRAS-CHAVE: Feudalismo; Guerreau; Koselleck; História da Historiografia; História dos conceitos.

ABSTRACT: This paper discusses the similarities in the theoretical approaches of the authors Alain Guerreau and Reinhart Koselleck. It intended to establish a few connections between the critiques and path of understanding presented by the French historian and the contribution of the interrelation of the conceptual analysis with the social history for the studies about the past defended by the German thinker.

KEYWORDS: Feudalism; Guerreau; Koselleck; History of Historiography; Conceptual History.

A presente comunicação pretende explorar diferentes aspectos das contribuições do historiador francês Alain Guerreau a partir de sua contraposição à perspectiva teórica de Reinhart Koselleck, historiador alemão e um dos maiores divulgadores da *Begriffschichte* – a história dos conceitos alemã. Pretende-se, assim, realçar certos pontos de suas obras que parecem convergir em propostas metodológicas exemplares para uma reflexão acerca dos desdobramentos da historiografia dos últimos quarenta anos.

Uma das obras aqui selecionadas é *Feudalismo: um horizonte teórico*, de Guerreau. Publicada em 1979, ganhou notoriedade pelo seu conteúdo inovador e também por suas críticas pontuais aos métodos que até então predominavam nos estudos medievais. De suas investidas não escaparam nem mesmo algumas das ditas “vacas sagradas” da historiografia, como Marc Bloch, Maurice Dobb e os marxistas ingleses, Wallerstein, entre tantos outros. E justamente em seu caráter contestador se encontra uma importante característica que instiga uma investigação da história da historiografia: denuncia a inquietação de seu autor diante da nova gama de problemas metodológicos que se revelaram em seu contexto de produção.

Na Alemanha, alguns anos antes do lançamento do livro de Guerreau, em 1972, Koselleck publicava o artigo intitulado *História dos conceitos e história social*. Nesse texto procurou articular e fortalecer a relação entre as duas áreas referenciadas e, ao expor a metodologia da história conceitual, postulou como tais reflexões poderiam contribuir para uma análise profunda e estrutural dentro do campo da história social. (cf. KOSELLECK, 2006 a, p. 118).

Ambos os textos tiveram seu lançamento na mesma década, mas, até o momento, esta investigação não conseguiu nenhum tipo de evidência de que esses autores tiveram contato com os respectivos trabalhos aqui selecionados. Há que se notar, no entanto, que na bibliografia de *Feudalismo: um horizonte teórico*, de Guerreau, aparece outra obra de Koselleck, de autoria conjunta com Mommsen e Rüsen, intitulada *Objetividade e parcialidade na história*, lançada no ano de 1977.

Destarte, se faz necessária uma breve exposição de algumas noções gerais presentes em *Feudalismo: um horizonte teórico*, de Guerreau. Conforme mencionado, o autor faz uma longa exposição de estudiosos que trataram do tema feudalismo, de suas diferentes áreas, objetos e metodologias. Ao longo dos capítulos é possível perceber como, a partir das críticas e comentários que profere, nuances de sua proposta metodológica se fazem presentes. Todavia, é no capítulo final da obra, de título “Para uma teoria do feudalismo” que o autor centraliza a apresentação de sua proposta, ao afirmar a pretensão de “cabe-me propor um esquema racional do fundamento-evolução da Europa Feudal”. (GUERREAU, 1980, p. 215).

Nessa passagem, expõe os quatro eixos centrais de seu esquema: a relação de *dominium*, o parentesco artificial, o sistema feudal como ecossistema e, por fim, a dominação da Igreja. Tal proposta deve ser entendida, de acordo com orientação do próprio autor, de maneira estrutural, enfatizando-se que os quatro eixos de análise não correspondem a nenhuma hierarquia ou proeminência de quaisquer dos itens em relação aos outros. Sua meta, assim, é o abandono da “doce ilusão” da narrativa histórica bem como da “aparência enganosa” da cronologia. Como se pode perceber no trecho a seguir:

Os historiadores julgaram durante muito tempo escapar a esta dificuldade [a problemática de se atribuir continuidade aos desenvolvimentos históricos] refugiando-se atrás da ordem cronológica: já há, no entanto, muito tempo que se mostrou perfeitamente a aparência enganosa de todo o “raciocínio” fundada na relação *post hoc, ergo propter hoc*.¹ (GUERREAU, 1980, p. 216).

¹ Em tradução livre: depois disso, logo causado por isso.

A partir dessa assertiva, a crítica à cronologia, uma primeira aproximação com o autor alemão pode ser feita. No prefácio da obra *Futuro Passado*, Koselleck, quando trata do tempo histórico, escreve que a datação é somente um pressuposto e não uma determinação da natureza, e de forma final “será estranho à investigação da co-incidência entre história e tempo” (KOSELLECK, 2006 a, p. 13).

É interessante pontuar como, no decorrer dos quatro pontos de sua análise, Guerreau defende como seu estudo estrutural e não hierárquico fornece subsídios para a sua crítica máxima, a cronologia atribuída à Idade Média. Sua proposta consiste, de maneira superficial, da seguinte datação: do século V ao XIII o poder fragmentado da aristocracia da terra desencadeou inúmeras guerras internas e externas, o poder da igreja se fortaleceu cada vez mais, chegando a seu apogeu no século XII. O cenário do florescimento das cidades dos séculos XI e XII, passando à aproximação da aristocracia com os comerciantes citadinos no decorrer do período que vai do século XIII ao XVIII, diz respeito ao que o autor aponta como o nascimento e fortalecimento do Estado Feudal. E, por último, dos séculos XIII ao XVIII, denominado como “segundo período do feudalismo”, a anarquia local dava espaço a organizações estatais, organizações essas que foram substituindo a igreja de maneira muito lenta e progressiva.

Um segundo ponto de coesão entre essas propostas teóricas diz respeito ao papel da linguagem na investigação histórica. À medida que Guerreau procura, em suas palavras: “do lado das ciências sociais ensinamentos um pouco mais abstractos que permitissem determinar melhor o valor (ou a fraqueza) de diversos conceitos”. (GUERREAU, 1980, p. 215). No decorrer do texto ainda realiza “observações lexicais” com o recurso a dicionários de latim e de francês arcaico, bem como a estudos de filólogos e juristas. Destaca termos como *dominium* e suas variações, *Potestas* e variações, *senioratus/senioraticus* e variações, para citar somente alguns.

Novamente, tais opções metodológicas de Guerreau parecem encontrar eco na definição de História dos conceitos proferida por Koselleck, conforme trecho que segue:

Os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história *do conceito*. (KOSELLECK, 2006 a, p. 105).

Nesse sentido, vale também destacar o verbete “Feudalismo” contribuição de Guerreau ao *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, organizado por Jacques Le Goff e

Jean-Claude Schmitt, publicado em 1999. Neste texto, de acordo com a investigação aqui empreendida, parece haver uma retomada da teoria exposta em *Feudalismo: um horizonte teórico* e, para além disso, novos rumos e proposições mais bem definidos. O autor desenvolve o que aqui é entendido como o ponto central de seu argumento: “a dupla fratura” ocorrida no século XVIII. Essa ideia é estruturante de toda sua tese, pois dela derivam suas ressalvas quanto ao tratamento dado por estudiosos às fontes da Europa Medieval.

A primeira dessas fraturas diz respeito à noção de *Ecclesia*. A partir dos séculos XVII e XVIII, um panorama intelectual iluminista aliado a profundas mudanças sociais que se pautavam no “combate da burguesia contra o obscurantismo” (GUERREAU, 1999, p. 439) transformaram de maneira incisiva o modo como se entende o lugar da Igreja e da religião na vida cotidiana. Instaurou-se a noção em que religião se igualava a opinião, que faz desaparecer o sentido medieval de *Ecclesia*.

Vale a pena nos determos mais no que Guerreau entende como *Ecclesia* e também no que sua proposta difere da posição de herança iluminista. “Nenhuma dominação foi tão geral e contínua” (GUERREAU, 1980, p. 245), e o sentido contemporâneo de poder, que é entendido como um poder estatal, não consegue abarcar as descrições do que a Igreja na Europa feudal desempenhou. Para compreender de maneira mais clara a dominação da Igreja, o autor enumera diversos tipos de controle exercidos por ela, são eles: 1- bens; 2- controle do tempo (exemplos: missa e sinos); 3 - âmbitos espaciais (organização dos espaços em torno das dioceses); 4 - parentesco (natural e artificial); 5 - ensino (aliado à confissão); 6-assistência e hospitais; 7 - poder divino (exemplo: sagração). Sintetizando as ideias desenvolvidas no descrever dos itens acima, pontua: “A Igreja (clero) está, assim, ancorada simultaneamente no tempo e na eternidade, reconhecida e proclamada como detentora do saber sagrado e intermediária necessária entre Deus e os homens” (GUERREAU, 1980, p. 252). A partir desses argumentos apresenta o que seria a “tripla oposição” que está na raiz do feudalismo: profano/sagrado, fiéis/clero e servidores/senhor.

De acordo com o francês, a complexidade do modo como a Igreja conseguia englobar todos os itens acima mencionados foi reduzida a uma chave interpretativa simplória por pensadores ancorados na noção moderna de Estado.

A segunda fratura trata da noção de *Dominium*. No século XVIII, o liberalismo alterou de maneira profunda a maneira como as lógicas sociais são compreendidas. Fruto de seu momento histórico, todo o entendimento da sociedade partia da ideia de privilegiar o mundo material. Um mundo material que se pautava no cenário pós-revolução francesa, onde a noção

de poder estatal, de posse jurídica e a “lógica de mercado” colocaram barreiras nos estudos das dinâmicas da sociedade europeia no período feudal.

Guerreau aponta que a primeira fratura, da *Ecclesia*, não deixou rastros, mas a segunda, a fratura do *Dominium* causou controvérsias e debates. No século XIX, o “evolucionismo” de Augusto Comte prosperou, e se instaurou uma noção que muito assombra os estudiosos atuais do medieval, consiste na defesa de que o feudalismo foi só uma “fase”. Para o autor, os medievalistas ocidentais do século XX, apesar das críticas ao positivismo, não conseguiram escapar de sua lógica, produzindo um empirismo sem síntese (GUERREAU, 1999: 443).

É interessante levar em consideração a proposta do projeto no qual o texto se insere: um dicionário. Uma vez que a escrita de um verbete pode ser compreendida, por si só, como um esforço de investigação conceitual. Como os organizadores da obra escreveram no prefácio a respeito de suas intenções, e das contribuições dos autores. Destaco: a Idade média foi no século XX o terreno privilegiado de uma renovação metodológica que associa rigor científico e imaginação, que interroga o passado por meio do presente, mas sem cair no anacronismo. (LE GOFF E SCHMITT, 1999, p. 11).

O prefácio ainda pontua, em diversos momentos, as profundas renovações pelas quais os estudos medievais foram submetidos nos últimos anos. Desta maneira, é possível notar que a historiografia francesa, da qual Guerreau é parte integrante, reconhece e reflete essas mudanças.

Poucos anos antes do lançamento do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, somente alguns anos antes, Koselleck escreveu um artigo sobre a metodologia da História dos conceitos alemã. Em uma explicação ancorada em cinco pontos, apresenta, logo no primeiro deles, sua problemática central: a investigação dos processos de teorização dos conceitos – questão que também parece ser a preocupação central de Guerreau. De maneira ainda mais enfática, Koselleck segue sua argumentação e a aproximação com o autor francês se torna ainda mais clara, como se pode notar no seguinte trecho: “Todo conceito não é apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Um ensaio de Koselleck do ano de 2002, intitulado (em tradução livre) *O século XVIII como o começo da modernidade* parece condensar os dois pontos de convergência anteriormente mencionados: críticas à cronologia e a importância do estudo da linguagem. Ao

questionar a datação comumente aceita como o começo da modernidade, entre o final do século XV e o início do XVI, afirma que é no iluminismo do século XVIII que a modernidade tem seu início, período que pode ser identificado como “porta-bandeira” de um novo tempo. No mesmo ensaio trata também de conceitos cunhados na modernidade e que tratam de compreender épocas passadas, e assim como Guerreau, reflete a respeito da atribuição de significado ao termo “feudalismo” na segunda metade do século XIX (cf. KOSELLECK, 2002, p. 156-160 e 164). Conforme já mencionado, noções de economia, política e religião, características da modernidade são, de certa forma, tidas como critério e aplicadas a períodos longínquos como a Idade Média, por exemplo.

Partindo para as conclusões finais, acredito que as abordagens de Guerreau e Koselleck parecem convergir, e assim se apresentam como aspectos metodológicos centrais dos estudos desses dois historiadores.

Na teia do mundo contemporâneo, para o que aparenta ser um emaranhado de fenômenos com o qual a história social tem que lidar, o recurso da semântica fornece uma valiosa chave de compreensão. Mas o que não se pode perder de vista é que os estudos lexicais tem que partir de preocupações sociais e políticas, que buscam, por meio da interpretação dos usos da linguagem, uma compreensão mais ampla. E desta maneira, como o autor alemão escreve: “a história dos conceitos torna-se parte integrante da história social”. (KOSELLECK, 2006 a, p. 103)

Um aspecto metodológico preponderante consiste na importância que os dois autores dão à reflexão historiográfica em termos estruturais. É o que se nota, por exemplo, na seguinte passagem de Guerreau acerca do estudo da estrutura da Europa feudal:

Se pensamos que o historiador deve examinar minuciosamente cada grande forma de sociedade ou de civilização para tentar encontrar as articulações específicas, de maneira a explicitar seu modo de funcionamento original e poder expor assim sua dinâmica própria, não se pode omitir uma fase de crítica radical deste sistema de senso comum. (GUERREAU, 1999, p. 444).

A visão de Koselleck, por sua vez, pode ser percebida em sua resposta a uma questão a respeito do trabalho do historiador, que tem de um lado, a ênfase historicista e, de outro, a preocupação de estruturar os conhecimentos:

o historiador atual não costuma dirigir seu olhar nessa direção, e, muitas vezes, essas semelhanças de base, essas estruturas comuns, lhes passam despercebidas. O historiador comum costuma deixar de lado esses temas, pensando que são assuntos para teólogos e sociólogos, e que ele deve dedicar-se simplesmente a estudar os acontecimentos concretos, singulares, a

partir de fontes não menos singulares, como as que está acostumado a utilizar (KOSELLECK, 2006 b, p. 138-139).

É enfim, em uma chave de integração da História dos conceitos com a História social, que a análise aqui apresentada compreende a teoria do feudalismo de Guerreau. Se, por um lado temos Koselleck proferindo que a História dos conceitos “induz, portanto, questões estruturais que a história social tem de responder” (KOSELLECK, 2006 a, p. 116), Guerreau, por outro, propõe uma esquematização da “feudalidade”. E não de outra maneira poderia terminar sua obra senão concluindo: “a reflexão teórica é uma condição absoluta da actividade científica”. (GUERREAU, 1980, p. 257).

Referências Bibliográficas

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. The Eighteenth century as the beginning of modernity. In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Trad. Todd Pressner. Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manuel Luis Salgado Guimarães. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

GUERREAU, Alain. *Feudalismo, um horizonte teórico*. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1980.

_____. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jacques (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Trad. Eliana Magnani. Bauru: Sagrado Coração, p. 437-455, 2002.

JASMIN, Marcelo G; FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Ed. Loyola, 2006.

Cuvelier, a voz que conta uma história: *A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin* (±1320-1380)

Carmem Lúcia Druciak

Mestre em Letras; Doutoranda em História*

Universidade Federal do Paraná

carmem.druciak@gmail.com

RESUMO: A fama de Bertrand Du Guesclin (±1320-1380), nobre bretão e cavaleiro de Charles V da França, muito se deve a seu primeiro biógrafo, Cuvelier e sua única obra conhecida, *A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin*. O poema de quase 25.000 versos, escrito entre 1380 e 1385, contribuiu para divulgar, confirmar e eternizar o prestígio do cavaleiro, bem como imprimir na escrita da história a voz de seu trovador.

PALAVRAS-CHAVE: Baixa Idade Média; Escrita da História; Biografia; Cuvelier; Du Guesclin

RESUMÉ: La renommée de Bertrand Du Guesclin (±1320-1380), noble breton et chevalier de Charles V de France, se doit surtout à son premier biographe, Cuvelier et sa seule oeuvre connue, *La Vie Vaillant Bertran Du Guesclin*. Le poème d'environ 25.000 vers, écrit entre 1380 et 1385, a diffusé, confirmé et éternisé la notoriété de ce chevalier, ainsi que la voix de son trouvère dans l'écriture de l'histoire.

MOTS-CLÉS: Bas Moyen Âge; Écriture de l'Histoire; Biographie; Cuvelier; Du Guesclin

As reflexões apresentadas neste trabalho fazem parte dos primeiros frutos de nossas incursões no terreno da produção historiográfica da Baixa Idade Média, mais precisamente na França do final do século XIV e início do século XV. É válido salientar igualmente que a produção escrita de autores desse período, chegada até nós sob forma de manuscritos já transcritos em edições que ocuparam, e sobejamente, historiadores do século XIX e XX, é para o historiador contemporâneo uma fonte muito rica para a análise historiográfica sobre o período acima destacado.

É nesse sentido que buscaremos apresentar o poema *A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin*, como uma fonte muito profícua não apenas no que se refere aos fatos históricos elencados nela, como também às circunstâncias de sua difusão que, logo após a sua composição, levaram à encomenda de uma adaptação em prosa do poema de Jean Cuvelier².

* Bolsista CAPES

² A grafia do nome de Cuvelier aparece de diversas formas conforme o manuscrito, Cuneliers; Cimeliers; Trueller; Jean Couvelier; Cuvillier, Jacquemart Cuvelier etc, adotaremos para este trabalho a grafia mais bem difundida entre os estudiosos da literatura medieval: Cuvelier. O site de referência Arlima, sobre a Literatura da Idade Média (<http://www.arlima.net>), elenca nove manuscritos, dentre eles alguns que foram desmembrados e

Primeiramente, uma breve contextualização com alguns dados biográficos do herói se faz necessária, já que nosso trovador, Cuvelier entra para a história num momento em que tanto a corte, quanto o povo franceses choravam a morte de Bertrand Du Guesclin, em 1380, em meio aos conflitos que opuseram França e Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), conflito que modificou duradouramente o equilíbrio interno da Europa, naquilo que concernia sua economia, instituições políticas e religiosas e sua cultura (CONTAMINE, 2013, p. 123), modificando também, e certamente, a mentalidade daqueles que sentiram de tão perto os efeitos dos combates. Quem foi esse cavaleiro que tanto atraiu para si o reconhecimento de seus contemporâneos, a ponto de não apenas receber honras fúnebres dignas de reis, mas também um poema para propagar sua fama, aquele que também foi chamado de “muito bom cavaleiro e que muito bem fez ao reino, mais do que outro cavaleiro que então viveu” (*Grandes Crônicas da França*, vol. 2, p. 378)³?

Nascido por volta de 1320, em Broons, na Bretanha, Bertrand Du Guesclin pertenceu ao ramo cadete de uma família da média nobreza da região. Embora fosse o mais velho dentre os dez filhos que tiveram o cavaleiro Robert Du Guesclin e Jeanne de Malemains, o jovem Bertrand não gozou de privilégios que então poderiam lhe ser atribuídos enquanto primogênito, como por exemplo, a educação dada por um clérigo e fazer companhia a seus pais à mesa em lugar de honra; aliás, segundo Cuvelier, as rugas que manteve com sua genitora se deveram justamente pelo fato de Bertrand não querer receber a instrução que a família tinha condições de lhe proporcionar, preferindo a companhia das bandas de garotos de sua faixa etária, e também o seu temperamento, quase que selvagem em comparação a seus irmãos, sendo colocado à parte durante as refeições familiares⁴. Assim, o rapaz de feições grosseiras teria preferido os jogos de combate e torneios em que contavam mais as suas habilidades e força físicas. Se crermos em Cuvelier, o jovem era intempestivo, cheio de vontades, chegando até mesmo a fugir de casa para morar com um tio em Rennes, a 50 km de sua vila natal. E foi somente quando começou a se destacar nos torneios e justas é que Du Guesclin obteve o apoio da família, principalmente de seu pai, recebendo deste o reconhecimento e a ajuda financeira para adquirir suas primeiras armas, equipamento bastante dispendioso até mesmo para o cavaleiro Robert Du Guesclin. Seguindo as regras da honra cavaleiresca, nosso herói foi de um torneio a outro obtendo êxito, derrotou mais de 14

embora sejam partes do mesmo manuscrito, hoje se encontram em bibliotecas diferentes.

³ A tradução das citações de obras em língua francesa no original é de nossa autoria.

⁴ Nos versos 118 a 123, Cuvelier relata o desabafo da mãe do cavaleiro que diz que o garoto era rude, desgracioso, desobediente, sem modos e que melhor seria se estivesse morto, pois a Deus assim já havia pedido.

adversários em uma única competição! E, em 1337, nas justas organizadas em honra às recentes núpcias de Charles de Blois e Jeanne de Penthièvre, sobrinha do duque da Bretanha, Jean III, que morre mais tarde sem deixar herdeiros, seu desempenho chamou a atenção desses nobres. Ali a carreira de Du Guesclin ganhou projeção e com o início da Guerra de Sucessão da Bretanha, em 1341, foi lembrado por Charles de Blois, sobrinho do rei da França, Philippe VI, para fazer frente a outro candidato ao ducado, Jean de Montfort que, com o apoio de Edouard III, rei da Inglaterra, inseriu a complicada sucessão bretã nas disputas entre franceses e ingleses da Guerra dos Cem Anos (MINOIS, 1993, p. 47).

Um segundo momento de nossa reflexão se dedica rapidamente à controversa classificação do texto de Cuvelier. O trovador diz, no verso primeiro, para que *ouçam* o que ele tem a dizer sobre Du Guesclin, entretanto, mais à frente, no verso 47, ao se referir à própria obra: “Logo no início de nosso bom *rommant* / Direi sobre a origem do nobre Bertrand”, o termo que destacamos em itálico poderia designar narrativa ou história, termos mais ligados à leitura. Para os estudos literários da contemporaneidade, a obra de Cuvelier pode ser classificada como uma epopeia, assim como a *Iliada* e a *Odisséia* de Homero ou ainda *Os Lusíadas* de Camões, mesmo que não haja deuses intervindo na narrativa. É claro que pelo período e local em que foi escrito, o poema pode ser uma canção de gesta, um subgênero da epopeia, que deveria ser cantada em apresentação pública segundo a “arte da oralidade e da celebração e a estética da memória” (GAUVARD et al, 2012, p. 254), mas que no final da Idade Média se transformaria em uma “canção de aventuras” que, apesar de preservar os versos, agora alexandrinos, como no caso do poema de Cuvelier, não guardava outros elementos característicos como as repetições, por exemplo. Para se referir ao poema, as edições dos séculos XIX e XX da obra de Cuvelier, optaram pelos termos “crônica” e “canção”⁵.

Prossigamos. Ao narrar os fatos, dando importância aos desejos de Du Guesclin de se tornar um bom combatente, Cuvelier manteve a atenção de seu público, ouvinte ou leitor, para o que se seguiria na trajetória do bretão. Ao controlar as expectativas do público, o trovador-historiador soube bem aproveitar suas fontes, testemunhais ou escritas, bem como usar de sua criatividade para completar as lacunas de uma história que os que estavam a sua volta provavelmente conheciam. Entretanto, ao inserir elementos em verdade maravilhosos em sua

⁵ A edição que usamos no presente trabalho é a primeira edição moderna de Cuvelier realizada por E. Charrière da Collection de Documents Inédits sur l’Histoire de France que data de 1839 e traz como título, *Chronique de Bertrand Du Guesclin*, mas há uma outra edição, mais recente: *La chanson de Bertrand du Guesclin de Cuvelier*, éd. Jean-Claude Faucon, Toulouse, Éditions Universitaires du Sud, 1990-1991, 3 t., 486, 501, 495 p.

narrativa, Cuvelier cumpre de maneira proveitosa seu papel de autor de uma canção, digna de grandes heróis: profecias de uma judia convertida; previsões da futura esposa de Du Guesclin envolvida com a astrologia; sua força descomunal; sua bondade sacrificial para com os companheiros de batalhas; o desejo de participar de uma cruzada e por fim o favor do rei. O enredo que Cuvelier tinha nas mãos era por si só garantia de sucesso, além, evidentemente, de ser bastante rentável, porque podemos supor que Cuvelier, ao empreender tamanha tarefa, durante pelo menos cinco anos, tenha sido bem remunerado, não se sabe, no entanto, por quem⁶. Faltam-nos dados que comprovem até mesmo a identidade do trovador, fora um clérigo ou um arauto? O que temos são seus 25.000 versos, e por se tratar de tema tão difundido entre seus pares, podemos dizer que Cuvelier não se arriscaria muito em relatar fatos que não fossem ao encontro do conhecimento compartilhado naquele contexto; podemos dizer ainda “que na canção de gesta nem se põe o problema da natureza referencial dos personagens, já que a palavra do trovador é a palavra da verdade” (ZUMTHOR, 1975, p. 246, apud. CAVALIERE, 2002, p. 299). Se clérigo ou não, arauto ou não, o que se sabe é que, de fato, Cuvelier foi um trovador, mas podemos considerá-lo igualmente um historiador? O seu pacto com a “verdade histórica” nos bastaria para assim o referirmos?

Continuemos um pouco ainda sobre a biografia de Du Guesclin. Ao amparar Charles de Blois nos enfrentamentos pelo ducado da Bretanha, Bertrand acabou se tornando conhecido e pelas amizades que fez durante esses anos de batalha pôde se aproximar da corte do então rei francês Jean II le Bon. Antes, porém, fora feito cavaleiro por Charles de Blois, em 1357: “Na Bretanha, viveu Bertrand, o bravo/ Muito, e Charles de Blois a quem foi sujeito/ fez-lhe cavaleiro, é o que nos dizem os escritos” (CUVELIER, versos 2092-2094, p. 77). No entanto, para Bernard Guenée, não é sem suspeitas que esses versos de Cuvelier relatam o adubamento de nosso herói por Charles de Blois e segundo essa falta de informação na história, podemos considerar o indício de que tanto para Bertrand quanto para os seus contemporâneos, a cerimônia não era mais tão importante como no século precedente (GUENÉE, 2008, p. 81 e GAUVARD et al., 2012, p. 285). Bertrand já possuía alguns bens, pois havia herdado, após a morte dos pais, as suas propriedades, era então senhor de La Motte-Broons, deixando de ser um simples escudeiro. A partir dali, conquistou novos benefícios senhoriais, sendo nomeado capitão de algumas localidades na Bretanha e na

⁶Nos manuscritos do poema de Cuvelier não há menção a um financiador, mas nos versos 21 a 25 se lê: “Aquele que o colocou em rima foi Cuvelier / E pelo amor do príncipe, que Deus o salve / A fim de que não se esqueça dos bons feitos / Do valente condestável que tanto foi corajoso / Dele fiz os belos versos nobremente ordenados”. O príncipe a quem se refere Cuvelier é Charles VI, sucessor de Charles V, o que pode sugerir que a corte francesa é que tenha sustentado o trabalho do trovador.

Normandia e governador de outras. E como também mostrou grande valentia, eficiência e foi “ousado como um leão”⁷ nos combates, podemos dizer que preencheu os requisitos para que a ele fosse concedida a cavalaria.

Os feitos, porém, mais notáveis de Du Guesclin foram sua participação na vitória de Cocherel, batalha que o projetou em definitivo no cenário francês, para além das fronteiras bretãs, em 1364, ano, aliás, em que Charles V foi coroado rei da França; sua liderança nas Grandes Companhias; sua parte na tomada de Castela por Henrique Trastâmara e o consequente assassinato de Pedro, o Cruel, em 1369. Enfim, podemos aventar que sua ótima performance durante esses anos, tenha levado Bertrand Du Guesclin, em 1370, a ser nomeado *connétable* (condestável), chefe das hostes francesas, pelo rei Charles V, alcançando o posto de máximo prestígio para um militar naquela época. Os dez anos da frutuosa parceria entre o rei e seu condestável, devolveram à França territórios que outrora haviam sido entregues à Inglaterra, segundo o Tratado de Brétigny de 1360, e colocaram Bertrand como o décimo entre os valentes da França, *le dixième preux*, tal como o apresenta o poeta, contemporâneo seu, Eustache Deschamps em sua balada sobre a morte do cavaleiro: “Espada de honra e árvore de bravura/ Coração de leão tomado de audácia/ A flor dos valentes (*preux*) e a glória da França”. Era o triunfo da fama, do reconhecimento e da popularidade sobre a origem humilde de seu nascimento (GUENÉE, 2008, p. 90).

Se podemos incluir a obra de Cuvelier entre a produção de cultura histórica da Baixa Idade Média, é porque a história da historiografia assim aponta. A encomenda da versão em prosa do poema de Cuvelier nos dá precisamente uma primeira indicação disso.

A pedido de Jehannet d’Estouteville, um trovador ou funcionário seu ou da casa de Orléans talvez, de quem não se tem nem mesmo o nome, adaptou o poema em 1387, transformando-o em o que se pode considerar uma crônica: o texto agora se apresentava em prosa e bem mais enxuto do que a obra de Cuvelier. Mas quem foi Estouteville?

Segundo um documento que oficializou uma doação feita pelo condestável Du Guesclin, em 2 de outubro de 1374, a Jehannet d’Estouteville, esse nobre era valete do rei Charles V, um escudeiro que mais tarde veio a ser “senhor de Vernon e um dos conselheiros favoritos de Louis d’Orléans”, príncipe de quem Du Guesclin havia sido o padrinho de batismo (MINOIS, 1993, p. 459). No documento de doação, Du Guesclin deixou bem

⁷ A expressão vem de Froissart, em seu Livro III das *Chroniques*, segundo o breve relato que transcreve o que haveria dito o rei ao conceder a cavalaria a 60 soldados aproximadamente, antes de uma batalha (apud. PEDRO-SANCHEZ, M. G., 2000, p. 104).

evidente ainda que as propriedades e as benfeitorias de que seria beneficiado Estouteville lhe serviriam para “melhor e mais grandemente servir ao Rei e aos seus e a nós [Bertrand] e aos nossos”. Bem, daí podemos talvez levantar a hipótese de que ao encomendar a adaptação do texto, Jehannet d’Estouteville estivesse devolvendo ao condestável certos favores, ainda que postumamente. Aliás, não é também uma simples coincidência que tenha sido o bispo de Auxerre, Guillaume d’Estouteville, irmão do escudeiro, a celebrar os funerais de Du Guesclin na abadia de Saint-Denis, cerimônia constituinte das festividades oferecidas em sua honra pelo então rei Charles VI, em maio de 1389⁸.

Se do poema de Cuvelier nos restaram nove manuscritos, da versão em prosa são pelo menos 18 cópias, algumas com iluminuras, conservadas em bibliotecas e entre colecionadores. Apenas esse dado já seria suficiente para confirmarmos a importância do texto de Cuvelier na difusão do personagem histórico Du Guesclin, logo a partir do final do século XIV, ao longo do século XV e até mesmo no século XVI, data do manuscrito da versão em prosa mais recente de que se tem notícia (VERMIJN, 2010, p. 17). Sendo assim, podemos dizer que a escrita se sobrepunha à oralidade, ao menos no que se referia à difusão de textos que, ao dedicarem-se a personagens históricos, ganhavam importância justamente por *contar* e não mais *cantar* a vida desses valentes.

As maiores obras de história são, segundo George Minois, “todas dirigidas porque são animadas pela vontade de sustentar uma tese, o que estimula também os partidários da tese oposta, e é assim que se constrói, de modo dialético, a historiografia” (MINOIS, 2008, p. 715). Que nosso poeta tenha estimulado outras obras e tenha servido de fonte a outras produções ainda na historiografia medieval, não restam dúvidas. O que a historiografia contemporânea não respondeu ainda é *se e como* cronistas de renome como Jean Froissart, Pero Lopez de Ayala e os das *Grandes Crônicas da França* fizeram uso da canção de gesta de Cuvelier ao relatar os feitos do cavaleiro.

Froissart mudou seus textos “inspirado” pelas tendências mais urgentes dos seus senhores, mas também depois de ter acesso a outras fontes, sobretudo, cavaleiros que nas diversas cortes que visitou lhe revelaram oralmente os segredos das lutas, dos banquetes, entre a apresentação performativa de um jogral, marcados tanto pelo vinho quanto pelas cicatrizes

⁸ Segundo a *Crônica do Religioso de Saint-Denis*, contendo o reinado de Charles VI, de 1380 a 1422, de 1º a 7 de maio de 1389, houve três torneios à lança, dois rituais de adubamento, o serviço fúnebre e o rito militar de oferecimento das armas do condestável. Nas palavras do cronista: “Essa pompa só se praticava ordinariamente em honra a barões e príncipes. Entretanto, os cavaleiros e escudeiros que se encontravam ali [na abadia de Saint-Denis] diziam, em alta voz, que tal honra não estava acima dos méritos do defunto; pois nenhum outro lhe era comparável”.

deixadas pelos embates (GUIMARÃES, 2013, p. 135).

É claro que as “tendências urgentes de seus senhores”, e isso valeria para todos os cronistas encarregados pelas cortes europeias, podem significar o exame de obras que circulavam entre os nobres e religiosos interessados na vida dos personagens de destaque do período. No entanto, é o “acesso a outras fontes”, de que fala a historiadora, que pode nos dar indício de que, para além da recolha de testemunhos, Froissart, em seu ateliê, no momento da reescrita e remanejo de suas crônicas, possa ter feito uso de textos variados.

Embora se tratassem de obras encomendadas ou oferecidas aos senhores, o trabalho historiográfico empreendido por esses escritores da história é de enorme importância e eficiência. Nesse final de século XIV, em que a voz dos menestréis perdia o prestígio e não era assim tão requisitada entre a classe dominante (ZUMTHOR, 1993, p. 268), a escrita passou a ganhar novo significado: agora a escrita da história não era subjugada pelo poder do latim, mas passava a ser documentada em língua vulgar, os romances (composições em verso ou prosa, ainda de fundo lírico) e as crônicas, em prosa. É nesse contexto de transição, progresso e vulgarização da cultura histórica que se insere a obra de Cuvelier, escrita em francês antigo.

Nós hoje, historiadores da contemporaneidade, que temos acesso à vasta documentação historiográfica, deveríamos não mais olhar com condescendência os nossos pares do medievo, a ponto de considerá-los ingênuos contadores de histórias. Há que se considerar sim uma continuidade do esforço histórico em conservar e dizer o passado (GUENÉE, 2011, p. 367). Que a voz de Cuvelier nunca tenha sido ouvida ao recitar seus versos em uma performance trovadoresca, é bastante provável. No entanto ela sussurra, ou melhor, ecoa ainda agora nos ouvidos de pesquisadores dispostos a atentar ao que ela tem a oferecer, seja como fonte, seja como inspiração de escrita. Devemos nos perguntar “até onde podemos trabalhar a língua permanecendo historiadores? Isso é um limite propriamente estilístico para além do qual se quebra o pacto de crença específica que une implicitamente um livro de história a seus leitores?” (BOUCHERON, 2011, p. 53). E assim completamos um círculo de análise, inspirados em Paul Ricoeur: em nosso encontro com o medievo enquanto leitores de Cuvelier, ele bem nos serve como produto de uma cultura historiográfica narrativa, mas e a nós, o que cabe comunicar aos nossos leitores ao nos aproximarmos deles com nossos textos? Seremos capazes de tornar a história que escrevemos falante para além do tempo? (REVEL, 2010, p. 215).

Referências bibliográficas das fontes

Chronique du religieux de Saint-Denys : contenant le règne de Charles VI, de 1380 à 1422. Tome I. Publié en latin pour la première fois et traduit pour le français par Louis Bellaguet. Paris : Imprimerie de Crapelet, 1839-1852.

CUVELIER, *Chronique de Bertrand Du Guesclin* par Cuvelier, Trouvère du XIV^e siècle. Publiée pour la première fois par E. Charrière. Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France Publiés par ordre du Roi et Soins du Ministère de l'Instruction Publique, Première Série – Histoire Politique, 2 Tomes. Paris: Firmin-Didot, 1839.

DESCHAMPS, E. *Oeuvres complètes de Eustache Deschamps* : publiées d'après le manuscrit de la Bibliothèque nationale par le marquis de Queux de Saint-Hilaire et Gaston Raynaud. Paris: Firmin-Didot, 1878-1903. Vol. 4.

Donation à Jehannet d'Estouteville / par Bertrand Du Guesclin ; publié par P. Verdier 1880-1900.

Grandes Chroniques de France – Chronique des règnes de Jean II et Charles V publiée pour la Société de l'Histoire de France, R. Delachenal. Tome II – 1364-1380. Paris: H. Laurens, 1910-1920.

LOPEZ DE AYALA, P. *Cronicas de los Reyes de Castilla don Pedro, don Enrique II, don Juan I, don Enrique III*, con las emiendas del secretario Geronimo Zurita, 2 Tomos. Madrid: 1779-1780.

The online Froissart – site Internet – www.hrionline.ac.uk . Site de referência sobre Jean Froissart.

Referências bibliográficas de estudos

BOUCHERON, P. On nomme littérature la fragilité de l'histoire. *Le débat*, Paris, n. 165, p.41-56, mai/août 2011.

CAVALIERE, M. *As coordenadas da viagem no tempo*. Tese (Doutorado em Letras). Stockholms Universitet, Estocolmo, 2002. 349 p.

CONTAMINE, P. *La guerre de Cent Ans*. 9^e ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2013 [1968], 123 p.

GAUVARD, C., LIBERA, A. e ZINK, M. *Dictionnaire du Moyen Âge*. 4^e ed. Paris : PUF, 2012 [2002], 1548 p.

GUENÉE, B. *Du Guesclin et Froissart*. La fabrication de la renommée. Paris: Tallandier, 2008, 237 p.

_____. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris : Flammarion, 2011 [1980], p. 364-367.

GUIMARÃES, M. L. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: _____

(org.) *Por São Jorge! Por São Tiago!* Batalhas e narrativas ibéricas medievais. Curitiba : Ed. UFPR, 2013, p. 121-156.

MINOIS, G. *Du Guesclin*. Paris: Fayard, 1993. 518 p.

_____, *La guerre de Cent Ans*. Paris: Perrin, 2010 [2008]. 804 p.

PEDRO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média – textos e testemunhas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

REVEL, J. Recursos narrativos e conhecimento histórico. In: *História e historiografia: exercícios críticos*. Trad. Carmem L. Druciak. Curitiba : Ed. UFPR, 2010, p. 205-233.

RICOEUR, P. *Temps et récit*. Paris: Ed. du Seuil, 3 v., 1983-1985.

VERMIJN, Y. *Chacun son Guesclin : la réception des quatre versions de l'oeuvre de Cuvelier entre 1380 et 1480*. Dissertação (Master em Letras) – Université d'Utrecht, 2010. 108 p.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz: a literatura “medieval”*. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 265-286.

Remédios Santos ou Santos Remédios? Uma prática dos Mosteiros Medievais

Mirtes Emília Pinheiro
Doutoranda
FALE/UFMG
Militapinheiro01@gmail.com

RESUMO: Neste artigo pretendemos fazer um levantamento das práticas médicas, utilizadas nos mosteiros, adquiridas de seus antepassados e ou contemporâneos visando o bem estar da população medieval. Pode-se dizer que na Idade Média os jardins eram os locais mais aprazíveis e certamente o mais visitado nas casas e mosteiros.

PALAVRAS CHAVES: Idade Média; mosteiros; monges; jardins; ervas medicinais.

ABSTRACT: In this article we intend to make a survey of medical practices used in monasteries acquired from their ancestors and or contemporaries, tending the welfare of the medieval population. Since the Middle Ages it is possible to say that the gardens were the most delightful and certainly the most visited place in the houses and monasteries.

KEYWORDS: Middle Ages; monasteries; monks; gardens; medicinal herbs.

Na Idade Média a cura das enfermidades do corpo se confundia com a cura das enfermidades da alma. Eram tempos difíceis em que faltavam médicos e enfermeiros, por isso era necessário que cada um cuidasse dos seus doentes e inválidos, ou então recorressem a práticas de curandeirismo praticado, sobretudo pela população mais pobre.

Os jardins eram espaços aprazíveis e certamente o mais visitado nas casas e nos mosteiros. Não nos referimos aqui apenas ao cultivo de hortaliças e/ou legumes. Em geral, nos jardins se cultivavam um pouco de quase tudo, como por exemplo, nabo, grão-de-bico, fava e lentilha.

As ervas cultivadas nos mosteiros eram usadas de diversas formas: chás, licores, elixires, poções, unguentos, pomadas, enfim, uma gama variada de utilidade. A manipulação, o preparo e a aplicação destes remédios ficavam a cargo dos monges e monjas.

Tido como um lugar de repouso íntimo, o trabalho realizado nos jardins almejava o desenvolvimento espiritual do indivíduo, porque o vínculo que o jardineiro estabelece com a terra e a produção de alimentos que reforçam sua saúde são de natureza ao mesmo tempo física - pelo suor vertido - e sensível, pela atenção dedicada ao crescimento das plantas.

Além do cuidado com o cultivo de hortaliças, que certamente enriqueciam o cardápio, recomendava-se entre os monges reservar alguns canteiros para ervas medicinais como a

“aurônia que cura gota, o funcho que detém a constipação, a tosse e as moléstias da vista, o cerefólio para estancar as hemorragias e o absinto para conter as febres”, (ARIES, 2009, p.427) constituindo com isto, uma verdadeira farmácia.

Tanto as delícias das sobremesas quanto os remédios saíam desses jardins plantados, cultivados e cuidados pelos monges, embora o plantio e o cultivo do jardim, do pomar e do herbário não fosse prerrogativa exclusiva dos mosteiros, pois cada habitação incluía e protegia suas hortas, pomares e quintas. Nesses locais, o solo não era deixado em repouso como era prática comum na Idade Média sendo constante o cultivo de hortaliças para a alimentação e ou remédios.

Nesses tempos era necessário proteger-se mutuamente. O monge adquiriu prestígio exatamente pelo fato de às vezes optar por viver sozinho, trazendo em si o ideal da simplicidade. Ele chegou a esse status porque em primeiro lugar renunciou resolutamente ao mundo, e por um ato de anachôresis, retirou-se para a vida no deserto: é um "anacoreta".

Os eremitas solitários ou até mesmo grupos deles, se instalavam nas terras inexploradas e muitas vezes hostis como, por exemplo, as florestas ou os pântanos ao redor das cidades e dos vilarejos. Os adeptos da nova religião sentiam necessidade de recolhimento espiritual, afastando-se do convívio com os demais. Agindo desta forma, criam ao seu redor uma onda de misticismo, que os transformam em homens santos sendo, portanto, procurados pelas pessoas que desejavam se curar tanto de seus males físicos, quanto espirituais.

A primeira experiência de um clero regular, submetido a uma regra de conduta, se deu com São Bento. Elaborada em 534 a regra beneditina apresenta com clareza e simplicidade a forma de conduta de seus membros. Embora tenha conservado grande estima pela vida ermitã e pela tradição antiga do monaquismo, São Bento incentivava, sobretudo, o trabalho manual, preparando os mosteiros para a autossuficiência.

De acordo com a regra beneditina, a vida do monge transcorre em função do princípio do *ora et labora*. Oração e trabalho numa dupla forma de alcançar Deus, uma vez que rezar é combater as forças malignas, contribuindo para a salvação, não apenas da alma do próprio monge, mas também de toda a sociedade; e trabalhar é afastar a alma de seus inimigos, como por exemplo, a ociosidade e o enfado, é alcançar através desta forma de ascese uma fonte de alegria. Tanto quanto o trabalho manual, o intelectual, a leitura de textos sagrados, prepara a alma para a oração. Desta forma, orar é uma forma de trabalhar, trabalhar é uma forma de orar.

Os mosteiros são vistos como réplicas da morada celeste. Deste modo, pretendiam ser

neste mundo a projeção do mundo divino. Mas ao mesmo tempo, do lado de fora, era o tempo do reino, da violência e do pecado, o ‘século’.

Assim, os mosteiros se apresentavam como “cidades fechadas”, cercadas de muros, com um “claustro” (*claustrum*), com uma única porta e acesso controlado. Tal fato apresenta os monges como privilegiados aos olhos da população, que os veem como mediadores entre os homens e Deus, pois entrar para a vida religiosa significa, sobretudo, renunciar à vida mundana. Este pormenor poderá ser muito útil tanto para a vida cotidiana como para a vida no além, pois:

Esses homens, que criaram espaços sagrados, mosteiros, igrejas, terras de asilo, que são os guardiães das relíquias dos santos, os portadores de livros sagrados e que se abstêm de sexo, afastaram-se do resto da população. Assim da maneira mais ou menos consciente, alimentam a confusão entre *sacer* e *sanctus*, entre tabu e santificado. [...] o retorno voluntário do clero à velha pedagogia do medo e do temor, única eficaz contra uma violência desenfreada, acentuou a impressão de que a Igreja era detentora do sagrado. (ARIES, 2009, p. 527)

A crença na solidariedade e na responsabilidade permeava a sociedade medieval. Quando um indivíduo cometia um crime, era como se de certa forma atingisse a todos, uma vez que a ação de uma única pessoa podia condenar a todos. No entanto, havia os monges que com sua vida ilibada, eram os encarregados de promover o bem, viver de forma santificada com pureza de alma, praticando abstinência e penitências que serviriam para resguardar a comunidade inteira. Outra missão atribuída a eles era a de desviar, através de sua conduta impecável, de seus atos e gestos, a ira divina e, ao mesmo tempo angariar favores e graças dos céus e distribuí-las aos demais.

O grande centro civilizador da Alta Idade Média foi sem dúvida o mosteiro, com suas oficinas e a biblioteca, onde ficaram guardados alguns exemplares de textos antigos, muitos dos quais reproduzidos pelos monges, constituindo assim um repositório de cultura intelectual, um centro de produção e um foco de vida espiritual frequentemente abalizado pelas relíquias de um santo.

Conforme crescia a influência do cristianismo, aumentava a distância entre a Igreja e o curandeirismo, ou entre a religião popular e a religião dos clérigos. Isto ocorria devido ao aspecto mágico ou místico e outras práticas não condizentes com a nova doutrina cristã, praticada pelos camponeses. Os encantamentos e as simpatias que eram utilizadas junto com ervas e outros remédios foram substituídos por rezas e preces cristãs.

Para entendermos a relação doença *versus* cura na Idade Média lembremos que a doença era vista como uma forma de punição, significando claramente o status de pecador do

doente, visto como um ser momentaneamente abandonado por Deus. Todavia a crença comum de que a doença era uma punição pelos pecados cometidos era o maior entrave aos tratamentos, assim como a busca da cura para as doenças. O que se esperava do cristão, era que a enfrentasse com brio.

Por outro lado, o restabelecimento da saúde implicava uma reconciliação e uma oportunidade de redenção dos pecados. A doença era, com efeito, percebida como a marca do pecado. Aqueles que foram atingidos por ela deviam ser afastados até a purgação. Desta feita, o hospital medieval muitas vezes era uma simples casa de acolhimento e um espaço reservado para o desenlace do indivíduo. “A enfermaria [era] igualmente um crivo, um lugar de espera: uma parcela da comunidade aí se encontra [va] por um momento isolada, porque maculada”. (ARIES, 2009, p.63)

O hospital medieval se constituía, portanto como uma instituição fundamentalmente eclesiástica, cuja função primordial era a de oferecer assistência médica e social aos pacientes. Enfermos de toda natureza buscavam ali um refresco para suas doenças, pois eram de certa forma, excluídos da sociedade, como os indigentes, os loucos, os inválidos, as prostitutas, etc. Os hospitais serviam ainda de abrigo aos viajantes e peregrinos que estavam de passagem pela região.

Uma vez que a doença podia ser considerada como um sinal da ira divina, era mais seguro que a profilaxia e a medicação ficassem a cargo dos representantes de Deus na terra, ou seja, os clérigos que, juntamente com algumas mulheres, cuidavam dos doentes e moribundos. A prática da caridade podia ser considerada uma forma de angariar bônus para a salvação da alma. Tal fato pode ter contribuído para o aumento com os cuidados dispensados aos enfermos.

Uma forma usual de curar e combater as doenças era incentivar às práticas de penitências e peregrinações a lugares santos. O curador por excelência era Jesus e seus milagres dão testemunho disto. Além dele, outros intermediários eram solicitados: os santos e as santas que passaram a ter um lugar especial neste universo em virtude dos milagres que realizavam, desempenhando assim um papel importante na vida espiritual, constituindo um dos mais importantes meios de comunicação entre este mundo e o além. Logo, a ideia de que Deus continuava a revelar-se aos homens através de milagres encontrava-se presente em todos os espíritos. Quantos aos fieis, os milagres que desejavam eram, sobretudo os de cura: restituir a visão aos cegos, desobsessão dos possessos, fazer caminhar os coxos. Uma vez que o mal físico é obra do diabo, a cura milagrosa só podia vir de Deus.

O corpo do santo protege o local onde ele está ou foi sepultado e os seus fragmentos e relíquias são utilizados como talismãs para curar doenças e enfermidades e têm uma atuação semelhante à do médico. Aos poucos se criam especificações para as intervenções deles, de tal forma que “os santos curandeiros acabam por substituir-se aos deuses e aos heróis da Antiguidade”. (LOT, 1985, p. 343) Havia santos incumbidos de promover a cura de diversas doenças, cada um com uma especialidade e especificidade.

As curas de doenças eram vistas como milagres, desta forma a devoção aos santos milagreiros cresceu expressivamente. Os santos viveram uma vida terrena, mas venceram as tentações da carne tornando-se dignos de intermediarem a salvação entre Deus e os homens. Assim como um vassalo que não se sentia à vontade perante o seu Senhor, também o fiel podia optar por pedir a intercessão de um santo, interlocutores entre os dois mundos - Céu e Terra – ao invés de se dirigir diretamente ao Pai Criador, pois os santos viveram em meio aos homens e ao pecado e, no entanto, resistiram a ele. Por isso, havia a crença na sua intermediação.

Abaixo dos santos e promovendo uma medicina caritativa estavam os monges, especialistas em botânica. “Os monges médicos descrevem bastante bem as manias agudas ou depressivas ligadas à epilepsia e que colocavam, para os religiosos, o problema das possessões diabólicas”. Creditavam a esses fenômenos a intervenção demoníaca e a ação de forças malignas, considerando “os possuídos como doentes infectados mental e fisicamente”. A expulsão do demônio do corpo e da vida de uma pessoa é acompanhada de “humores viciados ou purulentos, às quais se seguem exalações pestilentas”. Numa época de medos e incertezas “a doença e, sobretudo, a loucura eram combatidas por meio de exorcismos, acompanhados por sinais da cruz, destinados a expulsar o demônio, a origem de todo o mal físico ou moral”. (VAUCHEZ, 1995, p. 32) Assim, a medicina medieval cresceu ligada à Igreja.

A confiança da população em relação aos medicamentos oferecidos pelos monges tem relação com a aura de santidade que emanava dos mosteiros. Uma vez que os monges representavam Deus na terra, certamente os remédios manipulados por eles teriam uma ação mais efetiva. Os religiosos assumiram o controle da arte de curar, utilizando para isto medicamentos, em sua maioria, provindos da sabedoria popular.

Outro fator a ser considerado quando o ponto é saúde pública, entendida aqui como saúde da população desguarnecida de recursos, é em parte, o descaso ou o descomprometimento dos nobres para com seus protegidos. Eram eles quem deveriam se

preocupar e se ocupar com este assunto, uma vez que a descentralização política do período dava-lhes amplos poderes e estes camponeses muitas vezes estavam instalados nos seus domínios. No entanto, o desinteresse e o descaso corroboram para que o clero tome para si este encargo, sob pena de que um flagelo maior assale a todos, uma vez que algumas doenças são contagiosas. Hospícios, hospitais, orfanatos, até mesmo hospedarias, constituem os anexos das igrejas e dos mosteiros.

Havia várias as recomendações para se obter, manter e conservar a saúde, no entanto, as mais usuais eram a prática do jejum e as penitências. Não obstante, em casos de doenças indicava-se o uso de medicamentos. As especiarias, usadas com a finalidade de dar sabor aos alimentos, eram também usadas na fabricação de remédios.

Esta confusão feita entre alimentação e a absorção de produtos farmacêuticos relaciona-se com o pensamento médico desta época, que prefere tratar com regimes adaptados a cada doente, a utilização de plantas ou de produtos animais simples, em lugar de recorrer a composições complexas e onerosas. As formas como os medicamentos se apresentavam no período medieval eram bem variadas. Havia remédios para diversos fins como, por exemplo:

“águas” ou destiladas de plantas, poções – denominadas “medicinais”, frequentemente dotadas de virtudes laxantes - “xaropes”, de consistência viscosa, formados por um volume concentrado fortemente açucarado em água, vinho ou vinagre, “julepo” compostos de água destilada cortada com xarope, “electuários”, mais ligeiro do que os xaropes, diversos “pós” dos quais infelizmente se desconhece a composição exata, “pílulas”, “pastilhas de mascar” e até supositórios.

Entre os produtos para uso externo, citemos as pomadas, os emplastros e outros unguentos e bálsamos. Acrescentados a algumas substâncias elaboradas conhecidas, constituem seguramente uma ínfima parte dos remédios utilizados para fins médicos. (LE GOFF, 1997, p.216)

Numa época de escassez e perigos constantes, era necessário e importante ter um acervo de plantas para a manipulação de medicamentos à disposição do médico ou do curador.

A cura ou a melhoria de saúde era mais fácil de ser obtida pelas pessoas mais prósperas, que podiam contar com a ajuda de um médico e de sua família. Para os menos afortunados, a alternativa era valer-se da caridade pública e esta era encarnada pelas instituições hospitalares. “A história do conhecimento das plantas medicinais é indissociável do conhecimento das plantas em geral, e a “botânica” foi, durante muito tempo, assunto de curandeiros, médicos e boticários”. (LE GOFF, 1997, p.347)

Embora o jejum, a sangria e o uso de chás fossem prescritos aos doentes, a indicação de um cardápio alimentar para cada um deles variava conforme sua situação. Se este doente

fosse um monge “já não lhes era proibido comer carne, considerada reconstituidora do sangue, do fogo de seu corpo débil”; no entanto, a consideração em relação ao seu estado de doença era análoga ao dos demais cristãos: “se estavam doentes, é que eram pecadores; deviam, portanto purificar-se por meio de práticas penitenciais”. (ARIES, 2009, p. 63/4)

Não se sabe ao certo em que época os monges que cultivavam as ervas medicinais resolveram adicionar algumas à aguardente, inventando assim o licor. Embora possa parecer estranho esse procedimento vindo de religiosos, lembramos que o vinho foi sempre uma bebida permitida, pois combinava bem com suas refeições simples, constituídas essencialmente por pão, ovos, queijo e peixe, e o próprio Cristo o usou na Última Ceia.

O cultivo de plantas e de ervas medicinais não era exclusividade dos monges e tampouco dos mosteiros. Entretanto, a manipulação delas, sua transformação em remédios e medicamentos para as mais diversas finalidades e usos terapêuticos, poderia trazer mais conforto e segurança à população abandonada à própria sorte, não fosse o cuidado e a caridade praticada pelos monges. Ao seguir o exemplo de Jesus que pregava o amor ao próximo como a si mesmo, os monges e monjas traduziam em ação os ensinamentos do Filho de Deus.

Bibliografia:

ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada* / [coleção dirigida por] Philippe Aries e Georges Duby. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. 5 v. 505 p.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval*. Lisboa: Ed. 70, 1987-88. 255p.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média e o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 202p.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 399p 2v.

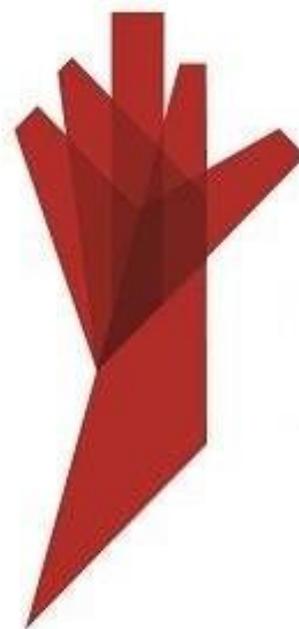
_____. *As doenças têm histórias*. Lisboa. Ed. Terramar, 1997. 368p.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1985 455 p. (Lugar da História)

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995. 224p. (Nova História; 26)

Simpósio Temático 15

Patrimônios Culturais



Coordenadores:

Adebal de Andrade Júnior

Doutorando em Antropologia Cultural - UFRJ
adebaldeandrade@gmail.com

Luís Gustavo Molinari Mundim

Mestre em História Social da Cultura - UFMG
luismolinari@gmail.com

Sara Glória Aredes Moreira

Mestre em Ciências Sociais - PUC-MG
saraaredes@gmail.com

Olga Pisnitchenko

Doutoranda em História - UFMG
pishnitchenko@gmail.com

Apropriação do patrimônio urbano: O caso da Praça da Estação

Elena Lucía Rivero

Graduada em História;

Mestranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

EA – UFMG

elenaluciarivero@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o modelo de apropriação do patrimônio urbano proposto para a Praça da Estação, Belo Horizonte. Interessa-nos analisar quais as noções de memória, história e documento que aparecem atreladas à preservação do patrimônio urbano, assim como as principais características do modelo de preservação proposto no I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981).

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Patrimônio urbano; Praça da Estação.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo analizar el modelo de apropiación del patrimonio urbano propuesto para la Plaza de la Estación, Belo Horizonte. Nos interesa analizar cuáles son las nociones de memoria, historia y documento que aparecen vinculadas a la preservación del patrimonio urbano, así como las principales características del modelo de preservación propuesto en el I Encuentro por la Revitalización de la Plaza de la Estación (1981).

PALABRAS CLAVE: Preservación, Patrimonio urbano, Plaza de la Estación.

Sobre os modelos de apropriação do patrimônio urbano.

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades desta virada de milênio. No que diz respeito a “países novos”, como o Brasil, essa tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a “memória urbana” (ABREU, 2011, p.19).

Como expressa Abreu (2011) observam-se na atualidade uma série de discursos e projetos que visam à preservação e revalorização dos “vestígios do passado” com o intuito de preservar a “memória urbana”. Consideramos que, em Belo Horizonte, o I Encontro pode ser analisado como exemplo desse tipo de iniciativas. Entendemos também que essas iniciativas configuram modelos de apropriação do patrimônio urbano que foram mudando no tempo, incorporando novas perspectivas e dimensões. Nesse sentido, é importante, em primeiro lugar,

que contextualizemos os diversos modelos de apropriação dos espaços urbanos como patrimônio no Brasil.

Há, na literatura sobre o tema, um consenso de que a década de 1980 significou uma série de mudanças nos modelos de intervenção em sítios históricos e áreas urbanas. Segundo Motta, o período 1970-1990 significou um avanço “quando o valor simbólico estritamente visual que orientava as ações iniciais de preservação no Brasil foi substituído pelo valor documental” (p. 264). A autora estabelece uma periodização dos modelos de intervenção, desde o modelo *inicial* (1937-1970) passando pelo modelo *intermediário* (1970-1990) até chegar ao atual modelo, denominado pela autora como modelo *globalizado*.

Em relação ao modelo inicial, Motta diz que:

Os trabalhos iniciais de preservação do patrimônio cultural no Brasil [...] pautavam-se sobre a ideia de *unidade nacional* para a construção de uma nação moderna [...] Eles foram dirigidos por uma maioria de arquitetos modernistas, que identificavam edificações e sítios urbanos do período colonial como referência de uma única identidade para a nação, por acreditarem que aquela arquitetura representava a primeira expressão “autenticamente” brasileira, o “abrasileiramento” das construções portuguesas (p. 264).

Essa conceituação começa a ser ampliada na década de 1970, dando lugar ao modelo intermediário e ao que Leite (2007) denomina como o deslocamento do eixo da nação para as cidades e para a valorização do patrimônio como recurso de desenvolvimento das cidades históricas. No modelo intermediário,

O patrimônio despiu-se do valor simbólico nacional, passando a servir como apoio à luta de um meio ambiente urbano menos adensado, contra a especulação imobiliária [...] Embora essa luta fosse o principal motor das mudanças no Brasil, também as lutas travadas internacionalmente pelo respeito à diversidade cultural no pós-guerra e o despertar de um interesse para uso do patrimônio por seu potencial econômico – especialmente por meio da indústria do turismo- influenciaram as transformações que se iniciam no período (p. 255-256).

Algumas das principais características desse modelo são: associação do tema da preservação com a qualidade de vida, a manutenção da escala urbana e a adoção da ideia de *ambiência* – o que possibilitou a inclusão de outros estilos. Na década de 1980 há um novo avanço, o entendimento de patrimônio como documento, “com base na concepção de cidade-documento ou de monumento-documento, os trabalhos foram estruturados na distinção da materialidade dos objetos das informações que pudessem conter” (p. 267). Segundo Motta,

[...] estabeleceu-se uma linha de trabalho que representou um rompimento com a perspectiva estritamente visual, fachadista ou das características de estilísticas, possibilitando outras maneiras de valoração dos bens culturais,

na medida em que esses bens eram considerados fontes documentais, buscando a leitura de significados contidos em suas formas. Ampliavam-se, dessa maneira, as possibilidades de apropriação do bem cultural como referência de identidade, independentemente de uma determinada estética. A construção simbólica foi, então, ampliada pela possibilidade de leitura da forma urbana (p 267).

Diferentemente deste período, Motta estabelece que, no atual modelo globalizado, a noção de cidade-documento vem sendo enfraquecida. No modelo globalizado o objetivo é atingir um consumidor que deve usar o bem cultural como uma mercadoria ou como apoio ao consumo de outras mercadorias, operação que desloca funções e relações históricas sempre que necessário, em nome do consumo. Segundo Motta, esses projetos estão “orientados por estratégias que visam a sua apropriação para o consumo visual, envolvendo seu enobrecimento e seu uso como produtos, na disputa entre cidades em um mercado globalizado” (p 257).

O I Encontro pela revitalização da Praça da Estação.

Interessa-nos em primeiro lugar identificar, nesse processo de apropriação da praça enquanto patrimônio urbano, os motivos da seleção, o tratamento proposto para o espaço e as representações simbólicas atreladas ao espaço. Como expressa Motta (2000),

O patrimônio – seja ele artístico, histórico ou cultural – é o resultado de uma seleção diante de objetivos e projetos específicos. A escolha de um determinado patrimônio, assim como as opções para seu tratamento, não são atos desinteressados: dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles. São ações inseridas em contextos históricos, socioeconômicos e culturais específicos, que também devem ser observados para seu entendimento (p. 260).

Analisaremos em primeiro lugar a pauta de trabalho do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação¹ publicada no relatório “Praça da Estação: origem e destino”. O Encontro abrange três dias ao todo, tendo sido realizadas reuniões em 12, 13 e 14 de agosto de 1981. No relatório, constam as atividades desenvolvidas, sínteses das reuniões, debates e palestras

¹ O Encontro foi convocado pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), representado por sua diretoria e por uma comissão denominada Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural, e contou com a participação de vários órgãos, demonstrando, além da diversificação dos atores e interesses presentes/envolvidos na preservação da Praça, a necessidade de articulação entre os diversos organismos para levar adiante projetos de preservação do “patrimônio urbano”. Participaram do Encontro: a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL); a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL); a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG - representada então pela professora Suzy Pimenta de Mello); a Fundação Roberto Marinho; a Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG); a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Minas Gerais (FAFICH-MG); o Conselho Estadual de Cultura; a Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL); a Secretaria Municipal de Comunicação e Obras; Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP); a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU); a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT- Brasília) e a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

proferidas nesses três dias. Consideramos que o relatório “Praça da Estação: origem e destino” constitui-se num documento de grande valor para analisar de que maneira o espaço é concebido enquanto patrimônio urbano da cidade e quais são as representações atreladas ao espaço.

O encontro foi articulado em torno de três seminários: “Aspectos culturais do Conjunto Praça da Estação”; “Os agentes Municipais e Metropolitanos de Planejamento e Execução de Obras Públicas e o Conjunto Praça da Estação” e, “Os Agentes Federais de Planejamento e Execução de Obras Públicas e o Conjunto da Estação”.

Na abertura do seminário, o então presidente do IAB/MG, José Carlos Laender de Castro, expressou as motivações e os objetivos da realização do encontro:

A ausência de discussão de uma política que defina diretrizes para a área da PRAÇA RUI BARBOSA levou o IAB/MG à realização deste I ENCONTRO PRAÇA DA ESTAÇÃO: ORIGEM E DESTINO, dentro da temática BELO HORIZONTE ONTEM, HOJE, AMANHÃ. A finalidade é propiciar à classe de arquitetos, às entidades técnicas e culturais e, principalmente ao povo, o grande usuário da PRAÇA, a discussão e o conhecimento dos problemas gerais e específicos que nela intervêm, bem como, através de um debate democrático e aberto, estabelecer subsídios para sua preservação [...] (Encontro..., 1981, p.8-10).

As principais questões levantadas nos seminários inscrevem-se no contexto geral marcado pelo crescimento da cidade, pela expansão física desordenada e pelos impactos destes fenômenos no tecido urbano. É importante lembrar aqui que a urgência em instalar a questão da preservação se explica pela ameaça de descaracterização da Praça da Estação pela implantação de uma estação do trem metropolitano. O conflito preservação *versus* desenvolvimento está presente em vários depoimentos e se constitui em uma problemática transversal do Encontro. De um modo geral, as problemáticas relativas à Praça da Estação são abordadas como parte das transformações, planejadas ou não, do ambiente construído, dos problemas da cidade e de um desenvolvimento entendido como “modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental”. (De Souza, 2010, p. 60). Como expressou o professor Jarbas Medeiros,

Não vemos e não entendemos porque o progresso e o desenvolvimento econômico e social tenham que ser necessariamente destrutivo e predatório. Somente isto já justificaria fundada desconfiança no sentido das palavras progresso e desenvolvimento. (Encontro..., 1981, p 14-15)

Outro depoimento reforça essa ideia:

As autoridades constituídas, o povo e seus representantes no poder, todos juntos, tem de lutar visando preservar o nosso patrimônio artístico e cultural da destruição como tributo do progresso. Não podemos admitir a destruição

da memória e das mais caras tradições de Belo Horizonte. O problema urbano hoje é de todos e somente com a conscientização de todos poderá a cidade ser devolvida a seus cidadãos, libertando-os da escravização do progresso desordenado e desumano. A praça da Estação deve ser defendida contra sua descaracterização, para que não ocorra com aquele logradouro público caro de lembranças ao belo-orientinos, o mesmo triste de importantes peças arquitetônicas da cidade [...] (Encontro..., 1981, p 13-14).

É a partir da tomada de consciência do impacto das transformações operadas na cidade, das consequências de um tipo específico de desenvolvimento, que se impõe a necessidade de criar mecanismos para preservar o patrimônio cultural da cidade. Como expressa Choay,

Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante (Choay, 2006, p.180).

Propõe-se, assim, um planejamento urbano, uma forma de conceber o espaço que abranja a questão da preservação. A questão dos transportes e os programas de melhorias das condições de circulação são também mencionados como um dos principais fatores de maior impacto para as áreas de valor histórico. Citando as palavras do Ministro do Transporte, o engenheiro Eliseu Rezende, o presidente do IAB/MG expressou:

A política brasileira de transportes urbanos passará a ser formulada de acordo com os programas de conservação do Patrimônio Histórico, já que os programas visando à melhoria das condições de circulação e do transporte coletivo operam significativas intervenções no traçado das cidades e, frequentemente, nos setores onde se localizam as áreas de valor histórico (Encontro..., 1981, p. 10).

Institucionalizar a preservação da memória.

Observamos também que a questão da preservação do patrimônio implica também uma discussão sobre os arranjos institucionais, sobre a cidade como um todo e sobre *como* e *por que* é preciso preservar. Neste sentido, a discussão extrapola a percepção do patrimônio como uma operação técnica para abordá-la como uma questão política e controversa. Assim, são colocadas questões relativas à necessidade de estabelecer políticas e diretrizes de preservação do “patrimônio urbano” e da memória ao nível municipal. Nesse processo, o poder público é interpelado a assumir seu papel na tarefa de institucionalizar a preservação da memória, criar os instrumentos legais que permitam concretizar as diretrizes. Nesse contexto se inscreve o envio à Câmara Municipal do projeto de lei que cria o Conselho Municipal de

Tombamento; segundo Dr. George Norman Kutova, então Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte,

há, assim, necessidade de uma legislação específica a fim de que os bens de valor municipal que não tenham valor estadual ou nacional, possam ser efetivamente tombados, e o município é o responsável pelo tombamento de bens municipais (Encontro..., 1981, p.12).

A questão da preservação aparece fortemente ligada, de um lado, a uma noção de institucionalizar a preservação da memória da cidade, e, de outro, à necessidade de propor novos usos para os prédios. Esse processo, que denominamos “instrumentalização da memória do lugar”, tem como objetivos a luta contra o apagamento/esquecimento de uma determinada história da cidade de Belo Horizonte e também a valorização dessa história. Como ficou expressado no Encontro,

Não podemos admitir a destruição da memória e das mais caras tradições de Belo Horizonte. O problema urbano hoje é de todos e somente com a conscientização de todos poderá a cidade ser desenvolvida a seus cidadãos, libertando-os da escravização do progresso desordenado e desumano” (Encontro..., 1981, p. 15).

Em relação ao tratamento proposto para o local, é possível identificar nas atas alguns debates sobre a necessidade de não confundir tombamento com preservação, pois se trata de duas operações diferentes, com objetivos diferentes. O tombamento é assim apresentado como uma medida de força, utilizada em última instância pelo poder público.

Assim instrumentos como o tombamento, que se mostraram importantes (decisivos mesmo, em alguns casos), num primeiro momento, passam agora a expor, de uma maneira cruel suas limitações [...] torna-se necessária a ampliação dos instrumentos de conhecimento e análise, com a incorporação dos mais diversos profissionais e os da própria população, enquanto usuária e produtora do patrimônio. (Castriota, 2009, p 86-87).

Reforçando essa ideia, observam-se também algumas linhas interessantes na concepção e definição do modelo de preservação pretendido. Como expressou o arquiteto Reinaldo Machado (IAB-MG):

[...] o uso é mais importante que a coisa a ser preservada; assim, entendia que a preservação da Praça não se encerraria com o tombamento dos próprios e de sua destinação a museus ou centro de artesanato, muitas vezes inviáveis financeiramente e, na maioria, sem relação com o uso tradicional ou a “vocação” do usuário da praça (Encontro...,1981, p. 20).

Observamos nesse depoimento duas questões: a necessidade de viabilizar financeiramente, no curto e longo prazo, os projetos de preservac o, e a postura frente a quais são, ou deveriam ser, as finalidades e o objetivos da preservac o. Destacam-se a respeito os valores ligados ao lugar, o seu valor de uso pelos usuários. O fato de essas questões serem colocadas com tanta ênfase demonstra também a necessidade de introduzir novas formas de entender a preservac o. Como expressa Castriota

(2009), a discussão se desloca assim do *como* conservar ao âmbito do *que* conservar e *por que*, o que coloca a questão dos valores no foco do assunto.

[...] hoje se percebe, muito mais que no passado, que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio, sendo as intervenções ou tratamentos físicos aplicados a esse bens apenas um entre muitos meios para obter este fim (Castriota, 2009, p. 101).

Existe aqui uma preocupação com o tipo de reutilização. As propostas de uso previstas para o espaço coincidem em que “os prédios a serem preservados, na medida do razoável, sejam transformados em prédios que abriguem atividades culturais” (Encontro..., 1981, p. 40),

A implantação de um centro de cultura popular, artesanal, folclórico e culinário na Praça da Estação, utilizando um dos galpões que lá estão subaproveitados é um passo objetivo para que isso possa ser feito (Encontro..., 1981, p. 13).

Começam a ser esboçadas algumas propostas de intervenção, principalmente a de converter aqueles espaços “subaproveitados” em equipamentos culturais. A justificativa para isso é sempre a ideia de ressaltar a cultura local (folclore, artesanato) e a de criar espaços para uma população que carece de espaços na cidade para o consumo cultural. “Este prédio [Casa do Conde] pode ser reabilitado e adaptado para novas e mais adequadas funções como centro de artesanato e pequeno teatro, atendendo a uma parcela pouco lembrada da população urbana” (p. 48)

A ênfase é colocada no conjunto e no uso dos prédios e o processo de tombamento, que já se encontrava em andamento, expressa esse interesse, pois ele incluía: a área da Praça (jardins e elementos de ornamentação); o monumento à Terra Mineira; os edifícios da Estação Central do Brasil, do dormitório anexo, da Rede Mineira de Viação; galpões da Rede Ferroviária Federal (RFF) e a casa do Conde de Santa Marinha.

A luta pela preservação do conjunto da Praça da Estação se justifica não apenas pelo valor arquitetônico de cada prédio isoladamente, mas pelo que este espaço significa como conjunto ambiental, de elementos totalmente integrados [...] o que se pretende é dar no a utilização do conjunto Praça da Estação, coerente com o uso social, que é como se entende o Patrimônio Ambiental urbano (Encontro..., 1981, p. 14)

A Praça como documento

Os valores atrelados à Praça da Estação ficaram expressos na conferência proferida pela Professora Suzy de Mello (então diretora da Escola da Arquitetura da UFMG) no contexto do primeiro seminário: “Aspectos Culturais da Praça da Estação”.

Na sua apresentação, a problemática sobre a Praça é inserida desde o começo dentro de um contexto mais amplo, o das transformações pelas quais atravessou a cidade nas últimas décadas: o crescimento demográfico e econômico e suas imediatas consequências para sua configuração. O diálogo Praça–Cidade percorre toda a apresentação.

Com a inauguração de Belo Horizonte como nova capital de Minas Gerais, em 1897, impunha-se o transporte ferroviário tanto como elemento central essencial para seu funcionamento efetivo quanto para a garantia de seu almejado progresso pelo que a Praça da Estação passou, ainda em seus primórdios, a receber o melhoramento que as técnicas da época ensejaram e que incluía, desde 1895, construção da Ponte Davi Campista, a cargo de Manuel Lourenço Laranjeira, sendo a primeira obra de arte no perímetro urbano da cidade e vencendo o ribeirão Arrudas, que cortava longitudinalmente a grande praça de 200 por 100 metros (Encontro..., 1981, p. 44-45).

A história do espaço é realizada a partir de uma seleção de datas e fatos que colocam a Praça da Estação numa situação de destaque no contexto urbano da cidade. Esse recorte de elementos serve para construir uma história do local baseada na evolução da arquitetura na e da cidade e dos logros técnicos – o domínio sobre a natureza. É uma história que diz sobre uma configuração espacial determinada pelo uso oficial do local e que reforça a ideia do local como porta de entrada da cidade, imagem que se recupera e que ganha força. Citando e atualizando as palavras do próprio Aarão Reis,

Quanto à Estação Central (Minas) que terá se der levantada como pórtico, na nova capital, procurei dar-lhe não suntuosidade descabidas nem mesmo luxo artístico dispensável, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as comodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na Estação Central de uma cidade do século XX (p. 45).

Esse lugar de “destaque” (sua importância) aparece assim interrompido na década de 50 devido, principalmente, às mudanças nos sistemas de transporte.

Importância esta que se manteria por quase trinta anos já que somente na década de 50 a indústria automobilística brasileira se desenvolveria e o transporte rodoviário suplantaria o ferroviário. Ainda assim, tendo perdido muito do seu equipamento original – desde os postes de caprichoso desenho até seus cuidados jardins, empobrecidos e maltratados- a Praça da Estação se mantém como ponto de referência essencial à preservação do pouco que nos resta do desenho original da cidade [...] (Encontro..., 1981, p. 46).

Embora a praça tenha perdido importância nas suas funções, ela não perde o valor arquitetônico; neste sentido, segundo Mello,

Considerando sua leitura arquitetônica, ainda visualmente poluída por “outdoors” e pelo comércio desorganizado que a circunda, destaca-se sem sombra de dúvida – o prédio da Estação, com proporções de extrema elegância e linhas indiscutíveis de leveza.

Negar-lhe valor como obra de arquitetura seria o mesmo que duvidar das construções de Paris, inspiradas pelo talento de Haussmann e também neoclássicas. O neoclassicismo, que se associou á Revolução Industrial em arquitetura, produziu exemplos de importância que justificam sua preservação [...]. (Encontro..., 1981, p 46-47).

Observa-se que a “[...] concepção, muito presa ainda à ideia tradicional de monumento único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente [...]”. (Castriota, 2009, p.85).

Assim, o prédio da Estação – por si só – corresponde a uma serie de dados culturais de caráter sociológico que estabelecem referencias de grande importância na historia da arquitetura de Belo Horizonte e que se completam com o Palácio da Liberdade, o Tribunal de Justiça, o Conservatório (atual Escola de Musica), o Instituto de Educação e as secretarias, alguns dos últimos exemplos de neoclassicismo na paisagem urbana da cidade (Encontro..., 1981, p. 47).

A importância e o valor da Praça da Estação são, quase sempre, atribuídos em referência à evolução da cidade; assim, “[...] a leitura arquitetônica da Praça da Estação apresenta indiscutível riqueza de elementos cuja significação cultural envolve importantes aspectos sociológicos que se ligam a diversos períodos da evolução urbana em Belo Horizonte”. (Encontro..., 1981, p. 48). Outra possível leitura da Praça destaca, além do seu valor arquitetônico, a importância de recuperar seu papel como espaço público:

Outro ponto muito valido para a leitura da Praça da Estação é seu próprio espaço – de significativas dimensões – e que, por isso mesmo, foi utilizado para grandes concentrações políticas nas décadas de 40 e 50. Se hoje este espaço está mal aproveitado e com suas funções diluídas ou perdidas, deve ser recuperado em proveito de uma faixa importante da população que ali poderia reencontrar novas formas de usufruir a cidade [...] (Encontro...,1981, p. 47).

A palestra finaliza estabelecendo um papel de grande importância da preservação do patrimônio na relação passado-presente-futuro, pois, “através da revalorização do conjunto da Praça da Estação, de origem histórica, poderá Belo Horizonte reencontrar seu destino como cidade que, respeitando o passado, planeja o futuro”. (Encontro..., 1981, p. 49). Tal percepção condiz com um dos principais objetivos da memória: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (Le Goff, 2003, p. 471).

Aproximações ao modelo de apropriação do patrimônio urbano proposto no I Encontro

A análise das atas do Encontro permite observar como, desde o campo do patrimônio, é concebido o espaço da Praça da Estação. Neste sentido, o Encontro constitui-se num

momento chave para entender os modelos e teorias presentes na época dentro do campo do patrimônio e que seu impacto na forma como o espaço é produzido. O Encontro é um exemplo da mudança – dentro do campo do patrimônio – do eixo das práticas patrimoniais, da nação para as cidades, e de uma redefinição “em que o patrimônio vai sendo incorporado às políticas urbanas e articulando ao desenvolvimento regional e ao incremento do turismo [...] associando ao patrimônio funções de desenvolvimento urbano” (Leite p.55). Nas entrelinhas, é possível observar que o projeto político por trás implica uma retomada do local. Como expressa Abreu, “[...] os termos “memória urbana” e “memória da cidade” vingaram e dizem respeito não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade (p. 31).

Referências

- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: Carlos, A.F.; Souza, M. L. e Sposito, M. E. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 19-39
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*. Conceitos, Políticas, Instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DE SOUZA, Marcelo. Mudar a Cidade. *Uma introdução crítica ao planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ENCONTRO pela revitalização da Praça da Estação, 1, *Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino*. Belo Horizonte: IAB, 1981. 122p.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2003.
- LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade*. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2007.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 258.

O patrimônio cultural brasileiro na situação pós-moderna

Igor Alexander Nascimento de Souza*

Especialista em Arte e Patrimônio Cultural

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

igorpatrimoniocultural@gmail.com

RESUMO: O objetivo é estabelecer uma reflexão acerca da função social da patrimonialização dos bens culturais na atualidade, que, muitas vezes, reproduzem anseios de outrora, desadequados às atuais circunstâncias. Trata-se do papel dos processos de patrimonialização na contemporaneidade, sob os auspícios da situação pós-moderna, considerando a trajetória de elaboração da *ethnie* brasileira na construção do país enquanto Estado-Nação.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Pós-Modernidade; *Ethnie* Brasileira; Diversidade Cultural.

RESUMEN: El objetivo es establecer una reflexión sobre la función social de la patrimonialización de los bienes culturales de hoy, que a menudo reproducen anhelos de antaño, inadecuado para las circunstancias actuales. Se trata de la función de los procesos de la patrimonialización en la contemporaneidad, bajo los auspicios de la situación posmoderna, teniendo en cuenta la trayectoria de la formación de las *ethnie* en la construcción del país como un Estado-Nación.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio Cultural; Posmodernidad; *Ethnie* Brasileña; Diversidad Cultural.

A intenção em preservar elementos pretéritos tem um passado remoto, mas nada disso tinha a ver com o que hoje denominamos de *Patrimônio Cultural*, que é uma categoria recente, uma invenção da modernidade, dos Tempos Modernos. Isso não quer dizer que a herança cultural, o legado dos antepassados, não seja um patrimônio, mas que enquanto disciplina, enquanto discurso, até mesmo enquanto expressão, é um fenômeno moderno, uma técnica mnemônica (mnemotécnica) desenvolvida na modernidade.

É, portanto, volvidos à modernidade que compreenderemos melhor o atual estado em que nos encontramos, pois nosso tempo já permite esse olhar (cf. KUMAR, 1997). A era moderna, se considerarmos o famigerado quatrimpartite francês, dá-se em fins do século XVIII, notadamente pela Revolução Francesa, que nos serve de marco entre eras. Mas o fato que realmente determinou a época foi o posicionamento do homem enquanto medida de todas as coisas; o período do antropocentrismo por excelência.

* Aluno bolsista do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

Não é à toa que o projeto iluminista, que teve como patronos John Locke, Descartes, dentre outros, fomentador de importantes transformações no mundo ocidental, como a Revolução Americana e a própria Revolução Francesa, desencadeou uma série de mudanças ao extinguir instituições “velhas” e implementar novas, dentre elas instituições-memória.

É do século XIX, mais especificamente no ano de 1837, a criação da primeira *Comissão dos Monumentos Históricos*, na França, que teve como missão a preservação do patrimônio edificado, mormente os que diziam respeito à Antiguidade e à Idade Média, posição que durou até após a II Guerra Mundial. A influência do iluminismo, com seu fetiche helênico e seu cientificismo ascendente, corporificados em antiquários, naturalistas, arqueólogos, paleontólogos, dentre outros, foi decisiva. Ao assumir o espólio dos vencidos da Revolução Francesa, inúmeros bens móveis e imóveis, não somente atribuindo-lhes valor monetário, mas artístico e histórico, deu-se o início da patrimonialização² tal qual a conhecemos hoje.

A França revolucionária demandava a unidade nacional e fez uso do seu patrimônio para a formação de sua identidade. Em contextos de ampla diversidade cultural, a construção das identidades nacionais não foi realizada sem esforço. Dentre as várias estratégias utilizadas pelos Estados ao redor do mundo, como a ampliação das redes de comunicação e o aparelhamento de estruturas governamentais supra-“tribais”, a implementação de um sistema de ensino unificador (e de patrimônio), que adotasse apenas um idioma e que selecionasse ícones hegemônicos, foi, talvez, um dos agentes mais aglutinadores para a formação e consolidação de uma nação moderna (ANDERSON, 2008).

Os franceses, *avant-garde*, souberam utilizar astutamente seus monumentos históricos ao patrimonializá-los, visando consolidar o sentimento de pertença e solidariedade entre os seus compatriotas. O enlace alegórico, sagazmente constituído, serviu à formação de uma comunidade imaginada francesa, aglutinada através do estabelecimento de lugares simbólicos investidos com memórias coletivas. Mike Featherstone (1997, p. 151), refletindo sobre as nações como comunidades, afirma que “Certos lugares podem ser revestidos de um determinado status emblemático, como monumentos nacionais, e usados para representar uma

²Lucas Prochnow (2013, p. 19) diz que “O processo de patrimonialização de um bem, ou de um conjunto de bens, ocorre a partir de ações e de discursos específicos. As ações partem das práticas institucionais motivadas, ou balizadas, por atribuições legais; em menor medida e mais recentemente, parte de demandas sociais. Já os discursos se sustentam no uso de conceitos e de categorias ativadas para justificar sua relevância, provar sua necessidade, reconhecer, garantir direitos. Dessas ações e discursos participam diversos atores sociais em contextos específicos que são passíveis de serem delimitados temporalmente e espacialmente. Eles engendram ao longo do tempo novas ações e novos discursos segundo suas finalidades específicas colocando em jogo o problema da atribuição de valores [...]”.

forma de laço simbólico, que se sobrepõe e encarna as várias afiliações locais que as pessoas possuem.”. Nesse sentido, o gosto pelo antigo e pelas artes, e a monumentalidade atribuída agora aos vestígios históricos (CHOAY, 2006), coadunaram-se ao projeto nacionalista revolucionário, possibilitando que aos bens culturais alienados fosse atribuído valor memorial.

O Estado moderno é o grande responsável pelo estabelecimento do patrimônio cultural, ainda entendido apenas como histórico e artístico, monopolizando o exercício da monumentalidade, maquiavelicamente, como diria Benedict Anderson (2008). Visando legitimar um passado comum a todos os cidadãos (ELIAS, 2006), amplos projetos foram realizados, inclusive no mundo colonial europeu, envolvendo a realização de inventários de conhecimento, registros minuciosos em gravuras passíveis de reprodução, intervenções físicas nos objetos, museificação de edifícios e coleções, dentre outras estratégias patrimoniais.

No Sudeste Asiático, por exemplo, dentre as instituições responsáveis pela integração dos futuros estados à modernidade, encontra-se o museu. Os colonizadores “exportaram” seu interesse por *objets d’art*, mormente por meio da implementação de instituições memória em seus impérios ultramarinos, como a *Oudheidkindigen Commissie*, posteriormente promovida ao *Oudheidkindigen Dienst*, pelos holandeses na Indonésia; a Inspeção Arqueológica da Índia e o Departamento Arqueológico da Birmânia, pelos britânicos; a *École Française d’Extrême-Orient*, em Saigon, a Diretoria de Museus e Monumentos Históricos da Indochina, e o Serviço de Conservação de Angkor, em Sião, pelos franceses (ANDERSON, 2008.).

Tendo as sociedades europeias se transformado em Estados-Nação a partir da segunda metade do século XVIII, utilizando-se para isso da patrimonialização de seus monumentos históricos; e “exportando” seu gosto iluminista pelos *objets d’art* locais, juntamente com as instituições necessárias à sua operação, a Europa, enquanto metrópole mundial, serviu como centro difusor e catalisador da modernidade.

Há seu tempo as ex-colônias utilizaram-se dessas estruturas para desenvolver seus próprios discursos identitários, em contraponto ao do colonizador, servindo-se da estratégia patrimonial para a implementação dos seus jovens Estados-Nacionais independentes. Vale ressaltar que, em boa medida, as estruturas coloniais demoraram a desvencilhar-se, coisa que a história oficial, vinculada ao ufanismo nacionalista, buscou ofuscar. Norbert Elias, ao tratar da sua *Teoria dos processos de formação de Estados*, dizia que

O que hoje se ensina como a história de um país, não importa quantas mudanças se identifiquem ao longo dos séculos, geralmente pode ser

acomodado às exigências de uma auto-imagem, segundo a qual a nação se representa como inalterável, através das eras, em suas características básicas. As sociedades contemporâneas que ainda estão nos estágios iniciais da formação de Estados e da construção de nações, em muitos casos já começaram a criar uma imagem similar de si mesmas – uma imagem do passado com a qual as gerações presentes podem se identificar e que lhes dá um sentimento de orgulho da sua própria identidade nacional, além de poder servir como catalisador em um processo que geralmente inclui a integração de segmentos regionais díspares e de diferentes estratos sociais em torno de certos grupos centrais dominantes (2006, p. 164).

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a elaboração da *ethnie* brasileira

No Brasil não foi muito diferente, apenas de forma reelaborada dada as conjunturas locais. Já no século XIX, em decorrência da independência do país de Portugal, em 1822³, num estranho estabelecimento de um império entre repúblicas, onde o monarca era primogênito do rei luso, numa espécie de continuísmo político velado (D. Pedro I era um absolutista), o então recém-nascido Império do Brasil esboçou tentativas de legitimar-se através do discurso simbólico, haja vista as obras do paraibano Pedro Américo, do catarinense Victor Meirelles e do francês François-René Moreaux, famosos por representar as glórias do Império através das suas pinturas históricas, muitas delas agigantadas; e dos romances indianistas, franqueados principalmente por José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, entre outros. Trabalhos amplamente utilizados por nosso sistema educativo (livros didáticos, etc.).

A Proclamação da República não tardou e em 15 de Novembro de 1889 o Brasil tornava-se a mais jovem república americana, deixando de destoar perante as vizinhas. Homóloga ao extinto Império, a nova República buscou legitimar-se através de símbolos nacionais pátrios, tais como o Pavilhão Nacional republicano, sob a influência dos positivistas, as Armas Nacionais, o Selo Nacional e o Hino Nacional Brasileiro. Artistas como Benedito Calixto e Aurélio de Figueiredo também foram responsáveis por pinturas históricas, aos moldes do período imperial, mas o Brasil ainda não havia atentado para o uso dos seus monumentos históricos no intuito de materializar uma “biografia da nação” (CHUVA, 2011).

Isso mudou logo após a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, que tomou o poder através de um Golpe de Estado. Vinte dias depois de estabelecido como presidente, Vargas outorga o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, vigente ainda hoje, regulamentando a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com este ato

³ As tropas portuguesas somente foram expulsas do território nacional após a capitulação do General Madeira de Melo, aos 2 de Julho de 1823, que se recusava a deixar a Bahia, sendo sitiado em Salvador por tropas brasileiras comandadas pelo britânico Almirante Cochrane e pelo francês General Labatut, ambos mercenários contratados pelo Imperador D. Pedro I.

instituiu-se o tombamento e o Sphan, responsável pela política preservacionista, previsto, assim como o Conselho Consultivo, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A velocidade com que se deu este fato está ligada ainda à República Velha, já no primeiro quartel do século XX, quando a ideia de modernidade tomou corpo, sendo algo a ser alcançado. A *Semana de Arte Moderna de São Paulo*, em 1922, transformou-se num marco deste pensamento, hipervalorizando a cultura popular brasileira, sob uma perspectiva nacionalista (e um olhar paulista), na busca de uma brasilidade distinguidora dos padrões europeus (CHUVA, 2011).

As “caravanas de revelação”⁴ parecem encaixar-se naquilo que Mike Featherstone (1997, p. 152) coloca como a elaboração da *ethnie*. Essas novas “Entradas e Bandeiras” tinham como intenção inventar uma comunidade nacional através de um repositório simbólico que contivesse elementos primordiais, similar ao que ocorreu na Europa dos XVIII, quando

houve a tentativa deliberada, por parte dos especialistas culturais (ou proto-intelectuais), de descobrir e registrar os costumes, práticas, lendas e mitos vernaculares, a cultura do povo, que, segundo se supunha, desapareceria rapidamente (ver Burke, 1978). De fato os estratos em expansão da *intelligentsia* nativa procuravam juntar e estruturar, de forma coerente, esse *corpus* de fontes culturais populares, que poderiam ser usadas para dar ao passado um sentido de direção e construir uma identidade nacional.

Não sem conflitos, a herança do período colonial serviu para autenticar a *ethnie* brasileira, bandeira defendida pelos vitoriosos modernistas. Uma rigorosa seleção daquilo que deveria ser patrimonializado pelo Estado, dentro de um projeto mais amplo de cunho nacionalista, sob os valores estéticos e históricos brasilo-modernos, arrolando tudo aquilo que condizia com essa perspectiva adotada, foi posta em prática.

Ideia nascida entre europeus e difundida em suas colônias, agora jovens Estados independentes, materializou-se no Brasil dos anos 1920 uma espécie de *Kunstwollen* habilitador da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Brasil agora estava a se fazer moderno e civilizado, equiparando-se às nações do Velho Mundo, mas com sua própria feição.

Passado décadas,

Aqueles cânones não foram dessacralizados. Contudo, a visão da nação que predomina hoje aponta noutra direção, aquela advinda dos novos paradigmas

⁴ Viagens ao interior do Brasil, principalmente às cidades coloniais mineiras, realizadas por intelectuais e artistas no intuito de edificar uma memória comum aos brasileiros.

formulados na Constituinte de 1988, que vê na diversidade cultural brasileira a sua singularidade, valorizando a pluralidade de suas raízes e de suas manifestações culturais tradicionais e contemporâneas. Se o Estado Novo carregava a bandeira da unidade nacional, e com isso ignorava as diferenças, a Nova Constituição Brasileira passou a valorizar justamente a diversidade – a diferença – como a identidade cultural brasileira. Nessa perspectiva inclusiva, uma série de práticas e grupos dispersos saem da invisibilidade e são integrados às redes do Estado. Por isso, preservar o patrimônio cultural continua sendo sim uma das formas de se inventar a nação e de fortalecimento do Estado, ainda que essa nação seja bastante distinta daquela inicialmente projetada e enxergada, fruto de novas interpretações, outros projetos, que têm sido desenhados graças à percepção e à valorização de vestígios materiais que haviam sido até então ignorados, apagados ou silenciados. (CHUVA, 2011, p. 47-48).

Patrimonialização em tempos incertos: a multiplicidade cultural brasileira

Como diria o sociólogo indiano Krishan Kumar (1997, p. 177): “É de fato muito difícil encontrar alguém que se declare inequivocamente favorável à posição pós-moderna.”. Alguns atuam disfarçadamente, outros se utilizam de subterfúgios, já há terceiros que preferem influir sub-repticiamente. Esses comportamentos decorrem do *bullying* acadêmico sofrido por aqueles que se posicionam abertamente em favor da situação pós-moderna. Devemos considerar, entretanto, que a significativa quantidade de publicações acerca do tema, quase sempre o condenando, e a taxonomia elaborada entorno da percepção de mudanças na realidade contemporânea, confrontada àquilo que não é mais, denota que estamos em tempos incertos.

Pós-modernidade, pós-modernismo, pós-industrial, pós-fordismo, modernidade tardia, estão entre as nomenclaturas descritivas e classificatórias utilizadas pelos teóricos na difícil tarefa de avaliar o hodierno. Em verdade, se considerarmos a síntese de Zygmunt Bauman, Andreas Huyssen, entre outros (KUMAR, 1997), nós estamos num momento em que é possível olhar criticamente para a modernidade, não significando que estejamos necessariamente numa nova era, posterior ao Tempo Moderno.

O discurso teórico realizado na segunda metade do século XX e nesse início do XXI é considerável, entretanto nos interessa aqui muito mais os sintomas que os diagnósticos daquilo que tratarei como *a situação pós-moderna*, de empréstimo à Kumar. Essa situação é marcada, como apontam os *experts*, pelo individualismo, pluralismo e fragmentação ocasionados por mudanças tecnológicas e de organização do trabalho; pela rendição dos quatro reinos sociológicos ao mundo globalizado; pelo declínio dos Estados-Nação e de seus respectivos nacionalismos com a subsequente renovação e fortalecimento das culturas locais.

As instituições e práticas típicas da nação-estado são correspondentemente debilitadas. Os partidos políticos de massa cedem lugar a “novos movimentos sociais” baseados em sexo, raça, localização, sexualidade. As “identidades coletivas” de classe e experiências compartilhadas de trabalho dissolvem-se em formas mais pluralizadas e específicas. A idéia de uma cultura e de uma identidade nacionais é atacada em nome de culturas “minoritárias” – as culturas de grupos étnicos, de seitas religiosas e comunidades específicas, baseadas em idade, sexo ou sexualidade. O pós-modernismo destaca sociedades multiculturais e multiétnicas. Promove a “política da diferença”. A identidade não é unitária nem essencial, mas fluida e mutável, alimentada por fontes múltiplas e assumindo formas múltiplas (não há distinções tais como “mulher” ou “negro”). (KUMAR, 1997, p. 159).

Sob essas condições o patrimônio histórico e artístico nacional ganha um novo *status*, sob os auspícios da Antropologia, mas também de outras disciplinas em concomitância, já que a transversalidade e a multidisciplinaridade pôs-se em voga, requalificando-se em patrimônio cultural brasileiro, voltado, em princípio, à diversidade cultural (FONSECA, 2012). A ideia de valor intrínseco dos bens culturais é substituída pela de valor atribuído. Indígenas, afro e nipo-brasileiros, ciganos, entre outros grupos, reivindicam e passam a ser contemplados por políticas públicas de cultura e pela patrimonialização dos seus bens, ainda que timidamente, entrando no enredo da nação.

Com o descentramento (KUMAR, 1997) decorrente do processo de fragmentação, outros discursos passaram a ganhar força. Na situação pós-moderna a ideia de uma história comum a todos os membros de uma nação é amplamente questionada. Featherstone diz que

A percepção da história como um processo linear interminável de unificação do mundo, tendo a Europa como centro, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX, tornou-se mais difícil de sustentar quando se iniciou a mudança de equilíbrio global do poder, que se deslocou do Ocidente. (1997, p. 126).

Esse fenômeno fez com que a historiografia surgida nos novos pólos de poder, sob mundividências não ocidentais, questionasse a cosmovisão hegemônica europeia-estadunidense. Paradoxalmente, povos ex-colonizados, agora bastante modernizados, como o Japão e o Brasil, passaram a operar suas projeções sobre o mundo, sem, no entanto, substituírem as existentes, mas convivendo com elas. Essa nova ordem trouxe consequências para os Estados, incluindo aí suas posturas patrimonializadoras e educacionais.

O Ocidente visto agora como “o outro”, sofrendo a resistência e a réplica dos demais povos, passa a reelaborar algumas das suas instituições, mormente aquelas do Estado-Nação, ora em crise. A perspectiva da pluralidade e das particularidades (diversidade cultural) entra

em choque com o “projeto universalista da modernidade ocidental”, em que a homogeneização da cultura tinha um papel relevante na corrida dos povos rumo ao excelso. “A atual fase da globalização é aquela em que os Estados-Nação do Ocidente tiveram de aprender a tolerar maior diversidade no interior de suas fronteiras que se manifestam através de maior multiculturalismo e polietnicidade.” (FEATHERSTONE, 1997, p. 129). A manutenção da identidade nacional torna-se uma missão infactível, se considerarmos o modelo adotado até então.

Como alternativa outra imagem de nação vem sendo empregada no intuito de manter as identidades coletivas. O discurso da diversidade cultural foi explicitamente adotado pelos Estados, que passaram a incitar as culturas locais, muitas vezes as reinventando ou as retirando do adormecimento. No Brasil, após o Regime Militar (1964-1985) de cunho nacionalista, a Constituição Democrática promulgada em 1988, que tem como um dos seus princípios assegurar a pluralidade da sociedade brasileira, determinou em seu artigo 215, § 1º, que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”⁵ O que antes era “caso de polícia”⁶ passa a fazer parte da biografia nacional brasileira.

O artigo 216, voltado especificamente ao patrimônio cultural, é um reflexo direto das discussões internacionais acerca do tema. Japão, Bolívia, Índia, entre outros países, expuseram sua insatisfação perante a comunidade internacional acerca do modelo de reconhecimento do patrimônio da humanidade e dos Documentos Internacionais preservacionistas, pois ambos possuíam valores ocidentais que, conseqüentemente, não atendiam aos anseios multiplurais dos povos. O texto constitucional diz que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

No ano 2000, decorrente de estudos coordenados pelo Iphan, foi publicado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, constituintes do Patrimônio Cultural Brasileiro, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse ato viria a ampliar o panteão em que se encontram consagrados os

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2013.

⁶ Vide o Museu da Magia Negra, cujo acervo, composto por artefatos afro-brasileiros apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi inscrito no Livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico aos 5 de maio de 1938, mas que somente saiu do esquecimento em que se encontrava em 1984. (CORRÊA, 2007).

bens culturais patrimonializados pelo Estado, componentes do seu repertório enquanto nação. Nesse mesmo sentido o país ratificou, por meio do Decreto Legislativo 485/2006, a Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da *Unesco*. Vale mencionar o Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

A feição democrática contida nesses discursos desconsidera os possíveis ou já existentes “*conflitos identitários*” advindos dessa política. As “*relações interculturais*” mediatizadas pela “*comunicação de massas*”, como demonstrado por António da Costa (2002) no caso da erna vila de Barrancos, se transformaram em controvérsias públicas. A proposta preservacionista às referências culturais locais e sua vinculação à ideia de difusão, para a propaganda estatal pluralista, como observado na normativa brasileira, fatalmente transformar-se-á, como já vem ocorrendo com os índios Wajãpi e sua arte Kusiwa, num intervencionismo exacerbado sob o halo democrático e politicamente correto da diversidade cultural.

Parece que esse nosso momento preservacionista, distinto daquele dos pioneiros, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros (CHUVA, 2011), é bastante marcado pela ampliação do conceito de patrimônio cultural, mas também pelas consequências que essa postura do Estado ocasiona, tornando a situação dos novos agentes do patrimônio por vezes dilemática.

Encontramo-nos numa conjuntura difícil, sem saídas convenientes, em que a “reorientação” porque passamos coloca as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio (inclusive legalmente) numa situação desconfortável: se o patrimônio consagrado (aquele selecionado e tutelado pelo Estado) não tem valor por si só e os que deveriam reputá-lo não lhe atribuem valor, qual a função do Iphan e outras instituições de proteção patrimonial das demais instâncias de poder? Se os grupos formadores da sociedade possuem estima especial por elementos não-consagrados, devem os órgãos responsáveis tutelarem tais bens culturais, correndo o risco de ampliarem demasiadamente o “panteão” em que se encontram os vestígios edificadas e artísticos, considerando os já exíguos recursos existentes para a salvaguarda?

Parece-me que a clara missão do Iphan em seu nascedouro, de formação de um Estado nacionalista moderno visando “à construção da ‘nação brasileira’, por meio da produção de discursos em busca das raízes e origens da nação (HOBSBAWN, 1984)” (apud CHUVA, 2011), foi concluída com sucesso. Mas e agora, qual a missão do Iphan para o século XXI?

Como sabermos quais bens culturais simbolizam nossa nação hoje? O patrimônio cultural e suas agências estão em crise, já que o fim a que foram pensados, em princípio, não converge com esse Brasil atual?

Estamos trilhando um caminho diferente, sem sabermos bem onde vai dar, mas algumas decisões parecem já ter sido tomadas, como podemos notar no trecho do discurso do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, ao tomar posse (há 11 anos!):

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa. (GIL, 2003).

Referências

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 283 p.

CHUVA, Marcia. Entre Vestígios do Passado e Interpretações da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In CUREAU, Sandra *et. al.* (Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 553 p. ISBN 978-85-7700-474-4.

CORRÊA, Alexandre F. Primeiro patrimônio etnográfico do Brasil: a coleção-museu de magia negra. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Associação Nacional de História – Anpuh, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0393.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

ELIAS, Norbert. *Estado, processo, opinião pública*. Escritos & ensaios, v. 1, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort (Org.). Tradução de Sérgio Benevides (inglês), Antonio Carlos dos Santos (alemão) e João Carlos Pjinappel (holandês). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Tradução de Carlos Moura. (Coleção Megalópolis). São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997. 239 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio). p. 35-44.

GIL, Gilberto. Leia a íntegra do discurso de Gilberto Gil. *Folha on-line*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PROCHNOW, Lucas N. *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. 2013. 163 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2013.

Entre saberes e fazeres: Memória e Patrimônio Cultural dos Maniçobeiros do Sudeste do Piauí⁷

Joseane Pereira Paes Landim

Mestranda - IPHAN

jopereira_historia@hotmail.com

Ana Stela de Negreiros Oliveira

Doutora - IPHAN

anastelanegreiros@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta a diversidade cultural, através do patrimônio material e imaterial deixado pelos maniçobeiros, pessoas que trabalharam na extração do látex da maniçoba utilizada na fabricação de borracha. A análise é feita através da historiografia piauiense e de depoimentos de pessoas que possuem ligação direta e indireta com o período da extração da maniçoba na região de São Raimundo Nonato: maniçobeiros da segunda etapa do extrativismo (1940 – 1960).

PALAVRAS – CHAVE: Patrimônio; maniçobeiros; memória; cultura

ABSTRACT: This paper presents cultural diversity through the material and immaterial heritage left by maniçobeiros, people who worked in the extraction latex of maniçoba used in the manufacture rubber. The analysis is done by historiography of Piauí and testimonials from people who have direct and indirect link with the period of extraction maniçoba in the region of São Raimundo Nonato: maniçobeiros the second stage of extraction (1940-1960).

KEYWORDS: Heritage; maniçobeiros; Memory; culture

Introdução

A Capitania do Piauí foi moldada pelos caminhos que homens, livres e cativos, percorreram levando o gado para longe do litoral, onde se cultivava a cana de açúcar. Os animais eram transportados e vigiados por homens que buscavam maiores territórios para melhorar e aumentar a reprodução do rebanho. Os latifúndios foram formados pelas posses de terras que os donos dos rebanhos recebiam e iam formando grandes riquezas. (LIMA, 2005)

Durante os séculos XVII e XVIII o Piauí teve sua economia baseada na pecuária extensiva de gados vacum e cavalari. Durante esse período “a economia do Estado foi impulsionada pelo comércio de gado para o Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e até para Lisboa. Ao final do século XVIII eram exportados cerca de 120 a 180 mil bois por ano” (TAJRA, TAJRA FILHO, *In* SANTANA, 1995, p. 137).

⁷ O presente artigo consiste em parte da pesquisa de mestrado em andamento “A Serra Branca tem muita história para contar: memória e identidade dos maniçobeiros do Sudeste do Piauí”.

As fazendas cresciam desordenadamente em proporção maior que os rebanhos demonstrando, segundo Mendes (1995), apenas o avanço a ocupação do território. Mafrense morreu em 1711 e deixou, através de testamento, suas fazendas para os Jesuítas. Quando a ordem foi expulsa do país as terras se tornaram fazendas nacionais, sob administração do governo.

A má administração das fazendas e a desvalorização do gado gerou desgaste na economia, principalmente na transição entre Império e República. Segundo Lima, no início do período republicano nas fazendas só restavam as terras; “o gado fora todo vendido”.

Segundo Luiz Mott (1985) a agricultura foi tratada com desprezo durante o período colonial. A comida e as mercadorias produzidas no Piauí eram consumidas nas vilas ou fazendas, não havia comércio sobre os produtos agrícolas. Esse descaso com a prática agrícola tinha duas razões:

[...] a primeira de ordem ecológica, ou seja, as más condições climáticas, a ausência de chuvas regulares, a constância das secas, a pobreza dos cursos d’água, a natureza arenosa e lageada da grande parte do território. [...] A segunda explicação pelo descaso com que tratavam a agricultura está na vantagem econômica e na excelência que os piauienses atribuíram à pecuária. (MOTT, 1985, p. 54 e 55)

A primeira década do período republicano teve como principal característica a transição entre o poder centralizado do Império para a organização do governo em moldes federativos. Segundo Queiroz (1994) havia grande discussão sobre a divisão de deveres entre Estado e a União, faltava uma definição mais rigorosa dos atos políticos de cada uma. De acordo com a autora as discussões aumentavam devido à falta de estrutura e às crises financeiras que ocorriam no mesmo período.

No caso do Piauí, quando houve melhora na situação financeira e a medida que a administração do Estado se organizava, as preocupações em torno do assunto diminuía. “Firmada em bases mais seguras a arrecadação da receita pública, já no final da década e sobretudo no início da seguinte, a autonomia do Estado era considerada consolidada” (QUEIROZ, 1994, p. 40). Definida os deveres de cada governo o Piauí precisava se organizar melhor para adaptação ao novo regime político.

Segundo Queiroz (1994), o governo do Piauí, assim como no restante do Brasil atribuía o retrocesso econômico, principalmente, à Abolição da escravatura “cuja solução apontada era a imigração de europeus” repetindo a fórmula usada na região do café: contratar trabalhadores europeus, considerados superiores que serviriam de exemplo aos trabalhadores

nacionais. Porém, a emigração de trabalhadores para a Amazônia seria um agravante maior que a libertação dos escravos para a falta de mão de obra no estado e sobre a decaída da agricultura piauiense, uma vez que a população escrava no Piauí não teve grande expressividade.

Vasconcellos, mesmo tendo investido na vinda de europeus, não acreditava que essa seria a solução para a escassez de mão de obra no Piauí. Defendia a “ideia de que o mais conveniente para o Estado era a fundação de colônias agrícolas de trabalhadores nacionais” e pensava em projetos direcionados à contenção da emigração de piauienses para a Amazônia. Assim, após o insucesso dos projetos para mão de obra européia o governo decidiu investir na utilização de trabalhadores nacionais. (QUEIROZ, 1994)

Como foi dito anteriormente o Piauí passa por uma crise econômica a partir da segunda metade do século XVIII, a pecuária não fornecia grande importância financeira para o Piauí:

Por volta de 1764, vemos que pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perús, ou 3 frascos de aguardente comum. [...] Era preciso o equivalente ao valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo esta acompanhada de seu portal (batente). [...] Um par de botas custava mais do que 2 vacas inferiores. (MOTT, 1985, p. 68)

A agricultura também não influenciou no crescimento econômico piauiense, apenas o algodão teve significado na exportação comercial, outros bens como rapadura, fumo, arroz e farinha de mandioca eram insignificantes comparados ao gado em seu período de alta.

Qual alternativa oferecer à população piauiense para diminuir a emigração de trabalhadores para a Amazônia? A resposta para essa inquietação surgiu no final na década de 1890 com a descoberta da exportação da borracha.

Com o crescimento das indústrias automobilísticas e elétricas durante o século XIX e início do século XX aumentou a procura de matérias primas para fabricação da borracha. A região da Amazônia possuindo as seringueiras atraía trabalhadores de todo país à procura de trabalho na extração do látex afim de melhoria de vida. Percebendo o crescimento econômico no norte do país através desse empreendimento outros estados passaram à procurar plantas que também fornecesse matéria prima para a fabricação da borracha. Piauí, Ceará e Bahia

possuíam a maniçoba⁸ que produzia látex de qualidade inferior ao da seringueira, porém, inseriu o Nordeste no mercado internacional.

O extrativismo da maniçoba

No Piauí, o incremento do extrativismo da maniçoba para produção de borracha ocorreu em duas fases de maior expressão: a primeira vai do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, período em que ocorreu grande comercialização do produto, chegando a corresponder a 62% das exportações piauienses, quando era exportado principalmente para os Estados Unidos, Inglaterra e França. Há uma queda nos preços e somente a partir de 1940, em virtude da Segunda Guerra Mundial a produção aumenta tendo seu fim em 1960. (OLIVEIRA, 2001).

O solo piauiense tinha aptidão para o cultivo da maniçoba. Na região Sudeste do Piauí, a árvore da maniçoba estava localizada principalmente nas serras e chapadas. A produção era extensiva e realizada de forma predatória, embora ocorresse o cultivo em algumas fazendas.

Godoi (1993), ao estudar os camponeses do sudeste do Piauí, faz referência ao processo de ocupação da área de chapada, que nos permite também compreender a ocupação da área onde predominavam os maniçobais. Até o final do século XIX, a maioria das terras na região em estudo, era utilizada na atividade pecuária e na agricultura de subsistência. A exploração da região de chapada somente aconteceria com a atividade extrativa da maniçoba. Para os camponeses da região, as terras de chapada eram consideradas terras de ausentes, portanto, terras de uso comum, onde se coletava madeira e mel, faziam-se as caçadas, não sendo terras utilizadas para agricultura⁹ (GODOI, 1993, p. 69). Os maniçobeiros se dirigiram para estas terras que extrapolavam os limites das fazendas já existentes voltadas para a agricultura e a pecuária.

No período do *boom* da maniçoba, famílias inteiras vindas do Ceará, Pernambuco, Bahia e de cidades vizinhas, se deslocaram para o Sudeste do Piauí na intenção de trabalhar com o extrativismo da maniçoba. Neste cenário surgem os trabalhadores conhecidos como maniçobeiros. Eram homens, mulheres e crianças que, na esperança de uma vida melhor, viveram nas chapadas fazendo seus carreiros de maniçoba e extraindo o látex.

⁸ Maniçoba - A árvore da maniçoba pertence ao gênero botânico *Manihot*, da família das Euforbiáceas. São árvores resistentes à seca e guardam reservas nas raízes e nos caules. Planta de que se extrai um látex que da borracha. (OLIVEIRA, 2001, p.21)

⁹ A autora estudou os povoados Zabelê, Várzea Grande, Barreirinho e Barreiro Grande.

Com dez anos de idade minha mãe me levou pra furar maniçoba. Num tinha nem força pra arrancar a casca. Aí ficamos trabalho com a maniçoba toda vida aqui. Aí eles foram morrendo e eu fiquei, trabalhando na maniçoba pra criar os outros, os mais novo. (S. Francisquim, 72 anos)

Na segunda fase da maniçoba é observado que as crianças começavam muito cedo à ajudar os pais. Nos depoimentos percebemos que na maioria das vezes o trabalho era iniciado pelos pais e os filhos os seguiam na “labuta da maniçoba”.

Trabalhar em maniçoba era coisa natural de todo mundo na época... aprendia até por obrigação de aprender porque tinha que ir pra lá . Os pais levava os fii (filho).. os fii ia com os pais, com outros naqueles dia.... é um serviço comum, um serviço apto. Difícil ..quer dizer ..de fato... de extrair borracha... borracha é uma árvore dessa grossura, da altura de 3 metros, forma uma copa e tem até mais grosso assii e a gente fura no tronco e apara o leite num é em vasilha, apara no chão, só que tem que forrar o buraco depois que tira ..que dá o corte ..o corte é de meia lua que pra o leite sair e também escorrer por ali, e também depois de fazer aquele trabalho, limpa direitin e corte a argila que leva no bernal, a gente tem que andar com bernal. (S. Inácio, 74 anos)

Foi um período sofrido e curto de prosperidade, porém dinamizou a vida nas cidades interioranas do Estado.

Modo de vida dos maniçobeiros

Áreas que se encontram hoje no entorno e constituindo o Parque Nacional Serra da Capivara foram grandes produtoras de borracha de maniçoba.

O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado em 1979 para proteger uma área de 129.140 hectares. Está localizado no Sudeste do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. Foi incluído pela UNESCO na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, por constituir um testemunho excepcional de tradições culturais já extintas. Foi tombado pelo IPHAN em 1993, registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Segundo Oliveira (2001), a Serra Branca, área localizada a oeste do Parque, desde o início do século XX, foi o principal ponto de extração de látex de maniçoba no município de São Raimundo Nonato. Toda essa área foi testemunho de ocupações pré-históricas e históricas. Como resultado de ocupações mais antigas existem pinturas e gravuras rupestres, fragmentos de material lítico e cerâmico; de períodos mais recentes, observam-se estruturas edificadas de fornos de farinha e moradias, bem como restos da cultura material dos seus construtores.

As técnicas construtivas e práticas cotidianas utilizadas pelos maniçobeiros podem ainda ser percebidas nos locais escolhidos para moradia.

A principal alternativa de habitação oferecida eram as tocas¹⁰, sendo que hoje a maioria delas é cadastrada como sítio arqueológico. Desde os tempos pré-históricos serviam de abrigos aos primeiros habitantes da região. Esses abrigos foram adaptados como moradias pelas famílias dos maniçobeiros.

Conseguimos identificar diversos sítios arqueológicos que foram utilizados e adaptados como moradias pelos maniçobeiros como: Toca do João Sabino, Toca do Juazeiro da Serra Branca, Toca do Mulungu I, Toca do Vento, Toca da Extrema, Toca da Pedra Solta da Serra Branca, Toca da Igrejinha, Toca da Velha Mulata, Toca do Caboclinho, Toca do José Ferreira, Toca do João Arsená, entre outros, todos localizados na Serra Branca, Parque Nacional Serra da Capivara.

As tocas que foram utilizadas como moradias receberam adaptações e em algumas delas foram construídas paredes com diferentes técnicas como o uso de barro e fragmentos de rocha e a taipa de mão¹¹. Geralmente as tocas tinham dois cômodos—quarto e sala. Temos exemplos de tocas que também possuíam pequenos depósitos para armazenar o látex da maniçoba. Estas técnicas construtivas são comuns no Sudeste do Piauí.

Na área do Parque Nacional Serra da Capivara, constatou-se que a maioria dos abrigos possuíam pinturas rupestres. Os maniçobeiros que habitaram os abrigos conviveram com essas pinturas, reocupando a mesma área e construindo um novo espaço, com novos simbolismos e adaptações culturais. (ALCÂNTARA, 2009, p.32) Em algumas tocas os maniçobeiros também deixaram suas próprias “marcas”: a Toca da Pedra Solta possui a inscrição “1913” gravada na rocha; a Toca do Baixão do Caixa Prego II possui imagens pintadas de aviões; na Toca do Boqueirão do Cícero IV encontramos a imagem de um cavalo; e a Toca da Igrejinha é um dos sítios onde existem diversos jogos de tabuleiro gravados.

Ribeiro (s/d, p. 48), autor de “O menino do mato”, livro que descreve a trajetória autobiográfica de menino do interior, desde maniçobeiro, aguador e estudante, para mais tarde tornar-se advogado e escritor; descreveu assim um dos ambientes dos maniçobais:

descoberto o maniçoba, limpa-se um espaço na mata, ergue-se a “barraca”. Seu teto feito de terras, quando não se levam, de longe, cascas de pau-de-

¹⁰ Abrigos sob-rocha que serviram de refúgio para povos pré-históricos.

¹¹ Sua estrutura é baseada na confecção de uma amarração de madeira e o arremesso de uma pasta de barro sobre a mesma, utilizando as mãos para moldar e compactar a parede, tanto pelo lado interno, quanto externo.

casca para a cobertura. Geralmente sem paredes, as barracas se completam com jirau e zidoro varas.

Homens, mulheres e crianças envolvidas com a atividade de extração da borracha da maniçoba, durante mais de 50 anos viveram no sudeste do Piauí. Toda essa experiência de vida estabelecida desde a extração até a comercialização do produto constituiu uma forma de vida única, uma organização estabelecida apenas nessa região, gerando um patrimônio cultural singular (OLIVEIRA, 2001).

A UNESCO conceitua Patrimônio Cultural Imaterial como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural¹².

Esse conceito se aplica perfeitamente no modo como viveram os maniçobeiros, uma vez que eles obtinham matérias-primas na região para a criação de situações de interação social, constituindo um modo de viver que não existe mais. Para fabricar os instrumentos de trabalho, moradias, calçados e utensílios domésticos, os maniçobeiros se apropriavam do que a natureza lhes oferecia, transformando e adaptando os materiais de que dispunham no seu dia-a-dia. (OLIVEIRA, 2001). Esse conjunto de técnicas, formas de conhecimento e práticas realizadas formam seu singular patrimônio cultural.

Para conseguir extrair o látex, os maniçobeiros criaram o seu próprio instrumento de trabalho, conhecido como lega, e faziam incisões na raiz principal da árvore. O prazo para colher algumas dezenas de gramas de látex era variável, podia durar de um dia a uma semana. Praticada com cuidado, a incisão não matava a árvore e podia ser repetida a cada três ou quatro semanas.

De acordo com Ribeiro (s/d):

O processo de “fazer maniçoba constitui na abertura de picadas ou “carreiros, que partem do terreiro da barraca, aprofundando-se indefinidamente. Corta-se a mata, fazendo a picada, caçando “pau por pau”, da preciosa árvore. O carreiro se ramifica, esgalha-se amiudamente, projeta círculos através da chapada, encontra-se adiante e se estende, às vezes, numa área distante. O tradicional carreiro segue, rigorosamente, as faixas por onde predomina o maniçobal aglomerado, e deixa uma série infinita de pequenas entradas – as pernas de carreiro. Delas, algumas abrangem 20, 30, 40 paus-de-borracha. Outras, 1, 2, 3. Varia muito a quantia de árvore de cada perna-de-carreiro. (RIBEIRO, s.d, p. 48)

¹² Entende-se como patrimônio tudo que possui importância afetiva, faz referência à memória, à história, e à identidade de um povo.

A relação dos maniçobeiros com o meio ambiente foi fundamental para a criação de situações de interação social, constituindo um modo de viver único que atualmente existe na memória dos que lá viveram e de seus familiares. Diferente dos seringais da região norte, onde o alto preço da borracha da seringueira possibilitou maior aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, no sudeste do Piauí o processo de extração era simples e refletia as condições precárias em que os trabalhadores viviam.

Memórias

De acordo com os depoimentos coletados por Oliveira nos anos 2000 e depoimentos recentes, seu singular modo de vida foi narrado a partir das memórias dos remanescentes de maniçobeiros.

A fabricação dos utensílios domésticos das casas dos maniçobeiros também aproveitava os recursos da natureza. Os potes e panelas eram de barro, as cuias eram feitas de cabaças. Pratos de esmalte, panelas de alumínio e panelas de ferro eram difíceis nas casas dos maniçobeiros; e colher era artigo raro.

Os trabalhadores não possuíam qualquer mobiliário nas moradias, dormiam quase sempre em redes ou no próprio chão da casa. Em algumas tocas encontramos pedras adaptadas como mesas, inclusive algumas com jogos.

O maniçobeiro saía para o trabalho ainda no escuro, antes do sol nascer. A maniçoba produzia melhor quando incisada bem cedo; ao sol quente a produção já não era a mesma. Embrenhado no mato e rasgando o corpo nos garranchos secos, o maniçobeiro passava o dia inteiro furando a maniçoba de joelhos ou de cócoras. Nos finais de tarde recolhia o resultado do trabalho e voltava para dormir nas tocas ou nos barracões.

Os maniçobeiros que não possuíam seus próprios carreiros tinham que trabalhar para um barraquista e ficava preso à ele sem liberdade de escolha por um melhor preço. A maior parte do dinheiro já ficava no barracão como pagamento da comida que o maniçobeiros pegava na semana, principalmente, se o trabalhador não tinha uma roça para plantar os alimentos principais. Como resultado, alguns maniçobeiros morriam devendo ao barracão, como mostra esse repente:

No estado do Piauí comarca de Teresina
Os homem são muito magro, tem as pernas muito fina
Uns atrás da maniçoba outros atrás da resina (2x)

Os fii que deixa seus pais, padrin, parente e irmão
Sair da sua terra pra ir morrer do barracão
Vai morrer no barracão sem levar vela na mão
Partir pra eternidade devendo no barracão

Os diabo leva maniçoba com os dono do barracão (oferecimento pros donos do barracão) (S. Firmino, 73 ano)

A alimentação do maniçobeiro era muito frugal. Geralmente, comiam feijão, farinha, toucinho de porco e rapadura. Os gêneros alimentícios eram levados pelo trabalhador na segunda-feira de manhã, quando partia para a jornada de trabalho e esta ação era denominada “fazer o saco”. No saco levavam também o sal e o fósforo. A alimentação era adquirida nos barracões. Alguns trabalhadores complementavam a dieta alimentar com a caça, considerada a melhor alimentação.

O trabalhador usava pouca roupa na sua jornada, não só porque não tinha condições de comprar, como também porque trabalhava no mato e os galhos das árvores rasgavam tudo. A roupa do maniçobeiro era apenas um calção de mescla. A mescla confiança era considerada a melhor e que durava mais naquele pesado dia a dia.

Calçados eram considerados artigos de luxo, quase ninguém tinha condições de comprá-los, trabalhando descalços ou com sandálias de borracha e couro. É possível considerar o sapato como um dos sonhos de consumo do maniçobeiro.

Trabalhavam até sábado, dia de lavar, secar e comercializar o látex e descasavam apenas aos domingos. As moradias que passavam a semana vazia, pois seus habitantes estavam na mata trabalhando, voltavam a se movimentar nos finais de semana, com entretenimentos coletivos que eram fundamentais para a reposição de energias e para a confraternização entre as famílias.

O rapaz batia um cavaquinho e as meninas entranchava dançando, tinha água para tomar banho de noite. Entranchava dançando até 11 horas da noite, aí ia dormir, no outro dia ia de novo. E num pagava nada, o rapaz batia cavaquinho e entranchava dançando danado, era uma meia dúzia de pessoas, uns 8 ou 10, tudo rapazinho e mais outros amis velho e meia dúzia de moça. (S. Inácio, 74 anos)

As reuniões, festas, batizados, missas e casamentos aconteciam na Toca do João Sabino, identificada pelos maniçobeiros como o principal local de lazer. No mês de Junho comemoravam a festa de São João. Outros locais que ficaram marcados como ponto de encontro e diversão foi as Toca do Mulungu I e a Toca da Mangueira do João Paulo. As

“brincadeiras” ficaram marcadas na memória dos maniçobeiros, sempre demonstram saudades da época e lembram até das músicas que cantavam enquanto tocavam cavaquinho.

‘Meu canarinho, minha beija flor
Que foi embora e nunca mais voltou (...)
Meu canarinho, minha beija flor’
Eita! que dançava a noite todinha! (S. Firmino, 73 anos)

Ao contrário dos vaqueiros que viviam no isolamento do Piauí colonial, os maniçobeiros, principalmente na segunda fase da maniçoba, não estavam isolados. Apesar das dificuldades em se locomoverem devido às péssimas condições das estradas, como também a falta de meios de transportes e de comunicação, os maniçobeiros circulavam por toda área. Era muito comum morar no Zabelê¹³ e trabalhar na Serra Branca ou morar no Gongo¹⁴ e trabalhar no Alegre¹⁵. Geralmente estas distâncias eram percorridas a pé, em cima da serra.

Na verdade, muitos caminhos foram abertos pelos trabalhadores, que serviam tanto para o intercâmbio comercial como para o melhor relacionamento entre as pessoas. Muitas estradas que ligam diversas regiões do Parque Nacional Serra da Capivara foram abertas pelos maniçobeiros e hoje, reaproveitadas pela equipe da administração do Parque.

Considerações finais

A pesquisa ainda está em andamento, mas, já percebemos a importância do extrativismo da maniçoba para a formação de cidades do interior piauiense e, principalmente, a importância na vida, memória e cultura dessas pessoas que participaram dessa parte da história.

As narrativas sobre a atividade econômica da extração do látex da maniçoba compõem um rico material historiográfico para as pesquisas acadêmicas relacionadas ao período no Estado do Piauí. Hoje, estas narrativas são objeto de estudo para estudantes de História e Arqueologia, e constituem um importante acervo que contribui para a compreensão do modo de vida desta comunidade tradicional do mundo rural brasileiro.

¹³ Zabelê – Comunidade que, até a consolidação do Parque Nacional Serra da Capivara em meados dos anos 1980, vivia na região sudeste da Unidade de Conservação.

¹⁴ O Gongo é a região que corresponde às terras da Fazenda Gongo, situada no município de João Costa, no nordeste do Parque.

¹⁵ O Alegre é a região que corresponde às terras da Fazenda Alegre, situada na região norte do Parque, no município de João Costa.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Tainã Moura. *A ocupação maniçobeira dos abrigos sob-rocha no Parque Nacional Serra da Capivara: uma abordagem arqueológica*. Monografia (Graduação em Arqueologia). UNIVASF: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2ª Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí*. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, 1993.

OLIVEIRA, Ana Stela de N. *Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900/1960*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

QUEIROZ, Teresinha. *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí: 1900 – 1920*. Teresina: UFPI /APL, 1994.

RIBEIRO, Manoel Paes. *Um menino do mato*. Brasília: Horizonte Indústrias Gráficas, S.d.

ENTREVISTAS:

Inácio Paes Ribeiro, 74 anos, entrevista concedida em 23 de Abril de 2013.

Francisco Ferreira Alves, 72 anos, entrevista concedida em 14 de Fevereiro de 2014.

Firmino Cirino Rodrigues, 73 anos, entrevista concedida em 14 de Fevereiro de 2014.

A pesquisa e o historiador nos processos de patrimonialização

Mariana Rabêlo de Farias

Turismóloga/ Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

mariana.rabelofarias@gmail.com

RESUMO: Esse artigo se propõe a apresentar, através de uma experiência pessoal, o trabalho do historiador com os escritos consultados – inventários, testamentos e registros eclesiásticos – e de que forma a análise dos dados levantados possibilitou o desenvolvimento do trabalho do *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos* desenvolvido pelo IEPHA/MG, durante o processo de registro da Comunidade como patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidade dos Arturos; Pesquisa Documental; Patrimonialização.

RÉSUMÉ: Cet article se propose de présenter, par expérience personnelle, le travail des écrits de l'historien consultés - inventaires, testaments et registres d'église - et comment l'analyse des données a permis le développement de l'œuvre de l'enregistrement Dossier de la Communauté Arturos développés par IEPHA / MG pendant le processus d'enregistrement de la Communauté en tant que patrimoine immatériel l'état de Minas Gerais.

MOTS-CLÉS: Communauté de Arturos; Recherche Documentaire; Patrimonialisation.

A Comunidade dos Arturos

A Comunidade dos Arturos é um agrupamento familiar de ascendência negra, tem seu mito fundador no *tronco véio* de Camillo Silvério (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 162). Os descendentes de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva fixaram-se numa propriedade herdada de Camillo Silvério, em Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte. O terreno que ocupam foi adquirido por Camillo Silvério em 1888, segundo registro localizado no Cartório de Imóveis de Betim. O documento aponta que a área possui uma extensão de aproximadamente “seis hectares e cinco ares (6H e 5^a), de terras de campo e cultura”, e está “situada no lugar denominado ‘Domingos Pereira’”.

Nesse espaço, Arthur e Carmelinda, criaram seus dez filhos, sob as bênçãos de Nossa Senhora do Rosário. Em sua vivência, os Arturos contemplam diversas expressões culturais, com ritmos e sons, estão presentes a todo o tempo, no Batuque, na Folia de Reis, no Candombe, no Reinado de Nossa Senhora do Rosário, na Festa da Abolição e na Festa do João do Mato, além do e do conhecimento das plantas. Na Comunidade dos Arturos, ainda

ocorre à Construção de Tambores, as Guardas de Congo e Moçambique, bem como a culinária dos Arturos e o ofício e rito da Benzeção.

A Comunidade dos Arturos é um Lugar de Memória, pois lá preservam e cultivam sua fé na Virgem do Rosário, além das práticas coletivas vivenciadas há mais de um século. E o eixo central dessa pesquisa, fundamentou-se em perceber como a escravidão, miscigenação, servidão, e tantas outras relações, que contribuíram para a formação da Comunidade dos Arturos como lugar de memória (IEPHA/MG, 2014, p. 27).

Patrimônio Imaterial

O processo de patrimonialização no Brasil tem suas bases fundadas com a criação do *SPHAN* – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945). A equipe do *SPHAN* foi composta por alguns intelectuais como, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Gustavo Capanema, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. As primeiras ações de salvaguarda se deram em Minas Gerais, foram tombadas seis cidades coloniais mineiras: Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, São João Del Rei e Serro (CHUVA, 2011, p. 45).

No entanto, somente a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o patrimônio cultural imaterial passa a ter maior relevância e ser cabível de proteção, como disposto no artigo 216,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL. Constituição Federal 1988, artigo 216).

A Recomendação de Paris, de 1989, aponta para a necessidade da preservação da cultura popular como integrante do patrimônio cultural, “a cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição [...] enquanto expressão de sua identidade cultural e social” (IPHAN, 1989).

Buscando a salvaguarda dos bens de natureza imaterial, em 04 de agosto de 2000, é instituído o decreto 3.551 que assegura o registro dos bens culturais de natureza imaterial em um dos seguintes livros: Livro de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de

Expressão e dos Lugares¹ e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com isso o Brasil sai à frente da *UNESCO* – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no que se refere à salvaguarda dos bens imateriais, pois somente em 2003, que serão elaboradas as disposições de Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Por meio do *IPHAN* – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já foram registrados vinte e oito bens imateriais.

Já em Minas Gerais, o decreto 42.505, de 15 de abril de 2002, institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais, sendo de responsabilidade do *IEPHA/MG*, por meio da *GPI* – Gerência de Patrimônio Imaterial, realizar o processo de registro quando pertinente. Já foram registrados dois bens imateriais no estado, sendo eles: O Modo de Fazer o Queijo Artesanal da Região do Serro e a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, e atualmente a *GPI* trabalha na finalização do dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos.

Processo de Registro da Comunidade dos Arturos

O processo de registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais, teve início em 2012 e foi dividido em etapas, de forma a facilitar o levantamento de fontes concernentes ao tema estudado. A primeira fase denominada de *Referências Culturais da Comunidade dos Arturos* consistiu na realização de um levantamento bibliográfico acerca do que já foi produzido em 18 acervos diversificados, com documentação constituída de jornais, revistas, artigos, monografias, além de material audiovisual, a partir desses acervos foram apontadas 332 fontes com 564 referências aos Arturos e suas manifestações culturais.

A segunda etapa do *Projeto de Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos* consistiu na elaboração *Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais, IPAC – Comunidade dos Arturos*, que é uma ferramenta utilizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – *IEPHA/MG*, visa a identificação dos bens culturais do estado, e se mostra como uma importante ferramenta de direcionamento das ações a serem tomadas como forma de proteção ao acervo cultural de Minas Gerais. Essa etapa foi desenvolvida pelos pesquisadores da Gerência de Patrimônio Imaterial – *GPI* do

¹ Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a Vicência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

IEPHA/MG juntamente com os pesquisadores da Coordenadoria de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural da *FUNDAC*, do município de Contagem.

A terceira fase do projeto de registro da Comunidade concentrou-se na elaboração do *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos*, para o desenvolvimento dessa etapa do projeto, buscou-se encontrar dados que pudessem diferenciar essa pesquisa das demais já realizadas, desse modo, optou-se pela pesquisa em fontes primárias com o intuito de se descobrir novas informações e dados até então desconhecidos dos outros pesquisadores.

A etapa final consiste na elaboração das *Ações de Salvaguarda*, esta fase será elaborada a partir da interação entre os membros da Comunidade dos Arturos embasada pelos estudos desenvolvidos durante as etapas anteriores do *Projeto de Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos*. O plano de salvaguarda será desenvolvido a partir da contemplação das diretrizes: valorização da memória; transmissão da tradição; suporte e estrutura física, e por fim, reconhecimento e divulgação. Os eixos apresentados serão trabalhados a partir da formação de um comitê gestor, de modo que, os bens individuais da Comunidade sejam preservados e dessa forma, será constituída a salvaguarda da Comunidade dos Arturos.

Pesquisa documental, patrimonialização e o trabalho do historiador.

Pode-se definir como fonte histórica tudo aquilo produzido pelo homem em épocas passadas e “legadas aos historiadores como base para a construção de teorias explicativas em torno dos processos sociais históricos”. Portanto fonte histórica é entendida como vestígios deixados pelas sociedades precedentes a nossa e que utilizadas pelos historiadores, servem de embasamento para a compreensão da sociedade atual.

No início da utilização de documentos como fontes históricas, estes eram vistos como anunciadores da verdade, não precisando de nenhuma interpretação por parte do historiador, somente a partir da década de 1930, com a Revista dos *Annales*, é que os documentos passam a ser interpretados. Desse modo, como Nolasco afirma, “entendemos que os manuscritos são fundamentalmente importantes para a investigação historiográfica, eles possibilitam a revelação de detalhes pessoais do sujeito, do cotidiano e da sociedade analisada” (NOLASCO, 2012).

As fontes históricas utilizadas como elementos de pesquisa, podem ser classificadas em: escritas, icnográficas, materiais e orais. A pesquisa documental de elaboração do “Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos” se baseou na utilização de fontes escritas, mais precisamente de fontes eclesiásticas e cartoriais. As fontes eclesiásticas correspondem à documentação produzida pela Igreja Católica no que tangencia nascimentos, casamentos e

óbitos. Já a documentação cartorial, é formada por várias tipologias de documentos, mas que em linhas gerais vão tratar da vida do indivíduo, como testamentos e inventários.

Numa primeira parte do processo de pesquisa, foram utilizadas fontes documentais eclesiásticas disponíveis no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, no fundo do Arquivo Arquidiocesano², os documentos analisados foram produzidos pela Paróquia São Gonçalo da Contagem entre os séculos XIX e XX. Foram analisados também, os livros de Batismo, Casamento e Óbito da Paróquia de Santa Quitéria, atual cidade Esmeraldas, cidade de Minas Gerais, em que os Arturos também viveram.

A segunda parte da pesquisa documental foi realizada no Arquivo da Casa Borba Gato, anexo do Museu do Ouro de Sabará, onde foram pesquisados documentos administrativos do século XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca do Rio das Velhas. Neste foram apurados dados relativos propriedade, compra, venda, herança e doação de escravos, terras, alforrias e coações, por meio dos Livros de Inventários, Testamentos e Livros de Notas. E ainda, foram realizados levantamentos em cartórios de ofícios de notas e de registros de imóveis em Betim e Contagem, que também contribuíram de maneira significativa na pesquisa sobre os Arturos.

A análise da hierarquização e das relações sociais estabelecidas durante os séculos XVIII e XIX, no que tange a escravidão no Brasil, tem se mostrado possível através da pesquisa em documentos eclesiásticos, visto que, o batismo de escravos foi uma prática recorrente em todo o Brasil, o que oferece vasta documentação, e que proporciona a análise da filiação dos escravos nascidos aqui, origem dos pais e até mesmo as relações de apadrinhamento.

Com base nesses levantamentos, foi possível encontrar dados que ajudam a compreender de forma mais clara a história dos Arturos, partindo da figura de Camilo Silvério da Silva e Felisbina Rita Cândida, pais de Arthur Camilo Silvério, fundador da Comunidade. Os dados encontrados nas documentações apontam para a desmistificação de algumas informações perpetuadas pela história oral e por alguns pesquisadores, que já trabalharam com a Comunidade.

A pesquisa foi iniciada no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, a partir de indícios encontrados em trabalhos já realizados por outros pesquisadores, desse modo,

² Citam-se: treze Livros de Batismo, de 1854 a 1952, cinco Livros de Casamento de 1890 a 1963, um Livro de Crisma, de 1947 a 1961, seis Livros de Óbito, de 1851 a 1958, um Livro de Sepultura Perpétua, de 1959 a 1970, três Livros de Tombo da Matriz de São Gonçalo, de 1913 a 1945, o Livro do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1867, Livro de Recibos de 1875 a 1897, Livro de Receitas e Despesas de 1888 a 1889, o Livro de Ata da Irmandade de 1920 a 1958, além de outros quinze livros de assuntos diversos, todos da Irmandade de N. S. do Rosário de Contagem.

buscou-se localizar dados que pudessem preencher a lacuna acerca de informações sobre os ascendentes dos Arturos. Iniciou-se a busca por nomes relacionados a Arthur Camilo, como Camillo Silvério e Felisbina Rita Cândida, seus pais.

Foi localizado, o registro de batismo de Felisbina Rita Cândida, mãe de Arthur Camilo, o Livro de Batismo da Paróquia de São Gonçalo, mostra que Felisbina foi batizada em 24 de setembro de 1854, filha de Maria e Felipe *Congos*, e apadrinhada por Paulo e Maria *Cabinda*, a presença desses substantivos: *Congos* e *Cabinda* revela que possivelmente os pais e padrinhos de Felisbina eram de origem africana.

Encontrou-se ainda um documento de grande relevância, referente ao registro de uma doação realizada por Camillo Silvério, identificada nesse documento como Regente do Congado, a Irmandade do Rosário de Contagem, no valor de 8\$000 reis, no dia 21 de outubro de 1888. O documento está no *Livro de Receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1888-1889*, esse fato se mostrou muito importante, pois abre espaço para a discussão de quem era Camilo Silvério, uma vez que a sua doação é de uma quantia considerável para a época, visto que, ele era um ex-escravo.

No Cartório Guimarães, foi localizada a certidão de óbito de Camillo Silvério, sendo possível confirmar que se tratava realmente do pai de Arthur, na certidão consta que o Camillo faleceu em 17 de agosto de 1893, com 53 anos, o que indica que nasceu em 1840. O atestado informa que ele nasceu em Contagem, era filho de Maria Silvéria, viúvo de Felisbina Rita Cândida e pai de oito filhos: Adão, José, Pedro, Arthur, Maria, Anna, Isabel e Josina (IEPHA/MG, 2014, p. 37.).

Foi possível a partir da sua certidão de óbito, identificar a sua profissão, que era a de *jornaleiro*, que segundo Raphael Bluteau, é “aquelle que trabalha por jornal. [...] Ganhava de comer por seu trabalho, como homem jornaleiro. [...] Jornaleiro em terras alheias” (BLUTEAU, 1712-1728.). Portanto, pode-se inferir que Camillo trabalhou como jornaleiro em fazendas de São Gonçalo da Contagem, e essa informação se mostra importante, pois explica em parte como ele adquiriu o terreno em que a Comunidade está fixada hoje, que é uma área de aproximadamente seis hectares, por título particular, em 02 de novembro de 1888, mesmo ano em que realizou doações para a Irmandade do Rosário.

Foi encontrado ainda, o registro de batismo de Arthur Camilo, que nasceu em 21 de dezembro de 1885, sendo válido ressaltar que, seu nascimento ocorreu enquanto já vigorava a *Lei do Ventre Livre*, Lei no 2.040, em 28 de setembro de 1871, desse modo, Arthur já não era considerado escravo, contudo, a trajetória de Arthur, mostra que os laços de servidão ainda permaneciam ativos.

A partir desses levantamentos, foi possível analisar as relações de apadrinhamento e compadrio, que fizeram com que os laços de servidão continuassem ativos entre Arthur Camilo e Benjamim Camargos, seu padrinho, pois “a presença determinante de um número restrito de famílias proprietárias, inclusive com relações de parentesco muito estreitas, a dominar também os sítios de menor extensão” (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 108).

Para se compreender a fundamentação dessas relações, foi realizado o cruzamento de informações de pelo menos 250 nomes de proprietários de fazendas e escravos nas regiões de São Gonçalo da Contagem, Capela Nova (atual cidade de Betim) e Santa Quitéria (município de Esmeraldas). Diante dos dados apurados, foram levantados alguns sobrenomes de famílias influentes como: os Diniz, os Ferreira da Costa, os Alves, os da Silva, os Macedo, os Brochado, os Nunes, os Moreira, os Bijos, os Matos, e mais recorrentemente: os Camargos (IEPHA/MG, 2014, p. 53). Arthur viveu nessa situação de dominação até os quinze anos, quando resolve fugir para uma fazenda na região de Santa Quitéria.

As pesquisas ainda contribuíram para a descoberta de alguns fatos, ao que parecem, até então desconhecidos. Nesse período, Arthur Camilo, antes de casar-se com Carmelinda Maria da Silva, uniu-se em matrimônio com Amélia Philomena Diniz, em 15 de novembro de 1906, no entanto, ela faleceu ainda jovem, cinco anos após o casamento, sem deixar filhos.

Após um ano, Arthur Camilo casa-se com Carmelinda Maria, em 16 de novembro de 1912, dessa união, nasceram seus dez filhos: Geraldo Arthur Camilo (16/11/1913), Conceição Natalícia da Silva (03/10/1918), Maria do Rosário da Silva (07/10/1923), Juventina Paula de Jesus (25/01/1925), José Acácio (09/04/1926), Isaíra Maria da Silva (06/07/1929), Mario Braz da Luz (02/02/1933), Antônio Maria da Silva (18/07/1935), Joaquim Bonifácio da Silva (03/08/1940), João Batista da Luz, Maria Januária da Silva.

Todos esses dados foram levantados em livros de batismos, crismas, óbitos e casamentos, que serviram para mostrar a forte ligação dos Arturos com a localidade de São Gonçalo da Contagem.

Considerações Finais

A realização da pesquisa documental, tanto nos acervos do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, como no Museu do Ouro em Sabará e nos cartórios de Betim e Contagem, foi possível realizar o cruzamento de informações, algo que se mostra como metodologia indispensável ao trabalho do historiador. Através desse trabalho, foi possível desenvolver hipóteses e trabalhar a partir dessas informações para se tentar entender um pouco da história dos Arturos.

A necessidade da construção do conhecimento a partir de fontes primárias e secundárias se mostrou de extrema importância para a elaboração do *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos*, visto que, desde o princípio, optou-se por elaborar uma história diferente das que já havia sido escrita por outros pesquisadores.

Esse intuito só foi alcançado a partir da análise de vários documentos, desse modo, o trabalho se mostrou bem fundamentado e com uma apresentação mais cuidadosa da Comunidade dos Arturos.

Referências

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino; aulico, anatomico, architectonico*. vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728,.

CAMPOS, Adalgisa, e ANASTASIA, Carla Junho. *Contagem: “Origens”*. Belo Horizonte: Mazza, 1991.

CHUVA, Márcia. Entre Vestígios do Passado e Interpretações da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra *et al* (Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 03 maio 2014.

GOMES, Núbia Pereira de M.; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG*. Belo Horizonte: 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, IEPHA/MG. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CONTAGEM, FUNDAC. IPAC/MG - *Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte, 2014.

_____. *Referências Culturais da Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Cartas Patrimoniais: Recomendação Paris, 1989* Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>> Acesso em 03 maio 2014.

LUCAS, Glaura. *Música e tempo nos rituais do congado mineiro dos Arturos e do Jatobá*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2005.

_____. *Os Sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa*. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/A03A84B1-D07F-45B7-86A8-C43233BB47BB/FinalDownload/DownloadId-EC4F70288A98B995B4D95D4A707FEBEE/A03A84B1-D07F-45B7-86A8-C43233BB47BB/index.php/cdhis/article/viewFile/21618/11839>> Acesso em 03 maio 2014.

RUSSELL-WOOD, A.J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial/A. J. R. Russell-Wood; tradução de Maria Beatriz Medina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Patrimônio natural e desenvolvimento sustentável no processo de proteção da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes.

Euclides de Freitas Couto
Doutor em História (UFMG)
Pesquisador (UFSJ)
efcouth@terra.com.br

Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Doutorando em Ciências Sociais (PUC-Minas)
Professor do Centro Universitário UNA
marcelocedro@prof.una.br

Matheus Blach
Graduado em História pelo Centro Universitário Una
Aluno-bolsista do Projeto de Iniciação Científica UNA/FAPEMIG
matheusblach@sobrehistoria.

RESUMO: Análise do processo de proteção – como patrimônio histórico, cultural, paisagístico, brasileiro – da Serra de São José, na cidade mineira de Tiradentes. Procurou-se identificar as práticas discursivas dos atores sociais que se enquadrem na relação conflituosa entre patrimônio e poder; como também na investigação da dicotomia entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Serra de São José. Patrimônio cultural; Desenvolvimento Sustentável; Tiradentes.

ABSTRACT: Analysis of the protection project - as historical, cultural, landscape and Brazilian heritage - São José's Mountain, in the city of Tiradentes/MG. The intention was to identify the discursive practices of social actors that fall under the conflicting relationship between wealth and power, but also in the investigation of the dichotomy between urban development and environmental preservation.

KEYWORDS: Serra de São José; Natural Heritage. Sustainability; Tiradentes.

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada entre julho de 2010 e maio de 2012. O trabalho se inscreve no campo da análise das categorias discursivas do Patrimônio Cultural e avalia o processo de proteção da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes no período entre 1979 a 2010. O objetivo almejado foi: analisar as categorias discursivas que foram criadas para legitimar o pedido de tombamento da Serra, considerando os atores sociais que atuam em prol de sua preservação.

A pesquisa incluiu a análise da documentação encontrada no arquivo do escritório técnico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em Tiradentes, bem como no arquivo particular de Luiz Cruz. Além da análise de fontes escritas, foram realizadas entrevistas envolvendo agentes de diferentes esferas que atuam em prol da preservação da Serra.

Dada a tipologia e a variedade das fontes disponíveis, buscou-se seguir um método de análise **qualitativa** sintonizado com a metodologia da pesquisa histórica nos moldes propostos por Jacques Le Goff (1999), Núncia Constantino (2004), Carlo Ginzburg (1990) dentre outros.

Nas últimas décadas, surgiram novas concepções teórico-historiográficas que aproximaram as análises qualitativas. Disso resultou o desenvolvimento de uma nova metodologia que atende à “reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, 22-23). O presente estudo se apropria desses pressupostos metodológicos para o trabalho empreendido na coleta e na análise das fontes. Para a realização das entrevistas e exame dos dados produzidos, foi utilizada a metodologia de investigação e análise das fontes orais, como apresentada por Neves (2006), Becker (1999) e Prins (1992).

Desse modo, foram adotadas **entrevistas temáticas** semiestruturadas como metodologia de abordagem dos entrevistados, buscando direcionar o questionário para os problemas formulados a partir do objeto de pesquisa. Procurou-se perceber, por meio de comparações, em que medida as intencionalidades dos entrevistados em suas falas corroboravam ou contradiziam as demais fontes escritas e vice-versa. Procurou-se, a partir disso, não estabelecer algum tipo de relação hierárquica entre os tipos de fontes.

Patrimônio Cultural e Natureza: o conceito de sustentabilidade e o discurso de preservação ambiental

Regina Horta Duarte (2005) indica a crescente preocupação das sociedades humanas com as questões sobre meio ambiente e sua preservação. A ideia de progresso – associada ao consumo de novas tecnologias cada vez mais avançadas – é reproduzida em escalas jamais imaginadas na história da humanidade. Através do consumo, os indivíduos atribuem identidade uns aos outros fazendo com que a prática de consumir produtos novos ou atualizados lhes mantenha em sintonia com o seu meio social.

A revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo [...] e a

crença que o *novo* equivale não só ao melhor, mas ao absolutamente revolucionário. (HOBSBAWM, 1995, p.261)

Diante desse modelo consumista e desenvolvimentista, surgem problemas ecológicos de alta gravidade cuja visibilidade se ampliou nas últimas décadas. A preocupação ambiental que anteriormente era exclusividade das Ciências Naturais e das Geociências, atualmente interpenetra diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais.

Políticos, economistas, pesquisadores e diversos outros profissionais procuram meios de perpetuar a reprodução do sistema capitalista adaptando-o a realidade atual, mediante manutenção do equilíbrio ecológico. Além de buscarem fornecer discursos que legitime as ações dos políticos e da indústria diante da opinião pública fortemente mobilizada em favor da preservação do meio ambiente. Um exemplo destes esforços está nas discussões em torno do conceito de *desenvolvimento sustentável* que se torna, aparentemente, cada vez mais indispensável na elaboração de políticas de desenvolvimento nas últimas décadas.

Em 1987, por meio da *Comissão Mundial da ONU Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, foi elaborado o *Relatório Brundtland* no qual o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* aparece oficialmente formulado em sua versão mais recorrente na atualidade:

Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. (BRÜSEKE, 1994 p.16).

Desse modo se percebe que o conceito de desenvolvimento sustentável é criado para possibilitar a reprodução do sistema capitalista em uma escala que visa à continuidade do usufruto dos bens naturais pelas sociedades humanas ao longo do tempo.

Porém, diversos países capitalistas industrializados, mesmo diante da emergente preocupação com as questões ambientais, relutam em assumir os compromissos que este conceito acarreta com receio de prejudicarem seu crescimento econômico.

Sendo assim, o uso deste conceito se tornou recorrente como discurso de “consciência ecológica” ou “responsabilidade social” no sentido de legitimar ações de governos e empresas. Lideranças políticas e econômicas destas nações se apropriam do discurso da sustentabilidade para poder se legitimar no poder e transmitir uma imagem positiva diante da opinião pública sem nada fazer de efetivo em prol de uma diminuição da degradação ambiental.

Outra iniciativa, que é exemplar da mobilização de órgãos internacionais diante das questões ambientais, aliada ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, é a elaboração da categoria *Patrimônio Natural* pela UNESCO. Este é tomado sob duas perspectivas: como mais uma ferramenta de preservação ambiental, por meio da qual se tornou possível proteger áreas de interesse ecológico e; por outro lado, desenvolver pesquisas a respeito do significado cultural e da relação do homem com a natureza nas áreas protegidas. Os esforços foram voltados para buscar no conceito de *patrimônio natural*, sintonia com os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, busca-se alinhar à discussão desta temática, os conceitos mais atualizados sobre o assunto, como a categoria redefinida pela UNESCO, no Artigo 1º da *Convenção do Patrimônio Mundial de 1999*, **paisagem cultural**:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo 1º da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas como base, tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial, 1999, *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 261).

Desse modo, como demonstrado por Castriota, o conceito de **paisagem cultural** vem agregar à ideia de patrimônio, a análise da relação entre cultura e natureza, atribuindo componente humano ao processo de proteção visando o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, utilizando-se dos conceitos levantados buscou-se analisar os discursos relacionados ao pedido de tombamento da Serra de São José.

Narrativas de preservação da Serra de São José (1979 a 1987)

As ações de preservação da Serra de São José tiveram início no final da década de 1970 em Tiradentes (Minas Gerais) mediante temores de que aquela localidade se transformasse em terreno a ser explorado pela indústria mineradora. Luiz Cruz¹ relata:

[...] morei algum tempo no Rio de Janeiro, a primeira coisa que eu vi quando retornei a Tiradentes e que me deixou muito assustado, foi o Yves Alves trazer aqui pra Tiradentes um mapa do DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, em que a Serra de São José estava toda mapeada por

¹ Luiz Cruz, cidadão tiradentino, agente atuante nas mobilizações para a preservação e o tombamento da Serra, associado ao Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes ex-presidente da Sociedade Amigos de Tiradentes e sócio fundador do Corpo de Bombeiros Voluntários daquela cidade.

mineradoras que estavam pedindo concessões de pesquisa mineral, algumas já com pesquisas em processo de andamento, outras já aprovadas, e a Serra seria transformada em um campo de mineração (Entrevista concedida em 26/09/2010).

De acordo com o texto *Patrimônio Ambiental de Tiradentes* de autoria do entrevistado, o DNPM, em 1977, chegou a ceder a uma mineradora a concessão para exploração de um terreno da prefeitura localizado na Serra. No entanto, por meio de uma solicitação do IPHAN, o alvará foi cancelado. Naquele mesmo ano, o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT) deu início a um movimento em prol da preservação da Serra e, em 1979, solicitou, pela primeira vez, a sua proteção federal. Esse processo vem se arrastando deste então e até o momento não foi concluído.

Essas iniciativas de preservação se inscrevem em um contexto mais amplo de difusão das questões ambientais no Brasil. De acordo com Ângela Alonso e Valentino Costa (2002), existe no Brasil, uma progressiva complexificação, especialização e abrangência da temática ambientalista a partir dos anos 1960. Há uma compreensão cada vez maior da área de influência do discurso ambientalista que ganha espaço no campo intelectual - enquanto produções acadêmicas de áreas diversas - e também na política, na medida em que a questão ambiental é institucionalizada e fica submetida ao jogo político do poder.

Por meio da análise das diversas classificações de *Unidade de Conservação* que a Serra de São José recebe dos órgãos públicos do poder, este processo torna-se explícito em Tiradentes. As iniciativas do IHGT, em prol da preservação da Serra de São José, levaram-na a 19 de maio de 1981 a tornar-se uma *Unidade de Conservação*. Por meio do decreto estadual 21.308, daquele ano, a Serra foi classificada pelo Governo de Minas Gerais como Área de Proteção Estadual Especial (APEE).

O decreto determina a “preservação de mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico”; a preservação permanente de florestas e da vegetação natural com o estabelecimento de regras de parcelamento do solo e sua ocupação.

Infere-se que, em virtude das garantias oferecidas pelo decreto, as mobilizações em prol do tombamento da Serra se acalmaram. Uma vez que a APEE saciasse as demandas de proteção da Serra e que o discurso presente no decreto convencesse aos agentes interessados da segurança da Serra, o seu tombamento tornava-se menos urgente. Sobretudo, pelo fato de o decreto determinar não somente a proteção ambiental como também do *Patrimônio Histórico e Paisagístico*. O que pode ser revelador da eficácia do discurso do decreto é o fato de não ter

sido encontrada documentação em prol do tombamento da Serra nos anos imediatamente posteriores a 1981 e, mesmo uma quantidade reduzida de documentação referente à sua preservação até 1986.

Em 1986 e 1987 as mobilizações pela proteção da serra foram retomadas. Luiz Cruz (2009) relata que naquele período “as mineradoras continuavam ameaçando”. A maior parte da documentação encontrada nos arquivos do IPHAN remete-se a este período. São diversos registros como panfletos de propaganda sobre a preservação da Serra, relatórios de reuniões da SAT (Sociedade Amigos de Tiradentes, fundada em 1980 e extinta em 2006), eventos como uma *Procissão Ecológica*, a inauguração da *Semana do Meio Ambiente* de Tiradentes, pesquisas de geólogos, biólogos e diversos outros. Este grande volume de fontes revela que aquelas garantias prometidas pela APEE –, que refletiram no esfriamento das agitações pelo tombamento da Serra –, se mostraram ineficazes. Novamente, os agentes interessados se viram diante da necessidade de novas mobilizações pela proteção daquela área, retomando também a discussão sobre o tombamento.

Em 1986 a SAT apresenta “Um Projeto para Salvar e Valorizar a Serra de São José”. A perspectiva assumida pela SAT neste documento demonstra a preocupação com a busca por meios de proteção da Serra que não prejudicassem suas funções econômicas fundamentais para a comunidade como a extração mineral para o artesanato, a areia e pedras usadas em construções e diversos outros fins.

O projeto da SAT encontra-se em sintonia com o discurso ambientalista daquele período. Embora ainda não se utilizassem o termo *desenvolvimento sustentável*, percebem-se semelhanças em seus preceitos.

Em outro documento de 1986, a SAT faz novas críticas e propostas para a proteção da Serra cuja análise pode desvendar aspectos interessantes do processo:

Acreditamos que a preservação da Serra por ato de Tombamento somente, não é viável, pois a legislação vigente é adequada, mas, por si só, tem se mostrado ineficiente, sendo que, para que o policiamento se torne efetivo é necessária a colaboração dos proprietários. O nosso objetivo não se limita somente ao acima exposto e sim também que a área da Serra possa se tornar uma alavanca econômica de uma comunidade que vive da lavoura, artesanato e turismo. Já foi solicitado ao SPHAN o seu tombamento e a formação de um Parque, com a finalidade de obter recursos técnicos para desenvolver, testar e implantar métodos de exploração não destrutivos, estendendo a outras áreas que tem o seu solo usado com métodos predatórios e destrutivos. (SAT, 1986. A Serra de São José - Tiradentes. Arquivo do escritório técnico do IPHAN em Tiradentes).

Sendo assim, por meio desse documento, revela-se a ineficácia dos meios de preservação estabelecidos, como a APEE. Demonstra que havia divergências entre a atuação das instituições do Estado e aqueles representantes da sociedade civil. Fica claro mais uma vez, o propósito de se fazer o uso *sustentável* da Serra tornando-a uma “alavanca econômica” para o turismo e para o artesanato sem incorrer a devastação ambiental.

A Serra de São José e as Unidades de Conservação Sobrepostas (1987-2009)

Na segunda metade da década de 1980, mediante ausência de posicionamentos oficiais das esferas federais sobre o tombamento, ressurgiram as demandas de preservação da Serra de São José. Em 1987 foi enviado para apreciação e avaliação competente, o dossiê de classificação da Serra como uma Área de Proteção Ambiental.

Sem utilizar o termo *desenvolvimento sustentável* de forma explícita, o dossiê procura atingir seus pressupostos. Isto porque, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APA's estão na categoria de *Unidade de Uso Sustentável* que “tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais”².

Dessa forma, “visando a compatibilização entre a preservação da Serra e os interesses econômicos locais” é requerida a criação da APA sob a mesma delimitação definida pelo decreto da APEE (SPHAN, 1987). Em suma, essa nova categoria de proteção da Serra, proposta nestes termos, tem a mesma função do decreto de 1981 figurando-se como mais um possível meio de preservação. Em 1989, mediante ausência de respostas satisfatórias, este processo foi novamente requerido até que, em 16 de fevereiro de 1990, através do decreto federal 30.934, o dossiê da APA foi aprovado:

Fica declarado, sob a denominação de APA São José, como de proteção ambiental, para fins de preservação do patrimônio histórico, paisagístico e da cultura regional, proteção e preservação dos mananciais, cobertura vegetal (cerrado e áreas remanescentes de Mata Atlântica) e da fauna silvestre, área de terreno situado na Serra São José (Decreto Federal 30.934 de fevereiro de 1990).

Assim como o decreto da APEE, este também vislumbra a preservação da Serra como patrimônio histórico e paisagístico. Todavia, tal iniciativa parece ter levado a discussão sobre o tombamento novamente ao ostracismo. Porém, em contrapartida, Luiz Cruz (2009) sugere que as pressões pela preservação ambiental não retrocederam, mas sim, acentuou-se a mobilização para a efetiva aplicação dos termos contidos nestes decretos.

² Informação disponível no site do IEF consultado em outubro de 2012: <http://www.ief.mg.gov.br/>

Todavia, no ano de 2002, uma nova mineradora surgiu com alvará do DNPN para prospecção e mineração na Serra de São José. Mais uma vez a sociedade civil junto com os órgãos públicos e com um notório apoio da mídia se mobilizaram em prol da preservação e tombamento da Serra até que o alvará foi cancelado. (CRUZ, 2009). Novamente, as ameaças à Serra revelaram a ineficácia da implantação efetiva dos decretos de preservação, desta vez o decreto da APA.

Por ser uma área de Mata Atlântica a Serra também se enquadra na classificação de *Reserva da Biosfera* declarada pela UNESCO. Em 2004 a Serra foi classificada também como *Refúgio Estadual da Vida Silvestre*³ (REVS) devido à libélula da Serra de São José. Os REVS's são categorizados pelo SNUC como *Unidade de Preservação Integral*.

Essa nova categoria coloca em questão a exploração *sustentável* dos recursos naturais prevista nos decretos anteriores. A partir de então a preservação deveria seguir critérios mais rigorosos em que mesmo o uso sustentável encontra limitações. Estas diversas definições da Serra como *Unidades de Conservação* sobrepostas garantiram, em 2007, seu reconhecimento como Mosaico de UC's:

O mosaico da Serra de São José é o primeiro do gênero em Minas Gerais e foi reconhecido pelo Decreto nº 44.518 em 16 de maio de 2007. "O mosaico é uma reunião de diferentes categorias de unidades de conservação - federais, estaduais ou municipais - que permite uma visão global das áreas permitindo uma conservação mais eficaz", explica o gerente de Gestão de Unidades de Conservação do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Roberto Alvarenga⁴.

No dia 04 de dezembro de 2009 foi lançada, pelo IHGT, uma campanha de retomada em prol do tombamento e a partir de então ocorreram diversas mobilizações com o mesmo objetivo: "Pelo Tombamento Federal da Serra de São José".

Em maio de 2010, ocorreu uma caminhada ecológica para a *Troca da Cruz do Carteiro da Serra de São José* e o lançamento do projeto *Cultura, História e Biodiversidade da Serra de São José*; em agosto do mesmo ano foi promovido ciclo de palestras com o tema *Serra de São José: Patrimônio Geológico*; além de outras campanhas de preservação, como as de prevenção aos incêndios.

A partir da análise da história da luta pela proteção da Serra de São José, é possível inferir os motivos pelos quais seu processo de tombamento se prolonga por mais de trinta anos. Ao conversar com os agentes envolvidos na proteção, houve certo consenso entre eles

³ http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Flavia/areas/refugio_estadual_de_vida_silvestre1.pdf

⁴ <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/266-mosaico-amplia-protacao-da-serra-de-sao-jose>

em atribuir essa demora à própria burocracia do IPHAN, como relata Olinto Rodrigues dos Santos Filho, pesquisador que atua junto ao escritório do IPHAN em Tiradentes:

Os processos do IPHAN são muito demorados, e essas coisas andam conforme a vontade política dos dirigentes. Então, ficou muito tempo parado. (Entrevista concedida em 27/09/2010).

Luiz cruz afirma que:

Eu acho que o primeiro problema foi por parte própria do IPHAN de entender que há mais de trinta anos havia uma preocupação com relação a Serra de São José. Havia uma mobilização já grande e significativa, mas a burocracia do IPHAN não permitiu que a coisa fluísse de maneira positiva. (Entrevista concedida em 26/09/2010).

Contudo, infere-se que, além da demora provocada por empecilhos burocráticos, o projeto de tombamento vem sem arrastando desde 1979 também porque entrou em um ciclo de “esquecimento” e retomada.

Em 1981, o decreto da APEE pareceu ser suficiente para saciar as demandas de preservação da Serra. Nos anos imediatamente posteriores foi detectado um esfriamento da efervescência da sociedade civil em torno do tombamento, sobretudo devido ao fato de que o decreto previa a salvaguarda da Serra como Patrimônio Histórico e Paisagístico.

Entretanto, em 1986, as mineradoras continuavam ameaçando a Serra e a partir de então o projeto de tombamento foi “relembrado”. Em 1990, foi lançado o decreto da APA e nos anos posteriores o tombamento entrou em nova fase de ostracismo. O ciclo se repete em 2002/2004 - diante de novas ameaças que surgem e a classificação da Serra como REV's – e mais uma vez em 2009/2010.

O conteúdo dos decretos, enquanto sua função e delimitação da área a ser preservada, é muito semelhante e cada um deles, por si só, se colocado em prática, deveria ser suficientemente capaz de oferecer aparato jurídico para proteger a Serra.

Porém, foi possível detectar a ineficiência destes decretos: o grande número de cópias de processos judiciais e registros de ocorrência policial sobre denúncias de depredação ambiental na Serra presentes no arquivo do IPHAN em Tiradentes revela que as unidades de conservação não foram de fato implantadas⁵ o problema da falta de policiamento é notório.

⁵ Estas ações judiciais estão distribuídas no tempo de forma mais ou menos regular, porém sempre se distanciando em alguns anos dos decretos recém-publicados como 1981 e 1990 e antecipando uma nova fase de mobilizações como as de 1986 e 1987, 2009 e 2010.

Conclusão

Cada vez que foi constatada a ineficiência de um decreto, a sociedade civil e as instituições interessadas se mobilizavam novamente pela preservação, sendo retomada também a discussão sobre o tombamento da Serra de São José.

A documentação levantada reflete a tônica do discurso ambientalista que se difunde no Brasil desde a década de 1960 no qual, apesar de não ter sido encontrado o termo desenvolvimento sustentável de forma explícita, seus preceitos estão diluídos nas proposições dos projetos de proteção da Serra de São José que buscam sempre conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico da região, sobretudo a cidade de Tiradentes.

Desse modo, é notório que o discurso de preservação prioriza as questões de valor genético, natural, excepcional da Serra de São José – mesmo apesar de os decretos vislumbrarem a proteção como patrimônio histórico e paisagístico. Conforme foi demonstrado, por meio dos autores Ribeiro e Zarinato (2006), de um modo geral, a preservação do patrimônio natural ainda obedece aos critérios de excepcionalidade e valor genético do bem natural em detrimento de uma valorização das relações culturais e de identidade existentes entre o bem e as sociedades humanas circundantes. No caso da Serra de São José, esse processo se evidencia por meio da análise da documentação referente à sua preservação, os diversos eventos e pesquisas voltados para os levantamentos de cunho geológico e biológico. Entretanto, os discursos de valorização histórica e cultural não estiveram ausentes em todo esse processo e foram analisados em outra pesquisa: *Patrimônio Natural, mito e (re)invenção das tradições no processo de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes* (BLACH et al., 2013, p. 15-32).

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4.ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

BLACH, Matheus C.; COUTO, E. F.; CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. Patrimônio Natural, mito e (re)invenção da tradições no processo de Tombamento da Serra de São José na cidade Mineira de tiradentes. *Revista Saberes Interdisciplinares*, ano VI, v.11, p. 15-32, 2013. Disponível em http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista11/PATRIMONIO_NATURAL.pdf.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, Clóvis et al. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INSPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1994, p.14-20. Disponível no site <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> , acessado em 15.01.2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

SENADO FEDERAL e IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cidades Históricas; inventário e pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes*. Edições do Senado Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? *Revista História Unisinos*, v. 8, n. 10, 157-17, JUL/DEZ 2004. Disponível em http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/17hi_storian10vol8_artigo11.pdf

CRUZ, Luiz. *Contribuição para o Tombamento Federal da Serra de São José, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 2009. Arquivo pessoal do autor consultado em 2010.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica: 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra C. Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita, Revisão técnica: Maria Célia Paoli; São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 5 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. 2002.

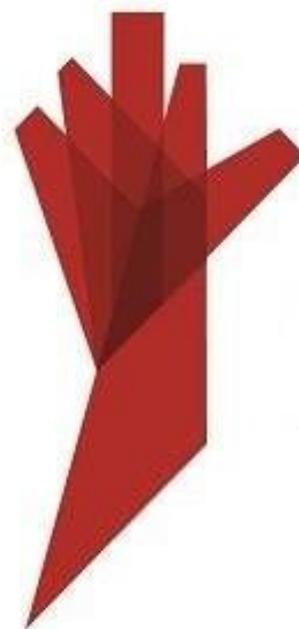
NEVES, Lucília de Almeida. *Historia oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa, ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História, ano/vol 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

RICCEUR, Paul. *A Memória a História o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Simpósio Temático 16

**Administração, comércio e justiças:
fontes e métodos para a compreensão
das múltiplas formas de sociabilidade e
exercício de poder no Império Português
(1500-1800)**



Coordenadores:

Patrícia Ferreira dos Santos Silveira

Pós-doutoranda em História Social da Cultura - UFMG
cliopatri@gmail.com

Cláudia C. A. Atallah

Pós-doutoranda em História – UFMG/CNPQ - USS
Professora na Universidade Severino Sombra
clauatallah@gmail.com

Testamento e Legislação Eclesiástica na América Portuguesa (século XVIII)

Denise Aparecida Sousa Duarte

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ddenao@yahoo.com.br

Valquíria Ferreira da Silva

Graduação em História

Universidade Federal de Minas Gerais

historiaval@hotmail.com

Wesley Fernandes Rodrigues

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

wesley_fernandes@yahoo.com.br

RESUMO: Nosso objetivo nesse texto é refletir sobre a tentativa da Igreja Católica em normatizar o comportamento dos fiéis frente à morte nas Minas no início do século XVIII (especialmente no que concerne a elaboração dos testamentos), com a definição dos procedimentos necessários para que a “boa morte” fosse alcançada, procedimentos que foram expressos nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação eclesiástica; Testamento; Minas Gerais; “Boa morte”.

ABSTRACT: Our purpose in this paper is to reflect on the Catholic Church’s attempt to standardize the behavior of people towards death in Minas (Brazil) in the early 18th century (especially regarding the drafting of wills), with the definition of the procedures for the “*boa morte*” (good death) was reached, these procedures were expressed in the *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (ecclesiastical legislation).

KEYWORDS: Ecclesiastical legislation; Wills; Minas Gerais; “*Boa morte*” (good death).

Introdução:

O *Concílio de Trento* procurou renovar a espiritualidade dos fiéis e, sobretudo, a do próprio clero, com reformas nas ordens religiosas e no clero secular. A concepção tridentina defendia a necessidade de se renovar todo o corpo da Igreja,

quer enquanto instituição quer enquanto comunidade de todos os fiéis, os quais no que dizia respeito à doutrina, à espiritualidade e até às sensibilidades religiosas andavam com frequência afastados dos seus preceitos” (FERNANDES, 2000, p.15).

Visou-se a renovação do trabalho pastoral dos clérigos e pela fomentação de publicações de obras que “vão do campo mais especializado da teologia moral às

diversificadas obras visando o ensino da doutrina cristã, avisos e guias de comportamento moral para vários ‘estados’, obras hagiográficas até às coletâneas de *exempla* [...]” (FERNANDES, 2000, p.29). Essas obras deveriam, ainda, atingir os fiéis, de forma a renovar seus comportamentos e sua crença.

A estudiosa Zumira C. Santos defende a ideia de que no Portugal Seiscentista uma importante e recorrente literatura de espiritualidade foi a relativa aos “fins últimos do homem”, que buscava formular modelos de comportamento moral e religioso funcionando como arte de “bem viver” e “bem morrer”. Segundo a autora a tese fundamental destes tratados era de convencer os fiéis que o fim estava perto, definindo o que era morte, a morte violenta, descrevendo o inferno e o juízo particular e o final, dentre outros temas; essas obras enfatizavam, assim, que era necessário arrepender-se e mudar de vida para escapar da condenação eterna (SANTOS, 1997, pp.161-172).

Desse modo, era pregado o conceito de boa morte, que se constituía como sinônimo de salvação e era consequência de uma vida “pautada pela interiorização e prática de valores ético-cristãos”. Porém no Brasil setecentista, contexto de criação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os fiéis que desejavam o bem morrer, mas não seguiam a risca os preceitos religiosos, para compensarem uma vida desregrada e assegurarem uma boa morte, elaboravam testamentos, associavam-se às irmandades (garantindo o acompanhamento e os sufrágios) e buscavam, na hora da morte, o auxílio sacerdotal (SANT’ANNA, 2006, pp.69-72). Percebemos por esse comportamento que o ato de testar atuava como forma de reconciliação com Deus, buscando o perdão dos erros passados e as práticas espirituais como forma de amparo do pós-morte, ainda que os mesmos fossem elaborados em um momento de morte iminente.

O presente texto pretende analisar as atitudes dos fiéis diante da morte, e essa valorização desses momentos finais como forma de obter o perdão dos pecados e alcançar do Paraíso. Pretendemos mostrar que no caso da América Portuguesa esse comportamento condizia com as propostas apresentadas pela própria instituição eclesiástica, que expressava por meio das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* elementos que corroboravam com esse ideário que sobrepuja os ritos na iminência da morte - e posteriormente a ela - à necessidade de se ter uma vida íntegra. Não pretendemos aqui dizer que a Igreja no Brasil tenha desvalorizado a necessidade de moralizar os fiéis, mas sim que através do reconhecimento de que uma vida totalmente ilibada somente caberia aos santos, e reconhecendo a condição de pecadores que cabia aos homens comuns, apresentou-se a

possibilidade de que os pecados menores fossem redimidos, e que essas orações, atitudes e sufrágios poderiam favorecer as almas no Purgatório. Para isso analisaremos alguns aspectos apresentados pela legislação eclesiástica, alguns testamentos referentes à matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto da primeira metade do século XVIII, e determinados estudos sobre o tema.

Os testamentos mineiros e os aspectos da legislação eclesiástica referente à morte

Os testamentos mineiros da primeira metade do século XVIII apresentaram basicamente a mesma formatação. Os aspectos ressaltados pelos testamentos demonstram, em grande medida, a ênfase às questões espirituais, que tem uma relação profunda com a crença na obtenção da remissão de seus pecados a partir da passagem de sua alma pelo purgatório, pela ajuda dos ritos religiosos.

Os ritos finais e demais procedimentos representariam, portanto, uma busca por uma “boa morte”, ainda que no momento derradeiro, e possuem como foco principal a expiação dos pecados, uma vez que, apesar de conter atribuições específicas, essas atitudes em conjunto teriam a função de alcançar o perdão de Deus e abreviar o tempo de purgação da alma. Foi no século XII que se apresentou essa nova instância que veio contribuir com as esperanças dos fiéis na possibilidade de alcançar a salvação: o Purgatório. Este terceiro local, segundo Michel Vovelle, “permite gerir de modo satisfatório e, apesar das aparências, apaziguador, o trabalho de luto, rompendo o trágico dilema dualista: o paraíso aberto a poucos eleitos, o trágico das penas infernais” (VOVELLE, 2010, p.14).

Para Jacques Le Goff, o Purgatório

(...) é um além intermediário onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – ajuda espiritual – dos vivos. (...) A crença no Purgatório implica antes de mais a crença na imortalidade e na ressurreição, em que algo de novo para um ser humano pode acontecer entre sua morte e a sua ressurreição. É um suplemento de condições oferecidas a certos homens para que alcancem a vida eterna (LE GOFF, 1993, p.18-19).

Essa concepção implica, segundo Le Goff, que, concomitante à morte, ocorreria o Juízo Particular (LE GOFF, 1993). Tal julgamento (promovido pela própria consciência do indivíduo) poderia resultar na condenação, com a alma encaminhando-se para o Inferno, reservado aos que pecaram mortalmente e não mudaram de intenção; o Paraíso, dedicado aos puros de coração; ou àqueles que cometeram pecados veniais e se arrependeram a tempo da morte, o Purgatório. Vale ressaltar que as primeiras sentenças são irrevogáveis diferentemente do Purgatório, cujas penas são transitórias, antecedendo a glorificação das almas (CAMPOS,

1994, pp.12-51). Os pecados veniais correspondiam, segundo Alexandre Daves, aos que não eram extremos (mortais) e por isso eram passíveis de perdão. Para o autor,

a relação entre os novos tipos de pecadores e novo foro espiritual estabelecia maior tolerância da Igreja para com as práticas sociais emergentes, e, ao mesmo tempo, legitimava novas formas de solidariedade entre vivos e mortos (DAVES, 1998, p.45).

Foi pela esperança em alcançar o perdão dos pecados no Purgatório que muitos fiéis dedicaram grande parte de seus testamentos aos rituais designados pela instituição eclesiástica como capazes de abreviar o tempo de expiação nesse “terceiro local” e com isso conduzir a alma ao Paraíso. Por essa razão o cumprimento dos testamentos foi tão enfatizado pela legislação eclesiástica brasileira.

As *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*¹, de 1707, escritas no intuito de acomodarem a legislação portuguesa à realidade da colônia, trazem a luz importantes aspectos ligados à forma de comportamento aconselhada e que se esperava que fosse seguida pela sociedade. Portadoras de recursos capazes de auxiliar os homens na “direção dos costumes, extirpação dos vícios, e abusos, moderação dos crimes e recta administração da justiça (...) e procurar o aproveitamento espiritual e temporal (...)” (VIDE, 1853), tem ainda dentre seus títulos a maneira pela qual se deve cuidar da redação e do cumprimento dos testamentos. O destaque dado a essas questões nos mostram que os legados pios presentes nessa documentação possuíam uma grande importância neste contexto, e talvez, por essa razão, acabavam por se destacar dos demais elementos presentes nesses manuscritos².

Segundo as *Constituições*, na ocasião oportuna, na qual alguma pessoa considerasse necessário testar (comumente em razão de uma doença, ou saindo para uma longa e perigosa viagem), o documento deveria ser redigido, sendo sua primeira função a de servir a redenção da alma do testador, para o “(...) descargo de sua consciência, paz e quietação de sua família, e sucessores, aconselhando-lhe com caridade, que trate de sua salvação (...)” (VIDE, 1853, Título XXXIX, Livro Quarto, § 783).

¹ As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* compõem-se de cinco livros, formados por títulos que almejavam englobar aspectos importantes da vida dos homens naquela época. Desde como deveriam ser transmitidos os ensinamentos da doutrina cristã, emprego de sacramentos, administração das igrejas, até como deveriam agir as autoridades contra crimes de heresia e blasfêmia, castigos contra feitiçarias, superstições, dentre outros (VIDE, 1853).

² Para D. Sebastião as leis de Lisboa não se acomodavam as colônias, sendo imprescindível a criação de um regimento próprio, pois, não se adaptando ao Brasil, resultava em “abusos no culto divino, administração da justiça, via e costume de nossos súditos” (VIDE, 1853).

A responsabilidade no cumprimento dos testamentos cabia tanto ao *Foro Eclesiástico* quanto ao secular, e para que não ocorressem inconvenientes no cumprimento dos testamentos, os documentos de falecidos nos meses de Janeiro, Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro ficavam aos cuidados dos Prelados, e os dos meses restantes sob jurisdição do *Foro secular* (VIDE, 1853, Título XVIII, Livro Quarto, § 803). A responsabilidade pela execução dos testamentos era um compromisso dos testamenteiros, elegidos pelo falecido, e caso deixassem de obedecer às últimas vontades do testador no que tange os legados pios, esses estariam colocando em risco a alma do morto. Para a execução das obras pias os testamenteiros teriam o prazo de um ano e um mês após a morte do testador, supondo que o mesmo não houvesse estipulado o tempo máximo. Se isso não ocorresse, como forma de punição, o responsável ficaria privado de qualquer legado a ele destinado no testamento, e tal quantia seria então distribuída em obras pias. O testamenteiro somente ficaria isento da penalidade se houvesse se apresentado previamente perante o Juiz dos resíduos, sendo esse último o único capaz de lhe conceder mais tempo, após a justificação do motivo pelo qual ocorreu o atraso.

Os legados e obras pias deveriam ser realizados na forma como o testador ordenou, sem alterações, principalmente no que se refere a Missas, Capelas, Ofícios, esmolas, casar órfãos, remir cativos, e outras semelhantes (VIDE, 1853, Título XLII, Livro Quarto, § 800). A ênfase dada pela legislação eclesiástica aos sufrágios referentes ao momento da morte dos fiéis que iremos enfatizar na análise que se segue, buscando apresentar a importância dada pela instituição católica na América Portuguesa setecentista aos últimos momentos da vida terrena.

O título XLV, dos *enterramentos, exéquias e sufrágios dos defuntos*. *Como os defuntos não de ser encomendados pelo seu pároco antes que vão a enterrar*, traz uma referência extensa sobre a importância dos rituais religiosos diante da morte, reafirmando que, conforme o direito, nenhum defunto deveria ser enterrado sem que fosse encomendado, devendo ainda o sacerdote antes de realizar as orações, saber se ele havia testado, o local que escolheu para seu sepultamento, seus legados pios, Missas, para assim o encomendar (VIDE, 1853, Título XLV, Livro Quarto, § 812).

Tais orações pelos mortos, a fim de encomendar sua alma a Deus, foram descritas pelas *Constituições* como “sinais pelos defuntos; assim para que os fiéis lembrem de encomendar suas almas a Deus nosso Senhor, como para que se incite, e avive neles a memória da morte, com a qual nos reprimimos, e abstemos dos pecados” (VIDE, 1853, Título

XLVIII, Livro Quarto, § 828). A legislação enfatiza, desse modo, o fim da existência como o momento pelo qual os homens refletem sobre seus pecados, e a necessidade de se libertar de suas faltas. Esses sinais deveriam ser feitos pelo pároco em três momentos: assim que ocorresse o falecimento, quando o corpo fosse levado para enterrar e antes do sepultamento, numa atitude de entrega da alma do falecido à misericórdia de Deus.

Aos párocos das freguesias cabia ainda acompanhar o corpo dos fiéis defuntos até seu sepultamento, em procissão até a igreja ou capela escolhida pelo morto, ordenando o caminho pelo qual deveria seguir a procissão, na qual deveriam ir também as irmandades e os fiéis. Nos testamentos eram comuns pedidos pelo acompanhamento dos párocos e demais sacerdotes nos cortejos fúnebres, como no testamento de Mathias Gonçalves dos Santos, que determinou que o acompanhassem a sepultura “o vigário e vinte sacerdotes mais” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Mathias Gonçalves dos Santos. Vila Rica. 08 NOV. 1748). O cortejo de Antonio da Costa Cintra possivelmente pode ter superado o número de sacerdotes delimitado no pedido apresentado anteriormente, já que em seu testamento ele define que deseja ser “acompanhado de todos os sacerdotes da freguesia que se puderem ajuntar dando-lhe esmola costumada a cada um (...)” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Costa Cintra. Vila Rica. 23 MAI. 1743). A Igreja e os fiéis apresentam, assim, uma compreensão da importância dos pedidos e orações pela alma do jacente nesse último percurso do corpo até seu sepultamento, já que a legislação e os pedidos dos fiéis convergem no sentido de que se fossem observados os acompanhamentos.

As missas e demais orações aos defuntos também deveriam ser guardadas, e segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,

é coisa santa, louvável, e pia o socorro pelas almas dos defuntos, para que mais cedo se vejam livres das penas temporais, que no purgatório padecem em satisfação de seus pecados, e aos que já gozam de Deus se lhes acrescente a glória acidental. (...) aos herdeiros, e testamentários daqueles, que não declaram as Missas, e Ofícios, que por sua alma hão de fazer, que mandem se façam pelas almas dos ditos defuntos os sufrágios que for possível (VIDE, 1853, Título LI, Livro Quarto, § 834-835).

As missas tinham a função, portanto, de ajudar aos pecadores a redimir seus pecados no purgatório, encerrando as celebrações pelo morto, oferecendo ainda consolo e conforto aos entes daquele que se foi. Philippe Ariès afirma que, desde os séculos XII e XIII, o momento

da morte foi essencialmente uma oportunidade para a celebração de missas, que poderiam ser proferidas ainda na agonia da doença ou logo após a morte. Mas o autor assinala que foi somente a partir do século XVII que a presença do corpo tornou-se regra em parte destas celebrações, e seriam essas solenidades os primórdios daquilo que foi denominado nos testamentos como ‘missa de corpo presente’(ARIÈS. 1981-1982, pp.184-187).

Pela importância das orações no momento da morte, não foram incomuns casos de pedidos nos testamentos por missas, e número bastante elevado, como no caso de Antonio da Costa Cintra, que roga por quarenta missas de corpo presente na matriz do Pilar de Ouro Preto (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Costa Cintra. Vila Rica, 23 MAI. 1743). A crença no poder intercessor das missas levou ainda a pedidos por celebrações posteriores aos sepultamentos dos corpos, como no caso de José Francisco Vilela, falecido em 30 de maio de 1746, que ordena e seu testamento que com “(...) minha terça mandarão meus testamenteiros dizer missas por minha alma na freguesia onde fui batizado” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de José Francisco Vilela. Vila Rica, 30 MAI. 1746).

Com relação às sepulturas destinadas aos mortos, as Constituições determinavam que

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, que enterrem-se os corpos dos fiéis defuntos nas Igrejas, e cemitérios delas: porque como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir, e assistir missas, e Ofícios divinos, e Orações, tendo em vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus, nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esqueçam da morte, antes lhe será aos vivos muito proveitoso ter memória dela nas sepulturas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos os fiéis que neste nosso arcebispado falecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemitérios, e não em lugares não sagrados (VIDE, 1853, Título LIII, Livro Quarto, § 843).

A vontade dos fiéis que expressaram seus anseios através dos testamentos correspondeu aos desígnios da legislação eclesiástica, uma vez que muitos determinavam que seus sepultamentos ocorressem nas igrejas e capelas. Esse foi o caso do forro Alberto Gomes, que declara que deseja “(...) ser sepultado na capela do Patriarca São José dos Pardos da Vila (...) e como sou irmão da dita irmandade mando se lhe pague o que lhe dever (...)” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Alberto Gomes. Vila Rica, 07 MAR. 1748). Outro exemplo é o do Reverendo Padre Francisco da

Silva Almeida, morto entre nove e dez horas do dia onze de julho de 1737, e no qual seu registro de óbito consta que foi sepultado na “(...) capela mor nesta matriz em quinta sepultura como pároco da dita igreja em qual se lhe fez um ofício de corpo presente como irmão da irmandade desta matriz com cruzeiros levantadas e irmãos com tochas da manhã (...) e se deu terra”, assim como havia delimitado em seu testamento (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio Ferreira Coimbra. Vila Rica, 17 MAI. 1743).

As ideias apresentadas por Mircea Eliade apresentam, assim, características que correspondem às indicações das Constituições, como também as expectativas dos fiéis, já que segundo o autor para o homem religioso o espaço não se constitui como homogêneo, isto é, “(...) o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras” (ELIADE, p.35). Com isso, a valorização do espaço interior das igrejas e capelas refere-se, primordialmente, ao fato de que ali eram realizadas as missas e demais orações da comunidade de fiéis, e com isso as alas dos mortos ali sepultados se favoreceriam com essas orações, o que poderia auxiliá-los a reduzirem o tempo de purgação de seus pecados.

Fica aparente por esses exemplos a valorização da morte como forma de catequização dos vivos, mas a ênfase nas possibilidades de remissão dos pecados através das orações e rituais no momento da morte, e ainda posteriormente a ela, se mostram nas propostas da Igreja Católica, o que nos leva a inferir a ideia de que seu ideário defende antes as chances de salvação do que a condenação dos devotos.

Conclusão

Apesar da importância de discutirmos acerca do fracasso ou não da reforma tridentina na América Portuguesa, certo é que houve esforços por parte da Igreja em moralizar o clero e os fiéis na colônia. Buscamos neste trabalho salientar a proximidade existente entre as determinações presentes nos testamentos dos fiéis e a legislação eclesiástica que normatizava, entre diversos aspectos, os ritos que envolviam os preparativos para morte, a morte e o pós-morte. O recurso, por exemplo, às missas para aliviar as penas do purgatório, ao enterramento em espaço santo, etc., foi reafirmado e valorizado pelas *Constituições do Arcebispado da Bahia* – e por literatura religiosa produzida pós-Trento. Além de criar padrões de comportamento que os cristãos deveriam seguir, as *Constituições* demonstravam a capacidade de interferência da comunidade dos vivos na comunidade dos mortos e vice-versa. Dessa maneira, as atitudes expressas pelos testadores estavam de acordo com os preceitos tridentinos

na medida em que se relacionavam a chamada doutrina da Comunhão dos Santos, isto é, a relação dinâmica entre a Igreja Peregrina (dos vivos), a Igreja Padecente (das almas do Purgatório) e a Igreja Triunfante (das almas glorificadas), reafirma pela Igreja ao longo de sua História.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981-1982.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e almas*. 1994. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo.

DAVES, Alexandre Pereira. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

DUARTE, Denise Aparecida Souza. *E professo viver e morrer em Santa Fé Católica: atitudes diante da morte em uma freguesia de Vila Rica na primeira metade do século XVIII*. 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: AZEVEDO, Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Editorial Estampa: Lisboa, 1993.

RODRIGUES, Wesley F. *A História em ponto pequeno: prática votiva e culto santoral nas Minas (Sécs. XVIII-XIX)*. 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Zumira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os tratados sobre os quatro *Novísimos* (1622) de Frei Antonio Rosado O. P. In: *Os últimos fins na cultura ibérica (XV-XVIII)*. Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas. Anexo VIII, Porto, 1997.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Introdução. *Constituições Primeiras do Arcebispado, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853.

VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou trabalho de luto*. São Paulo: UNESP, 2010.

Fontes Manuscritas – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Arquivo da Casa dos Contos de Ouro Preto

**Livro de óbitos, óbitos e testamentos (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750).*

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Alberto Gomes. Vila Rica, 07 MAR. 1748.

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Costa Cintra. Vila Rica. 23 MAI. 1743.

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de José Francisco Vilela. Vila Rica, 30 MAI. 1746.

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Mathias Gonçalves dos Santos. Vila Rica. 08 NOV. 1748.

O personagem e seu tempo: Inácio Correia Pamplona, um “herói” para o sertão mineiro setecentista

Maria Emília Aparecida de Assis

Mestre em História

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

mariaemilia_assis@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo busca elucidar a constituição “épica” de uma das figuras mais emblemáticas e paradoxais da história colonial mineira, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona. A construção alegórica do personagem foi edificada pelos homens que integravam a entrada de 1769, rumo à conquista do sertão mineiro, a partir de poemas que foram compostos durante a expedição.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão; entradas; Minas Gerais setecentista.

ABSTRACT: This article seeks to elucidate the constitution "epic" one of the most emblematic and paradoxical figures of mining colonial history, the field master Ignatius Correia Pamplona. The allegorical character of the building was built by men who were part of the entry 1769, toward the conquest of the mining hinterland, from poems which were composed during the expedition.

KEYWORDS: Backlands; entries; eighteenth-century Minas Gerais.

Na medida em que se consolidavam as Minas do ouro, intensificou-se, a partir dos focos de povoamento, a exploração do sertão oeste e a expansão das fronteiras das terras agropastoris. Da terra sertaneja das Minas Gerais setecentista, emergiam do chão mais que ouro e diamantes. A terra abrigava uma rede de muitas teias a entrelaçar interesses de potentados, sesmeiros, posseiros e mineradores. No período que compreende as décadas 1740 e 1750, com os novos projetos de conquista de territórios na capitania de Minas Gerais, sobretudo a oeste, e a instituição da rota de Goiás, os focos de conflitos se proliferaram naquele sertão.

Alguns aspectos da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII tiveram por objetivo geral assegurar, para a Coroa portuguesa, a posse de seus domínios na América. Em larga medida, visava-se a formação de vassalos úteis à desejada grandeza do império colonial português. Entende-se que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi o principal formulador da fundamentação teórica e das práticas políticas adotadas no projeto “civilizador” em terras coloniais.

Nesse período, os domínios portugueses na América, passaram a receber, efetivamente, maiores atenções, especialmente quanto à delimitação de suas fronteiras com as terras espanholas e a conseqüente ocupação das terras do sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, sua posse. As autoridades coloniais e metropolitanas entendiam que o sertão mineiro precisava ser controlado e “civilizado” – com base em suas próprias ideias do que viria a ser “civilizado” – devido às suas riquezas e possibilidades econômicas - para isso era imprescindível sua conquista.³ (FERES JÚNIOR e JASMIN, 2007. p. 121-128)

Assim com o objetivo de controlar essa região e sua população, várias expedições foram enviadas aos sertões. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e desenvolvimento da região. Após ter solucionado este problema, sesmarias deveriam ser distribuídas a fim de que pessoas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre dos quilombolas e dos índios.

Inácio Correia Pamplona, português de origem, cumpriu bem esse papel, tendo sua vida marcada pelas atividades desbravadoras nos sertões da capitania mineira, exterminando índios e quilombolas que se localizavam no oeste de Minas Gerais e pelo controle quase que absoluto que detinha da região em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelos próprios Governadores. Foi aclamado por seu séquito em todas as entradas que rompiam a esmo pelos sertões. Enaltecido por seus companheiros de jornada como um semideus, foi por várias vezes igualado aos grandes personagens mitológicos e heróis da antiguidade, remetendo sempre a atos de honra e valentia. Assim chegavam a compará-lo a *Hércules*, a *Moisés* e ao rei *Xerxes*, da *Pérsia*. (cf. NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 62-67-70)

Assim, apontando de forma breve os argumentos utilizados pelas autoridades coloniais e metropolitanas para a ocupação do sertão oeste mineiro, é possível estabelecer a relação entre os poemas declamados por alguns integrantes da expedição de 1769 ao sertão oeste da capitania de Minas Gerais, a seu líder, Inácio Correia Pamplona e a construção de uma imagem gloriosa de um guia guerreiro derivado de uma caracterização ostentosa do “herói”

³Durante o século XVIII, o conceito de civilização desempenhou um papel importante no discurso da colonização nas terras portuguesas. Carregado de uma dimensão metropolitana, o conceito alcançou uma ampla extensão, penetrando também em áreas que praticamente não tinham ainda sido influenciadas pelos poderes coloniais. A função política, social e cultural do uso do conceito variou bastante de acordo com o contexto histórico. No caso, do território colonial, o termo passou a designar de acordo com os interesses portugueses uma oposição entre o progresso – metropolitano - e a “barbárie” – sertões. Um dos elementos constituidores da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII e que teve por objetivo geral assegurar para a Coroa portuguesa na América foi a delimitação das fronteiras e a ocupação das terras no sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, a sua posse. E para isso, o governo não hesitou em adentrar as “áreas proibidas” e dominar todo tipo de resistência frente ao processo de ocupação da terra.

como ser extraordinário. Ser este, capaz de domar a natureza agreste, índios e quilombolas ferozes.

Por meio de poemas⁴ dedicados ao mestre de campo no decorrer da expedição de 1769, marcados por expressões e pensamentos que associavam um dos maiores antagonismos do sertão – “barbárie x civilização” –, é edificada uma imagem para o sertanista, chefe da expedição – a de um líder esplêndido. Toda essa construção da glorificação em torno da figura do sertanista ocasionou a escrita e a declamação de numerosos versos que se manifestaram pelo encômio – um verdadeiro louvor a Pamplona, o líder triunfante. Apelavam indefectivelmente para alegorias mitológicas de cuja comparação o homenageado saía sempre vitorioso. Todos eram unânimes em exaltar sua magnanimidade, afamado por seus feitos guerreiros, sendo somente ele capaz de levar a “civilidade” e apaziguar o sertão. (AMANTINO, 2001, p. 291-302)

Partindo da observação dos conceitos usados por *Roger Chartier*, é possível perceber a investigação de como as práticas e as representações são construídas, propondo uma nova forma de abordagem e buscando perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. (CHARTIER, 1990, p.13-28)

Considera-se aqui que os poemas não retratam fielmente a realidade em que está inserida, mas a representa através de diferentes olhares. Os poemas não se constituem em verdades inquestionáveis, ainda que ofereçam contribuições importantes, pois pertencem a um grupo com determinada visão de mundo. A proposta de *Chartier* desmorona a noção de história como tradução da realidade, pois afirma que nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade. (CHARTIER, 1990, p.15)

A categoria representação, segundo *Chartier*, permite uma análise sobre as maneiras pelas quais os homens dão inteligibilidade ao mundo social do qual fazem parte, uma vez que ela é um estatuto de organização desse mundo social. Nesse viés, o social passa a ser

⁴ Cinco poemas foram de autoria de religiosos, sete de fazendeiros que o acompanhavam e dois não possuíam indicações de seus autores. Márcia Amantino, em sua obra, *O Mundo das Feras*, faz uma análise sobre o lado literário da expedição de 1769 sob o prisma do Arcadismo. No entanto, a autora enfoca muito mais as bases da escola literária do que propriamente uma análise mais reflexiva sobre o processo de heroificação de Pamplona pelos homens que o acompanhavam em suas comitivas pelos sertões mineiros. A autora, ao analisar os poemas, faz uma análise bastante pontual. O objetivo do presente artigo é retomar essa discussão, observando como esses poemas construíram uma imagem grandiosa de um líder intrépido e impávido para o sertão colocando a figura mítica no seu devido lugar: o sertão oeste das Minas Gerais na segunda metade do setecentos. Para seu séquito, Pamplona foi um verdadeiro herói. Na pena dos poetas que engrossavam suas tropas, o entrante seria edificado como mártir para o sertão. Se inicialmente debatemos de frente com o mito, passamos a narrar os acontecimentos que marcaram o surgimento dele. Inácio Correia Pamplona estava inserido entre os principais potentados de Minas Gerais setecentista, região com contornos e ânimos instáveis.

abordado por meio dos lugares de produção de discursos, que apreendem e estruturam o real, no caso, as representações. Trata-se de símbolos que, por meio das práticas culturais [produtoras de símbolos], imprimem determinada leitura de mundo, em um dado lugar. Diz o autor que é a partir desses esquemas intelectuais incorporados que se criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço, decifrável. É então postulada entre signo visível e o que ele significa. As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” - instâncias coletivas ou indivíduos singulares - marcam de modo visível a existência do grupo. (CHARTIER, 2002, p.73)

Desta forma analisando o relato da expedição de Pamplona pode-se perceber como era o cotidiano de um grupo em missão itinerante de conquista e “civilização”, que elementos compunham suas vidas e universo. Ao mesmo tempo é possível resgatar a visão que aqueles homens tinham do desconhecido, seus medos e seu imaginário. O outro, o diferente era criado antes mesmo de existir e sempre associado ao perigo. O que criava a fé nos perigos e colocava o desconhecido como ameaça era a ideia de que deveria haver uma grande ameaça.

Desde o período colonial, o sertão era uma expressão que designava “espaços” internos, longe do litoral. Também indicava “aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”. (AMADO, 1995, p. 149) *Russel-Wood* ressalta que a autoridade régia, os conselheiros e os administradores que viviam na colônia, e ainda grande parte dos colonos sempre imaginavam um “sertão dos sertões” aliado à noção de “desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade”. Essa região era habitada por pessoas que estavam aquém “dos limites impostos pelos padrões metropolitanos em termos de ortodoxia religiosa, costumes, moralidade, cultura e relações pessoais”. Tanto que os “sertões poderiam se localizar para aquém do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do Império”, o que, é claro, poderia lhe conferir certo “grau de autonomia”. (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 187-249)

Esse é o cenário rude do sertanejo que os poemas procuram purificar por intermédio da personagem. Inácio Correia Pamplona é a figura escolhida, pelas autoridades coloniais, como representante de um projeto do sertão a “civilizar”. Os poemas, ao se dedicarem à construção da imagem de Pamplona, reagem à persistência de uma visão “bárbara” e negativa do sertão. Esse homem vem para limpar aquele cenário inculto e de façanhas “barbarescas” e

santificar aquele meio “selvagem” em que alvorou o sertão oeste de Minas Gerais setecentista. Assim, Inácio Correia Pamplona seria o homem, por excelência, que promoveria o combate à “barbárie” e desafiaria o isolamento daquela região. O “cavaleiro do sertão” traria a “civilização” para o povo do oeste de Minas.

Para os autores dos poemas e de considerável parte dos homens que integravam a expedição de 1769, Pamplona era um verdadeiro herói. Como bem ressaltou José Murilo de Carvalho, os heróis servem como “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva”. A “criação de símbolos” não é aleatória, “não se faz no vazio social”. Ele tem que “responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”. (CARVALHO, 1990, p. 55)

Mas como se explica o fato de Pamplona ser promovido recorrentemente como um herói absoluto nos poemas declamados? Primeiramente é preciso atentar para as construções épicas dos relatos sobre o sertão. Na prática, o discurso laudatório dos companheiros de jornada de Pamplona lhe proporcionou uma excelente oportunidade de autopromoção perante as autoridades coloniais. A criação de uma imagem inóspita do sertão auferiu para o sertanista inúmeras mercês que requeria sempre em nome da conquista e da “pacificação” do sertão.

Os recitais de poemas vangloriando Pamplona marcaram toda a expedição rumo ao oeste mineiro em 1769. Nas paragens, após as refeições, ao entardecer ou mesmo no romper da aurora, poemas eram declamados e imagens grandiosas eram construídas para Pamplona. O chefe da expedição é ele mesmo uma prática do governo: descreve, investiga e representa o espaço, desvela e apreende os habitantes e assegura seu séquito dos perigos sertanejos. Podemos perceber, logo no início da referida expedição, que Pamplona seria aquele que traria controle oficial para o sertão onde as pessoas que ali viviam estavam sem assistência e padecendo por falta de administração. Em um dos poemas declamados por um religioso, essas imagens são claramente definidas:

Chegai sublime varão à nossa vista alegrar o sertão do Bambuí vinde ser senhor desta conquista nossos amenos campos possuem sempre vossa grandeza nos assista que eu com estes bosques concluí empenhos de mais fertilidade para que o país mais vos agrade. (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 54-55)

Pela análise desse poema, podemos verificar que se destina ao louvor do líder, entendido como escolhido por Deus. Sob a ação coordenadora do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, líder intrépido, impávido e forte, o sertão florescia como os jardins na

primavera. Ao mesmo tempo é possível extrair importantes elementos que associam Pamplona à imagem épica que chega a ser identificado como o “filho do sol”.

Não se pode esquecer que, a partir do momento em que o mito ganha certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário aonde vem embaralhar-se em aspirações e exigências mais diversas. Conforme os momentos e os meios, Pamplona encarnou ao mesmo tempo a ordem e a aventura. Foi exaltado por alguns como o símbolo da epopeia guerreira e por outros como a garantia de um futuro pacificamente assegurado. O semideus dos combates, mais precisamente como *Hércules*,

(...) Hércules lhe dá a clava e diz a fama respeitem as idades o meu brado; aqui um Alcides novo hoje se aclama. Já que foi como Hércules esforçado cinja o grande Pamplona, a verde rama que o faça semieterno e decantado. (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 56)

Os mitos são compostos por um conjunto de narrativas que tem a função de explicar o mundo, de gerar sentido para as pessoas e as comunidades. Não interessa, para o ponto de vista que vislumbramos, se o mito existiu ou não, se há facticidade em determinada narrativa. O que importa é que em certo contexto cultural o mesmo foi compreendido como um passado. Logo, o mito, em sua função, pode ser analisado como uma memória social. Neste sentido, o mito do herói *Hércules* quando comparado a Pamplona chama a atenção, uma vez que ele serve de mito fronteira, ao mesmo tempo em que une, separa.

Hércules foi um dos heróis mais populares do mundo antigo. Cultuado entre gregos e romanos. Seu mito delimita as fronteiras entre o mundo “civilizado” e o “selvagem”, a mortalidade e a imortalidade, o conhecido e o desconhecido. Trata-se de um mito maleável, que teve as mais distintas apropriações. Diferentes construções de *Hércules* são realçadas. Cada uma se apropria, a seu modo, de uma de suas várias facetas, mas sempre falando do mesmo herói. O poeta ao recriar em Pamplona o mito, de forma consciente ou não, aumenta os obstáculos a serem vencidos pela comitiva guiada por seu líder e o engrandece a cada ato praticado na “pacificação” a e cada tarefa cumprida no sertão.

A exaltação de seus momentos heróicos e corajosos produz um estereótipo que o aproxima do guerreiro dominado pelo ofício, com ares de mártir. Isso se torna providencial para Pamplona, pois no momento em que se apropria dos relatos mais possibilidades surgem de auferir benesses junto às autoridades desencadeadas pela campanha a favor de sua imagem e de suas ideias. Por outro lado, não se pode entender o encômio setecentista como totalmente

verossímil, pois os poetas encomiásticos tendiam à parcialidade, ou seja, sacrificavam a sua opinião à própria conveniência.

A escolha dos adjetivos pode não corresponder a situações vivenciadas pelo poeta, e sim a necessidades internas do contexto. Desse modo é possível lançar como hipótese a associação dos poetas com Pamplona na construção do enigmático e heróico homem do sertão, ao difundir essas poesias como forma de participar, ao menos de uma parte, do ganho dos benefícios com a entrada de 1769, principalmente as sesmarias. Assim passa a decorrer a noção de que se trata, de uma laudatória de promoção política e econômica. A terra era tida pelos poetas como boa e portadora de tesouros escondidos, porque esperavam a chegada de alguém que merecesse receber suas mercês⁵, prática recorrente durante o Antigo Regime. (RESENDE, 2003, p. 31-140; LANGFUR, 1999, p. 140)

De fato, para além dessa riqueza de projeções oníricas, dessa multiplicidade de imagens cristalizadas em torno de um mesmo personagem, Pamplona exerceu com honra altos cargos e grandes comandos. Detinha o controle quase que absoluto da região – sertão oeste de Minas Gerais setecentista – em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelas autoridades.

Inácio Correia Pamplona, em suas expedições aos sertões mineiros, tinha total poder deliberado pelos próprios governadores para resolver as mais diversas contentas, fossem elas judiciais - prender criminosos, processar outros - e exterminar os inimigos indígenas e quilombolas. Levantava Igrejas nas áreas inóspitas, abria picadas, construía pontes e tantos outros feitos em suas diligências,

(...) Vós o altivo herói que o engenhoso nessa fábrica altiva bem mostrais, pois o primeiro sois que editais uma ponte em rio tão caudaloso. Sois um Xerxes sublime e poderoso que chagais a erigir quanto intentais nesta obra ao rei francês avantajais e a todos excedeis no seu colosso (...). (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 62-63)

Os versos remetem a imagem de um retrato sublime em que se ressalta o heroísmo, como estampa colorida e movimentada sobre o estereótipo da bravura. Inspiração é o que não falta para falar de um homem que dominou o sertão rebelde e por isso era igualado ao rei persa, *Xerxes*, por merecimento e presteza nos serviços prestados às autoridades como um vassalo fiel.

⁵ Pode-se perceber que, junto à ideia de conquista, havia claramente definida a busca por algo que era identificado com o conceito de riqueza. No caso de Minas Gerais, ela era associada principalmente ao ouro e aos diamantes, às concessões de sesmarias e à escravização indígena.

As imagens construídas sobre Pamplona eram tão magníficas que em um poema de autoria desconhecida, ele é associado a *Moisés*, liderando o povo em busca “da terra prometida”,

Magnânimo herói altivo coração sempre impávido, forte e arrojado (...). E nós todos que temos a ventura de a um segundo Moisés acompanhar as graças lhe rendamos com ternura. E aquém só de nós se quis lembrar é certo que com fé muito firme e pura, reverentes indultos devemos tributar. (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 70)

Assim, nota-se o *Moisés* ou o arquétipo do profeta associado a Pamplona. Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não veem. Ele próprio, conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. O homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Quer na restauração da ordem estabelecida ou em sua subversão, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos, que se situa seu personagem. É na manifestação e nos anseios da coletividade que ele se afirma e se define, com ele, graças a ele, o “depois” não seria mais como era o “antes”. Os signos sob os quais ele se coloca, as imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade.

Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em certo espaço geográfico e em certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos, como *Hércules*, *Édipo* e tantos outros,

a literatura como a pintura podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens. (GIRARDET, 1987, p. 81).

Com toda propriedade, tal evidência não pode ser aplicada a Pamplona, pois era um ser de “carne e osso”, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são de uma personalidade, de um destino e de um contexto. Homem multifacetado, Pamplona era guardião de um mosaico de interesses que muito usou do sertão para reclamar inúmeras benesses. A construção de uma retórica exagerada em torno de sua imagem, na verdade é apenas uma forma de vangloriar seus feitos, ora mais evidente, ora mais camuflada, sendo necessário perscrutar através do sertão. O

impacto desse território, contudo, provocou uma mudança radical no espírito dos homens que acompanham o sertanista: metamorfoseavam a natureza e o líder em matéria poética.

Pamplona é um exemplo que traz em si o espírito do homem da conquista, atuando de forma a executar na região o que apregoava o projeto “civilizacional” das autoridades metropolitanas. Ele foi um elemento de ligação entre a realidade mineira e seu sertão e as teorias desenvolvidas pelos que nunca por ali estiveram. Essas foram as imagens sobre Pamplona que puderam ser percebidas por meio dos poemas elaborados durante a expedição de 1769. A simbólica do gesto permanece inseparável do contexto histórico. As imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade. É preciso concordar com Ginzburg ao afirmar que “as linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. (GINZBURG, 1989, p. 175)

A constatação da força da representação transforma-o em um espelho em que a personagem vê e se persuade do próprio poder.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. , Sertão, Nação. *Estudos históricos: história e região*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, jun.1995.

AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2001. 426 p.

BOER, Pim den. Civilização: comparando conceitos e identidades. In: FERES JÚNIOR, João e JASMIN, Marcelo. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Loyola-IUPERJ, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. 15. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. 1. ed., Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 1. ed. São Paulo: Difel, 1990.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. 1. ed. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LANGFUR, Harold Lawrence. *The Forbidden Lands: frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil. 1760-1830*. 410 f. Faculty of the Graduate School, University of Texas/Austin, 1999.

NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). *Anais da Biblioteca Nacional*, v.108, Rio de Janeiro, 1988.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: índios Coloniais em Minas Setecentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2003. 401 p.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 38, n. 36, pp. 187-249, 1998.

Guerra dos discursos e guerra guaraníca: disputas políticas no contexto das demarcações de limites do Tratado de Madrid (1750-1756)

Millena Souza Farias*

Mestranda

Universidade Federal Fluminense

millena.msf@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho trata do conflito originado pela resistência jesuítica e guarani durante a execução do Tratado de Madrid (1750), mais especificamente, entre os anos de 1752 e 1756. Os jesuítas armaram e orientaram os índios a rechaçar os demarcadores, impedindo o processo de remoção para a região que seria cedida aos espanhóis, a Colônia do Sacramento. O ex-jesuíta Bernardo Echevarr , figura pol mica dentro da Companhia de Jesus, autor de "El reyno jesuítico "El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demonstrado y descubierto" (1770), acompanhou o conflito e seu *post bellum*. Pretende-se demonstrar como ambos os lados articulavam o discurso de posse sobre as terras em litígio e relacioná-las ao texto de Echevarr . Com o acervo da Cole o  Angelis (FBN), pudemos observar e analisar os argumentos de portugueses e espanhóis versus jesuítas e guaranis.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Colônia; Tratado de Madrid; Política colonial; Guerra Guaranítica.

ABSTRACT: The present work deals with the conflict generated by the jesuitic resistance and the guarani support during the implementation of the Treaty of Madrid (1750), more specifically, between the years 1752 and 1756. The Jesuits armed and compelled the Indians to reject the "demarcadores", preventing the removal process for the region which would be ceded to the Spanish, the Colonia del Sacramento. Former Jesuit Bernardo Echevarr , a controversial figure within the Companhia de Jesus, the author of " *El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demonstrado y descubierto*", followed the conflict and its *post bellum*. We intend to demonstrate how both sides articulated discourse of ownership over the land in dispute and relate them to the text of Echevarr . With documents from the Angelis Collection (FBN), we were able to observe and analyze the arguments of the Portuguese and Spanish versus the Jesuits and Guarani.

KEYWORDS: Treaty of Madrid; Guarani War; Jesuits; Meridional America; Discourse.

Introdu o

  priori, devo aqui apresentar algumas das perspectivas que permeiam os conflitos que tiveram lugar na América meridional durante a presença das comissões de demarca o que estiveram na região da bacia do Prata por toda a década de 1750; todavia, para isso,   preciso retomar alguns acontecimentos importantes que desembocaram no estouro do embate

* Bolsista FAPERJ.

que tomou maiores proporções: a Guerra Guaranítica, que ocorreu entre os anos de 1752 e 1756.

O Brasil, apesar do avanço sedento rumo aos sertões na busca por ouro e demais riquezas, permaneceu até 1750 com a mesma divisão jurídica que definia a fronteira entre as posses americanas de Portugal e Espanha: o meridiano de Tordesilhas, traçado à distancia de 370 léguas a partir da última ilha do arquipélago de Cabo Verde. Tal explicação pode vir a parecer cabal, mas foram esses 256 anos de conflitos territoriais, fossem nos gabinetes europeus, fossem nas áreas de fronteira da América, que desembocaram em plena metade do século XVIII, no interesse ibérico de renegociar esses limites. Negociação longa e demorada pela própria falta e conhecimento efetivo de tão vasto território. A alegação do princípio do *uti possidetis* (quem usa possui) foi, de fato, um dos fatores que engendraram a pluralidade de interpretações que obteve o Tratado de Madrid⁶.

Na historiografia brasileira, este foi o tratado que garantiu ao Brasil parte dos atuais contornos que possui atualmente. Essa visão positiva, e evidentemente, inspirada no motivo do desconhecimento efetivo dos próprios limites quando da assinatura do tratado e de que a negociação dos novos limites foi feita com base num mapa⁷ feito a mando de Gusmão para a negociação com a corte espanhola. A versão espanhola e argentina da historiografia, todavia, segue outro viés. Para estes foi nada mais que um “tratado extorquido ao governo espanhol”, principalmente, devido a influência da rainha Bárbara de Bragança espanhola, filha de D. João V de Portugal. Bárbara, esposa de Fernando VI de Espanha, teria aproveitando-se do ânimo débil de seu marido e induzido o ministro D. José de Carvajal e Lancaster a assinar o Tratado sem as devidas verificações. A terceira e mais polêmica versão é a que mais se identifica com este trabalho: a versão jesuítica. A historiografia jesuítica apresenta uma perspectiva única, pois define a assinatura do tratado como *unilateral*. Os dilemas da transmigração dos aldeamentos jesuíticos gerou o sentimento de que a Companhia de Jesus estava sofrendo um golpe arquitetado pelas monarquias ibéricas. A transmigração cessaria o avanço tão louvado pela Companhia da conquista das almas daqueles milhares de gentios. Além disso, a transmigração imposta pelas monarquias era vista pelos jesuítas como uma afronta a lei divina e como uma quebra dos direitos da Companhia, principalmente por parte

⁶ Para Synesio Sampaio Goes Filho, autor de *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, de 1999, o Tratado de Madrid possui uma dimensão dantesca perante qualquer outro tratado de limites já assinado, posto que foi “o único da história que dividiu um continente” e, por isso, “todos os demais acordos de limite são de pouca importância territorial.

⁷ Este mapa, conhecido como “Mapa das Cortes” era na verdade uma compilação de uma série de relatos e outros mapas feito com o intuito de embasar os argumentos portugueses de expansão dos limites para além da linha de Tordesilhas.

do governo espanhol, que lhe havia garantido o direito de estabelecer os *pueblos* que deram origem aos Sete Povos das Missões (São Luís de Borja, São Luís Gonzaga, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio).

Pode-se ver que, como já dizia Sérgio Buarque de Holanda, a expansão “está no caminho, que convida ao movimento”. Tanto por via terrestre quanto por via fluvial, avançava o conhecimento dos *sertões* do território americano. Em meados dos setecentos, a Companhia de Jesus com os aldeamentos que possuía, ainda não estava totalmente ciente das dimensões que os interesses políticos pelo domínio da bacia hidrográfica do Prata poderiam acarretar.

Com a determinação de um tempo limite para a remoção dos Povos, os jesuítas responsáveis pelas missões da província paraguaia entraram num atmosfera de repúdio às decisões da coroa espanhola e iniciaram a organização de uma resistência, indo até mesmo contra as designações da própria Companhia de Jesus. Cabe ressaltar que durante a assinatura do Tratado de Madrid a posição dos jesuítas havia sido delicada e ambivalente, sobretudo devido a crescente sensação de desamparo do projeto missionário. A resistência à remoção das missões floresceu entre os jesuítas, principalmente entre os jesuítas Bernardo Ibañez de Echavarrí⁸ e Luís Lope Altamirano, ambos acusados de traição à Companhia de Jesus e às coroas ibéricas. Echevarri acabou sendo expulso da Ordem por duas vezes e, por fim, foi convocado para ser o capelão da terceira partida espanhola responsável pela continuação da demarcação de fronteiras no ano de 1758, dois anos após o final da Guerra⁹.

Echavarrí foi um autor pouco estudado, exatamente por sofrer dessa insistência de julgamento histórico que encontrou na demonização do oponente a sua principal estratégia de referenciação. Assim como os demais jesuítas, possuía conhecimento da escolástica e da linguagem política. Utilizou como argumento o êxito da capacidade missionária de

⁸ Sobre Bernardo Ibañez de Echavarrí, não é possível dizer muito, posto que a documentação sobre este indivíduo é parca. Sabe-se que desembarcou na Província Paraguaia em agosto de 1755; e, que em 1757 foi expulso pela segunda vez da Companhia de Jesus; dessa vez, por atuar na articulação dos índios para se rebelarem contra as tropas portuguesas e espanholas. O autor Guillermo Kratz dedicou um importante capítulo de sua obra “*El Tratado Hispano-Portugués de Límites de 1750 y sus consecuencias. Estudio sobre la abolición de la Compañía de Jesús*”, para pensar sobre a figura de Echavarrí e sua preocupação a reunião de documentos sobre a Guerra que estava traçando; e também sobre o modo como Echavarrí coletou informações sobre a estrutura da Companhia de Jesus na América espanhola. Para melhores informações, ver KRATZ, 1954, p. 184-197. Igualmente a tese de doutoramento de Alexandre Vieira, “*Pensamento político na Guerra Guaranítica*” é um relevante trabalho sobre a produção de Echavarrí. Assim, Vieira afirma que: “*Ao se ocupar do caráter da província jesuítica do Paraguai para demonstrar a existência de um reino jesuítico na América do Sul, Echavarrí traçou um particular dimensionamento espacial e institucional sobre o modo como a Companhia de Jesus estava organizada naquela região à época da resistência ao Tratado*”. Ver VIEIRA, 2005, p. 31-32.

⁹ “O R. Padre Bemardo Ybanes de Echavarrí da Companhia de Jesus, Capellão della”; assim afirma-se na descrição das tropas de ambas as coroas presente na “*Continuação do Diário da primeira partida de demarcação*”, iniciada em 1758. In: *Collecção de notícias*, 1841.

manutenção das fronteiras perante as incursões portuguesas nas banda ocidental do rio da Prata (VIEIRA, 2005, p. 31).

Neste sentido, nosso objetivo é demonstrar como a documentação trabalha as formas de argumentação política durante o período da Guerra Guaranítica. Tal tema foi escolhido, pois visa demonstrar o contraponto existente entre as tópicas que aparecem em relação à política portuguesa e aos índios guaranis, além das peculiaridades próprias da situação de disputa territorial entre as coroas ibéricas.

Os Jesuítas, Os Guaranis e o Estado: mais que um simples conflito de interesse.

A história da construção territorial da América do Sul é repleta de episódios de conflito e, por isso, de descontinuidades. O estabelecimento dos jesuítas foi, de acordo com Mario Bacigalupo, lenta, gradual e cheia de privilégios para a Ordem. Foram capazes, inclusive, de obter o direito de treinar os índios para eventuais combates e ataques, além de manter, por tal motivo, um arsenal de armas de fogo. Tais exceções garantidas, além da verba movimentada com as arrecadações dos impostos e com a venda de erva-mate, foram essenciais para dar suporte ao levante (BACIGALUPO, 1979).

Se a Guerra Guaranítica foi, evidentemente, um incidente ambíguo; ao analisarmos as fontes, nos deparamos não somente com os relatos oficiais sobre o acontecido, mas com uma voz que, mesmo distante e transcrita pelos jesuítas, pode representar os indígenas. Cabe lembrar aqui que os índios que viviam nos aldeamentos das missões dos Sete Povos eram vistos pela legislação vigente, como súditos do rei da Espanha e, por tal motivo, viam os portugueses como inimigos.

A obra de Bernardo Ibáñez de Echavarrí, "*El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demonstrado y descubierto*" (ECHAVARRI Apud: CARDENAS, *Colección Gen. de Doc.*, 1770), foi considerada um libelo jesuítico para a época. Seus escritos refletem um intenso sentimento de oposição aos jesuítas e à postura condescendência da Companhia de Jesus às decisões do Tratado de Madrid. Contraponto aos demais escritos jesuíticos que retratavam a guerra como um problema para as coroas, Echavarrí, retratava-a como um movimento guarani que se impunha contra o retorno à barbárie, à selvageria do nomadismo.

O resgate do contexto da construção dos discursos produzidos durante a guerra, pelos grupos que entraram em conflito, se dá principalmente nos relatos do próprio campo de batalha. Esses discursos são, em grande parte, formadores de uma larga tradição

historiográfica que construiu a imagem de uma “cultura guarani missional”, onde os indígenas eram tratados como massa de manobra das estratégias políticas jesuíticas. As lideranças ameríndias aparecem na historiografia tradicional, como submissas ou como marionetes nas mãos dos desígnios dos missionários rebelados.

Foi com o intuito de combater essa visão, que autores como Guillermo Wilde e Lya Quarleri buscaram resgatar a *agência*¹⁰ dos índios guaranis, suas aspirações e ações no contexto da sociedade colonial. Pode-se pensar que tais autores realizam um tipo de trabalho arqueológico sobre as fontes, reconstruindo perspectivas etnográficas dos guaranis em seu contexto histórico e geográfico. Dessa forma é possível perceber os discursos que esses atores produziram, em quais circunstâncias e com quais interesses. Com isso, também se tornou possível estabelecer as redes de interações e seus contextos, trazendo à tona o caráter conflitivo e as negociações que muitas vezes implicavam numa escolha política situacional (QUIJADA, 2002, p. 103-142). A agência dos guaranis é resgatada sob um olhar que ressalta as especificidades dos indivíduos em seus lugares de fala: de um *cacique* ou até mesmo de um índio “comum”. A extraordinária gama de trabalhos sobre a mestiçagem que surgiu nos últimos anos de renovação da historiografia latino-americana, traz para o debate novas categorias e novos olhares sobre o processo sócio-cultural e político-territorial.

Ainda durante o primeiro ano da guerra (1753), o padre Altamirano (SJ) foi contratado pelas coroas ibéricas para realizar as negociações com os índios e os jesuítas rebelados. Numa correspondência entre Gomes Freire e Sebastião José de Carvalho e Melo, fala-se sobre as negociações com os índios durante a evacuação e sobre os padres recém-contratados, inclusive Altamirano. Para além deste, os Padres astrônomos – Bartolomeu Panigai e Bartolomeu Pinceti¹¹ – contratados para realizarem as observações astronômicas das partidas de demarcação também foram intimados a atuar no processo de convencimento dos índios. No entanto, Sebastião José de Carvalho e Mello, à época Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, achou melhor que se realizasse a evacuação das aldeias “pelo meyo da força”, após o insucesso de todas as tentativas de negociação por parte de Altamirano em prol de uma transmigração pacífica¹².

¹⁰ O conceito de agência é muito bem esclarecido por JOHNSON, 2003, p. 113-124.

¹¹ Os diários das três partidas portuguesas de demarcação que foram enviadas para a América Meridional se encontram transcritos e disponíveis na *Collecção de Notícias* de 1841.

¹² AHU-ACL-CU- 059, Cx.1, D. 57. RELAÇÃO (minuta) dos despachos expedidos pelo [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, ao [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, na data de 3 de Agosto de 1754, sobre: a resolução para atacar os índios; a relação dos padres astrônomos acerca da conquista dos mesmos índios; a circunspeção

Pode-se observar que, neste caso específico, as autoridades sugeriam o emprego da força, devido ao esgotamento das opções pacíficas. O levante havia adquirido proporções muito perigosas e colocava em crise toda a estrutura do próprio tratado de limites. Os padres contratados foram descritos como incapazes, inábeis. À exceção dos povos de São Luís de Borja, São Luís Gonzaga, São Miguel Arcanjo e São João Batista, os demais, São Miguel, São Lourenço e Santo Ângelo, convencidos pelo medo de um possível extermínio pelas tropas ibéricas, principiaram a transmigração. Todavia, com receio de um novo levante, Gomes Freire optou por lançar uma ordem para a retirada imediata dos padres que se encontravam nas missões e, como punição pela traição, mandou também que se castigassem os índios que lá se encontrassem.

É possível inferir que, nesse ponto, os indígenas passaram a ser tão responsabilizados pela resistência ao cumprimento do tratado quanto os jesuítas rebeldes. Apesar da relevante insolência dos padres por terem eles feito com que os índios se rebelassem contra o seu rei; a pena cominada a eles era diferente dos castigos físicos implicados aos índios. Echavarrí e Altamirano foram apenas expulsos da Ordem; o primeiro por seu envolvimento direto e o segundo por sua incompetência nas negociações.

A Guerra Guaranítica e seus dois discursos

A análise do discurso político é, na maioria das vezes, a construção da imagem de um conflito de interesses. De um modo peculiar, a Guerra Guaranítica é muitas vezes compreendida como a tentativa de fazer surgir um “Estado dentro do Estado”. Tema polêmico e de grande repercussão na historiografia, principalmente pelos argumentos utilizados por Bernardo Ibañez Echavarrí, em seu *Reyno Jesuitico del Paraguay*, de 1762. “Um estado dentro de um estado”. A seguinte oração expressa com clareza o papel de três sujeitos: o rebelde – que busca implantar uma nova forma de governo –, o estado que governa e o observador que relata o acontecimento. A ideia de que um *reyno* que estava prestes a erigir-se, caso os guaranis saíssem vitoriosos da guerra, impregnou a historiografia de teorias e mais teorias sobre estratégias políticas da Companhia de Jesus. De acordo com Gonzalo de Doblaz, autor da *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la Provincia de Misiones de Indios Guaranís*, publicada em 1832,

necessária naquela circunstância; o mapa do território demarcado feito pelo engenheiro-coronel Miguel Ângelo Blasco e tendo como anexo cópia de ofício dirigido a ele sobre o desenhista Ponsoni e cópias de outros dirigidos a Pascoal de Azevedo e ao governador da ilha de Santa Catarina D. José de Melo Manuel. Anexo: 8 ofícios (minutas), 2 relatórios, anotação. *Projeto Resgate UNB*. Loc: CMD (Centro de Memória Digital): 21683, p. 194. AHU- Brasil Limites, cx. 1, doc. 45 e 56. Colônia do Sacramento e Rio da Prata. 1754, agosto, 3.

Lo que más contribuyó a acreditar estas calumnias fue la publicación de una obra, titulada Reino Jesuítico del Paraguay, que el padre Bernardo Ibáñez escribió bajo el influjo de sentimientos rencorosos, después de haber sido expulsado de las Misiones por sus intrigas con el Marqués de Valdelirios en tiempo de la guerra guaraníca. Este impostor llegó a Madrid cuando se meditaba la destrucción de su orden, y se coligó con sus enemigos, denigrando a sus propios hermanos. [...] y el poco interés que inspiraba entonces esta apología, la dejaron ignorada en el público, para quien el silencio suele ser prueba de culpabilidad en los acusados (DOBLAS, 1832, p. I).

Na análise do discurso, como diz Eni Orlandi, o dizível é definido, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas distintas. É, por assim dizer, a 'interação' muitas vezes depreendida como 'conflito', por demonstrar uma construção discursiva dialógica (ORLANDI, 2008. p. 46). O discurso cria um sentido, organiza ideias e concretiza uma imagem. O discurso oficial tem um intuito bem específico: legitimar o governo vigente. Como contraponto, Echavarrri escreveu sua história do *Reyno Jesuítico del Paraguay*; construindo um discurso que buscava demonstrar que a rebeldia dos jesuítas perante as ordens régias de Espanha e Portugal, só poderia ter como desfecho a fundação de um governo próprio, autônomo. O *Rapudeyno Jesuítico*, alegava que os jesuítas tentaram implantar nas missões um tipo de “Império régio-sacerdotal”, tendo os índios aldeados como seus súditos. Caso o plano se efetivasse, o estado insurgente seria comparável em escala com alguns estados europeus. Por isso, para ilustrar suas premissas, o autor, à época ainda membro da Ordem, juntou uma série de documentos – entre cartas e outros papéis de oficiais que ocupavam altos cargos em Roma e Espanha endereçadas aos missionários que se encontravam no Paraguai, embora seu pressuposto fosse de que a Ordem estava tentando instruir os gentios ao ponto de “*disponer de lo temporal de los Indios, hacer leyes, y levantar Tribunales, Audiencias, Chancillerías, y Concejos Supremos, donde se sentencian definitivamente tierras y haciendas*” (ECHAVARRRI Apud CARDENAS, 1770. p. 22).

Cabe retomar aqui, o fato de que a Guerra Guaranítica ocorreu em meio ao processo de demarcação territorial para que se estabelecessem os novos limites estipulados pelo Tratado de Madrid. Os demarcadores portugueses estavam extremamente insatisfeitos com o decorrer das negociações com os Povos, transpondo este sentimento claramente em suas cartas e demais escritos. Os engenheiros-militares Miguel Ângelo Blasco, José Fernandes Pinto Alpoim e José Custódio de Sá e Faria lideravam os exércitos portugueses na campanha contra os índios rebeldes. Igualmente, do lado espanhol, o Marquês de Valdelírios tentava reger suas tropas, porém, no entanto, era difícil combater a forte aliança traçada entre os jesuítas e os índios das reduções já na primeira metade do século XVIII. Como afirma Miriam

Iglesias,

Si es posible afirmar, que desde el punto de vista jurisdiccional, Buenos Aires tenía experiencia en misiones desde 1729, año en que pasaron a Buenos Aires una serie de pueblos Jesuíticos del Paraguay [...]. El carácter de bastión militar contra la presencia portuguesa otorgado a las misiones [...] en el transcurso del siglo XVIII (IGLESIAS, 2000, p. 168).

A lógica das relações de poder era permeada por essa política de defesa da fronteira tomada pelas coroas ibéricas. No romper do conflito iniciado pelos índios em 1750, ocorreram diversos ataques à Colônia do Sacramento, visto que esta representava uma ameaça iminente à Buenos Aires. Todavia, ao mesmo tempo, a Colônia estava isolada, pois os espanhóis e as suas missões ocupavam a maior parte da região intermediária. Por isso, aos portugueses, era necessário combater não só com as leis e o Tratado, mas também com as armas, caso quisessem mesmo conquistar o prometido território dos Sete Povos. E foi essa a postura dos portugueses após os repetidos ataques e incursões aos seapudus acampamentos em 22 de fevereiro 1754:

Los indios viendo las cosas solas y sus dueños retirados al monte, se dieran luego al pillage. Entraron en una casa larga, arrojaron sus armas, sacaron hachas, destrossaron caxas y baúles, cargando com quanto hallaron; uno quisó poner fuego à la casa, gritóle outro excarnizando el pillage, no lo hiziesse, q' todo aquello era dellos, no haziendo cuenda q' sus dueños podia racobrar del primer susto y quitarles no solo ho hurtado, sino aun la vida, como sucedió; porq' los Portugueses, viendo q' los Indios estaban divertidos em robar, tubieron modo de juntarse y ponerse em orden armados, amenazando à pelear com ellos. Y acercandose poco à poco los Portugueses à la casa donde salian los Indios cargados de fardos, assi como salian los mataron y tubieron tambien modo de cargar unas piezitas de cañon, q' tenian. [...] De S. Juan, murieron 10, heridos 18. De S. Luis murieron 12. De los portugueses, fueron 16 muertos [...], quedaron también muchos heridos¹³.

Este foi só um exemplo do cotidiano dos demarcadores nos anos da guerra. A situação permaneceu assim até 1755, quando finalmente os demarcadores decididos de cumprir com seus encargos e dar continuidade à execução do Tratado de Limites, puseram de pé as colunas enviadas das cortes com o escrito: *NON PLUS ULTRA*. Este lema significava 'não ir além', 'não ultrapassar'. Representava por si só o limite político-territorial entre os domínios ibéricos na América meridional, mais até do que as cruces portuguesas com as iniciais *R.F.* (Rei Fidelíssimo) espalhadas pelas demais paragens limítrofes. Na citação abaixo, extraída do Diário, podemos observar o peso que a Guerra Guaranítica adquiriu na interrupção dos

¹³ ACOMETEN los Indios del Uruguay la 1ª vez el fuerte de los Portugueses. (De la relacion de lo sucedido em estas doctrinas: Tercera parte de la relacion de lo sucedido en estas doctrinas, desde que salió dellas el P. visitador Alonso Fernandez, hasta la retirada de los dos Exercitos Español y Portugues y fin del año de 1754). In: CORTESÃO, 1969, p. 245 e 246.

trabalhos das partidas de demarcação:

Não podendo as partidas de Suas Magestades F. e C. , destinadas a demarcar o terreno que corre desde Castilhos grande, até á boca que o rio Ybicuy forma; ao entrar no rio Uruguay continuar do posto de Santa Tecla para diante o progresso da sua commissão, pelos embaraços que encontrãrão, e se expressa no fim do Diario que formãrão, e fechãrão a 3 de Março de 1753; voltarão á praça da colonia do Santíssimo Sacramento, e Buenos-Ayres , para que os Excellentissimos Principaes Commissarios dessem remedio aos urgentes obstaculos que embaraçavão aquella diligencia.

Resolvido pelos ditos Senhores, que só o meio das armas (pois estavam exauridos todos os outros) podia abrir passo , e pôr em obediencia os povos rebeldes, que S. M. C. em virtude do Tratado de Limites cedia a S. M. F. , se poz este acordo em practica, em Novembro do anno de 1755, sahindo o exercito de S. M. C. auxiliado de mil e tantos homens, de tropas Portuguezas, pelas dilatadas campanhas que discorrem , desde a cidade de Buenos-Ayres, e Rio Grande de S. Pedro até os ditos povos, dando aos Indios, que procurãrão embaraçar-lhe a marcha, o merecido castigo da sua rebeldia ; e entrando em aquellas povoações em Maio de 1756, as poserão em obediencia à humas por força, e a outras por implorarem da innata clemencia de S. M. C. o perdão do seu delicto (COLLECCÃO de noticias, 1841, p. 81).

Non Plus Ultra, significava principalmente a representação do poder das coroas ibéricas, pois ilustrava claramente discurso oficial, escrito em latim e dirigido aos poucos letrados (principalmente aos jesuítas). Assim como o *Non Plus Ultra* esculpido nas colunas de pedras, as próprias cartas de onde foram extraídos esses trechos também se encaixam na categoria de um discurso oficial.

No entanto, pode-se recuperar em parte, a voz dos índios, pois algumas de suas falas aparecem transcritas pelos próprios jesuítas. Disse um índio: “[...] Hemos sabido que este a vendido nuestros pueblos y a nosotros por 4 mil pesos (sic), lo qual hemos sentido mas que la misma muerte, escribale luego”¹⁴. Esses índios não eram letrados e não foram instruídos na arte da escrita; falavam língua geral e utilizavam muitas expressões em língua indígena – possivelmente o guarani. Não eram, deste modo, capazes de produzir pasquins, libelos ou qualquer outro tipo de escrito infame contra o padre Ballester ou qualquer outro indivíduo. Apenas podiam gritar: “*p.º Embustero enbaucador y enganador oporombólabi sebaè*”!

Considerações finais

A história pode englobar diversos olhares sobre os processos e situações do passado. Intentou-se demonstrar, neste trabalho, que o processo de demarcação dos limites é um

¹⁴ SEGUNDA Parte de lo sucedido em las doctrinas despues que salió de ellas el P.º Luís Altamirano p.º B.º Ayres com la ocasion de la transmigracion de los 7 Pueblos del Uruguay mandada em el R.º Tratado. In: CORTESÃO, 1969, p. 217.

assunto de destacada importância para o entendimento das relações e representações do poder político ibérico, em especial, em relação às medidas tomadas para a expansão e a manutenção da América portuguesa ao longo do Setecentos (KANTOR, 2009, p. 39-61). A reconfiguração do espaço geográfico, mais especificamente da América Meridional portuguesa, na segunda metade do século XVIII, implicou num embate direto com os interesses dos jesuítas e, também, dos índios Guaranis. Tal reconfiguração representou igualmente uma ameaça às estruturas do sistema jesuítico que estava estabelecido nos chamados Sete Povos das Missões.

Referências bibliográficas

Fontes primárias - Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco

AHU-ACL-CU- 059, Cx.1, D. 57. RELAÇÃO (minuta) dos despachos expedidos pelo [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, ao [1o comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, na data de 3 de Agosto de 1754, sobre: a resolução para atacar os índios; a relação dos padres astrônomos acerca da conquista dos mesmos índios; a circunspeção necessária naquela circunstância; o mapa do território demarcado feito pelo engenheiro-coronel Miguel Ângelo Blasco e tendo como anexo cópia de ofício dirigido a ele sobre o desenhista Ponsoni e cópias de outros dirigidos a Pascoal de Azevedo e ao governador da ilha de Santa Catarina D. José de Melo Manuel. Anexo: 8 ofícios (minutas), 2 relatórios, anotação. Projeto Resgate UNB. Loc: CMD (Centro de Memória Digital): 21683. p. 194. AHU- Brasil Limites, cx. 1, doc. 45 e 56. Colônia do Sacramento e Rio da Prata. 1754, agosto, 3.

Fontes impressas

BACIGALUPO, Mario Ford. Bernardo Ibáñez de Echavarri and the Image of the Jesuit Missions of Paraguay. *The Americas*, v. 35, n. 4, p. 475-494, Apr. 1979. Published by: Academy of American Franciscan History. URL: <http://www.jstor.org/stable/981019>.

COLLECCÃO de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, on lhes são visinhas. Volume 7. Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1841.

CORTESÃO, Jaime Z. (Org.). *Manuscritos da Coleção Angelis*. Vol. VII: Do Tratado de Madrid à conquista dos Sete Povos (1750-1802). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1969.

DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la Provincia de Misiones de Indios Guaranís*. 1a Ed. Buenos-Aires: Imprenta Del Estado, 1836. página I. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k82972f>.

ECHAVARRI, Bernardo Ibáñez. Reyno jesuítico del Paraguay. (1762) In: CARDENAS, Bernardino de. *Colección General de Documentos tocantes á la tercera época de las conmociones de los Regulares de la Compañía en el Paraguay*. Tomo Quarto. Con licencia de el Consejo Extraordinario. Madrid: Imprenta Real de la Gazeta, 1770.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IGLESIAS, Miriam . Las misiones jesuitas al sur del río salado y la frontera bonaerense en el siglo XVIII. In: NEGRO, Sandra y MARZAL, Manuel M. (Coord.). *Un Reino en la Frontera: Las misiones jesuitas en la América colonial*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú e Quito: Abya-Yala (Coedición) , 2000.

JOHNSON, Walter. On Agency. *Journal of Social History*, n. 37, 1, p. 113-124, 2003.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista: Hist. e Cult. Material*. v. 17, n. 2, São Paulo, p. 39-61, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 46.

QUARLERI, Lya. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata*. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales. Fondo de Cultura Económica De España, S.L., 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010).

VIEIRA, Alexandre. *Pensamento político na Guerra Guaranítica*, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2005.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Que se Fala e o Que se Lê: Língua, Instrução e Leitura. In: *História da Vida Privada No Brasil, Vol. I: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 331-44.

Familiars do Santo Ofício: uma análise sobre os padrões de recrutamento

Roberta Cristina da Silva Cruz

Mestranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

robertacruz@gmail.com

RESUMO: Os familiares do Santo Ofício, cargo geralmente ocupado por leigos, conferia a possibilidade de promoção social. Por esta razão, este cargo foi almejado por muitos indivíduos dentro do Império português. Ao longo do tempo, as exigências para tornar-se familiar mudaram. Desta forma, o presente trabalho buscará analisar comparativamente as normas para ser familiar dentro da legislação inquisitorial vigente entre 1640 e 1774.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição portuguesa; Familiares; Legislação inquisitorial.

ABSTRACT: The *familiares* of the Holy Office, a position usually occupied by laymen, gave the possibility of social advancement. For this reason, this position was sought by many individuals in the Portuguese Empire. Over time, the requirements for becoming *familiar* changed. This article aims comparing the standards to be familiar in the inquisitorial legislation between 1640 and 1774.

KEYWORD: Portuguese Inquisition; Familiares; Inquisitorial Legislation.

O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi criado em 1536 para averiguar e punir os crimes praticados contra a fé católica. Investidos da função que julgavam essencial de manter a sociedade longe das influências heréticas, os agentes inquisitoriais agiram na reorganização da vida religiosa, assim como na “inspeção da fé” em Portugal e nas possessões ultramarinas. Na visão deles, sem a sua ação, o mundo seria dominado pelo demônio (VAINFAS, 2010, p. 59-60). A heresia perverteria os costumes e a sociedade como um todo (BETHENCOURT, 2000, p.356-357). Para encontrar seus réus, se baseavam nas denúncias que poderiam ser feitas por qualquer pessoa, apesar da hierarquia social refletir-se também no tribunal. Por exemplo, uma pessoa de um nível social mais elevado provavelmente era mais levada em conta do que uma de um nível inferior.

Na América portuguesa, apesar da inexistência de um Tribunal Inquisitorial (esteve submetida ao Tribunal de Lisboa), podemos observar os mesmos objetivos que no reino, através de visitas e de uma rede de agentes estabelecida por diferentes regiões da colônia. Dentre estes, destacamos os familiares, cargo geralmente ocupado por leigos do quadro de funcionários do Santo Ofício, que tinham a função de denunciar os desviantes da fé e, além

deles, os que simulavam fazer parte da Inquisição ou do clero. Também executavam prisões quando solicitados pelo inquisidor ou pelos comissários. Durante o funcionamento da Inquisição, no Reino e nas possessões ultramarinas, o cargo foi almejado por diversas pessoas, pois, progressivamente, além da função repressiva em si, ocupar o cargo de familiar começou a conferir uma promoção social aos indivíduos, com a aquisição de privilégios e através do status social, pois ser familiar era uma possibilidade de leigos pertencerem a uma das instituições mais importantes e temidas do Portugal moderno (Cf. CALAINHO, 2006). Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva mencionam que os privilégios conferidos aos familiares foram adquiridos a partir de 1562, alguns anos após o início do estabelecimento do tribunal (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 43).

A norma para tornar-se familiar, de acordo com o Regimento de 1640, seria a atestada “limpeza de sangue” e viver dentro dos costumes, ou seja, ter uma conduta moral incontestável. Além disso, deveriam possuir um alto cabedal, evitando, desta forma, que o funcionário se corrompesse (CALAINHO, 2006). No Regimento de 1774, a “pureza de sangue” é abolida, tendo como uma das principais prerrogativas para obter a familiatura, os bons costumes. Portanto, neste trabalho buscaremos analisar comparativamente as normas para ser familiar dentro da legislação inquisitorial vigente entre 1640 e 1774.

Os familiares e a legislação portuguesa

Os estatutos de “limpeza de sangue” foram adotados tardiamente em Portugal. A data precisa é difícil saber, segundo Fernanda Olival, pois eles nunca foram uma lei geral, apesar de parecerem em certa altura (OLIVAL, 2004, p. 151). Até 1560, a “pureza de sangue” vigoraria apenas em alguns colégios e ordens regulares. Algumas delas eram ligadas a Castela, em que os estatutos vigoravam desde o Quatrocentos (OLIVAL, 2004, p. 156). Já as restrições para o ingresso de judeus e mouros nas ordens militares ocorreu em 1570 com a bula de Pio V, *Ad Regie Maiestatis*, principalmente nas ordens dos Avis, Cristo e Santiago, as três tuteladas pela Coroa desde 1551. Entretanto, exceções foram permitidas a partir de 1589, quando ocorreu uma reforma da Ordem de Cristo em que era proposto uma tolerância para moradores de Ceuta, Tanger e Mazagão. Estas localidades eram locais de pouco rendimento e a atração de moradores era difícil (OLIVAL, 2004, p. 157). Os impedimentos foram também contornados quanto a criação de um clero local em colônias da Ásia e África (CALAINHO, 2006, p. 51). Os cristãos-novos, por vezes, conseguiram ascender a cargos importantes devido às suas condições econômicas e sociais (CALAINHO, 2006, p. 53). Olival menciona que em diversos momentos, cristãos-novos conseguiram insígnias em Ordens Militares quando

estavam em jogo interesses da Coroa. Entretanto, o número deles nestas ordens nunca foi elevado (OLIVAL, 2004, p. 177).

As Ordenações Filipinas de 1603 expandiram as restrições também para os negros, mulatos e índios (CALAINHO, 2006, p. 51). Durante o século XVI e meados do XVII a requisição da “pureza de sangue” se espalhou por instituições como as irmandades, cabidos e governos municipais (OLIVAL, 2004, p. 158). Olival afirma, entretanto, que o final do Seiscentos e os primeiros trinta anos do século XVIII foram os períodos em que o rigor quanto a “pureza” foram mais notáveis. As razões que levaram ao rigor foram “...o reforço do poder nobiliárquico possibilitado pela chegada ao trono do Infante D.Pedro em 1667; as reacções ao sacrilégio de Odivelas de 1671; os boatos sobre o perdão geral e as tensões decorrentes da suspensão do Santo Ofício entre 1674 e 1681.” (OLIVAL, 2004, p. 159-160).

Para entrar em instituições portuguesas, os candidatos deveriam passar por longas *inquirições de gênero*, para comprovar que sua família tinha sangue limpo. Dentre estas instituições, nos deteremos principalmente ao caso do Tribunal do Santo Ofício. Esta Instituição foi a mais rigorosa quanto a seleção de seus funcionários. Dentre estes agentes inquisitoriais, estavam os Familiares que eram agentes, pertencentes a uma categoria de cargos ocupados geralmente por leigos, como médicos, porteiros e promotores, que tinham a função de denunciar os desviantes da fé e, além deles, os que simulavam fazer parte da Inquisição ou do clero. Também executavam prisões quando solicitados pelo inquisidor ou pelos comissários (CALAINHO, 2006, p. 40).

Acompanhando a estruturação inquisitorial em Portugal, o cargo de familiar vai adquirindo um papel importante. Segundo Daniela Calainho, nos Regimentos de 1552 e 1570 não se encontram referências sobre esses agentes (CALAINHO, 2006, p.40-42). Em estudo recente sobre a Inquisição portuguesa, José Pedro Paiva e Giuseppe Marocci assinalam que os esforços para a construção de uma rede de familiares em Portugal, já com privilégios e prestígio social, iniciaram-se a partir de 1562 (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.42-43). Em Alvará de 14 de dezembro de 1562, o rei D. Sebastião mencionou que os familiares poderiam portar armas defensivas (todas as que quisessem e ofensivas (punhal, espada e adaga), desde que não estivessem em locais suspeitos ou desonestos. Em caso de prisão, poderiam levar quantas armas precisassem. Além deste privilégio, poderiam usar seda, assim como sua esposa e filhos.¹⁵ Já em 20 de janeiro de 1580, D. Henrique estabelece que familiares que

¹⁵ Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. El Rey D. Sebastião em 14 de Dezembro de 1562.

fossem autores ou réus de algum crime, deveriam ser julgados pelos inquisidores, com algumas exceções:

Faço saber aos que esse meu Alvará virem que pela experiência, que tenho nos negócios do Santo Ofício da Inquisição, em que por muitos anos entendi sendo Inquisidor Geral nesses Reinos de Portugal, antes de suceder na Coroa deles (...)

Primeiramente hei por bem que nas causas crimes dos Oficiais do Santo Ofício, ou eles sejam autores ou réus, os inquisidores tenham jurisdição sobre eles, e sejam seus juízes; e nas cautelas cíveis sendo os ditos oficiais reus somente. Nas causas crimes dos Familiares, ou sejam autores ou réus, serão outrossim os ditos Inquisidores seus Juízes, exceto nos casos seguintes; a saber, crime de lesa majestade humana, crime nefando contra naturam, crime de alevantamento, ou motim de Província, ou povo, crime de quebramento de minhas Cartas, ou Seguros: de rebelião ou desobediência a meus mandatos e em caso de aleive, força de mulher ou roubo dela, ou de roubador público, ou de quebramento de casa, ou de Igreja, ou Mosteiro, ou queima de campo, ou casa com dolo: e em resistência, ou desacato qualificado contra minhas justiças e quando tiverem ofícios meus, ou públicos dos povos e Respúblicas, e dilinquirem neles, e em coisas tocantes aos ditos seus ofícios e cargos, nos quais casos conhecerão as justiças seculares contra os ditos Familiares, e não em outros, por graves que sejam...¹⁶

A referência aos familiares ocorreu pela primeira vez no Regimento de 1613, apesar de terem sido mencionados em Alvarás anteriormente, como mostramos aqui. No de 1640, o título de Familiar é incluído tendo como exigência a atestada “limpeza de sangue”, viver dentro dos costumes e possuir um alto cabedal, evitando que o funcionário se corrompesse. Entretanto, a ocupação do cargo conferia prestígio e honra, além de privilégios para alguns, levando com que o buscassem por causa da promoção social (TORRES, 1994). Cabe ressaltar, todavia, as reflexões de Torres a respeito dos familiares que apontam para o fato do prestígio e honra, de certa forma, terem feito com que as familiaturas tivessem sido mais procuradas pela ascensão social que poderiam conferir do que pelas funções primeiras do cargo (TORRES, 1994).

Para tornar-se familiar, a pessoa, desejosa de servir ao Santo Ofício, deveria requerer a sua nomeação por meio de uma carta em que os candidatos diziam seu nome, de seus pais e avós, seu local de nascimento e de residência, assim como de agentes inquisitoriais da região (FEITLER, 2004, p. 94-98). A questão financeira era importante também para que o solicitante pudesse arcar com as custas da inquirição *de genere et moribus*, ou seja, os

¹⁶ Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. Alvará do mesmo Rey D. Henrique em 20 de Janeiro de 1580.

inquéritos de costumes e genealogia realizados antes de qualquer nomeação (FEITLER, 2004, p. 96).

As inquirições do Santo Ofício, a partir da década de 1560, começaram a ser realizada pelas redes de comissários estabelecidas.¹⁷ Em meados do século XVII, o tribunal pedia informações sobre o postulante ao cargo de familiar aos comissários de sua localidade, para averiguação informal das informações. Olival salienta que até início dos anos de 1680, essas informações não deixaram registros, mas após este período, os registros começaram a ser feitos minuciosamente. Os comissários começaram a deslocar-se para fazer as diligências e ver os registros de batismo (OLIVAL, 2004). O parecer enviado por eles ao Conselho Geral do Santo Ofício geralmente aponta o tipo de costumes, vida, nível de riqueza e se o habilitando sabia ler e escrever. Caso o candidato passasse desta etapa, eram averiguadas as diligências quanto ao repertório de processados pelo Tribunal para averiguar se a pessoa e seus familiares já tinham cometido crimes tocantes ao Santo Ofício. Após esta etapa, começavam os interrogatórios nos locais de naturalidade e moradia do postulante (OLIVAL, 2004).

No Regimento Inquisitorial de 1640¹⁸, as restrições quanto ao que tange à habilitação de mouros, judeus e cristãos-novos se fazem presentes:

Os ministros e oficiais do Santo Ofício, Cristãos-Velhos de sangue limpo, sem raça de mouro, judeu, ou gente novamente convertida a nossa fé, e sem fama do contrário. (...) Saberão ler e escrever, e se forem casados, terão a mesma limpeza as suas mulheres e os filhos que por qualquer via tiverem.¹⁹

Depois do século XVII, além dos que tinham sangue mouro ou judeu, acrescentou-se restrições quanto aos mulatos, negros e indígenas, como já mencionamos na primeira Tabela.

¹⁷ Os comissários eram as autoridades máximas da Inquisição em terras coloniais, estando subordinados apenas aos inquisidores de Lisboa. Além dos requisitos já estipulados para a eleição ao cargo de familiar, como a atestada limpeza de sangue e costumes, os comissários deveriam ser eclesiásticos, de preferência letrados e com uma moral incontestável. Desempenhavam funções ligadas às prisões de condenados pelo Santo Ofício, ouvir testemunhas e coletar depoimentos dos processos de habilitação de outros agentes, como os familiares. Cf Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1640. Livro I. Título VIII; RODRIGUES, , 2011.p. 34-47. A respeito dos comissários, Aldair Rodrigues menciona “Se no plano do discurso peticionário o interesse pelo título de comissário era expresso na vontade de representar a Inquisição de maneira que a sua rede de agentes fosse territorialmente o mais densa e eficiente possível, numa perspectiva mais ampla a obtenção da insígnia estava ligada antes à ambição do clero (e de sua parentela) por poder, autoridade, privilégios, prova pública de sua limpeza de sangue, honra e status. Esses elementos, todos interligados, eram fundamentais para uma boa posição nas hierarquias sociais. Por tudo isso é que fazia sentido ser comissário do Santo Ofício.” RODRIGUES, 2012. p. 141

¹⁸ A Inquisição teve quatro Regimentos durante o seu funcionamento: o primeiro de 1552, o segundo em 1613, o de 1640, que vigorou durante mais tempo na história do Tribunal, e o de 1774 da Época Pombalina. Neste estudo, nos deteremos na análise dos Regimentos de 1640 e 1774, pois foram os que vigoraram durante o século XVIII.

¹⁹ Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1640. Livro I, § 2.

Fernanda Olival menciona que em 1720 o Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral no momento, buscou aumentar o rigor das inquirições com algumas alterações.

1) a busca a fazer nos reportórios inquisitoriais deviam incidir também sobre os 4 avós, quer do próprio, quer da mulher; 2) nas informações prévias, ditas “extrajudiciais”, para além do que era usual, devia saber-se se o pretendente tinha filhos e se eles, ou os ascendentes, incorreram em alguma infâmia; 3) mandava-se anexar ao processo certidões do baptismo dos habilitandos, dos seus pais e avós. “E quando Senão achem os Livros nas freguesias, aonde Se fazem as Deligências, pelos Prelados os terem mandado Recolher para outra parte, Nella Se procurem, E Sem as ditas Certidões, ou de como senão acharão os ditos aSsentos, Senão mandem as Deligencias ao Conselho”; 4) nos interrogatórios propriamente ditos, porque havia um modelo bem definido de perguntas, mandava-se acrescentar tópicos quando se perguntava pelos quatro avós: “E se outro Sy conheCerão, ou tiverão noticia de Seus Pays (Bizavos do habilitando) e Se sabe Como Se chamavão, e donde erão, ou forão naturaes”; 5) em nenhuma comissão enviada para qualquer local se deviam suprimir perguntas. Os inquéritos deviam seguir inteiros. (OLIVAL, 2004, p. 165)²⁰

Já no regimento de 1774, o da época pombalina, ao nosso ver, a questão moral se expressa de uma forma mais evidente. É importante salientar que, quanto à Inquisição, Pombal procurou transformar o Santo Ofício em um Tribunal régio diminuindo a sua liberdade de ação e abolindo a diferenciação entre cristãos-velhos e novos (CALAINHO, 2006, p. 56). Com essas medidas, Pombal buscava aumentar o capital em circulação dentro de Portugal. Este Regimento sublinha que... “...os ministros e oficiais do Santo Ofício serão de boa vida e costumes, capaz de lhes cometerem negócios de importância, sem infâmia alguma de fato, ou de direitos nas suas próprias pessoas (...) ou derivados de seus pais e avós...”²¹ Enfatizando, desta forma, a boa conduta moral para eleição aos cargos inquisitoriais, em detrimento da “limpeza de sangue”. O último regimento inquisitorial apresenta algumas alterações fundamentais quanto ao modo de proceder do Tribunal. Podemos destacar o fim do segredo processual; a proibição da condenação à “pena capital” quando só tivesse uma testemunha; condenação da tortura e a falta de restrições para habilitações dos condenados e descendentes (BETHENCOURT, 2000, p.48).

Considerações finais

Buscamos analisar brevemente a legislação portuguesa ao que tange as mudanças relativas à norma para tornar-se familiar. Como podemos notar, quanto a legislação do Santo Ofício, as mudanças mais expressivas ocorreram no Regimento de 1640 e no de 1774. Cabe

²⁰ Citações deste trecho: ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Lº 35, fl. 139-139.

²¹ Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal. Lisboa: Officina de Miguel Menescal da Costa, 1774. Livro I, Título I.

ressaltar que o terremoto em Lisboa de 1755, e a conseqüente necessidade de reconstrução do Tribunal, coincidiu com a passagem do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para a Secretaria dos Negócios do Reino. Este secretário era o Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.333). Ele buscou realizar diversas reformas no Estado português e a Inquisição não esteve fora de suas interferências, dentro de um contexto de reformas eclesiásticas. Lentamente iniciou-se um processo de submissão do Tribunal à Coroa, em que o Marquês tinha como objetivo diminuir a autonomia adquirida pela Inquisição. Como parte destas medidas, Marcocci e Paiva mencionam “Havia primeiro que reabilitar o Tribunal em declínio e, ato contínuo, submetê-lo à Coroa. Assim, supostamente, todos lucravam. O Santo Ofício reanimar-se-ia e o Estado, finalmente, dominava-o, podendo usá-lo para amparo de oposições indesejáveis que se lhe viesse a deparar.” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.349) Por um lado, a figura do Tribunal buscou ser fortalecida e, por outro, suas ações foram limitadas, principalmente quanto à perseguição aos cristãos-novos. O Marquês acreditava que a Inquisição tinha multiplicado o número de cristãos-novos através de sua repressão, aumentando o número de judaizantes. O aumento dos investimentos e do capital dentro do Império português dependeria da eliminação da distinção entre cristãos-novos e velhos (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.56). Em 1773, encerrou-se a diferenciação entre cristãos-novos e velhos. Já em 1774, os requerimentos para as familiaturas diminuiriam bastante.

Fontes Manuscritas

ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Lº 35, fl. 139-139.

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1640.

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal. Lisboa: Officina de Miguel Menescal da Costa, 1774.

Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. El Rey D. Sebastião em 14 de Dezembro de 1562.

Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. Alvará do mesmo Rey D. Henrique em 20 de Janeiro de 1580.

Referências Bibliográficas

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALAINHO, Daniela. *Agentes da Fé*. Bauru: Edusc, 2006.

FEITLER, Bruno. *Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

OLIVAL, Fernanda. *Rigor e interesse: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal*. In: *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 4, 2004,

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Limpos de Sangue: Familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas Colonial*. São Paulo: Alameda, 2011.p. 34-47.

_____. *Poder Eclesiástico e Inquisição no Século XVIII Luso-Brasileiro: Agentes, Carreiras e Mecanismos de Promoção Social*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História Social, São Paulo, 2012.

TORRES, José Veiga. Da Repressão Religiosa para a Promoção Social: A inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.40, out. 1994.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.